

Tiago João Queimada e Silva

# **As metamorfoses de um guerreiro: Afonso Henriques na cronística medieval**

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2011

Tiago João Queimada e Silva

# **As metamorfoses de um guerreiro: Afonso Henriques na cronística medieval**

**Dissertação de Mestrado em História da Idade Média – Espaços, Poderes,  
Quotidianos, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de  
Coimbra, sob a orientação do Professor Doutor António Resende de Oliveira  
e da Professora Doutora Leontina Domingos Ventura Duarte Ferreira.**

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra  
2011

## Resumo

A presente dissertação enquadra-se no âmbito da história da historiografia e da cultura medieval. Através do exame sistemático de fontes cronísticas medievais, procurámos estabelecer um percurso evolutivo das imagens do primeiro rei luso, D. Afonso Henriques, relacionadas com as suas actividades militares, ocupando um lugar privilegiado a guerra de expansão contra os muçulmanos, conflito convencionalmente designado de Reconquista. Desta forma, esta pesquisa foi norteadada pelo objectivo de compreender, ao longo do período medieval, qual o papel assumido pelo reavivamento da memória da guerra de conquista na prossecução dos propósitos políticos que geralmente se encontram subjacentes aos textos historiográficos medievais.

Para atingir os objectivos propostos, partimos de uma análise dos textos contemporâneos ao reinado de Afonso I de Portugal, procedendo, em seguida, ao estudo dos textos cronísticos castelhanos, compilados ao longo do século XIII, que igualmente acomodam representações daquele monarca, e que, de alguma forma, se relacionam com a emergência da cronística redigida em português. Cumpridos estes passos, passámos a abordar os textos cronísticos portugueses redigidos entre a segunda metade do século XIII e os inícios do século XVI. Ainda assim, não ignorámos as representações do rei provenientes de narrativas integradas em compilações não cronísticas, como é o caso dos *Livros de Linhagens*.

O trabalho foi organizado segundo um critério cronológico, além de se ter em consideração a relação de intertextualidade estabelecida entre as crónicas e a consequente transferência de tópicos discursivos de um texto para o(s) outro(s). Por conseguinte, este cuidado forçou-nos a assumir uma metodologia comparatista na hora de abordar as fontes, visto que os seus testemunhos apresentam uma relação de dependência face a um ou mais textos anteriores. Por outro lado, tentámos, sempre que possível, identificar o meio social que presidiu à compilação das crónicas e desvelar quais os preconceitos políticos, ideológicos e culturais que eivam as suas narrativas, bem como a respectiva funcionalidade.

## Índice

Introdução.....	5
1 - Os textos contemporâneos .....	8
1.1 - O astuto inimigo dos relatos galegos e leoneses .....	8
1.2 - O <i>Conquistador</i> divinamente inspirado das narrativas dos crúzios.....	16
1.3 - O “ <i>exterminador dos inimigos da cruz</i> ” da hagiografia .....	31
2 - Os primórdios da cronística portuguesa .....	42
2.1- O “ <i>libre et fuerte</i> ” rei da cronística castelhana do século XIII.....	43
2.2 - O “ <i>esquivo</i> ” caudilho da <i>IVª Crónica Breve</i> .....	50
2.3 – A contraditória imagem da obra do Conde D. Pedro .....	65
3 - A cronística de Avis e o crepúsculo da cronística medieval portuguesa.....	89
3.1 - O destruidor dos “ <i>imigos da fee</i> ” da <i>Crónica de Portugal de 1419</i> .....	89
3.2 - O “ <i>Primçipe muy magnanimo</i> ” da <i>Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques</i> .....	130
Conclusões gerais .....	147
Bibliografia .....	156
Fontes.....	156
Estudos .....	158

## Introdução

Nas obras e estudos dedicados a Afonso Henriques há habitualmente dois epítetos que andam associados ao seu nome: o de *Fundador* e o de *Conquistador*. Com efeito, ao atribuir-lhe esta fama, por muito mitificados que sejam os seus contornos, a tradição não se afastou da realidade num determinado ponto, visto que, de acordo com o que sabemos hoje, foi o facto de Afonso Henriques ser um *Conquistador* que lhe permitiu, de certa forma, ser o *Fundador* de uma nova monarquia. Por outras palavras, em certa medida, foi a acção conquistadora de Afonso I que garantiu a viabilidade económica e política da autonomia da entidade portugalense, numa perspectiva de longo prazo, depois de desmembrada do reino leonês.

Por outro lado, sabemos também que o sucesso da acção expansionista do nascente reino português, à custa dos territórios meridionais muçulmanos, foi o principal argumento para a sustentação ideológica do poder do primeiro rei, além de constituir a base do discurso legitimador da autonomia do principado, tanto interna como externamente. Isto verifica-se, nomeadamente, nas relações estabelecidas com o papado, que, ao reconhecer o título de rei a Afonso Henriques, em 1179, deixa claro que as suas vitoriosas conquistas e a guerra encetada contra os inimigos islâmicos tinham sido dois dos principais factores que motivaram a decisão de Alexandre III. Ora, isto não é de somenos importância, especialmente se tivermos presente que, a partir de determinada altura, a estratégia delineada na corte de Afonso I para garantir a continuidade da autonomia acabada de conquistar era, precisamente, ganhar a protecção da cúria pontifícia sobre o novo reino.

No entanto, esta imagem de Afonso Henriques como *Conquistador*, que, como podemos observar no primeiro capítulo desta dissertação, foi construída ainda durante o seu tempo de vida ou pouco posteriormente à sua morte, ir-se-á tornar um factor omnipresente (ou quase omnipresente, como iremos averiguar ao longo da nossa análise) na ulterior historiografia portuguesa. Para a consolidação dessa imagem contribuiu, de forma decisiva, a crónica medieval, particularmente a composta em meios afectos à corte régia lusa.

Com esta dissertação, pretendemos examinar a forma como a imagem do primeiro rei português se coaduna e articula com as representações da sua actividade militar, mormente contra os seus vizinhos muçulmanos, a qual designaremos, neste trabalho, com o termo convencional de Reconquista. Tentaremos, assim, expor um

processo de transfiguração permanente das imagens historiográficas do primeiro rei, desde os testemunhos undecentistas até à cronística dos inícios de Quinhentos.

Como ponto de partida do nosso estudo, decidimos começar por uma sucinta análise das imagens de Afonso Henriques fornecidas pelas fontes narrativas contemporâneas, ou pouco posteriores, ao seu reinado. Alguns destes textos foram manuseados pelos cronistas subsequentes, pelo que apenas através do exame das versões originais das narrativas poderemos perceber como elas foram ulteriormente aproveitadas, visto que a marca ideológica do cronista se reflecte logo aquando da recepção das suas fontes, não somente depois da ultimização do seu trabalho.

Após este capítulo inicial, passamos ao estudo das fontes castelhano-leonesas cujas narrativas englobam acções de Afonso Henriques, procedendo, de seguida, ao exame dos textos cronísticos portugueses, os quais constituem o corpo principal de fontes da presente dissertação, complementado com uma breve incursão sobre as imagens do monarca presentes noutra tipologia de fontes, como é o caso da obra genealógica do conde D. Pedro de Barcelos. Portanto, as nossas fontes principais são a *IVª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra*, a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, a *Crónica de Portugal de 1419* e a *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão. Resolvemos não estender a nossa análise às *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal* de Cristóvão Rodrigues Acenheiro, compilação datada de 1535. Embora Acenheiro seja comumente considerado o último cronista tipicamente medieval, tanto no que toca ao conteúdo da sua obra, como à sua tipologia e à metodologia que presidiu à sua composição, concluímos que, sendo o nosso objectivo perspectivar um percurso evolutivo da imagem de Afonso I e respectiva actividade militar, a compilação de Acenheiro não aduz nada de inovador à imagem anteriormente estabelecida pela *Crónica de 1419*, sua principal fonte, a qual ele se limita a sumariar e complementar pontualmente com outros textos, um dos quais, a *IVª Crónica Breve*.

Ressalvamos que a nossa abordagem partirá de um ponto de vista da história da historiografia, da cultura e das mentalidades, não sendo nossa intenção apurar o nível de historicidade dos testemunhos estudados. Nesse sentido, debruçar-nos-emos sobre as fontes, tendo em conta, sempre que possível, os meios sociais, políticos e culturais que potenciaram a sua feitura, visto que a apropriação, ou construção, da memória social, condiciona o exercício e as manifestações públicas do poder. Além disso, na concepção de uma memória social ou colectiva, o tópico das origens é bastante relevante, na

medida em que não só explica, mas justifica uma determinada ordem social. Ora, não é de admirar que o reinado de Afonso Henriques e a origem da monarquia lusa reflectam tamanha importância, a partir de determinada altura, especialmente no discurso historiográfico régio, como esperamos mostrar ao longo desta dissertação.

Por outro lado, não analisaremos os textos cronísticos como se fossem testemunhos isolados uns dos outros, mas teremos como preocupação primordial a percepção das relações de intertextualidade que unem as diferentes crónicas. Desta forma, somos obrigados a assumir uma metodologia de índole comparatista, na medida em que a forma como os textos anteriores são assimilados por determinado cronista também ajuda a descortinar quais os preconceitos político-ideológicos subjacentes à compilação de dada crónica.

Por fim, pensamos que a leitura atenta e consequente interpretação das fontes supra-referidas nos permitiu vislumbrar um processo de transfiguração da imagem bélica do primeiro monarca português, desde a génese desta, ainda durante o século XII, até à cronística régia tardo-medieval, que assume já um forte cunho “nacionalista”. Como seria de esperar, as sucessivas representações do rei variam consoante o contexto histórico e político de produção dos textos, mas também em relação com o meio social que promove a sua composição. Em última análise, além do objectivo primordial desta dissertação, que é perspectivar as origens e evolução da imagem de Afonso Henriques como guerreiro, podemos nos aperceber que, em grande parte, a imagem que a sociedade portuguesa hoje conserva do primeiro monarca luso, como um rei *Conquistador* e *Fundador*, tão comum nas obras de divulgação geral e nos manuais escolares, começou a ser germinada precisamente nas obras literárias destes séculos medievos.

# 1 - Os textos contemporâneos

De maneira a enquadrar melhor esta nossa pesquisa, pensámos ser necessário iniciá-la com um estudo incidente sobre os textos contemporâneos, ou pouco posteriores, ao reinado de Afonso I, mais concretamente, as fontes narrativas redigidas ao longo do século XII. Como iremos ver, estes textos, ainda que cronologicamente próximos, são produzidos em meios sociais díspares, cuja produção literária reflecte interesses económico-políticos dissemelhantes, por vezes, até contraditórios. Nesse sentido, as imagens de Afonso Henriques neles veiculadas terão necessariamente que ser distintas, sendo precisamente essa diversidade de representações e concepções ideológicas que pretendemos descortinar neste capítulo. Começaremos por uma análise das fontes produzidas fora do actual território português, onde poderemos vislumbrar as imagens do rei construídas em meios políticos cujos interesses rivalizam com os da nascente monarquia lusa. Depois, seguiremos para um escrutínio das imagens transmitidas pelas fontes portuguesas, sendo todas elas produzidas por grupos sociais ideologicamente próximos do poder régio. Abordaremos, igualmente, os testemunhos escritos nos quais o rei não intervém como personagem central, mas sim secundária, nomeadamente, os textos hagiográficos do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, de S. Vicente de Fora e da sé de Lisboa.<sup>1</sup>

## 1.1 - O astuto inimigo dos relatos galegos e leoneses

Os textos galego-leoneses, produzidos em centros de poder com interesses próprios e antagónicos relativamente ao processo de autonomização que o primeiro rei português encetou, servem como testemunhos das incursões que Afonso I levou a cabo nos territórios galegos, então sob o poder de Afonso VII de Leão e Castela e do seu filho, Fernando II de Leão. A primeira fonte aqui abordada é a *História Compostelana*, composta entre a primeira e a quarta década do século XII<sup>2</sup>. Trata-se de uma narrativa produzida na cúria episcopal de Santiago de Compostela, a mando do arcebispo Diego Gelmírez e, como tal, incorpora um discurso historiográfico conforme aos interesses

---

<sup>1</sup> Além de expor a organização escolhida para este capítulo, chamamos a atenção para o facto de a sequenciação interna das fontes analisadas em cada subcapítulo obedecer a critérios cronológicos.

<sup>2</sup> DÍAZ Y DÍAZ, M. C., “História Compostelana”, in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, pp. 310-311.



desta sé<sup>3</sup>. Neste texto, Afonso Henriques surge em dois momentos, em ambos invadindo o território galego: primeiro, menciona a revolta e tomada do poder pelo infante no condado portucalense, no seguimento da qual se efectiva a sua investida sobre a Galiza, sendo os nobres galegos repreendidos pelo redactor da *História*, visto que, ainda que tenham reunido um exército, nada terá sido feito para travar a incursão dos portugueses. Mais tarde, ocorre uma nova investida do infante português na Galiza, sendo especificada, desta vez, a tomada de Tui e de outros castelos, com o auxílio de alguns nobres galegos. É digno de realce que o texto compostelano deixa implícito que, sempre que o infante português invadia o território, ele beneficiava da ajuda de nobres galegos e Afonso VII se encontrava ocupado na parte oriental do reino. No tocante a esta segunda intervenção, assim que tem a oportunidade, o monarca castelhano-leonês marcha até Tui e repõe a normalidade sem problemas de maior.<sup>4</sup>

A segunda fonte analisada nesta secção é a denominada *Chronica Adefonsi Imperatoris*<sup>5</sup>, redigida em meados do século XII e integrada na tradição historiográfica da corte régia leonesa<sup>6</sup>. A sua narrativa centra-se no reinado de Afonso VII mas, nesta crónica, a intervenção de Afonso I é mais extensa e pormenorizada do que na fonte compostelana. Primeiro, o narrador menciona a protecção concedida por Afonso Henriques a Gonçalo Pais das Astúrias, nobre exilado pelo rei de Leão e Castela, acolhido na corte portucalense. O cronista deixa claro que o nobre rebelado tinha intenções de prosseguir a luta contra Afonso VII e que Afonso Henriques o recebeu com muita honra, porquanto planearia também iniciar uma guerra contra o rei castelhano-leonês<sup>7</sup>. Depois, o cronista inicia o relato das tribulações ocorridas entre Afonso VII e o seu primo com um pequeno resumo da história do recém-criado reino português, antes

---

<sup>3</sup>Id., *Ibid.*; FLETCHER, R. A., *Saint James' Catapult: The Life and Times of Diego Gelmírez of Santiago de Compostela*, Gloucestershire, Clarendon Press, 1984, p. 301. Disponível em <http://libro.uca.edu/sjc/sjc.htm> [consultado em 06/01/2011].

<sup>4</sup> A acção de Afonso Henriques na trama narrativa da *Historia Compostelana* foi já analisada por OLIVEIRA, António Resende de, e MIRANDA, José Carlos Ribeiro, "Da *História Compostelana* à *Primeira Crónica Portuguesa*: o discurso historiográfico sobre a formação do reino de Portugal", in Esther Corral Díaz (ed.), *In Marsupis Peregrinorum. Circulación de textos e imágenes alrededor del camino de Santiago en la Edad Media*, Firenze, Edizioni del Galluzzo, 2010, pp. 296-309.

<sup>5</sup> MAYA SÁNCHEZ, A. (ed.), "Chronica Adefonsi Imperatoris", in *Corpus Christianorum. Continuatio Mediaevalis*, LXXI, Turnholt, Brepols, 1990. Ao longo do nosso estudo, também usamos a tradução de PÉREZ GONZÁLEZ, Maurilio (trad.), *Crónica del Emperador Alfonso VII*, Universidad de León, 1997. Doravante, o texto da *Chronica Adefonsi Imperatoris* será designado pela sigla CAI, seguido do respectivo capítulo e paginação, de acordo com a tradução de Pérez González.

<sup>6</sup> PÉREZ GONZÁLEZ, Maurilio (trad.), *op. cit.*, pp. 9-11; OLIVEIRA, António Resende de, e MIRANDA, José Carlos Ribeiro, "Da *História*...", p. 302.

<sup>7</sup>CAI, §46, p. 77; OLIVEIRA, António Resende de, e MIRANDA, José Carlos Ribeiro, "Da *História*..." pp. 305-306.

da subida ao poder de Afonso Henriques<sup>8</sup>. Informa-nos o texto que o infante português concertou as suas acções de guerra com o rei navarro, atacando aquele a Galiza, enquanto este entrava em Castela. O redactor da *Chronica* informa que Afonso Henriques, com o auxílio dos condes Gomes Nunes de Toroño e Rodrigo Peres Veloso de Límia, toma conta de Tui e de outros castelos, perante a resistência heróica de Fernando Anes, alcaide-mor de Allariz, embora a acção defensiva deste seja infrutífera, pois o infante português consegue tomar e ocupar os castelos na zona.<sup>9</sup>

Enquanto narra estes acontecimentos, o cronista resolve abordar retrospectivamente as passadas campanhas de Afonso Henriques em território galego: recorda uma primeira incursão, a qual foi repelida por alguns nobres fiéis a Afonso VII, e uma outra na terra de Límia, durante a qual o infante português ordenou a construção da fortificação de Celmes, a qual é rapidamente tomada por Afonso VII, numa assertiva resposta deste aos planos expansionistas do seu primo. Ao longo da narrativa, o cronista não perde a oportunidade de mencionar a “desonra” que o infante suportou ao retornar derrotado para Portugal e o efeito desmoralizante que estes falhanços teriam sobre a sua corte.<sup>10</sup>

Terminado o excuro narrativo, o cronista retoma o relato da terceira incursão portuguesa na Galiza, após a vitória de Afonso Henriques sobre Fernando Anes e seus familiares. De acordo com o texto, posteriormente à conquista de Allariz e castelos limítrofes, o infante volta a Portugal, regressando à terra de Límia depois de reunir um exército. Saem ao seu encontro Rodrigo Veilaz e Fernão Peres de Trava, que enfrentam a hoste portuguesa em Cerneja, onde os galegos são derrotados, na opinião do cronista,

---

<sup>8</sup> A CAI foi redigida já depois do reconhecimento do título régio de Afonso Henriques por parte do imperador hispânico e o redactor trata-o como rei ao longo de toda a narrativa. Ainda assim, o encontro de Zamora em 1143 nunca é mencionado, possivelmente porque a sua inclusão no relato destoaria a imagem encomiástica de Afonso VII apresentada pelo cronista, cf. OLIVEIRA, António Resende de, e MIRANDA, José Carlos Ribeiro, “Da História...”, p. 307; MATTOSO, José, “Dois séculos de vicissitudes políticas”, in *História de Portugal*, Vol. 2: *A Monarquia Feudal*, Direcção de José Mattoso, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, p. 57; Id., “A realeza de Afonso Henriques” in *Fragments de uma Composição Medieval*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993 pp. 216-217.

<sup>9</sup> CAI, §74 e 75, p. 86; OLIVEIRA, António Resende de, e MIRANDA, José Carlos Ribeiro, “Da História...”, p. 306; VENTURA, Margarida Garcez, *A Definição das Fronteiras: 1096-1297*, Lisboa, Quidnovi, 2007, p. 39.

<sup>10</sup> CAI, § 75, 76 e 77, pp. 86 – 87. Sobre estas campanhas, cf. VENTURA, Margarida Garcez, *op. cit.*, pp. 34-36; MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Temas & Debates, 2007 pp. 138-146; Id., “Dois séculos...”, pp. 54-57; PINA, Luís Maria da Câmara, “Da personalidade militar de D. Afonso Henriques”, Separata de *Alexandre Herculano à luz do nosso tempo*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1977, pp. 292-298.

“devido aos seus próprios pecados”.<sup>11</sup> Ainda assim, a vitória tem um sabor amargo, pois Afonso Henriques é obrigado a regressar a Portugal, em socorro do castelo de Leiria<sup>12</sup>, o qual tinha sido tomado pelos muçulmanos. O cronista retrata o ataque como algo catastrófico para os cristãos, sendo aí mortos todos os guerreiros portugueses, referindo-se de novo o espírito desmoralizado e confuso vivido na corte do infante português.<sup>13</sup>

Logo de seguida, após descrever uma série de actos de guerra praticados pelo imperador na frente navarra, o cronista menciona a renovação dos confrontos vividos entre Fernando Anes e Afonso Henriques, que decidiu repetir as suas tentativas de dominação dos territórios fronteiriços galegos, as quais, no entanto, não parecem ter sido muito bem sucedidas, sendo, inclusive, ferido o próprio rei<sup>14</sup>. Na sequência destes sucessos, o imperador decide encarregar os condes castelhanos dos deveres de guerra na frente oriental, para que ele pudesse vir ao ocidente e resolver os conflitos com o rei português de forma definitiva. Para isso, Afonso VII mobiliza uma grande força com o objectivo de invadir as terras do seu primo e pôr um fim à atitude insubordinada deste. Uma vez nos territórios portugueses, o imperador hispânico toma alguns castelos e espalha a destruição, forçando Afonso Henriques a reunir a sua hoste. Este ataca um grupo de nobres, liderados pelo conde Ramiro, que, imprudentemente, se tinha afastado da força principal de Afonso VII.<sup>15</sup>

---

<sup>11</sup> CAI, § 78, p. 87.

<sup>12</sup> A destruição de Leiria é referida noutras fontes coevas, nomeadamente, nos *Annales D. Alfonsi Portugallensium Regis*, nos quais a data apontada é 1140, no mesmo ano da campanha de Afonso VII em Valdevez e não da batalha de Cerneja, que ocorreu cerca de três anos antes. Num ano próximo da data desta batalha, os *Annales* referem o “*infortúnio*” que os cristãos sofreram em Tomar. Ao estudar esta questão, José Mattoso concluiu que o “*infortúnio*” de Tomar ocorreu numa data em que a povoação ainda não havia sido ocupada pelos cristãos, logo, a derrota deveria ter ocorrido no contexto de uma acção ofensiva por parte destes. Ora, este insucesso dificilmente punha em perigo Coimbra, não sendo verosímil que o infante português retornasse da Galiza, após a vitória de Cerneja, devido a tal evento. O mais provável é que o enquadramento cronológico apontado na CAI, que indica a destruição de Leiria como motivo da ida de Afonso Henriques para Portugal, seja o correcto. Sendo assim, ou a data dos *Annales* para a destruição de Leiria está errada, ou houve duas destruições próximas no tempo, cf. MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, pp. 142-143. Ainda assim, uma proposta diferente de datação dos eventos é apresentada por PÉREZ GONZÁLEZ, Maurilio (trad.), *op. cit.*, p. 43; ver também VENTURA, Margarida Garcez, *op. cit.*, p. 40. Ver a edição dos “*Annales D. Alfonsi Portugallensium Regis*”, em WALTER, Monica Blöcker, in *Alfons I von Portugal: Studien zu Geschichte und Sage des Begründers der Portugiesische Unbhägigkeit*, Zürich, Fretz und Wasmuth Verlag, 1966, pp. 151-161. Estes anais encontram-se inseridos na denominada *Chronica Gothorum*, por sua vez editada e traduzida em BRANDÃO, Frei António, *Monarquia Lusitana*, Parte Terceira, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1973, fl. 271r-276r, pp. [129]-[137]. De agora em diante, os *Annales D. Alfonsi* serão denominados ADA.

<sup>13</sup> CAI, §79 e 80, p. 87.

<sup>14</sup> CAI, §81, pp. 87-88; VENTURA, Margarida Garcez, *op. cit.*, p. 41.

<sup>15</sup> CAI, §82, p. 88.

No decurso desta invasão, o imperador hispânico decide acampar numa colina perto do castelo de Pena da Rainha, cerca da Portela do Vez, enquanto a hoste portuguesa assenta o seu arraial numa colina contígua. Alguns cavaleiros encetam combates individuais<sup>16</sup>, sem a autorização de Afonso VII, como o cronista tem o cuidado de nos informar. O resultado da batalha é incerto, mas alguns nobres portugueses pedem a Afonso Henriques que estabeleça paz com o imperador, fundamentando a sua argumentação na desproporcionalidade entre as suas forças e as do seu primo e lembrando-o da necessidade de defender a fronteira meridional dos ataques muçulmanos. A ideia da cessação de hostilidades entre os dois reinos agrada a ambos os líderes, sendo estabelecido, entre eles, um tratado de paz, válido durante um número indefinido de anos e constituído por um certo número de condições. Ao concluir a narrativa das desavenças entre o monarca de Leão e Castela e o infante de Portugal, o cronista afirma que a paz acordada entre os dois durou por muitos anos e teve um efeito benéfico para os reinos cristãos.<sup>17</sup>

Enfim, a imagem de Afonso Henriques que tanto a *História Compostelana* como a *Chronica Adefonsi Imperatoris* transmitem é a de um líder militar traiçoeiro e ambicioso, que congemma os seus projectos de invasão sempre que o rei de Leão e Castela se encontra ausente<sup>18</sup>. Além do mais, no caso da *Chronica*, ele coordena os seus esforços com o outro “vilão” da trama, o rei navarro. Neste texto, o cronista enquadra a imagem do infante português numa aura de incapacidade militar, ao ser derrotado tanto na primeira invasão da Galiza como na segunda, quando Celmes é destruída. Na terceira invasão, conquanto reconheça a vitória dos portugueses sobre Fernando Anes, o cronista deixa implícito que o sucesso da primeira fase desta operação de guerra se deve mais à traição dos condes galegos, do que à destreza militar de Afonso Henriques. Na segunda fase da terceira invasão, quando Afonso Henriques retorna à Galiza e tem lugar a batalha de Cerneja, onde os condes Fernão Peres e Rodrigo Veilaz são derrotados, o cronista estabelece uma relação de causalidade entre os seus “pecados” e a derrota, não reconhecendo, de forma alguma, qualquer valor ao feito bélico do seu adversário. Ainda

---

<sup>16</sup> Um “búfurdio”, como é denominado nos ADA, Era 1178. Cf. VENTURA, Margarida Garcez, *op. cit.*, p. 42. Sobre a descrição do recontro de Valdevez na CAI, cf. MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, pp. 191-192.

<sup>17</sup> CAI, §83-87, pp. 88-89.

<sup>18</sup> Como é natural, à imagem menos brilhante de Afonso Henriques é contraposta a representação elogiosa de Afonso VII, o “herói” da narrativa da CAI, cf. OLIVEIRA, António Resende de, e MIRANDA, José Carlos Ribeiro, “Da *História...*”, pp. 307-308.

que esta campanha redunde num sucesso para as hostes portuguesas, estas não têm tempo para se vangloriar dos seus feitos, pois, concomitantemente, o cronista refere a terrível destruição de Leiria, tornando a vitória portuguesa numa derrota, além de identificar implicitamente a incursão muçulmana como um castigo divino sobre o insolente infante português, que teima em tomar ilegitimamente os territórios do imperador hispânico.

Por último, a quarta e derradeira intervenção militar de Afonso Henriques na Galiza concretiza-se, do mesmo modo, num fracasso, pois este é derrotado por Fernando Anes, além de desencadear a invasão de Portugal por Afonso VII. Nesta fase, a única vitória de Afonso Henriques sobre as forças castelhano-leonesas, infligida sobre o grupo liderado pelo conde Ramiro, é explicada pela imprudência deste, não pela capacidade guerreira da hoste portuguesa, retirando-lhe qualquer honra que poderia advir desta vitória. No subsequente episódio do bufúrdio em Valdevez, ainda que o resultado não seja imediatamente positivo para os leoneses, o cronista rapidamente justifica-o com a atitude precipitada dos cavaleiros de Afonso VII, que iniciam as hostilidades sem o consentimento do imperador. Ainda assim, os portugueses pedem a paz, consistindo o diálogo entre o rei luso e os seus nobres numa clara tentativa por parte do cronista de contrapor a invencibilidade de Afonso VII às forças limitadas de Afonso Henriques, o qual tinha dificuldades em sustentar os ataques mouros na fronteira meridional, luta considerada implicitamente como mais premente pelo cronista, que não deixa de louvar os serviços prestados pelo acordo de paz ao cristianismo, isto é, aos reinos cristãos peninsulares.

Para completar esta análise das representações de Afonso Henriques nos textos contemporâneos produzidos em território galego-leonês, abordamos agora uma fonte galega, de tipologia e proveniência bastante díspares das fontes anteriores: referimo-nos à *Vida e Milagres de São Rosendo*<sup>19</sup>. Esta narrativa, de carácter hagiográfico, também representa o rei português em confronto com os galegos fiéis ao rei de Leão sobre os territórios fronteiriços. No entanto, desta vez, os combates dão-se décadas mais tarde,

---

<sup>19</sup> DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C., GÓMEZ, Maria Virtudes Pardo, PINTOS, Daria Vilariño (ed.), *Ordoño de Celanova: Vida y Milagros de San Rosendo*, La Coruña, Fundación Pedro Barrie de la Maza, 1990. A partir de agora, esta fonte será designada pela sigla VMR, seguida da paginação de acordo com a edição aqui referenciada.

sendo o rei de Leão o filho do imperador, Fernando II.<sup>20</sup> A *Vida e Milagres de São Rosendo*, texto redigido ao longo da segunda metade do século XII por Ordonho<sup>21</sup>, um monge do mosteiro de Celanova, transmite-nos a perspectiva de um meio monástico directamente afectado pela incursão bélica do rei português no sul da Galiza, por volta de 1165<sup>22</sup>, sendo facilmente visível a animosidade do redactor do texto para com o monarca luso.

A invasão de Afonso Henriques na Galiza é o objecto privilegiado do vigésimo milagre do Livro II da *Vida e Milagres de São Rosendo*<sup>23</sup>, cujas primeiras linhas consistem numa apresentação laudatória do rei de Leão, Fernando II, que reinaria aquando da redacção do milagre. A descrição do rei é idealizada, segundo o paradigma estabelecido, ou seja, de acordo com os padrões habituais de exaltação das noções de justiça e de piedade. O seu antípoda é seguidamente encarnado pelo rei português, o qual havia traiçoeiramente subornado alguns nobres cavaleiros, previamente fiéis ao rei leonês, que agora se revoltavam contra o seu senhor. Ordonho informa-nos que, no contexto das acções bélicas então promovidas pelo monarca luso, muitas igrejas sofreram danos, especialmente o mosteiro de Celanova, cujas terras foram arrasadas pelo exército invasor<sup>24</sup>. Estas linhas iniciais são suficientes para nos apercebermos da marca ideológica que irá estar subjacente à totalidade do relato: uma adversidade geral face às intenções de Afonso I. Atitude entendível, diga-se, visto que este atentou contra as possessões e a própria integridade física do mosteiro onde o testemunho foi produzido.

De acordo com a narrativa do monge de Celanova, o monarca português cercou Sandim, um povoado dependente do mosteiro, numa afronta perante a qual o santo bispo Rosendo intervém sobrenaturalmente, ao lançar sobre as forças do rei uma

---

<sup>20</sup> Para uma abordagem histórica geral dos confrontos na Galiza nos anos 60 do século XII, ver MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, pp. 290-292, assim como VENTURA, Margarida Garcez, *op. cit.*, pp. 49-51.

<sup>21</sup> A composição da VMR iniciou-se por volta de 1150, prolongando-se progressivamente ao longo da segunda metade do século XII e, inclusivamente, até meados do século XIII. No entanto, o milagre 20 do Livro II dos milagres do santo, que é a secção que nos interessa na presente análise, foi incorporado no texto já depois de 1185, cf. DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C., GÓMEZ, Maria Virtudes Pardo, PINTOS, Daria Vilariño (ed.), *op. cit.*, pp. 29-54; MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, p. 292.

<sup>22</sup> Datação apontada por MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, p. 291. Contudo, VENTURA, Margarida Garcez, *op. cit.*, pp. 49-50, afirma que terá sido em 1167.

<sup>23</sup> VMR, pp. 182-193.

<sup>24</sup> VMR, pp. 182-185.

espantosa tempestade. Ao mesmo tempo, o conde Vasco<sup>25</sup> apodera-se fraudulentamente de dois povoados, enquanto Afonso Henriques edifica o castelo de Birreto<sup>26</sup>, no interior do couto do mosteiro de Celanova, forçando o seu abade e alguns outros monges a procurar o auxílio de Fernando II.

Posteriormente, os milagres sucedem-se, dos quais um traz a morte a um criado do rei luso, além das aparições do santo, primeiro a um cavaleiro Mendo, a quem adverte da vingança que cairá sobre o rei português e seus fiéis; depois, a um camponês de Toroño, a quem informa das mesmas intenções vingativas, e, por fim, à mulher de um tal cavaleiro Gonçalo, a quem revela que Afonso Henriques seria preso dentro de oito dias e o cenóbio fundado pelo santo bispo recobriria as suas propriedades. As premonições prontamente se concretizam, iniciando-se a vingança sobre o rei português com a perda do castelo de Cedofeita, que tinha ocupado antes, e, depois, através dos eventos de Badajoz. Segundo o relato de Ordonho, Afonso Henriques havia cercado Badajoz, cidade detida por mouros, os quais convocam Fernando II para vir em seu auxílio. O monarca leonês acode aos apelos dos muçulmanos, culminando a sua intervenção com a prisão do rei português, gravemente ferido numa perna. Como seria previsível, o monge de Celanova estabelece uma relação de causalidade entre as aparições do santo e os acontecimentos de Badajoz, permitindo a Fernando II recuperar as terras de Límia e Toroño. Quanto a Afonso Henriques, Ordonho atribui-lhe um triste fim de vida, permanecendo inválido, devido ao ferimento da perna, até ao fim dos seus dias.<sup>27</sup>

Concluindo, tal como acontecia na *História Compostelana* e na *Chronica Adefonsi Imperatoris*, também na *Vida e Milagres de São Rosendo* Afonso Henriques surge como uma personagem sorrateira e desmesuradamente ambiciosa. Ele toma fraudulentamente as regiões de Límia e Toroño, empurrando os monges de Celanova para o exílio e privando-os das suas terras. A acrescentar ao já dito, Ordonho oferece-

---

<sup>25</sup> Trata-se de Vasco Sanches de Barbosa, nobre proveniente de uma família de origem galega ao serviço de Afonso Henriques. Filho de uma irmã do rei português, casada com Sancho Nunes de Barbosa, desempenha funções na corte de Afonso I desde 1153, tornando-se alferes-mor em 1171 e mordomo-mor entre 1169-1172, cf. DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C., GÓMEZ, Maria Virtudes Pardo, PINTOS, Daria Vilariño (ed.), *op. cit.*, nota 173, p. 187; MATTOSO, José, “A nobreza medieval galaico-portuguesa. A identidade e a diferença”, in *Portugal Medieval. Novas interpretações.*, 2ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992, pp. 176-177; Id., *D. Afonso Henriques*, p. 97 e 388; VENTURA, Margarida Garcez, *op. cit.*, p. 50.

<sup>26</sup> Supostamente, trata-se de Santa Eulália de Berredo, cf. DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C., GÓMEZ, Maria Virtudes Pardo, PINTOS, Daria Vilariño (ed.), *op. cit.*, nota 177, p. 187.

<sup>27</sup> VMR, pp. 188-193.

nos também a imagem de Afonso Henriques como um rei ímpio, desrespeitador para com os santos e, por conseguinte, para com o próprio Deus. Esta falta de respeito pelo divino vale-lhe um castigo proporcional à gravidade dos seus actos, terminando a sua actividade guerreira com a desonrosa derrota de Badajoz, a qual se deve à intervenção punitiva de S. Rosendo<sup>28</sup>. Como já foi afirmado, esta visão negativa do rei português surge naturalmente, se tivermos em conta que este se apoderou dos bens do mosteiro onde o texto foi redigido. Além do mais, a antipatia para com Afonso I é inversamente proporcional à empatia que os monges nutrem pelo rei leonês, Fernando II.

Enfim, a imagem de Afonso Henriques nos textos galegos e leoneses do século XII é sumamente negativa, como seria de esperar. Os textos provêm de meios sociopolíticos cujos interesses entram em rota de colisão com os da nascente monarquia portuguesa. Além disso, é verificável que o papel de Afonso I como *Conquistador*, isto é, como subjugador de territórios aos muçulmanos, está absolutamente secundarizado<sup>29</sup>, sendo este facto compreensível através do mesmo raciocínio: numa época em que a actividade da guerra santa contra os mouros era critério de avaliação para os reinados, além de outorgador de glória, respeito e capital político para os monarcas, especialmente nos textos originários de centros eclesiásticos, é facilmente inteligível que os meios contrários aos interesses do reino de Portugal queiram subtrair esse atributo ao respectivo rei, quando o representam nos seus testemunhos escritos.

## **1.2 - O Conquistador divinamente inspirado das narrativas dos crúzios**

Dedicamos esta secção à análise de textos presumivelmente produzidos no cenóbio de Santa Cruz de Coimbra<sup>30</sup>, em cujas narrativas a personagem régia é a central e nas quais a exaltação do seu poder se converte num objectivo estruturante. É precisamente nestes textos que a representação do rei como *Conquistador* auxiliado pela divindade vai ser explorada de forma mais intensa. Com efeito, com a transferência da corte para

---

<sup>28</sup> Tendo em conta que o milagre 20 do Livro II, onde se encontra a narrativa dos confrontos na Galiza e em Badajoz, terá sido incorporado na VMR pouco depois de 1185 (vide nota 21), é relevante o facto de que estamos perante o mais vetusto relato pormenorizado do comumente designado desastre de Badajoz, episódio que irá ser continuamente apropriado pela cronística posterior, como teremos a oportunidade de observar.

<sup>29</sup> Nas fontes acima analisadas, existem referências aos combates contra os mouros em Leiria e ao ataque português a Badajoz, mas surgem numa perspectiva secundarizada, além do facto de os eventos de Badajoz apenas serem mencionados na VMR como a concretização do castigo divino sobre o rei português.

<sup>30</sup> No caso de um deles, o *De Expugnatione Scallabis*, há quem levante dúvidas se terá realmente sido redigido em Santa Cruz de Coimbra, ver, mais à frente, a nota 37.



Coimbra, esta cidade torna-se o centro político do futuro reino. Como todas as estruturas políticas, esta necessitava de um discurso ideológico que legitimasse o seu poder interna e externamente, numa época em que o papel de sustentação ideológica do poder era delegado nas instituições monásticas<sup>31</sup>. Ora, no caso da realza portuguesa dos alvares da monarquia, essa função era cumprida pelos cónegos de Santa Cruz de Coimbra, instituição que também auxiliou a dotar o novo reino de um aparelho administrativo central, ao fornecer à corte uma elite letrada que dinamizaria as funções administrativas e burocráticas, próprias de uma entidade política que almeja ser autónoma<sup>32</sup>. Assim, ao se afirmar como a grande instituição cultural do incipiente reino português, graças ao dinamismo, diversidade e constante renovação no seio da elite clerical coimbrã, Santa Cruz recebe a importante tarefa de legitimar, no plano ideológico, tanto a implantação do poder régio como a expansão militar para os territórios meridionais. Desta forma, não é de estranhar que, a partir de determinada altura, o primeiro rei português seja um dos objectos privilegiados no seu discurso historiográfico.<sup>33</sup> Parte dessa pujante produção literária será analisada neste subcapítulo, subordinando-se a nossa análise às representações bélicas de Afonso Henriques, como é sabido.

Primeiramente, abordaremos o denominado *De Expugnatione Scallabis*<sup>34</sup>, relato pormenorizado da conquista de Santarém aos mouros, em 1147.<sup>35</sup> Esta narrativa possui demarcadas especificidades literárias, especialmente o facto de ser narrada na primeira pessoa do singular, como se fosse o próprio rei a descrever os sucessos, dando-lhe uma

---

<sup>31</sup> Segundo José Mattoso, os centros monásticos cumpriam “a necessidade de justificar a hierarquia social por meio de categorias teológicas, de acordo com as representações mentais da época”, cf. MATTOSO, José, “A nobreza medieval portuguesa. As correntes monásticas dos séculos XI e XII”, in *Portugal Medieval...*, pp. 197-198.

<sup>32</sup> SILVÉRIO, Carla Serapicos, “A imagem da realza na analística medieval portuguesa dos séculos XI e XII”, in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. 3, Guimarães, Universidade do Minho/Câmara Municipal, 1997, p. 37; MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, pp. 70-71. Para uma análise do papel desempenhado pela instituição crúzia na edificação da monarquia portuguesa, cf. Id., “Cluny, crúzios e cistercienses na formação de Portugal”, in *Portugal Medieval...*, pp. 109-115.

<sup>33</sup> OLIVEIRA, António Resende de, “A Cultura em Coimbra antes da Fundação da Universidade”, in *Universidade de Coimbra*, coord. de João Gouveia Monteiro, Coimbra, 2003, pp. 36-39.

<sup>34</sup> Nesta dissertação, manuseamos a edição e tradução publicada por NASCIMENTO, Aires A., “O júbilo da vitória: celebração da tomada de Santarém aos mouros (A.D. 1147)”, in *Actes del X Congrès Internacional de l’Associació Hispànica de Literatura Medieval*, edició a cura de Rafael Alemany, Josep Lluís Martos i Josep Miguel Manzanaro, Vol. III, Alacant, 2005, pp. 1224-1232. Doravante, o *De Expugnatione Scallabis* será designado pela sigla DES, seguido do número de página da tradução de Aires Nascimento.

<sup>35</sup> Para um enquadramento histórico da conquista de Santarém e produção do DES, ver MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, pp. 237-239. Para uma análise mais circunscrita aos elementos táticos da operação militar, veja-se PINA, Luís Maria da Câmara, “Da personalidade...”, pp. 300-309.

aura bastante realista e pormenorizada<sup>36</sup>. Trata-se de um relato provavelmente redigido por um cônego de Santa Cruz<sup>37</sup>, numa data não muito distanciada dos acontecimentos narrados, mas provavelmente já nos anos 80 do século XII, numa época de crise para o reino, que se vê assolado pelas devastadoras incursões almóadas, fazendo falta, por isso, um discurso historiográfico que servisse não só de resistência mas de exortação aos combates que se avizinhavam, buscando inspiração no exemplo estabelecido pelo *Fundador*.<sup>38</sup> Este relato constitui, assim, um documento de suma importância, não só do ponto de vista historiográfico, mas também literário. Produzido, como vimos, num meio clerical, este texto surge numa “*forma moldada na liturgia do ofício coral*”<sup>39</sup> e apresenta numerosas similitudes com outros textos crúzios onde figuram representações do primeiro rei português, nomeadamente, a *Vita Theotonii* e os *Annales D. Alfonsi Portugallensium Regis*<sup>40</sup>, os quais abordaremos mais abaixo. Entre essas similitudes contam-se a visão providencialista da história<sup>41</sup>, o uso recorrente de passagens bíblicas<sup>42</sup> e a representação de Afonso Henriques como um guerreiro divinamente inspirado, na sua constante luta contra os mouros.

*O De Expugnatione Scallabis* é primeiramente introduzido por um pequeno prólogo, onde as características retóricas e ideológicas que percorrem a totalidade do texto são já evidenciadas. Entre elas, contam-se a já referida concepção providencialista da história, ao integrar a conquista de Santarém nos planos pré-estabelecidos de Deus, as analogias bíblicas e a identificação do rei luso não só como meio condutor dos

<sup>36</sup> PEREIRA, Armando de Sousa, “A conquista de Santarém na tradição historiográfica portuguesa”, in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. 5, pp. 297-323.

<sup>37</sup> Sobre as diferentes propostas avançadas para a autoria do DES, ver PEREIRA, Armando de Sousa, “Motivos bíblicos na historiografia de Santa Cruz de Coimbra dos finais do século XII”, in *Lusitania Sacra*, 2ª S., 13-14 (2001-2002), p. 316; Id., “A conquista...”, p. 301; CINTRA, Luís Filipe Lindley, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Vol. I (Introdução), Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1951, pp. CCCXCII-CCCXCIII; MATTOSO, José, “As três faces de Afonso Henriques”, in *Penélope - Fazer e desfazer a História*, nº 8, Lisboa, Edições Cosmos, 1992, p. 36; Id., *D. Afonso Henriques*, p. 76. Por seu lado, Aires A. NASCIMENTO parte da opinião que o DES não teria sido produzido no cenóbio crúzio, embora assuma que não tem condições de avançar uma proposta alternativa, cf. “O júbilo...”, p. 1221.

<sup>38</sup> Cf. PEREIRA, Armando de Sousa, “Motivos...”, p. 317; Id., “A conquista...”, p. 299, 302; CINTRA, Luís Filipe Lindley, *op. cit.*, Vol. I (Introdução), p. CCCXCII.

<sup>39</sup> Cf. NASCIMENTO, Aires A., “O júbilo...”, p. 1217. O pequeno estudo que Aires Nascimento publicou conjuntamente com a sua edição e tradução do DES apresenta uma importante análise do DES do ponto de vista formal e literário, onde expõe sucintamente a forma paralitúrgica que o texto assume.

<sup>40</sup> Cf. CINTRA, Luís Filipe Lindley, *op. cit.*, Vol. I (Introdução), pp. CCCXCIII-CCCXCIV; PEREIRA, Armando de Sousa, “A conquista...”, p. 301. Sobre as edições dos ADA usadas neste estudo, ver nota 12 supra.

<sup>41</sup> Ou seja, a integração da história do reino no cenário geral da história sagrada, manifestada pela recorrente intervenção divina nos assuntos terrenos, em favor dos cristãos, mormente, na sua guerra contra o Islão. Cf. PEREIRA, Armando de Sousa, “Motivos...”, pp. 329-330.

<sup>42</sup> Sobre esta temática, ver o excelente artigo de PEREIRA, Armando de Sousa, “Motivos...”.

desígnios divinos, mas atribuindo-lhe, também, a responsabilidade autoral sobre a narrativa.<sup>43</sup>

Seguidamente ao prólogo, e já entrado no relato propriamente dito, o redactor denuncia os pressupostos retóricos referidos anteriormente, ao declarar taxativamente que a tomada de Santarém é um milagre que o Senhor obrou sobre o rei português, prodígio, aliás, mais espectacular do que os realizados nos tempos bíblicos antigos, mencionando-se o exemplo de Josué, que conseguiu que o sol parasse, e a queda dos muros de Jericó<sup>44</sup>. O autor justifica a afirmação, remetendo o leitor para a incredibilidade patente nos próprios factos: de outra forma, como seria possível que esta vila, tão eficazmente defendida e com características naturais que a tornavam tão inexpugnável, fosse tomada apenas por um punhado de guerreiros, mesmo sendo estes tão valorosos?<sup>45</sup>

As estruturas defensivas, assim como as características naturais do território de Santarém, são descritas pelo narrador<sup>46</sup>, realçando esta descrição o carácter milagroso da tomada da vila<sup>47</sup>. De facto, Afonso I havia já inquirido os seus próximos sobre como poderia tomar a povoação, quer à força ou através de um estratagema, mas aqueles sempre o desaconselhavam a tal feito, alegando que as forças portuguesas eram demasiado fracas para fazer frente à vila, contribuindo o presente trecho para a construção de uma imagem de Afonso Henriques como destemido guerreiro que, se alguma vez hesitou em tomar a dita vila, foi graças aos receios dos seus privados. De qualquer maneira, ele decide-se a procurar uma forma de atacar Santarém, sendo com esse intuito que marca umas tréguas com os muçulmanos e envia Mem Ramires,

---

<sup>43</sup> Cf. GUINCHO, Maria dos Anjos B. M. "A funcionalidade do relato da conquista de Santarém na construção da imagem de Afonso Henriques - versão portuguesa", in *Actas do 6º congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, Rio de Janeiro, Cdrom, 2001; PEREIRA, Armando de Sousa, "Motivos...", p. 331.

<sup>44</sup> O processo comparativo entre Afonso Henriques e as personagens das narrativas bíblicas é também efectuado noutras fontes originárias de Santa Cruz, nomeadamente nos ADA, como forma de exaltação do rei, autêntico protegido da divindade e instrumento desta nos assuntos terrenos, cf. PEREIRA, Armando de Sousa, *Representações da Guerra no Portugal da Reconquista (séculos XI-XIII)*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2003 p. 59.

<sup>45</sup> DES, p. 1228.

<sup>46</sup> Sobre a descrição de Santarém e seus termos no DES, ver PEREIRA, Armando de Sousa, "A conquista...", p. 307.

<sup>47</sup> É de notar que o autor havia já informado que, em todas as anteriores conquistas de Santarém, a cidade se havia entregado pela fome, intensificando ainda mais a exaltação do extraordinário feito de Afonso Henriques.

cavaleiro de Coimbra<sup>48</sup>, cuja sensatez e devoção são elogiadas, numa missão de reconhecimento da praça muçulmana, tendo já em vista uma entrada furtiva nocturna.<sup>49</sup>

Delineado o plano, começa a marcha dos cavaleiros coimbrões, pormenorizadamente traçada no relato, culminando depois, após alguns dias, num discurso feito pelo rei, defronte dos seus guerreiros, arenga de suma importância para apreender a imagem de Afonso Henriques transmitida neste testemunho. Nela, o rei relembra as tragédias causadas aos cristãos pelos habitantes de Santarém<sup>50</sup>, assim como releva que o grupo que escolheu é intencionalmente pouco numeroso, mas composto pelos mais corajosos dos seus cavaleiros. Denota-se grande alegria e ansiedade, da parte do monarca, ao descrever detalhadamente o plano de entrada furtiva e ao exortar os seus guerreiros ao extermínio dos muçulmanos, assim que entrassem no interior da vila, numa clara demonstração de radicalidade ideológica<sup>51</sup>, estando o massacre legitimado pelo apoio divino de que as forças coimbrãs beneficiavam, graças às orações dos cónegos de Santa Cruz e do clero de Coimbra, como o rei informa no seu discurso. De seguida, Afonso Henriques incita os cavaleiros a combater pela sua prole, enquanto se aponta a si próprio como o primeiro entre eles, acompanhando-os sempre, na vida e na morte, e recusando as suas propostas, quando o tentavam demover a participar numa empresa tão perigosa<sup>52</sup>. Ora, este discurso e diálogo entre Afonso I e os cavaleiros de Coimbra, consiste numa exaltação clara da virtude militar e coragem do rei, assim como

---

<sup>48</sup> Para a identificação dos cavaleiros mais próximos de Afonso I nesta narrativa, ver PEREIRA, Armando de Sousa, “A conquista...”, nota 54 e nota 59, nas páginas 308 e 309, respectivamente.

<sup>49</sup> DES, p. 1229.

<sup>50</sup> Justificando, de certa forma, a radicalidade do discurso do rei contra os habitantes da vila, cf. Armando de Sousa, *Representações...*, pp. 57-58.

<sup>51</sup> Segundo Armando de Sousa PEREIRA, “*está subjacente uma atitude de extermínio, uma radicalização do confronto.*”, cf. “A conquista...”, p. 313. Do mesmo autor, ver também *Representações...*, p. 58. No entanto, muitas vezes, a ordem de massacre de não combatentes, no quadro da guerra medieval, respondia também a imperativos militares, sendo possível que estes constassem nas considerações de Afonso Henriques ao ordenar o massacre, pois tal matança de muçulmanos, enquanto adormecidos, instalaria o terror e o caos, permitindo ao pequeno número de portugueses tomar a populosa vila mais rápida e eficientemente. Sobre o assunto da violência extrema e da crueldade na guerra medieval, ver McGLYNN, Sean, *By Sword and Fire. Cruelty and Atrocity in Medieval Warfare*, London, Phoenix, 2009.

<sup>52</sup> Esta tentativa de dissuasão da participação do monarca na conquista de Santarém tem como base narrativa o episódio bíblico da guerra mantida entre o rei David e o seu filho rebelde, Absalão. No entanto, David acabou por não participar na batalha, enquanto os argumentos dos cavaleiros de Coimbra não foram suficientes para demover o corajoso rei português das suas intenções. Aliás, refira-se que o próprio encorajamento ao extermínio da população muçulmana, aludido acima, apresenta um certo paralelismo com determinadas passagens bíblicas. Cf. PEREIRA, Armando de Sousa, “Motivos...”, pp. 324-325.

das relações de profunda amizade e companheirismo para com os seus camaradas de armas.<sup>53</sup>

Como prova do apoio outorgado pela divindade, o relato indica a visualização de um milagre pela parte dos cristãos, além de mencionar um outro prodígio vislumbrado já antes pelos muçulmanos. Ambos consistem em fenómenos celestes, prenunciando a vitória cristã e mudança dos detentores do poder em Santarém. Estes milagres marcam a intervenção do campo religioso na prática da guerra, apresentando como indiscutível o favorecimento da divindade em benefício dos fiéis cristãos, o que reforça a retórica providencialista do relato em análise.<sup>54</sup>

Na parte final da narrativa, é descrito o assalto furtivo à cidade, de forma bastante realista, como é apanágio de toda esta relação dos eventos de Santarém. O texto indica de novo a intervenção de Deus, que obriga a uma alteração de planos dos cristãos, ao verificarem que estavam duas sentinelas muçulmanas num local que esperavam desprovido de vigilância nocturna. Continua, de seguida, o relato com os pormenores da entrada furtiva, até ao momento em que o grosso das forças do rei consegue entrar na cidade, graças à astúcia dos cavaleiros coimbrões, que escalam as muralhas e quebram os ferrolhos das portas, incentivados pelos gritos do rei que lhes ordena que levem a morte a todos os infieis que encontrarem. Aquando da entrada final, o autor do texto fornece uma última imagem do rei: assim que Afonso Henriques entra pelos portões, ajoelha-se, agradecendo a Deus o favor que lhe fizera. Assim termina o relato, abstendo-se o monarca, suposto narrador, de falar dos ataques e combates que então levou a cabo, numa mostra adicional da sua humildade, deixando claro que a vitória se deve a Deus e não apenas ao seu mérito.<sup>55</sup>

Ao analisar o *De Expugnatione Scallabis*, podemos verificar que esta fonte explora uma imagem de Afonso Henriques igualmente veiculada nos *Annales D. Alfonsi*<sup>56</sup> e noutros textos crúzios, como verificaremos de seguida. No relato da tomada de Santarém, encontramos uma representação do rei como destemido e virtuoso guerreiro, divinamente inspirado e auxiliado, com a devida mediação dos cónegos regantes de Santa Cruz de Coimbra. Afonso Henriques é, neste texto, um fiel

---

<sup>53</sup> DES, p. 1230-1231; PEREIRA, Armando de Sousa, “A conquista...”, p. 315.

<sup>54</sup> DES, p. 1231; PEREIRA, Armando de Sousa, “A conquista...”, p. 316.

<sup>55</sup> DES, pp. 1231-1232.

<sup>56</sup> Sobre a imagem de Afonso Henriques nos ADA, ver MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, p. 78; PEREIRA, Armando de Sousa, *Representações...*, pp. 68-71; SILVÉRIO, Carla Serapicos, “A imagem...”, pp. 37-40.

companheiro dos seus vassallos e camaradas de armas, assim como um inimigo implacável dos sarracenos. Trata-se de um texto impregnado de motivações ideológicas com o claro objectivo propagandístico de exaltar e legitimar o poder de Afonso Henriques, através da rememoração das suas conquistas aos mouros, servindo a representação acima descrita como meio discursivo de atingir os objectivos políticos propostos.<sup>57</sup> Assim, este texto mostra como a Reconquista<sup>58</sup>, e a manutenção da memória desta, é propícia a fornecer representações historiográficas de Afonso Henriques, nas quais ele surge como piedoso guerreiro, imagética susceptível de enaltecer a sua pessoa e, consequentemente, o seu poder. Quando incumbidos de “*garantir, aos olhos dos súbditos, o sancionamento divino para a sua autoridade [de*

---

<sup>57</sup> PEREIRA, Armando de Sousa, *Representações...*, pp. 58-60; Id., “A conquista...”, p. 320; GUINCHO, Maria dos Anjos B. M. “A funcionalidade...”;

<sup>58</sup> Uma nota se impõe relativamente a este último conceito: não é nosso objectivo imiscuirmo-nos na polémica discussão relativa à justeza, ou falta dela, da utilização do designativo Reconquista, quando nos referimos à guerra dos cristãos contra os muçulmanos na Península Ibérica, desde a revolta de Pelágio das Astúrias até à conquista de Granada pelos Reis Católicos. Nesse sentido, devemos clarificar que usamos esta terminologia, ao longo da nossa dissertação, não só pela convencionalidade do termo e sua aceitação geral, mas também porque pensamos que esta designação comporta alguma utilidade, na medida em que nos permite, com uma só palavra, designar todo o processo de expansão do reino português até ao Algarve, em 1249, e das restantes formações políticas cristãs ibéricas, até à conquista de Granada em 1492. Além do mais, permite também reportar a uma ideologia legitimadora, vigente à época, que sustentava a política bélica dos reinos peninsulares numa firme base ideológica e historiográfica. Falamos de uma ideologia específica, geralmente associada ao mito neo-gótico, que firmava a legitimidade da expansão meridional das formações cristãs do norte sobre uma pretensa recuperação dos territórios anteriormente pertencentes aos cristãos. Ao examinar as representações guerreiras de Afonso I, tentaremos sempre averiguar em que medida esta ideologia, à qual nos referiremos como ideologia de Reconquista, está presente nos textos cronísticos medievos, produzidos no território português, e de que forma ela se relaciona com a imagem, construída nessas narrativas, de Afonso Henriques.

Portanto, resumindo e concluindo, escolhemos usar o termo Reconquista para designar a guerra de expansão mantida pelos cristãos do norte da Península Ibérica, neste caso, da monarquia lusa, contra os muçulmanos do sul, fenómeno que, de alguma forma, se confunde com a própria Idade Média peninsular, como período cronológico. Sobre questões teóricas relacionadas com o conceito de Reconquista, veja-se o excelente artigo de GARCIA FITZ, Francisco, “La Reconquista: un estado de la cuestión”, in *Clio & Crimen*, nº 6, 2009. Ver também Id., “*En el Nombre de Dios. La Ideología de la Guerra en la Península Ibérica Medieval. Siglos XI-XIII*”, in *Revista de História das Ideias*, Vol. 30, 2009; MARAVALL, José Antonio, *El Concepto de España en la Edad Media*, 2ª edición, Madrid, Instituto de Estudios Políticos, 1964, pp. 249-337; GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel, “Sobre la Ideología de Reconquista: Realidades y Tópicos”, in *Memoria, Mito y Realidad en la Historia Medieval*, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos del Gobierno de la Rioja, 2003, pp. 151-170; GARCÍA DE CORTÁZAR, J. A., PORTÉLA, E., CABRERA, E., GONZÁLEZ, M., e LOPÉZ DE COCA, J. E., *Organización Social del Espacio en la España Medieval: La Corona de Castilla en los siglos VIII a XV*, Barcelona, Editorial Ariel S. A., 1985, pp. 12-15; BOISSELLIER, Stéphane, “Réflexions sur l'idéologie portugaise de la Reconquête: XII-XIV siècles”, in *Mélanges de la Casa de Velázquez*. Tome 30-1, 1994, pp. 139-165; RÍOS SALOMA, Martín, “La ‘Reconquista’: una aspiración peninsular? Estudio comparativo entre dos tradiciones historiográficas », *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre* | BUCEMA [En ligne], Hors série nº 2 | 2008, mis en ligne le 24 janvier 2009. Disponível online em <http://cem.revues.org/index9702.html>. [consultado em 31/08/2011]; RUCQUOI, Adeline, *História Medieval da Península Ibérica*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, pp. 215-216.

Afonso I]<sup>59</sup>, os cónegos de Santa Cruz aperceberam-se das potencialidades legitimatórias fornecidas pelo tema da Reconquista, a sacrossanta guerra contra os inimigos infiéis.

A imagem de Afonso I como o guerreiro cristão, inspirado e favorecido por Deus, irá ser aprofundada de forma exponencial nos *Annales D. Alfonsi Portugallensium Regis*<sup>60</sup>, último texto analisado neste subcapítulo. Aqui, entra-se num novo patamar de glorificação do monarca luso e intensifica-se a construção do mito<sup>61</sup>, estando a guerra de Reconquista tão presente como em nenhum outro texto anterior, produzido no território português. Na verdade, com os *Annales D. Alfonsi*, também denominados *Anais de Santa Cruz II*<sup>62</sup>, atinge-se um nível laudatório e propagandístico nunca reflectido em outro testemunho historiográfico anterior, atinente à imagem do primeiro rei português. O seu lugar de produção é, reconhecidamente, o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra<sup>63</sup>, cujos cónegos, cumprindo fielmente a sua função legitimadora do poder régio, redigem, pouco depois de 1185, um autêntico libelo em defesa da legitimidade da monarquia fundada por Afonso Henriques, num contexto de grande dificuldade para o potentado portugalense, com o recuo da fronteira meridional para a zona do Tejo.<sup>64</sup>

A gloriosa epopeia inicia-se em Zamora, em 1125, quando Afonso Henriques toma as armas da cavalaria para si próprio<sup>65</sup>. Assumindo contornos de uma autêntica prolepse, esta notícia antecipa o ilustre futuro do primeiro rei luso, descrito aqui como um herói da cristandade, destinado a conduzir as rédeas do reino português. Esta relação da cerimónia de entrada de Afonso Henriques na cavalaria permite-nos elencar o género de adjectivação que normalmente anda acoplada ao rei, neste texto<sup>66</sup>: segundo o

---

<sup>59</sup> MATTOSO, José, “As três faces...”, pp. 32-33.

<sup>60</sup> Veja-se a nota 12, acima.

<sup>61</sup> MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, p. 78.

<sup>62</sup> Cf. KRUS, Luís, *A produção do passado nas comunidades letradas do Entre Minho e Mondego nos séculos XI e XII - as origens da analítica portuguesa*, Lisboa, Provas de Agregação, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, 1998, policopiado, p. 14.

<sup>63</sup> MATTOSO, José, “Anais”, in *Dicionário da Literatura Medieval...*, p. 51; DAVID, Pierre, *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VI<sup>e</sup> au XII<sup>e</sup> siècle*, Lisboa, Livraria Portugália Editora, 1947, p. 284.

<sup>64</sup> Cf. MATTOSO, José, “Anais”, in *Dicionário da Literatura Medieval...*, p. 51; Id., *D. Afonso Henriques*, p. 55, 161, 374; PEREIRA, Armando de Sousa, *Representações...*, p. 60; Id., “Motivos...”, pp. 317; OLIVEIRA, António Resende de, “A Cultura em Coimbra...”.

<sup>65</sup> ADA, Era 1163; MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, pp. 54 – 56; Id., “Dois séculos...”, p. 51.

<sup>66</sup> Preferimos fazer deste modo, pois não seria exequível, nem prático, chamar a atenção do leitor para a forma como o rei é adjectivado em cada evento isolado dos ADA, já que o padrão estabelecido nesta primeira notícia não se altera substancialmente ao longo do relato. Fazemos notar, ademais, que a

analista, o primeiro rei português era grande de corpulência, “*semelhante a um leão nas suas batalhas e acções*”, um grande e ilustre varão, valente nos feitos de armas, “*erudito na língua e prudente nas suas acções*”, de génio e inteligência esclarecida, formoso de corpo, de bela aparência e olhar encantador, irredutível na fé católica, respeitador dos ministros da religião, extremosamente benévolo e devoto, defensor do reino, conquistador de novos territórios e povoador dos mesmos, para benefício do reino e da própria cristandade. Como se pode ver, encontramos, aqui, um rei ao estilo veterotestamentário, habilidoso nas armas e piedoso no trabalho santo, um autêntico escolhido de Deus para conduzir os caminhos dos homens. Na composição desta imagem messiânica de Afonso Henriques, a guerra de Reconquista toma o papel principal, ao longo de todo o texto, e é precisamente o facto de ser um príncipe protegido pela divindade que lhe permite todas as subsequentes vitórias contra os muçulmanos.<sup>67</sup>

No entanto, numa primeira etapa, o discurso dos *Annales* centra-se na legitimação interna do seu poder, com o relato da batalha de S. Mamede e o retrato demoníaco da mãe do infante, D. Teresa<sup>68</sup>, assim como da revolta de Bermudo Peres de Trava, em Seia, que foi submetida pelo jovem infante<sup>69</sup>. Além da legitimação interna do poder de Afonso Henriques, os *Annales* não deixam de revelar um processo análogo face aos outros potentados ibéricos, através do relato do bufúrdio de Valdevez, em 1140, onde os cavaleiros portugueses conseguiram derrotar e aprisionar alguns nobres

---

descrição de Afonso Henriques nesta memória está impregnada de reminiscências bíblicas, que foram identificadas por PEREIRA, Armando de Sousa, “Motivos...”, pp. 320-321. Assim, o analista estabelece uma analogia entre o jovem Afonso I e a força de Judas Macabeu, a “linguagem erudita” de Isaías e a “bela fisionomia” de David. Acrescentamos, por fim, que a influência discursiva das Sagradas Escrituras nos ADA é constante, pelo que, sempre que necessário, remetemos o leitor para o trabalho de Armando de Sousa Pereira.

<sup>67</sup> PEREIRA, Armando de Sousa, *Representações...*, p. 69; MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, pp. 54-56; ANTUNES, José, “O Príncipe Ideal Cristão nos Annales Domni Alfonsi Portugallensium Regis (1185)”, in *Hymnitas*, Vol. L, 1998, pp. 437-440.

<sup>68</sup> Retrato, aliás, que se manteve na cronística régia posterior, ainda que o de seu filho se altere de forma substancial, como podemos verificar ao longo desta dissertação.

<sup>69</sup> Fernão Peres de Trava não é mencionado no texto, mas a forma depreciativa como o analista se refere aos “*indignos estrangeiros*” que tinham usurpado o poder no condado, com o consentimento de D. Teresa, assim como a memória da revolta de Bermudo Peres, revela uma manifestação muito precoce de uma consciência nacional, que já se reflectia na altura, ainda que circunscrita aos meios eclesiásticos. Além do mais, trata-se de uma clara tentativa de denegrir a imagem dos Travas, poderosa família galega, que se encontrava ligada a D. Teresa no governo do condado. Sobre este assunto, ver MATTOSO, José, “A nobreza medieval galaico-portuguesa...”, pp. 171-196; Id., *D. Afonso Henriques*, pp. 44-46 e 98-100; Id., “Dois séculos...”, p. 55.



galegos e leoneses, levando o imperador Afonso VII a entabular conversações de paz, sendo esta estabelecida, de forma perpétua.<sup>70</sup>

Ainda antes dos sucessos de Valdevez, os *Annales* registam uma série de eventos relacionados com o governo e planeamento do território. Primeiro, a fundação do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, em 1132, a partir da qual o analista atribui o título de “*rex*” a Afonso Henriques<sup>71</sup>, e, depois, a construção do castelo de Leiria, em 1135<sup>72</sup>, tendo em vista o fortalecimento da fronteira meridional. Após isto, e com a excepção do bufúrdio de Valdevez, o discurso legitimador direcciona-se exclusivamente para a guerra contra os mouros. Depois de mencionar o “*infortúnio*” ocorrido sobre os cristãos em Tomar<sup>73</sup>, o analista regista o despoletar da atitude ofensiva de Afonso Henriques frente aos muçulmanos, logo na notícia sucedânea, que descreve a batalha de Ourique<sup>74</sup>, relato que contém já uma imensa carga simbólica<sup>75</sup> e onde se constata o emprego de artifícios retóricos, que visam exaltar o tamanho e a diversidade geográfica da proveniência do exército muçulmano. Além da habitual protecção concedida por Deus a Afonso Henriques<sup>76</sup>, também a bravura e coragem dos guerreiros portugueses é louvada, dos quais apenas uns “*escolhidos*” atacam o acampamento agareno, que cercava o arraial portugalense, e derrotam a sua imensa hoste, liderada pelo rei Esmar<sup>77</sup>. Apesar de não ser ainda o elemento outorgador da dignidade régia<sup>78</sup>, trata-se de uma relação deveras aprofundada, investindo o analista nesta batalha uma considerável relevância, pela forma como descreve o exército oponente e pela extensão e nível de detalhe do

---

<sup>70</sup> ADA, Era 1178. Na verdade, os propósitos de legitimação do poder régio de Afonso I, independente em relação à monarquia castelhano-leonesa, são claramente denunciados pelo relato do analista de Santa Cruz. De acordo com este, não só é o próprio imperador que lança a proposta de paz entre os reis, face a uma derrota militar, como também exige que ela seja perpétua, neutralizando qualquer intenção dos futuros monarcas de Leão e Castela, seus descendentes, de reclamarem o trono de Portugal. Além do mais, os eventos do bufúrdio de Valdevez são substancialmente diferentes no relato exposto pelas fontes castelhano-leonesas, nomeadamente, na CAI, onde o cenário não é tão promissor para o rei português, levando-o a propor paz aos leoneses, não tendo esta um carácter perpétuo, como acontece nos ADA.

<sup>71</sup> ADA, Era 1170. Cf. SILVÉRIO, Carla Serapicos, “A imagem...”, p. 40; MATTOSO, José, “A realza...”, p. 215; Id., *D. Afonso Henriques*, p. 171.

<sup>72</sup> ADA, Eras 1170 e 1173; MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, pp. 149-152.

<sup>73</sup> ADA, Era 1175.

<sup>74</sup> ADA, Era 1177; MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, pp. 161-162.

<sup>75</sup> Desde logo, na data atribuída ao prélio: 25 de Julho, festa de S. Tiago, o patrono da Reconquista, cf. SILVÉRIO, Carla Serapicos, “A imagem...”, p. 39.

<sup>76</sup> Tópico comum nos textos monásticos, que apregoavam a intervenção recorrente da providência divina nos assuntos humanos.

<sup>77</sup> Provavelmente, o “rei Esmar” corresponde a Abu Muhammad Az-Zubayn b. ‘Umar, governador almorávida de Córdova e Granada, cf. MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, p. 165.

<sup>78</sup> Sobre a probabilidade histórica da existência de uma relação entre Ourique e a assunção do título régio por D. Afonso Henriques, ver MATTOSO, José, “A realza...”; Id., *D. Afonso Henriques*, pp. 167-172.

relato, no qual a acção toma contornos de um audacioso fossado<sup>79</sup> que desemboca numa batalha de grandes dimensões. Além do mais, note-se a inserção de temas lendários, como a presença de guerreiras amazonas no exército muçulmano<sup>80</sup>.

O revés sofrido com a destruição de Leiria e a captura de Paio Guterres, comandante do castelo, em 1140<sup>81</sup>, remete o rei para a necessidade de reforçar a fronteira, com a construção do castelo de Germanelo, em 1142<sup>82</sup>, e a reedificação do castelo de Leiria, em 1144<sup>83</sup>, mas também para a imperiosidade de encetar uma ofensiva mais consistente sobre os muçulmanos. Na verdade, agora seria a altura ideal para tal empreendimento, porquanto o analista regista a rebelião dos hispano-muçulmanos contra os seus governantes almorávidas<sup>84</sup>. Além disso, repete a tese segundo a qual a conquista da Península Ibérica no tempo do último rei godo, Rodrigo, teria sido um flagelo originado pelos pecados dos cristãos. Agora, Deus propiciava o povo crente, dirigindo a sua ira sobre o infiel e lançando a desordem entre os maometanos. A fraqueza dos sarracenos permitirá o avanço e vindicta do povo cristão, concretizados no labor guerreiro de Afonso Henriques, que, rapidamente, se lança ao ataque, assolando as terras dos mouros e recebendo tributo de Santarém, Lisboa e povoações circundantes. Ocorre, portanto, uma apropriação da ideologia da Reconquista por parte da monarquia portuguesa, embora não se verifique um aproveitamento da memória mitificada do passado hispano-visigodo em benefício daquela entidade política<sup>85</sup>.

---

<sup>79</sup> Sobre esta interpretação dos acontecimentos de Ourique, ver HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal*, Tomo II, Lisboa, Aillaud-Bertrand, 8ª edição, s/d, pp. 172-175; MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, pp. 164-166. Este último autor, aliás, identifica o fossado de 1139 como uma das principais componentes do processo de consolidação militar do novo potentado cristão no ocidente peninsular, cf. *Id. Ibid.*, pp. 155-156; *Id.*, “Dois séculos...”, pp. 63-64.

<sup>80</sup> *Id.*, *D. Afonso Henriques*, pp. 161-162.

<sup>81</sup> ADA, Era 1178; MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, p. 153-156; PEREIRA, Armando de Sousa, “Motivos...”, p. 326.

<sup>82</sup> ADA, Era 1180.

<sup>83</sup> ADA, Era 1182.

<sup>84</sup> ADA, Era 1180; MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, pp. 201-203.

<sup>85</sup> Vide nota 58; PEREIRA, Armando de Sousa, “Motivos...”, p. 332-335. O facto de a monarquia lusa não intentar uma apropriação do passado hispano-visigodo, como estratégia de legitimação política, radica, desde logo, no próprio conteúdo da composição analística onde se inserem os ADA, a *Chronica Gothorum*, nomeadamente, nas primeiras notícias dos *Annales Portugalenses Veteres*, que constituem a primeira secção da *Chronica*. Estes anais apresentam a curiosa particularidade de afirmar que os godos foram “expulsos” da Península, não se estabelecendo, portanto, uma relação de continuidade entre a monarquia visigótica e os potentados cristãos do norte da Hispânia, contrariando uma tendência dominante, pelo menos, desde a historiografia da corte de Afonso III das Astúrias. Face a esta evidência, Pierre David propôs que talvez os *Annales Portugalenses Veteres* remontassem a uma tradição historiográfica anterior ao ciclo de Afonso III. Cf. DAVID, Pierre, *op. cit.*, p. 317; BRANDÃO, Frei António, *op. cit.*, Parte Terceira, fl. 271r, p. [129]. Para um estudo sobre generalidade da produção analística portuguesa dos séculos XI e XII, cf. DAVID, Pierre, *op. cit.*, pp. 257-340. Este autor enquadrava a totalidade das primeiras produções analísticas, feitas em território português, sob a

Na verdade, já anteriormente à mencionada revolta hispano-muçulmana, Afonso Henriques tinha demonstrado que a via escolhida era a do lançamento de uma ofensiva mais consequente contra os mouros, ao cercar a cidade de Lisboa, em 1140<sup>86</sup>. Ainda que o cerco não surtisse o efeito desejado, limitando-se o exército cristão a devastar os arredores da cidade, o rei português contou nesta empresa com um capital militar do qual ele iria beneficiar outras vezes no futuro: o auxílio cruzado do norte da Europa. De qualquer forma, os passos decisivos são dados em 1147, com a tomada de Santarém e de Lisboa<sup>87</sup>. No primeiro caso, o rei, adjectivado com os atributos habituais no texto crúzio e acompanhado de uns poucos cavaleiros, toma a cidade “*para si e para a Cristandade*”, pela “*vontade de Deus*”. O relato dos *Annales* não chega ao nível de pormenorização alcançado pelo *De Expugnatione Scallabis*, mas concorda com este na descrição geral que fornece.

O relato da conquista de Lisboa contém mais detalhes e particularidades. Os *Annales* relatam a chegada inesperada dos cruzados ao Tejo em pleno cerco de Lisboa, definindo o acontecimento como mais um dos desígnios de Deus, além de enunciar que os ditos cruzados aceitaram, imediatamente, combater ao lado do rei. O evento histórico é completamente idealizado pela pena do analista, não só ao desenhar o exército cruzado como uma frota enviada pela divindade, expressamente em auxílio do rei português, mas também ao afirmar que ele se subordina à direcção régia sem qualquer condição prévia<sup>88</sup>. É notória, portanto, a vontade do analista de atribuir mais uma intervenção divina às conquistas de Afonso Henriques.

Efectivamente, esta predisposição é constante ao longo dos *Annales D. Alfonsi* e, logo após relembrar as sucessivas conquistas de Sintra, Almada e Palmela por Afonso I, “*para si e para a Cristandade*”, ainda no mesmo ano, o analista fala-nos de um recontro entre o monarca português e uma multidão de mouros, onde a mistificação e

---

designação de *Annales Portugalenses Veteres*, cujas recensões, tanto a breve como a longa, ele editou, a partir dos vários testemunhos manuscritos existentes, na obra supra referenciada, pp. 291-312. Mais tarde, José Mattoso e Luís Krus viriam a clarificar a proveniência de cada uma das unidades narrativas que compõem a globalidade dos *Annales Portugalenses Veteres*, cf. MATTOSO, José, “O mosteiro de Santo Tirso e a cultura medieval portuguesa”, in *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, 2ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1997, pp. 449, 452-459; KRUS, Luís, *op. cit.*.

<sup>86</sup> ADA, Era 1178; MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, pp. 197-198.

<sup>87</sup> ADA, Era 1185.

<sup>88</sup> Na verdade, sabemos das dificuldades que Afonso Henriques e o bispo do Porto enfrentaram, quando tentavam convencer os cruzados a combater com os portugueses em Lisboa, assim como dos problemas ocorridos aquando da tomada da cidade e divisão do espólio, cf. NASCIMENTO, Aires A. (ed. e trad.), *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*, 2ª edição, Lisboa, Nova Vega, 2007, pp. 61-89 e pp. 131-138.

exaltação da figura do rei e seus cavaleiros chega ao auge: informa o cónego crúzio que, certo dia, cavalgava o rei cerca dos campos de Alcácer, acompanhado de 60 cavaleiros, dos quais nenhum possuía armamento conveniente. Ora, este grupo encontra um temível exército de 500 cavaleiros mouros, bem armados e escoltados por 40000 peões<sup>89</sup>, sendo estes, no entanto, vencidos pelo diminuto grupo de cavaleiros portugueses<sup>90</sup>. Assim, não é de surpreender que o analista veja neste triunfo o mais extraordinário milagre de todos os que Deus operou no mundo, incluindo aqueles praticados aquando da época dos reis antigos. Como vemos, ao descrever este combate, para lá das fronteiras muçulmanas, o analista fornece uma das exaltações mais acentuadas do monarca e seu séquito de guerreiros, declarando-o superior aos reis antigos<sup>91</sup>. Além do mais, é também indicado que Afonso Henriques foi ferido numa perna durante esta batalha, servindo isso como uma espécie de “marca de martírio”, além de avançar uma explicação para o ferimento que, na tradição cronística posterior, será associado aos tristes eventos de Badajoz<sup>92</sup>, aqui apenas brevemente mencionados.

Nos anos seguintes, o rei português tenta conquistar Alcácer do Sal por duas vezes<sup>93</sup>, sempre com o auxílio dos cruzados, confiado que lhe trariam um sucesso semelhante ao alcançado em Lisboa, em 1147. No entanto, Deus ainda não tinha “*afastado a sua piedade dos infiéis*”, tendo ambos os cercos falhado. De qualquer forma, o piedoso rei português conseguiu conquistar a dita povoação, em 1158, após dois meses de cerco, entregando-lhe a divindade o castelo, do qual ele expulsou todos os muçulmanos.<sup>94</sup>

---

<sup>89</sup> Sobre estas contabilizações hiperbolizadas, transversais à quase totalidade das fontes narrativas medievais que reportam feitos militares, cujo objectivo primordial é exaltar a virtude bélica dos visados nos textos ou a triunfante intervenção divina, cf. GUENÉE, Bernard, *Histoire et Culture historique dans l'Occident médiéval*, Paris, Aubier-Montaigne, 1980, pp. 179-184.

<sup>90</sup> ADA, Era 1185. José MATTOSO não põe em causa a veracidade deste relato, apenas levanta questões à interpretação dada pelo analista crúzio. Segundo aquele autor, a cavalgada nos arredores de Alcácer consistiria numa expedição furtiva de saque, daí a ausência de armaduras. Estas expedições eram geralmente encetadas por cavaleiros vilãos, junto dos quais o rei não desdenhava participar, cf. *D. Afonso Henriques*, pp. 281-282.

<sup>91</sup> PEREIRA, Armando de Sousa, *Representações...*, p. 70.

<sup>92</sup> Id., *Ibid.*, p. 70. O ferimento na perna é, aliás, um elemento comum nas várias narrativas de Afonso Henriques. Surge primeiro na VMR, quando relata o desastre de Badajoz, agora nos ADA, ligado à batalha nos campos de Alcácer, e será um elemento permanente em todos os relatos posteriores do episódio de Badajoz. José MATTOSO interpreta o ferimento na perna, no relato específico dos ADA, como um prenúncio dos acontecimentos de Badajoz, cf. *D. Afonso Henriques*, p. 281.

<sup>93</sup> ADA, Era 1196.

<sup>94</sup> ADA, Era 1196. Para um enquadramento histórico da conquista de Alcácer, ver MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, pp. 282-284.

O ocaso das acções militares de conquista lideradas por D. Afonso Henriques enquadra-se nos anos que sucedem a conquista de Alcácer até à malograda campanha de Badajoz. Curiosamente, os *Annales D. Alfonsi* registam nestes anos as duas únicas acções bélicas ofensivas não protagonizadas directamente pelo rei português: falamos das conquistas de Beja e Évora.<sup>95</sup> A primeira foi realizada pelos “*homens do rei de Portugal*”, Fernando Gonçalves e um grupo de “*soldados plebeus*”<sup>96</sup>. A segunda cidade foi tomada e saqueada num ataque nocturno, liderado pelo famoso Geraldo, o “Sem Pavor”<sup>97</sup>, acompanhado de um grupo de “*ladrões*”, adjectivação que denuncia um marcado desprezo pelo facto de a cidade ter sido conquistada por um grupo de aventureiros de fronteira.<sup>98</sup>

No entanto, se o rei perde um pouco o protagonismo da narrativa, o analista nunca o desliga definitivamente dos eventos de 1162 e 1166: primeiro, deixa bem claro que os atacantes de Beja eram “*homens do rei*”, logo, subordinando a iniciativa bélica à sua autoridade, além de registar que a cidade foi logo entregue ao monarca, depois da sua conquista; segundo, ainda que admita que Geraldo agia independentemente, o que lhe rende uma adjectivação pouco abonatória, afirma que também esta cidade foi logo entregue a Afonso Henriques. Após isto, o analista relembra-nos as conquistas de Moura, Serpa e Alconchel, por parte do rei, assim como a reedificação do castelo de Coruche, de modo que as vitórias de Beja e Évora sejam, de alguma forma, “ofuscadas” pelas do rei e a supremacia militar régia não seja posta em causa.<sup>99</sup>

---

<sup>95</sup> ADA, Era 1200 e 1204, respectivamente.

<sup>96</sup> Segundo parece, os conquistadores de Beja podem corresponder a Fernando Gonçalves, cavaleiro de Coimbra, filho de Gonçalo Dias, alcaide da mesma cidade, acompanhado das respectivas milícias municipais, sendo inclusive possível que a expedição tivesse sido organizada em Coimbra, daí a designação de “*homens do rei*”. Além do mais, é também verosímil a participação dos cavaleiros-vilãos de Santarém, cf. MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, pp. 296-297 e VENTURA, Leontina, “Os cavaleiros de Coimbra”, comunicação inédita, apresentada ao *Colóquio Internacional “Afonso Henriques: em torno da criação e consolidação das monarquias do Ocidente Europeu (sécs. XII-XIII). Identidades e Liminaridades”*, realizado de 14 a 16 de Dezembro de 2009, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Sobre as milícias municipais, ver POWERS, James F., *A society organized for war. The Iberian municipal militias in the central Middle Ages, 1100-1284*, Berkeley/Los Angeles, University of California Press, 1987. Para um enquadramento histórico do ataque a Beja, ver MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, pp. 296-298.

<sup>97</sup> Sobre Geraldo, ver PEREIRA, Armando de Sousa, *Geraldo Sem Pavor. Um guerreiro de fronteira entre cristãos e muçulmanos, c. 1162-1176*, Porto, Fronteira do Caos Editores, 2008; MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, pp. 298-299; Id., “Dois séculos...”, pp. 69-71. Veja-se também a selecção e tradução de textos árabes andaluzes de COELHO, António Borges (trad. e org.), *Portugal na Espanha Árabe*, Vol. III, Lisboa, Seara Nova, 1973, pp. 277-290.

<sup>98</sup> ADA, Era 1204.

<sup>99</sup> ADA, Era 1204. Sobre a intervenção militar, promovida por Afonso Henriques, nas redondezas de Badajoz, ver MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, pp. 299-300.

Três anos após a conquista de Évora, temos a intrigante notícia do “*infortúnio*” que caiu sobre Afonso I e o seu exército, em Badajoz.<sup>100</sup> O analista não desenvolve a narrativa, ao contrário do que é usual nestes anais, e, tendo em conta o desfavorável desfecho desta batalha, cujo eco se encontra preservado na cronística posterior, é tentador assumir que se trata de uma omissão com objetivos marcadamente ideológicos<sup>101</sup>. Seja como for, verifica-se que, após o sucedido em Badajoz, Afonso Henriques desaparece dos teatros de guerra, entrando em cena o seu filho e herdeiro, D. Sancho. Com efeito, as relações dos sucessos dos anos seguintes, algumas das quais reportam as ofensivas lideradas pelo infante Sancho, permitem entender qual o enquadramento político da redacção dos *Annales*: a ofensiva almóada dos finais do século XII, cuja descrição assume proporções catastróficas, neste texto<sup>102</sup>. De facto, como já foi notado antes, é este contexto de crise do reino, perante a ameaça almóada, que leva, em parte, à redacção de um texto panegírico e ideologicamente comprometido, como o dos *Annales*<sup>103</sup>.

Em suma, podemos afirmar que todo o texto possui como função primordial a legitimação da posição régia de Afonso Henriques e o próprio “direito à existência” do reino luso, aprofundando a mesma técnica já utilizada no *De Expugnatione Scallabis*: ou seja, através da elaboração da imagem do rei como um “*instrumento de Deus*”<sup>104</sup>, piedoso e valente guerreiro, irreduzível inimigo dos sarracenos e um autêntico “herói” da Reconquista<sup>105</sup>. Como podemos ver, nestes dois textos, esta representação, muitas vezes trasladada para a própria documentação da chancelaria<sup>106</sup>, assume-se como o “discurso oficial” de legitimação da jovem monarquia portuguesa, tanto internamente como face aos outros potentados cristãos peninsulares e frente à própria cúria

---

<sup>100</sup> Para uma contextualização histórica dos eventos de Badajoz, ver MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, pp. 303-305.

<sup>101</sup> BRANCO, Maria João Violante, *D. Sancho I: o Filho do Fundador*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2006, p. 21.

<sup>102</sup> Veja-se o que José MATTOSO diz sobre a descrição do cerco a Santarém, em 1184, pelo califa almóada: “*A acumulação de pormenores destinava-se a intensificar o carácter extraordinário do resultado final que deveria parecer como um retumbante milagre e como a demonstração da protecção concedidas por Deus aos seus servidores*”, cf. *D. Afonso Henriques*, p. 369; BRANCO, Maria João Violante, *op. cit.*, pp. 93-100. Armando de Sousa PEREIRA, por seu lado, relevou a forte dependência deste relato relativamente a motivos provenientes das Sagradas Escrituras, cf. “*Motivos...*”, p. 329.

<sup>103</sup> MATTOSO, José, “*As três faces...*”, pp. 31-33; Id. *D. Afonso Henriques*, pp. 373-374.

<sup>104</sup> MATTOSO, José, “*As três faces...*”, pp. 31-33.

<sup>105</sup> Para um estudo concernente a esta temática, ver PICOITO, Pedro, “*O Herói da Reconquista na Historiografia Medieval Portuguesa. Esboço de Tipologia*”, in *XII Colóquio “Laços Históricos-Militares Luso-magrebinos. Perspectivas de Valorização”*. Actas., Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2002, pp. 273-293.

<sup>106</sup> Cf. BRANCO, Maria João Violante, *op. cit.*, p. 47.

pontifícia<sup>107</sup>. A construção de uma representação mítica e idílica do seu rei, como um líder inspirado por Deus, parece ter sido a maneira mais eficiente de o fazer, cumprindo a Reconquista um papel fundamental para atingir esse objectivo.

### **1.3 - O “exterminador dos inimigos da cruz” da hagiografia**

Ao debruçarmo-nos sobre a imagem do primeiro rei português nas fontes narrativas das primeiras décadas de existência do respectivo reino, seria impossível deixar de lado os testemunhos hagiográficos produzidos no cenóbio de Santa Cruz de Coimbra, mosteiro intimamente ligado ao monarca, tanto ao nível político, diplomático e administrativo, como religioso e espiritual<sup>108</sup>. Neste subcapítulo, focamos primeiramente a produção literária de cariz hagiográfico de meados do século XII, dedicada a dois dos fundadores e modelos de conduta da instituição crúzia: as biografias de D. Telo e de D. Teotónio<sup>109</sup>, as chamadas *Vita Tellonis* e *Vita Theotonii*<sup>110</sup>, a primeira redigida em cerca de 1152 e a segunda datada de 1162. Nestes textos, eivados de objectivos bastante precisos<sup>111</sup>, o primeiro rei português não é a personagem central, sendo, desde logo, a sua intervenção na narrativa condicionada pela acção protagonizada pelos principais actores, isto é, D. Telo e D. Teotónio.

Na *Vita Tellonis*, redigida por um cónego crúzio chamado Pedro Alfarde, Afonso Henriques surge na narrativa aquando da morte do bispo de Coimbra, Gonçalo. Na óptica do hagiógrafo, o arcediogo D. Telo seria o candidato natural a substituir o defunto prelado, mas o jovem príncipe portugalense decidiu que assim não fosse, lançando o redactor as culpas de tão injusta decisão nos conselheiros do infante, “inimigos da santa vida e da religião”.<sup>112</sup> Neste contexto, o infante é descrito como um

---

<sup>107</sup> Id., *Ibid.*, p. 73, 75, 105; PEREIRA, Armando de Sousa, *Representações...*, p. 173.

<sup>108</sup> PEREIRA, Armando de Sousa, *Representações...*, pp. 36-37; MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, pp. 110-111.

<sup>109</sup> Excluimos da análise a *Vita Martini Sauriensis*, pois, neste texto, Afonso Henriques não é uma personagem interveniente, sendo apenas brevemente referido o seu reinado como modo de referência temporal, cf. “Vita Martini Sauriensis”, edição crítica e tradução por NASCIMENTO, Aires A., in *Hagiografia de Santa Cruz: Vida de D. Telo, Vida de D. Teotónio, Vida de Martinho de Soure*, Lisboa, Edições Colibri, 1998, pp. 224-249.

<sup>110</sup> Utilizo aqui as edições críticas e traduções de NASCIMENTO, Aires A., *Hagiografia...*, pp. 54-222. De agora em diante, a *Vita Tellonis* será designada pela sigla VT e a *Vita Theotonii* por VTh, seguidas das referências aos respectivos capítulos/secções. Veja-se também Id., “Vida de D. Telo” e “Vida de S. Teotónio”, in *Dicionário da Literatura Medieval...*, pp. 661-663 e 669-671, respectivamente.

<sup>111</sup> Cf. NASCIMENTO, Aires A. (ed. e trad.), *Hagiografia...*, pp.12-14. Sobre a importância da produção literária crúzia para o estudo do reinado do primeiro monarca português, ver MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, p. 117.

<sup>112</sup> VT, §2, p. 58-59. Neste relato, a justificação dada pelo hagiógrafo para a rejeição de D. Telo como bispo conimbricense resume-se aos maus conselhos outorgados pelos privados do infante, tópico literário

jovem ambicioso e conhecedor dos meandros da governação, mas muito influenciável, o que originou a irreflectida escolha de Bernardo como bispo de Coimbra.<sup>113</sup>

Depois disto, Afonso Henriques volta a intervir na narrativa no ponto em que o crúzio narra a forma como D. Telo adquiriu o terreno onde viria a fundar o mosteiro de Santa Cruz: segundo este relato, D. Telo cavalgava na sua mula, quando Afonso Henriques, aconselhado pelos que o rodeavam, lhe pede a sua notável sela como oferenda, pedido ao qual o clérigo acede, mas, caso recebesse, em troca, os Banhos Régios, situados ao fundo da Judiaria<sup>114</sup>. A descrição de Afonso Henriques nesta etapa da narrativa é já diferente da anterior, pois, aqui, o infante transforma-se num prudente regedor, na medida em que, face à proposta de troca apresentada por D. Telo, ele responde que teria de ponderar seriamente sobre tal assunto, antes de tomar uma decisão, estando, inclusivamente, inspirado no “*sapientíssimo*” rei Salomão<sup>115</sup>. Então, segundo o relato, a Providência exerce influência sobre o infante e o seu mordomo-mor, Ermígio<sup>116</sup>, que, assim, acodem ao pedido de D. Telo, oferecendo este, ainda, um peitoral ricamente bordado ao infante portugalense.<sup>117</sup>

Ao avançarmos na narrativa fundacional do mosteiro de Santa Cruz, Afonso Henriques surge sempre como defensor do projecto de D. Telo, face às intenções nefastas do bispo de Coimbra, dos cónegos da mesma sé e do próprio arcebispo de Braga, que queriam inviabilizar o projecto ainda antes de ser lançada a primeira pedra do cenóbio e atropelar sucessivamente os seus direitos, mesmo depois de o mosteiro estar convenientemente fundado e estabelecida a sua comunidade.<sup>118</sup>

Ou seja, na *Vita Tellonis*, as representações de Afonso Henriques estão subordinadas à posição que ele assume frente ao protagonista da narrativa, D. Telo, e

---

muito comum nos textos medievais. No entanto, a escolha de D. Bernardo para o assento episcopal deveria ter motivações políticas e/ou eclesiásticas, cf. NASCIMENTO, Aires A. (ed. e trad.), *Hagiografia*..., pp. 19-30 e nota 33, pp. 131-132; MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, p. 69, 118 e 183.

<sup>113</sup> VT, §2, pp. 58-61.

<sup>114</sup> VT, §2, pp. 60-61. Armando de Sousa PEREIRA argumenta que a oferenda de uma sela ao infante teria uma componente simbólica, pois trata-se de “*um essencial equipamento de montada do cavaleiro, correspondendo a sua qualidade à posição preeminente do rei como condutor dos exércitos da Reconquista*”. Nesse sentido, “*ao viabilizar a fundação do mosteiro pôde o rei obter um maior prestígio guerreiro*”, cf. *Representações*..., p. 52.

<sup>115</sup> VT, §2, pp. 60-61.

<sup>116</sup> Ermígio Moniz de Ribadouro, mordomo-mor entre 1128-1135 e provável aio de Afonso Henriques, cf. NASCIMENTO, Aires A. (ed. e trad.), *Hagiografia*..., nota 39, p. 133; MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, pp. 36, 72-73 e 388.

<sup>117</sup> VT, §2, pp. 60-61; MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, pp. 113-114.

<sup>118</sup> VT, §2, pp. 62-63.



aos interesses da instituição que o texto representa, Santa Cruz de Coimbra. Quando Afonso Henriques escolhe D. Bernardo para o sólio episcopal, em detrimento de D. Telo, o infante é descrito como irreflectido e influenciável. A partir da doação dos Banhos Régios e daí em diante, quando os interesses de Afonso Henriques e os de Santa Cruz convergem, o infante passa a ser prudente, generoso e protector dos direitos adquiridos pelo recém-formado mosteiro.

O princípio que rege as modalidades de representação de Afonso Henriques na *Vita Theotonii* é algo semelhante, embora, neste texto, o rei português seja um actor muito mais interventivo e presente na trama narrativa<sup>119</sup>. O infante português intervém primeiramente no relato quando lidera a sua hoste até às regiões limítrofes de Sevilha, devastando os territórios agarenos e trazendo muitos prisioneiros de volta para Coimbra<sup>120</sup>. Entre os cativos contava-se um grupo de moçárabes, os quais, conquanto fossem cristãos, são submetidos ao cativeiro, “segundo os direitos da gente de guerra”. Teotónio condói-se com o sofrimento ilegítimo dos prisioneiros cristãos, dirige-se ao infante e seus cavaleiros e repreende-os por estarem a incorrer em tão grave pecado como o de escravizarem os seus irmãos de fé. Ameaçados com a ira divina, o príncipe portugalense e os barões libertam os moçárabes.<sup>121</sup>

Apesar das repreensões deste, Afonso Henriques confia no prior como seu privado até à sua morte e a *Vita Theotonii* testemunha uma série de casos em que o rei recorre aos serviços de D. Teotónio, como, por exemplo, acontece uma vez que o rei é curado por D. Teotónio, quando sofria de febre.<sup>122</sup> Mais tarde, ao narrar a assistência no parto que o prior teria dado à rainha D. Mafalda, o texto informa-nos que Afonso Henriques tinha já assumido o título régio de forma merecida, devido tanto à sua “invencibilidade e coragem nas lutas marciais” como à proveniência de uma linhagem tão nobre como a sua.<sup>123</sup>

São também referidas as generosas doações outorgadas ao mosteiro tanto pelo rei, como pelos nobres e pelo povo, numa demonstração da estima que o cenóbio beneficiava nos corações de toda a população. No caso do rei, o hagiógrafo imputa-lhe a responsabilidade por uma série de doações de bens, enriquecendo grandiosamente o

---

<sup>119</sup> Sobre os contornos que a personagem régia assume na *Vita Theotonii*, ver MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, p. 77.

<sup>120</sup> José MATTOSO acredita que se trata do fossado de Ourique, cf. *D. Afonso Henriques*, p. 163.

<sup>121</sup> VTh, §17, pp. 176-177.

<sup>122</sup> VTh, §18, pp. 176-177.

<sup>123</sup> VTh, §19, p. 179; MATTOSO, José, “A realza...”, p. 215.

mosteiro por si protegido e deixando transparecer a representação de um soberano generoso para com a sua casa de oração<sup>124</sup>. Neste contexto, é deixado claro na *Vita Theotonii* que Afonso I estimava e confiava mais em D. Teotónio do que em qualquer outra pessoa no reino, sendo estes sentimentos retribuídos pelo prior. Segundo o autor do texto, D. Teotónio corrigia-o, aconselhava-o e admoestava-o sempre que necessário, incentivando “*o temor daquele por quem os reis têm o governo*”, ou seja, lembrando-o do respeito e obediência devida aos desígnios de Deus. Na verdade, é Teotónio que transmite a Afonso Henriques os cânones eclesiásticos medievais da boa governação. Caso não fossem cumpridos, um rei não se distinguiria de um “*chefe de salteadores*” e o inferno seria a sua morada final.<sup>125</sup>

Como um episódio demonstrativo do afecto e confiança que unia Afonso Henriques e D. Teotónio, o hagiógrafo relata-nos o caso da conquista de Santarém. Segundo o texto analisado, o rei luso comunica previamente ao prior o plano de ataque furtivo que tinha delineado para conquistar a cidade, encomendando-lhe a sua alma e pedindo-lhe uma oração comunitária, quando ele partisse para a empresa militar. O prior acede, então, ao pedido, fazendo rezar toda a comunidade crúzia pela vitória sobre a “*cidade inimicíssima*” do povo cristão, de forma a expulsar do seu interior a “*religião imundíssima e nefanda de Maomé*”. Na sequência destas preces, a cidade é milagrosamente tomada, assumindo o relato, neste episódio específico, um discurso que incorpora elementos retóricos apologéticos da ideologia de guerra santa, completamente assimilada nos textos crúzios dos finais do século XII<sup>126</sup>, como pudemos ver na secção anterior.<sup>127</sup>

Além da tomada de Santarém, Afonso Henriques também beneficiou das orações e conselhos de D. Teotónio em outras campanhas militares: assim aconteceu aquando da batalha de Ourique, que Afonso I venceu sobre os cinco reis infiéis e a multidão que os acompanhava, devendo-se a vitória ao auxílio divino e ao patrocínio de S. Tiago<sup>128</sup>, e

---

<sup>124</sup> VTh, §26, pp. 186-187.

<sup>125</sup> VTh, §26, pp. 186-189.

<sup>126</sup> Cf. PEREIRA, Armando de Sousa, *Representações*..., p.54.

<sup>127</sup> VTh, §26, pp. 188-189.

<sup>128</sup> Caso constasse no texto original, esta referência seria a mais antiga alusão à batalha de Ourique numa fonte narrativa, apresentando já alguns elementos que irão posteriormente integrar-se na lenda, nomeadamente, os cinco reis mouros e o número infindável da hoste inimiga. No entanto, é bastante verosímil que se trate de um acrescento apócrifo, cf. MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, pp. 163-164. Sobre a lenda de Ourique, ver CINTRA, Luís Filipe Lindley, “Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique (até à Crónica de 1419)”, in *Miscelânea de estudos em honra do Prof. Hernâni Cidade*, Lisboa, Faculdade de Letras, 1957, pp. 168-215; NASCIMENTO, Aires A., “O milagre de Ourique num

também aquando dos cercos e conquistas de Lisboa e Alcácer<sup>129</sup>. Na verdade, o hagiógrafo descarta a necessidade de enumerar os factos isoladamente e afirma somente que sempre que o rei necessitava de apoio ou conselho para uma empresa militar de maior envergadura, não hesitava em conferenciar com D. Teotónio, que lhe concedia sempre as suas orações e, através delas, o auxílio divino<sup>130</sup>. Tal apoio mútuo é prova mais que suficiente dos inquebráveis laços de amizade e estima que uniam prior e rei. Aliás, a união entre os dois é, por fim, exposta de forma explícita quando o hagiógrafo relata a dor que o monarca sentiu aquando da morte do santo.<sup>131</sup>

Enfim, comparativamente à *Vita Tellonis*, a *Vita Theotonii* é muito mais profusa no tocante à variedade de imagens de Afonso Henriques e respectivo aprofundamento. Além disso, e em relação com o supra afirmado, a participação do monarca português é muito mais activa neste texto. Na primeira intervenção de Afonso Henriques na narrativa biográfica do primeiro prior de Santa Cruz de Coimbra, o infante portugalense surge como um guerreiro valoroso, pois não hesita em liderar um fossado até ao coração do território muçulmano, mas, simultaneamente, revela-se como um ignorante e desenfreado combatente, ao ponto de trazer em cativeiro os seus correligionários moçárabes, merecendo por isso a dura repreensão de D. Teotónio<sup>132</sup>. Além do mais, deparamos também com a imagem de um príncipe humilde e respeitador, apeando-se do seu cavalo e beijando a mão do reverendo D. Teotónio.

Em adição a isto, a imagem do rei guerreiro é reforçada com a menção à batalha de Ourique e às conquistas das importantes cidades de Santarém, Lisboa e Alcácer, ganhando Afonso Henriques terras e riquezas para os fiéis de Cristo e expulsando delas os infiéis. Portanto, pela primeira vez num texto hagiográfico crúzio, deparamos com a imagem do rei *Conquistador*. O texto presentemente analisado deixa explícita a

---

texto latino-medieval de 1416”, in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 4<sup>as</sup>, n.º 2, 1978, pp. 365-374; MAURÍCIO, Carlos Coelho, “Na manhã fértil. Sondando o Milagre de Ourique na Cultura Portuguesa”, in *Ler Historia*, n.º 18, Lisboa, 1989, pp. 3-28; BUESCU, Ana Isabel, “Um mito das origens da nacionalidade: o milagre de Ourique”, in *A Memória da Nação*, organizado por Francisco Bettencourt e D. Ramada Curto, Lisboa, Sá da Costa, 1989, pp. 49-69; Id. “A profecia que nos deu pátria: o milagre de Ourique na cultura portuguesa (séculos XV-XVIII)”, in *Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. 3, pp. 197-210; ROSA, Maria de Lurdes, “O corpo do chefe guerreiro, as chagas de Cristo e a quebra dos escudos: caminhos da mitificação de Afonso Henriques na Baixa Idade Média”, in *Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães*, Vol.3, pp. 85-123.

<sup>129</sup> VTh, §27, pp. 188-191.

<sup>130</sup> VTh, §27, pp. 190-191; PEREIRA, Armando de Sousa, *Representações...*, p. 53.

<sup>131</sup> VTh, §29, pp. 198-199.

<sup>132</sup> Além de revelar a predisposição do prior do mosteiro para a integração dos elementos moçárabes na comunidade cristã nortenha, cf. PEREIRA, Armando de Sousa, *Representações...*, p. 53.

condução régia da Reconquista, apresentando o monarca português como um guerreiro intrépido, inimigo dos infiéis, a quem a divindade investe a sua graça e auxílio, tendo como mediação o prior e a comunidade crúzia, sustentáculo ideológico do poder régio na época de redacção do testemunho.<sup>133</sup>

Além destas, deparamo-nos com outras representações de Afonso Henriques, por exemplo, a do rei frágil, susceptível de perecer vítima de doença, necessitando de Teotónio para se livrar da morte, tal como a do rei generoso, que cobre o mosteiro de largas doações. No entanto, tal como acontecia na *Vita Tellonis*, a representação e a própria actuação do rei ocorre sempre subordinada à do interveniente principal da narrativa, D. Teotónio. Conquanto o rei seja um valoroso guerreiro, as suas principais vitórias sobre o infiel decorrem da intervenção divina, potenciada pelas preces de D. Teotónio e dos cónegos crúzios. Por seu lado, se Afonso I é um bom e justo rei, tal deve-se, pelo menos em parte, aos preciosos conselhos do prior de Santa Cruz. O apoio prestado rende aos crúzios a estima do monarca, sendo este sentimento retribuído pelo prior. O arrebatador apreço que o rei nutria por D. Teotónio fornece o enquadramento para a última imagem de Afonso Henriques presente na *Vita Theotonii*: a do rei compadecido com a morte do santo crúzio.

Antes de terminar este sucinto estudo, torna-se forçoso analisar os testemunhos narrativos produzidos numa outra instituição monástica fundada e protegida pelo primeiro rei português: o mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa. A fundação deste mosteiro está intimamente ligada com a conquista daquela urbe por Afonso Henriques, em 1147. Isso denota-se de forma bem clara num texto, produzido no dito cenóbio, designado usualmente por *Indiculum Foundationis Monasterii Beati Vincentii Vlixbone*<sup>134</sup>. Esta escritura, composta ainda antes de 1173<sup>135</sup>, narra a fundação do mosteiro lisbonense, enquadrada na conquista da cidade pelas forças régias portuguesas, adjuvadas por uma frota de cruzados.<sup>136</sup> Tal como acontece no caso de Santa Cruz de Coimbra, o mosteiro de São Vicente constitui-se, desde a sua fundação, como uma instituição próxima do rei português e isso reflecte-se nas representações textuais do

---

<sup>133</sup> Id., *Ibid.*, p.54.

<sup>134</sup> Usamos a edição e tradução de NASCIMENTO, Aires A. "Indiculum Foundationis Monasterii Beati Vincentii Vlixbone", in *A conquista...*, pp. 178-201. Doravante designado *Indiculum*, seguido da indicação do número do capítulo/secção e da página referente à edição aqui manuseada.

<sup>135</sup> Id., *Ibid.*, p. 200, nota 1.

<sup>136</sup> Na opinião de José MATTOSO, o *Indiculum* reflectiria o ponto de vista dos alemães, usando como base um "relato que pretendia justificar o culto ao cruzado Henrique de Bona", cf. *D. Afonso Henriques*, p. 241.

monarca aí produzidas. Vejamos então no que consistem essas caracterizações de Afonso I de Portugal.

Ao narrar os sucessos que levaram à conquista de Lisboa, o autor do *Indiculum* fornece-nos uma série de epítetos dedicados ao rei, que sintetizam eficazmente a imagem que será constante no testemunho analisado: segundo o texto, o rei é um “*cristianíssimo*”, “*extraordinário*” e “*decidido exterminador dos inimigos da cruz*”, adjectivação algo similar à que já havíamos notado nos textos crúzios. De seguida, são relatados os eventos concernentes ao cerco da cidade de Lisboa, sendo de notar que, também aqui, Afonso Henriques é acompanhado por um “*punhado de homens fortes e seleccionados, que o Senhor lhe enviou*”, seguindo a mesma modalidade providencialista de explicar a presença dos cruzados na hoste real portuguesa. Ao descrever as acções levadas a cabo por este exército de peregrinos armados, o narrador atribui a iniciativa de todas as operações bélicas ao rei português<sup>137</sup>, mais uma vez, na mesma linha dos textos de Coimbra e divergindo do que nos dizem as fontes escritas por cruzados para a conquista de Lisboa<sup>138</sup>.

De qualquer forma, o autor descreve as acções heróicas dos “francos”, nome genérico para o exército cruzado, que não hesitam em morrer pela fé de Cristo, ascendendo, desse modo, à categoria de mártires. Face a esta situação, o texto veicula, então, a imagem de um rei preocupado e emocionado, ao tomar contacto com os feitos e

---

<sup>137</sup> *Indiculum*, §2, 178-181.

<sup>138</sup> Comparar com a relação dos eventos que nos dá a epístola de R[aul] a Osberto de Bawdsey, editada e traduzida por NASCIMENTO, Aires A., em *A conquista...*, pp. 53-175. De facto, nesta fonte, que descreve pormenorizadamente a tomada da cidade de Lisboa, o rei é também uma personagem interveniente. No entanto, embora surja enquadrado num dos mais emblemáticos empreendimentos militares da Reconquista portuguesa, a imagem dada do rei luso não é a de um guerreiro. As virtudes bélicas que Raul realça são as dos seus camaradas de armas normandos e ingleses, não as dos portugueses, muito menos do seu rei.

Nesta missiva, o rei surge primeiramente aquando da chegada da frota de cruzados ao Tejo e, mais tarde, no fim do ataque, quando os mouros pedem tréguas e encetam conversações com os cristãos, relativas à entrega da praça. Na primeira aparição, ele tenta convencer os cruzados a auxiliá-lo no cerco da cidade, através de um pacto, enquanto na segunda, o rei aparece conduzindo as negociações tendentes à entrega da cidade nas mãos dos cristãos, durante as quais ocorrem distúrbios entre o exército cruzado.

Ao longo do relato, existem indícios de que Afonso Henriques não teria sido impoluto na sua actuação passada, nomeadamente, aquando do primeiro cerco de Lisboa, em 1140, segundo a datação fornecida pelos ADA. Apesar disso, estas acusações nunca são concretizadas no texto de Raul. Assim, a imagem do primeiro rei português neste texto não é negativa. Ele é caracterizado como um governante astuto, um bom retórico, além de conciliador dos diferentes interesses presentes no heterogéneo exército cruzado, os quais chegaram a originar conflitos internos armados. Perante estas convulsões endógenas da hoste cristã, Afonso Henriques não só se demonstra conciliador, como resoluto no que toca à defesa da ordem hierárquica do exército e da sua própria dignidade. Além de tudo isto, o rei revela-se muito mais moderado do que os seus correligionários cruzados, no que toca ao procedimento para com os muçulmanos derrotados, quando negociando a entrega da praça e ao entrar solenemente na dita.

mortes heróicas dos mártires. Desejando dar sepultura aos caídos em combate, convoca o arcebispo de Braga, a quem dirige um discurso elogioso para com as virtudes destes combatentes, que entregam a sua vida à fé cristã e à destruição dos infiéis e seu culto, além de lhe confidenciar o seu desejo de erguer duas casas de oração, em honra dos que morreram em combate contra os inimigos de Cristo, caso a Providência aprove a entrega da cidade nas suas mãos.<sup>139</sup>

Fechando as acções militares, intercaladas com referências a uma série de acontecimentos milagrosos<sup>140</sup> que subentendem o apoio da divindade na empresa militar cristã, as hostes de Afonso Henriques conseguem tomar e entrar na cidade de Lisboa, empenhando-se, de seguida, o piedoso rei em construir os dois mosteiros, em cumprimento do voto tomado anteriormente. Destas casas de oração, Afonso I resolve outorgar a posse de uma à recém-estabelecida Sé de Lisboa, ficando a outra dependente da casa régia, livre, portanto, do jugo eclesiástico episcopal. No processo de negociação entre o rei e o bispo de Lisboa, Gilberto, é-nos oferecido um revelador elogio ao rei português, enunciado por um membro do cabido lisboeta, o qual afirma, quando dialogando com o bispo, que todos os membros daquele órgão devem obediência ao rei, pois foi ele que, com a protecção de Deus, expulsou os sarracenos da terra que habitam.<sup>141</sup> Os trechos até agora analisados revelam eficientemente os objectivos práticos do texto em análise: primeiro, deixar claro que o mosteiro de São Vicente é livre da autoridade episcopal<sup>142</sup>, pois o cabido da sé escolhe reter o outro mosteiro edificado, o de Santa Maria dos Mártires; segundo, submeter o cabido da sé de Lisboa à autoridade de Afonso Henriques, patrono do mosteiro de São Vicente de Fora. Para atingir os objectivos propostos, o autor deste testemunho teria que construir uma imagem idílica do rei, usando, para tal efeito, alguns tópicos literários já patentes nos textos de Santa Cruz, como vimos antes. Em adição, para reforçar esta imagem, o texto recorda ainda a preocupação do rei em encontrar clérigos adequados para guiar o seu mosteiro, além de tratar de garantir a sua manutenção material, através da doação de muitos bens, contribuindo, desta forma, para o enriquecimento do cenóbio. Enfim, o rei mostra-se sumamente empenhado em garantir a continuidade da instituição monástica,

---

<sup>139</sup> *Indiculum*, §3, pp. 180-183.

<sup>140</sup> A maior parte deles são relativos a Henrique de Bona. Sobre a sua significância histórica, cf. PEREIRA, Armando de Sousa, “Guerra e santidade: o cavaleiro-mártir Henrique de Bona e a conquista cristã de Lisboa”, in *A Nova Lisboa Medieval*, Lisboa, Edições Colibri, 2004, pp. 51-73.

<sup>141</sup> *Indiculum*, §11 e 12, pp. 188-193.

<sup>142</sup> PEREIRA, Armando de Sousa, “Guerra e santidade...”, pp. 56-57.

desde a sua construção, dotação de riquezas e propriedades, até à procura exaustiva de um pastor espiritual apropriado para o rebanho de São Vicente de Fora.<sup>143</sup>

Desta forma, como podemos observar, a representação de Afonso Henriques construída no texto do mosteiro de São Vicente de Fora não diverge muito da verificada nos textos de Santa Cruz de Coimbra, ainda que não atinja o tom panegírico dos *Annales*. No *Indiculum*, denotamos a existência de um rei “*cristianíssimo*”, “*exterminador dos inimigos de Cristo*”, cuja piedade se distingue também no empenho posto na construção de locais apropriados para dar sepultura aos mártires que o auxiliaram a conquistar a cidade de Lisboa. Nesta empresa militar, o rei é ajudado pela divindade, cuja intervenção é relevada pelos milagres que têm lugar ao longo das operações bélicas. Surge-nos, então, a imagem de um rei honrado, cumpridor dos seus votos, como forma de agradecimento a Deus, além de moderado e justo, disposto a partilhar com a instituição episcopal os encargos e recompensas, materiais e espirituais, advindas do padroado dos novos mosteiros. Estamos, portanto, perante mais uma imagem elogiosa de Afonso Henriques, produzida num centro monástico por ele fundado, apoiado e protegido. É digno de nota que a autoridade do rei, como é explicitada no diálogo entre o bispo de Lisboa e o cabido da sé, deriva da sua acção na guerra de Reconquista, no seguimento do que acontecia nos textos crúzios. É precisamente essa representação do guerreiro piedoso, divinamente inspirado e inimigo irreconciliável dos “pagãos”, que legitima o poder de Afonso Henriques.

Existe ainda outra fonte narrativa produzida na cidade de Lisboa, coetânea do reinado de Afonso Henriques, onde este figura. Trata-se do texto conhecido como *Miracula S. Vincentii*<sup>144</sup>, redigido pelo chantre do cabido da sé de Lisboa, Mestre Estêvão, entre 1173 e 1185<sup>145</sup>. Ainda que assumindo-se como rival do mosteiro de São Vicente de Fora, trata-se, da mesma forma, de um centro eclesiástico próximo da corte régia<sup>146</sup> e, como tal, a imagem do primeiro rei português aí fornecida não poderia ser, à

---

<sup>143</sup> *Indiculum*, §14, 15 e 16, pp. 192-195.

<sup>144</sup> Utilizo a edição e tradução de NASCIMENTO, Aires A., e GOMES, Saul António, *S. Vicente de Lisboa e seus milagres medievais*, Lisboa, Edições Didaskalia, 1988. Doravante, será referido como *Miracula*, seguido do respectivo capítulo/secção e número de página, de acordo com a tradução supra referida. Sobre este texto e a imagem de Afonso Henriques nele veiculada, ver também DIAS, Isabel Rosa, *Culto e Memória Textual de S. Vicente em Portugal*, Faro, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Algarve, 2003, texto policopiado, pp. 93-124; Id. “Uma tradição portuguesa sobre S. Vicente”, in *Figura: Actas do IIº Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, Universidade do Algarve, 2001, pp.233-246.

<sup>145</sup> NASCIMENTO, Aires A., e GOMES, Saul António (ed. e trad.), *S. Vicente...*, pp. 21, 24-25.

<sup>146</sup> Id, *Ibid.*, p. 25.

partida, negativa. Isso é visível, aliás, logo na introdução do texto, onde o autor expõe uma sùmula das qualidades que um rei deve demonstrar nos seus actos de governação, de acordo com *A Cidade de Deus*, de S. Agostinho, as quais o rei português possui, sem excepção. Delas todas, ele foi eficaz numa em particular: a da dilatação da fé de Cristo, através da luta contra o infiel, valendo-lhe tal actividade o respeito dos reinos vizinhos, tanto cristãos como muçulmanos. O rei assume-se, aqui, como um autêntico “libertador” da terra lusitana<sup>147</sup> dos inimigos muçulmanos e um povoador dos lugares conquistados. Esta tarefa de povoamento é especialmente realçada neste texto, que nos informa dos trabalhos que Afonso Henriques realizou, ao entregar à cristandade os territórios tomados pelas armas, além de amuralhar e defender as povoações conquistadas, contribuindo para o seu crescimento demográfico, além de promover o estabelecimento de populações de raiz. Tudo isto em prol da consolidação do reino, de forma a enfraquecer o poder dos infiéis.<sup>148</sup>

Afonso I é descrito, aquando da redacção do texto, como um ponderado e “amadurecido” governante, mas o Mestre Estêvão não deixa de enunciar que, ainda enquanto jovem, o rei consolidara já o seu prestígio através dos recorrentes triunfos sobre os sarracenos e a expansão territorial por ele liderada. Além de ser um notório conquistador, Afonso Henriques era também um devoto cristão, que se deslocou uma primeira vez ao cabo de S. Vicente do Corvo, “*armado tanto de fé como de homens*”, com o objectivo de trazer as relíquias do mártir S. Vicente, missão que redundou num fracasso<sup>149</sup>. No entanto, a operação não foi em vão, pois, na mesma ocasião, por intercessão de Deus, o rei resgatou da servidão um certo número de moçárabes, dois dos quais sabiam onde repousavam os restos mortais de S. Vicente, informação fulcral para a expedição que depois se organizou, na qual se acabaram por encontrar as relíquias do santo.<sup>150</sup>

Além destas, o texto dá-nos outras representações do rei, nas quais ele exulta de alegria em louvor à divindade, por esta ter escolhido a cidade de Lisboa para albergar os

---

<sup>147</sup> A designação Lusitânia é expressamente usada neste texto, algo que acontece, também, de resto, na VTh e nos ADA, cf. *Miracula*, §1.0, pp. 28-29.

<sup>148</sup> *Miracula*, §1.0, pp. 28-31.

<sup>149</sup> Fracasso que, segundo a opinião do próprio rei, de acordo com o que nos diz Estêvão, materializou a vontade do mártir, pois este queria ser depositado em Lisboa e não em Coimbra ou em Braga, onde o seria, caso fosse encontrado ao tempo desta expedição, cf. *Miracula*, §1.0, p. 33.

<sup>150</sup> *Miracula*, §1.0, pp. 31-33. É de notar que esta imagem de Afonso Henriques a resgatar cristãos do jugo do infiel reforça a imagem devota do rei, mas entra em manifesta contradição com a outra representação fornecida pela VTh.



restos mortais do santo, e inclusive envia um grupo de homens ao sítio exacto onde o corpo de S. Vicente foi achado, de modo a que tragam qualquer vestígio do cadáver que, porventura, aí tenha ficado.<sup>151</sup> Na verdade, este relato consiste tanto num louvor à devoção do rei, como numa aprovação da acção da sé de Lisboa na trasladação e guarda dos despojos mortais do mártir, claro mecanismo de legitimação e reforço ideológico da instituição onde o texto foi produzido<sup>152</sup>.

Em suma, os *Miracula S. Vincentii* englobam as imagens do piedoso guerreiro, já veiculada nos textos anteriores, e acrescentam uma outra, não de menor importância: a do rei povoador, que não só conquista, mas povoa e defende os novos territórios, na perspectiva da dilatação da fé e da Igreja, importante componente do fenómeno geral da Reconquista. No entanto, deve-se também realçar que, tal como acontece nos textos hagiográficos de Santa Cruz de Coimbra, nos *Miracula*, a imagem de Afonso Henriques adequa-se aos propósitos do redactor. Nas palavras de Isabel Rosa Dias: “o perfil de Afonso Henriques se conforma a um projecto de escrita onde a dimensão hagiográfica é dominante: o monarca age como intérprete da vontade do mártir e como seu emocionado devoto, no interior de uma estrutura narrativa retoricamente definida, que se vai apoiando em factos da realidade histórica. Converge nesse exercício retórico a representação tradicional e trans-genológica do rei cristão, herói escolhido por Deus para aumentar o império da cristandade [...]”<sup>153</sup>.

---

<sup>151</sup> *Miracula*, §1.2, pp. 36-39.

<sup>152</sup> DIAS, Isabel Rosa, *op. cit.*, p. 118.

<sup>153</sup> *Id.*, *Ibid.*, p. 119.

## 2 - Os primórdios da cronística portuguesa

Continuamos o nosso estudo com um escrutínio das modalidades de representação que o primeiro rei português assume na cronística medieval dos séculos XIII e XIV. Como fizemos notar no capítulo introdutório, o corpo de fontes desta dissertação resumir-se-á aos textos cronísticos medievais que englobam na sua narrativa os feitos do primeiro rei português.

Anteriormente à cronística medieval portuguesa, havia já uma longa tradição deste género historiográfico nos reinos vizinhos de Castela e Leão. Conquanto haja alguns pontos de contacto entre a tradição cronística castelhano-leonesa e a portuguesa do século XIII<sup>154</sup>, elas desenvolvem-se de modo relativamente independente ao longo deste século, sendo produzidas em cortes régias rivais e, como tal, apresentando discursos e conotações ideológicas divergentes. Pensámos não ser despicienda uma análise da forma como Afonso Henriques e as suas façanhas bélicas são representadas nos textos cronísticos leoneses e castelhanos do século XIII, nomeadamente na *Chronica Latina Regum Castellae*<sup>155</sup>, composta entre 1223 e 1239, por João, bispo de

---

<sup>154</sup> A chamada *Crónica de Veinte Reyes* incorporou no seu texto a *Primeira Crónica Portuguesa*, e esta, por sua vez, talvez tenha acolhido influências do *Chronicon Mundi*, segundo as propostas de MIRANDA, José Carlos, “Na génese da Primeira Crónica Portuguesa”, in *Medievalista* [Em linha]. Nº6, Julho de 2009. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>. [Consultado 05/11/2010]; Id., e OLIVEIRA, António Resende de, “Da História...”, pp. 309-324. Veja-se, também, CATALÁN, Diego, *De Alfonso X al Conde de Barcelos. Cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla y Portugal*, Madrid, Gredos, 1962, pp. 241-283. É também bastante provável que a *Crónica de Castela* tenha usado o texto da *Primeira Crónica Portuguesa* em determinados momentos do desastre de Badajoz e no relato da deposição de Sancho II de Portugal, cf. MOREIRA, Filipe Alves, “Os Reis de Portugal na *Versão Crítica da Estoria de Espanha* e na *Crónica de Castela*”, in *Actas XIII Congreso AHLM*, Valladolid, 2010, págs. 1427-1437; MIRANDA, José Carlos, “Historiografia e Genealogia na Cultura Portuguesa anterior ao Conde D. Pedro de Barcelos”, in *O Contexto Hispânico da Historiografia Portuguesa nos Séculos XIII e XIV (homenagem a Diego Catalán)*, Cadernos de Literatura Medieval, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2010, p. 69.

<sup>155</sup> BREA, Luis Charlo (ed.), “*Chronica Latina Regum Castellae*”, in *Corpus Christianorum: Continuatio Mediaevalis*, LXXIII, Turnholt, Brepols, 1997, pp. 9-118. Id., *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*, Madrid, Akal: Clásicos Latino Medievales, 1999. Sobre as datas de composição da *Chronica*, ver FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés, “La composición por etapas de la *Chronica latina regum Castellae* (1223-1237) de Juan de Soria”, in *e-Spania* [En ligne], 2 | décembre 2006, mis en ligne le 02 septembre 2010. Disponível em <http://espania.revues.org/283> [consultado em 13/12/2010]; Veja-se também BAUTISTA, Francisco, “Escritura cronística e ideología histórica”, in *e-Spania* [En ligne], 2 | décembre 2006, mis en ligne le 16 août 2010. Disponível em <http://e-spania.revues.org/429> [consultado em 13/12/2010]; RODRÍGUEZ, Ana, “Modelos de legitimidad política en la *Chronica regum Castellae* de Juan de Osma”, in *e-Spania* [En ligne], 2 | décembre 2006, mis en ligne le 25 juin 2007. Disponível em <http://e-spania.revues.org/433> [consultado em 15/10/2010]; LINEHAN, Peter, “Juan de Soria: the Chancellor as Chronicler”, in *e-Spania* [En ligne], 2 | décembre 2006, mis en ligne le 16 août 2010. Disponível em <http://e-spania.revues.org/276?&id=276> [consultado em 08/10/2011]. A *Chronica Latina Regum Castellae* será, de agora em diante, designada CLRC, seguida da indicação do capítulo e página, segundo a tradução de Luis Charlo Brea, referenciada nesta nota.

Osma e chanceler de Fernando III de Leão e Castela; depois, no *Chronicon Mundi*, redigido por Lucas, bispo de Tui, em 1236; no *De Rebus Hispaniae*, compilada em 1243 por Rodrigo Jiménez de Rada, arcebispo de Toledo<sup>156</sup>; finalmente, na obra que Ramón Menéndez Pidal intitulou *Primera Crónica General*<sup>157</sup>, iniciada nos *scriptoria* de Afonso X e reelaborada em 1289 sob a égide do seu filho, Sancho IV de Leão e Castela, refundição que deu origem ao texto vulgarmente designado de *Versão Amplificada da Estoria de España*<sup>158</sup>, que sustentará a nossa análise.

Iniciaremos este capítulo, portanto, pelo escrutínio destes textos, redigidos a mando da corte régia castelhano-leonesa<sup>159</sup>. Neste subcapítulo inicial, usamos como fonte principal a crónica afonsina e apenas depois partiremos para o exame das fontes portuguesas, nomeadamente, a *IV<sup>a</sup> Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra* e a *Crónica Geral de Espanha de 1344*.

## **2.1- O "libre et fuerte" rei da cronística castelhana do século XIII**

A presença de Afonso I de Portugal nas crónicas latinas produzidas em território castelhano-leonês do século XIII é relativamente passageira. Primeiro, debruçamo-nos sobre o texto da *Chronica Latina Regum Castellae*, redigida por um oficial palatino de Fernando III, como já foi indicado. Esta crónica, onde a participação do primeiro rei português é bastante diminuta, refere o casamento de seu pai, D. Henrique, com a filha ilegítima de Afonso VI, D. Teresa. Menciona também o fruto deste casamento, D. Afonso Henriques, assim como os seus sucessores até Afonso II. A *Chronica* inclui também uma enigmática passagem onde nos informa das razões da morte de Henrique e Raimundo de Borgonha, os quais teriam morrido de melancolia, enfermidade aqui

---

<sup>156</sup> Tanto no caso do texto de Lucas de Tui, como no de Rodrigo de Toledo, as secções dedicadas aos reis portugueses foram traduzidas do latim e editadas em BASTO, Artur de Magalhães (ed.), *Crónica de Cinco Reis de Portugal*, Porto, Livraria Civilização, 1945, pp. 361-365 e 367-374, respectivamente.

<sup>157</sup> Usamos aqui a edição de MENÉNDEZ PIDAL, Ramón (ed.), *Primera Crónica General*, tercera reimpresión, tomo II, Madrid, Gredos, 1977. Designaremos este texto, de agora em diante, por PCG, seguida do respectivo capítulo e paginação, de acordo com a edição do filólogo espanhol.

<sup>158</sup> Cf. CATALÁN, Diego, *De Alfonso...*, pp. 17-203; FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés, "Variación en el modelo historiográfico alfonsí en el siglo XIII. Las versiones de la *Estoria de España*", in Georges Martin (ed.), *La historia alfonsí: el modelo y sus destinos (siglos XIII-XV)*, Collection de la Casa de Velázquez (68), Madrid, 2000, pp. 41-74. Também a comunicação de Francisco Bautista, sob o título de "Primera Crónica General: instrucciones de uso", apresentada nas *III Jornadas do Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade* (13 e 14 de Julho de 2011), foi de extrema utilidade para o nosso estudo. Nela, o investigador da Universidade de Salamanca explicou qual o lugar que a edição de Ramón Menéndez Pidal assume na densa produção cronística castelhana, derivada do labor pioneiro de Afonso X. O segmento textual que nos interessa, portanto, corresponde à *Versão Amplificada da Estoria de España*.

<sup>159</sup> FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés, "De la historiografía fernandina a la alfonsí", in *Alcanate*, III, 2002-3, pp. 93-133.

catalogada como um vício<sup>160</sup>. Depois, a crónica do bispo de Osma só volta mencionar o rei português quando indica o casamento da sua filha com Fernando II, cônjuges que acabaram por ser separados, devido ao seu parentesco próximo. A *Chronica* informa-nos que o rei leonês havia entregado vários castelos a Afonso Henriques, como dote de casamento, os quais este se vê obrigado a devolver após a sua captura em Badajoz, na sequência da qual ele não pode voltar a cavalgar. O cronista regista, ainda, que nestes mesmos eventos foi capturado Geraldo, o *Sem Pavor*, que, em troca da sua liberdade, devolveu os castelos de Montánchez, Trujillo, Santa Cruz de la Sierra e Mofra. Todas estas praças haviam sido conquistadas aos mouros, junto dos quais ele se teria ainda refugiado, apenas para morrer decapitado, algum tempo depois, em Marrocos.<sup>161</sup>

Assim, vemos que, na *Chronica Latina Regum Castellae*, Afonso Henriques não surge como o *Conquistador*, bem longe disso. Os castelos que o rei português tem de devolver ao rei leonês não foram, segundo o cronista, fruto de qualquer conquista militar, mas tão-só de um contrato de casamento. Os episódios de Badajoz, por seu turno, são apenas levemente mencionados, para evidenciar que o rei luso havia sido capturado e se tinha, desde então, tornado militarmente inapto. Enfim, a crónica do bispo de Osma oferece-nos uma breve imagem de Afonso Henriques como um rei quase desvinculado das actividades militares, além de se tornar fisicamente incapacitado.

No *Chronicon Mundi*, Lucas de Tui inclui uma rápida notícia sobre o reinado de Afonso Henriques, posteriormente à qual ele passa ao relato dos confrontos vividos entre o rei português e o seu congénere leonês, em Badajoz, bem como do cerco posto sobre o primeiro em Santarém, eventos cujo teor analisaremos mais abaixo, quando integrados na *Versão Amplificada da Estoria de España*. No entanto, a visão que Lucas de Tui apresenta do rei português até ao desastre de Badajoz é notoriamente positiva: nela, o tudense realça os seus feitos na guerra contra os mouros, sendo retratado como um valente guerreiro que conquistou muitos territórios, povoando-os, defendendo-os e acrescentando-os ao seu senhorio.<sup>162</sup>

Também no *De Rebus Hispaniae*, o rei é retratado de forma algo similar, sendo, no entanto, a notícia alargada e mais pormenorizada, além de serem acrescentadas

---

<sup>160</sup> CLRC, §2, p. 28; RODRÍGUEZ, Ana, “Modelos...”, p. 11; Maria João Violante BRANCO, no entanto, interpreta que D. Sancho I seria um dos que teria sucumbido devido ao seu estado “melancólico”, cujo conceito e diagnóstico, na época medievá, era bastante dissemelhante de ideia que nós hoje possuímos de melancolia, cf., *op cit.*, pp. 259-263.

<sup>161</sup> CLRC, §10, pp. 35-36.

<sup>162</sup> BASTO, Artur de Magalhães (ed.), *Crónica...*, pp. 361-365.

informações genealógicas da casa real portuguesa e algumas anotações biográficas sobre os sucessores do primeiro rei português. De seguida, similarmente com o texto de Lucas de Tui, o cronista toledano continua com o relato dos eventos de Badajoz e do cerco de Santarém.<sup>163</sup>

À primeira vista, parece-nos que, apesar dos confrontos com Fernando II de Leão, que goza de uma certa simpatia por parte dos autores dos textos, como é natural, tendo em conta os autores e destinatários dos mesmos<sup>164</sup>, a imagem de Afonso Henriques veiculada pelo tudense e pelo toledano é francamente positiva. Além do mais, a actividade de Reconquista levada a cabo pelo monarca luso parece ser o principal elemento caracterizador do seu reinado, tal como acontecia nos textos portugueses do século anterior<sup>165</sup>. No entanto, após estas considerações iniciais, escolhemos efectuar uma análise mais profunda das representações do primeiro rei português e respectiva actividade bélica na cronística castelhana do século XIII, através do testemunho textual no qual irão desembocar as tradições historiográficas transmitidas por Lucas de Tui e Rodrigo de Toledo: falamos da *Primera Crónica General*, ou, mais apropriadamente, da *Versão Amplificada da Estoria de España*<sup>166</sup>, trabalho que consiste numa refundição e amplificação, levada a cabo em 1289, da compilação historiográfica oriunda da corte de Afonso X<sup>167</sup>.

Neste texto, que identifica expressamente Rodrigo de Toledo como a sua fonte principal, a história do reino de Portugal inicia-se com o conde D. Henrique, a quem o cronista reprova a sua orientação contrária aos desígnios de Afonso VI de Leão e Castela, de quem tinha recebido a respectiva filha, D. Teresa, em casamento, juntamente

---

<sup>163</sup> Id. *Ibid.*, pp. 367-374; CINTRA, Luís Filipe Lindley, *op. cit.*, Vol. I (Introdução), pp. CCCLVIII-CCCLIX.

<sup>164</sup> O *Chronicon Mundi* foi redigido a mando da rainha-mãe, Berengária, e o *De Rebus Hispaniae* foi encomendado pelo seu filho, Fernando III de Leão e Castela, cf. FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés, “De la historiografía...”, pp. 96-97.

<sup>165</sup> MATTOSO, José, “As três faces...”, p. 33.

<sup>166</sup> Cf. CATALÁN, Diego, *De Alfonso...*, pp. 200-203. Visto que manuseamos a edição crítica de Ramón Menéndez Pidal, decidimos, por comodidade, manter a designação aventada por este filólogo espanhol. Entenda-se, no entanto, que, sempre que nos referirmos à PCG, falamos da sua *Versão Amplificada de 1289*.

<sup>167</sup> No entanto, o texto da *Versão Amplificada* apresenta divergências relativamente à versão primitiva da *Estoria de España*. O facto de ter sido redigido após o triunfo de Sancho IV, apoiado, por sua vez, pela aristocracia castelhano-leonesa, fez com que se tentasse destituir o texto afonsino de alguma da sua contundência ao nível ideológico. Assim, princípios políticos como a apologia de um poder monárquico centralista, o neo-goticismo, a indivisibilidade do reino ou a hegemonia castelhana ao nível peninsular, vêem-se atenuados, nesta versão da *Estoria de España*. Por outro lado, a nobreza castelhano-leonesa ganha um maior protagonismo na narrativa. Cf. FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés, “Variación...”, pp. 61-65.

com o governo do condado portugalense, tendo jurado que nunca se levantaria contra o seu senhor<sup>168</sup>. Ora, ao fugir às suas obrigações feudo-vassálicas para com o imperador da Espanha, devido, em parte, à “*negligencia*”<sup>169</sup> deste, o cronista retrata o conde D. Henrique como um traidor. Apesar disso, a *Versão Amplificada* atribui-lhe um papel importante na conquista de territórios aos mouros e consequente dilatação do culto cristão, devendo-se tais atributos particularmente ao valor guerreiro procedente das “*altas sangres*” donde o conde provinha, isto é, à nobre linhagem da qual descendia. Em adição a isto, a expansão territorial liderada por D. Henrique é relacionada com a progressiva autonomia que o seu condado possuía, visto que os habitantes do mesmo já não iam à hoste nem às cortes do rei castelhano-leonês.<sup>170</sup>

A indolência deste permite ao conde portugalense empreender uma vigorosa actividade expansionista, ao ganhar muita terra aos mouros e reedificar as sés catedrais de Viseu, Lamego e Porto, cuja existência remontava ao tempo dos godos e estavam ermas e destruídas desde a invasão muçulmana<sup>171</sup>. Além disso, o conde “refez” a cidade de Braga, cuja antiga dignidade arquiiepiscopal é reposta<sup>172</sup>. Assim, ainda que investido com um carácter desleal, um notório papel conquistador é reconhecido a D. Henrique, que inicia o processo autonómico do futuro reino português. No entanto, devemos ressaltar que esse papel é reprovado, de certa maneira, pelo cronista afonsino, já que o conde enceta a expansão territorial sem o consentimento do imperador Afonso VI, facto

---

<sup>168</sup> Para uma contextualização histórica da concessão do governo do condado portugalense a D. Henrique, ver MATTOSO, José, “Dois séculos...”, pp. 32-33.

<sup>169</sup> A censura e a adjectivação de Afonso VI, como “bom” mas “negligente”, são feitas pelo próprio cronista, seguindo o texto do toledano.

<sup>170</sup> PCG, Cap. 969, pp. 650-651.

<sup>171</sup> Note-se a existência, aqui, do que acima denominamos como ideologia de Reconquista, ou seja, a actividade expansionista cristã como a restauração da mitificada ordem visigótica pré-islâmica.

<sup>172</sup> Segundo a PCG, tanto a consagração dos novos bispados como o investimento da sé de Braga com a dignidade arquiiepiscopal são efectuados pelo arcebispo de Toledo. Estes trechos surgem já no texto de Rodrigo Jiménez de Rada e apresentam um claro cunho ideológico: evidenciar, de forma assertiva, os direitos de primazia da sé toledana sobre os territórios eclesiásticos ocidentais. De facto, já José MATTOSO havia chamado a atenção para o progressivo esvaziamento de conteúdo do título de primaz da igreja hispânica, pela cúria papal, no sentido de o tornar uma dignidade meramente honorífica. Este processo iniciar-se-ia ainda no século XII e, segundo nos diz José Mattoso, “*a questão voltaria a ser apresentada à Santa Sé no tempo de Inocêncio III pelo arcebispo Rodrigo Ximénez de Rada, mas nessa altura o papa não hesitou em responder negativamente ao seu pedido para obrigar os bispos hispânicos a prestarem-lhe o juramento de fidelidade*”, cf. *D. Afonso Henriques*, pp. 350-351. Por aqui se vê o interesse activo que o arcebispo toledano tinha em reavivar os privilégios de primazia da sua sé, algo que se reflecte no seu texto e, por conseguinte, na PCG. Note-se, além do já referido, que a PCG regista a doação aos bispados da posse das respectivas cidades onde estavam localizados, respondendo o conde, desta forma, a um pedido de D. Teresa, a quem doa igualmente as restantes cidades do condado, excepto Coimbra.

que é muito mais explicitamente censurado pela *Versão Amplificada* do que pelo toledano.<sup>173</sup>

No capítulo seguinte, na sequência de uma lista genealógica da casa real portuguesa, o cronista parte para o relato “*de las estrannas et nobles batallas que fizo et venção don Alffonssso rey de Portogal*”, sempre baseado no trabalho prévio de Rodrigo Jiménez de Rada. Como tal, a imagem francamente positiva de Afonso Henriques, veiculada neste texto latino, transmite-se para a *Versão Amplificada*, onde o rei português é um “*libre et fuerte*” governante, que usa primeiro o título de duque e apenas depois se investe com a dignidade régia. É também um habilidoso diplomata, pois recebeu “*muchos priuilegios de franquezas et muchos perdones pora en su tierra*” do papa Eugénio III, pondo o seu reino directamente sob a autoridade do apostólico, mediante o pagamento de uma quantia anual<sup>174</sup>. No que toca à actividade de Reconquista, a *Versão Amplificada* põe em grande plano a expansão territorial liderada por Afonso Henriques, que toma as cidades de Santarém, Sintra, Lisboa, Évora, Alenquer e muitos outros lugares, por seu próprio esforço e valentia, “*a pro de la tierra et de cristianismo*”, atribuindo ao rei português um papel importante na guerra que se desenrolava na Península Ibérica, a qual assume, nesta crónica, contornos religiosos.<sup>175</sup>

Além da sua actividade militar, o cronista anota também o esforço povoador de Afonso Henriques, relativamente às terras conquistadas, as quais estavam desertas há já longo tempo, sendo repovoadas e dotadas de muralhas, de forma a não só sustentar os ataques mouros, mas também para que se tornem pontos de partida de novas expedições

---

<sup>173</sup> PCG, Cap. 969, p. 651.

<sup>174</sup> Os textos cronísticos castelhanos parecem revelar uma certa consciência do processo diplomático entabulado, cerca de um século antes, entre o nascente reino de Portugal e o papado, que viria a sancionar definitivamente a independência da nova monarquia. No entanto, estas fontes indicam o nome de Eugénio III, que foi papa três anos depois da prestação de vassalagem do rei de Portugal à sé romana, como o concesso dos “privilégios”. Apesar das primeiras negociações de Afonso Henriques com a Santa Sé terem tido lugar durante os pontificados de Celestino II e Lúcio II (1143-1144), o imperador Afonso VII queixou-se à cúria apostólica em 1148, já durante o pontificado de Eugénio III. Assim, a referência a este papa no *De Rebus Hispaniae* e na PCG talvez se deva ao conhecimento, por parte de Rodrigo de Toledo, da correspondência trocada entre a corte de Afonso VII e Eugénio III, atribuindo a este a concessão de privilégios ao rei português, quando na verdade foi Lúcio II, antecessor de Eugénio, que reconheceu a suserania papal sobre o reino luso, ainda que apenas categorizasse Afonso I como “*dux*”, isto é, negando-lhe a confirmação da dignidade régia pela cúria papal. Para um enquadramento histórico da prestação de vassalagem de Afonso Henriques ao papa, entregue nas mãos do cardeal Guido de Vico, ver MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, pp. 213-216 e Id. “Dois séculos...”, p. 65. Sobre as queixas de Afonso VII à cúria papal em 1148, cf. Id., *D. Afonso Henriques*, p. 214 e Id., “Dois séculos...”, p. 66. Para uma listagem cronológica dos ocupantes do trono pontifical, cf. OLIVEIRA, Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, ed. revista e actualizada por Artur Roque de Almeida e prefácio de António Costa Marques, Mem Martins, Europa-América, 1994, pp. 285-290.

<sup>175</sup> PCG, Cap. 970, p. 652.

militares. No entanto, tal como no tudense e no toledano, o currículo do *Conquistador* é manchado pelo seu atrevimento, ao entrar em confronto com o rei de Leão, Fernando II, disputa da qual sai derrotado, apenas se livrando da prisão devido à magnanimidade e piedade do rei leonês, como o cronista passa a relatar.<sup>176</sup>

De facto, o desastre de Badajoz, como se convencionou chamar este episódio que se tornou clássico na cronística medieval portuguesa, surge uns capítulos adiante, já depois de o cronista apresentar uma sùmula dos reinados de Sancho I até Sancho II, de acordo com o texto de Rodrigo de Toledo.<sup>177</sup> Assim, é-nos dado a saber que, após a fundação de Cidade Rodrigo por Fernando II, na fronteira beirã, esta povoação causava muitos problemas ao reino português, pelo que Afonso Henriques envia o seu filho, o infante D. Sancho, para a fronteira com o intuito de combater os leoneses, cujo rei se encontra simultaneamente em guerra com o seu sobrinho, Afonso VIII de Castela. As hostes lideradas pelo rei leonês e pelo infante português encontram-se em Arganal<sup>178</sup>, numa batalha da qual os leoneses saem vencedores. Face a esta derrota, Afonso Henriques inicia uma guerra na fronteira da Galiza, no seguimento da qual invade a cidade muçulmana de Badajoz, que, segundo acordos anteriores sobre a partilha dos territórios ainda a conquistar aos mouros, competia ao rei de Leão submeter<sup>179</sup>. O rei português consegue tomar a cidade, retendo os mouros apenas a alcáçova. Em resposta à insolência do monarca luso, Fernando II desloca-se a Badajoz e derrota Afonso Henriques, que primeiro se refugia na cidade mas, não estando seguro aí, tenta fugir, culminando a acção no famigerado ferimento na perna, originado ao embater num ferrolho da porta. Segundo a *Versão Amplificada*, tal como no texto do toledano, o rei português foi aprisionado e levado perante Fernando II, que o recebeu honradamente, de acordo com a sua dignidade régia. Ao enfrentar uma situação tão periclitante, Afonso Henriques humilha-se e oferece o seu reino e a sua própria pessoa, o que Fernando II recusa, admitindo que ele devolva simplesmente o que tomou ilegalmente, isto é, os castelos das terras de Límia e Toroño, bem como os castelos de mouros que pertenciam ao rei de Leão nos acordos de partilha previamente referidos. Como consequência do

---

<sup>176</sup> PCG, Cap. 970, p. 652

<sup>177</sup> PCG, Caps. 971 e 972, pp. 652-653.

<sup>178</sup> Sobre os contornos históricos que rodeiam a batalha de Arganal, ver MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, pp. 356-357; Id., “Dois séculos...”, p. 80; BRANCO, Maria João Violante, *op. cit.*, p. 88.

<sup>179</sup> Os limites sobre as futuras conquistas de terra aos muçulmanos foram acordados em 1158 pelos reis de Leão e Castela, Fernando II e Sancho III, respectivamente, no Tratado de Sahagún, que negava totalmente o direito de expansão ao reino português, cf. MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, pp. 285-287; Id., “Dois séculos...”, p. 78; BRANCO, Maria João Violante, *op. cit.*, p. 38.



ferimento, é mencionado que o rei português se tornou inválido, pois não podia cavalgar, situação deveras desonrosa para um rei guerreiro medieval.<sup>180</sup>

O último episódio transmitido pela cronística castelhana do século XIII onde surge Afonso Henriques está também relacionado com a guerra contra os mouros. A novidade é que, desta vez, o rei português se encontra numa posição defensiva. Segundo a *Versão Amplificada*, os muçulmanos, ao saberem da fraqueza de Afonso Henriques, decorrente do desastre de Badajoz, juntam-se numa “*grand muchadumbre*” e cercam-no em Santarém. Ao saber das vicissitudes enfrentadas pelo seu congénere luso, Fernando II acorre em seu auxílio e em socorro da própria “*cristiandad*”. Ora, estamos perante uma demonstração de solidariedade entre os reis cristãos, unidos por uma ideologia de guerra religiosa contra o inimigo comum<sup>181</sup>. Assim, ao saber da vinda do rei leonês, os mouros, amedrontados, levantam o cerco e partem de Santarém. Agradecido, Afonso Henriques implora a Fernando II que fique no seu reino, o que este rejeita, retornando ao seu legítimo domínio.<sup>182</sup>

Para concluir, na *Estoria de España*, obra incontornável da cronística escrita em romance na Península Ibérica e onde conflui a tradição narrativa iniciada por Lucas de Tui e Rodrigo de Toledo, os feitos conquistadores de Afonso Henriques tomam o papel central no quadro geral do seu reinado e o direito de conquista é o principal elemento outorgante não só de glória mas da própria legitimidade régia<sup>183</sup>. Ao contrário do que acontece com o seu pai, o conde D. Henrique, a actividade conquistadora do rei português não é vista com desconfiança, mesmo sendo feita à revelia do imperador hispânico, Afonso VII, ou do seu filho, Fernando II de Leão. Pelo contrário, a crónica afonsina louva o esforço guerreiro de Afonso Henriques, assim como o seu empenho como povoador e defensor dos territórios conquistados, labor honrado e benéfico tanto para o seu reino como para a própria cristandade. É somente depois do ataque a Badajoz, quando Afonso I ousa enfrentar o rei leonês, que o discurso dos cronistas se altera. A sua reprovação face aos actos de Afonso Henriques é particularmente visível no episódio de Badajoz, onde os cronistas castelhanos se revelam muito ciosos de exaltar o carácter piedoso do rei leonês, da mesma forma que acentuam a decisiva

---

<sup>180</sup> PCG, Cap. 996, p. 675.

<sup>181</sup> Ainda que, no episódio anterior, Fernando II combata ao lado do infiel, sem sofrer por isso qualquer reprovação por parte dos cronistas castelhano-leoneses, demonstrando que, muitas vezes, o pragmatismo político se sobrepunha ao idealismo religioso.

<sup>182</sup> PCG, Cap. 996, p. 676.

<sup>183</sup> MATTOSO, José, “A realeza...”, p. 217, 219.

derrota de Afonso Henriques, que se teria humilhado ao ponto de oferecer o seu reino e pessoa em troca de liberdade. Na tradição castelhana, o *Conquistador* acaba por se tornar uma personagem “desonrada”, em contraponto ao magnânimo rei leonês.<sup>184</sup> Na verdade, poder-se-ia dizer que o cronista tinha já em mente a exaltação das virtudes de Fernando II desde o início da narrativa da história dos reis de Portugal. Ele não se inibe de salientar as conquistas de Afonso Henriques, porquanto, realçando os atributos bélicos deste, exalta indirectamente os do rei de Leão, o único que consegue derrotar e dobrar a cerviz de tão portentoso guerreiro. O louvor a Fernando II atinge o seu zénite com a narrativa do cerco de Santarém. Na verdade, um objectivo percorre todo este relato: o de sublinhar a inferioridade de Afonso Henriques perante o poderoso rei de Leão. Aquele é declarado militarmente impotente e rebaixa-se humildemente a essa condição. É a imagem de um Afonso Henriques desprovido de capacidade guerreira e até de orgulho próprio, contraposta diametralmente à representação do rei leonês: este é um piedoso cristão, pois abandona o seu reino para ajudar o seu congénere português e a própria cristandade; é um valoroso guerreiro, facto visível quando se relata que os mouros partem amedrontados assim que sabem da sua vinda em socorro da povoação sitiada; é um governante desprovido de qualquer ambição ilegítima, porquanto recusa ficar no reino português e, assim que a sua missão inicial está cumprida, parte para a sua terra.

Por outras palavras, a partir do momento em que enfrenta o seu émulo leonês, Afonso Henriques deixa de ser um poderoso *Conquistador* para se tornar um rei militarmente inválido.

## **2.2 - O “esquivo” caudilho da IVª Crónica Breve**

Durante muito tempo, pensou-se que o testemunho mais antigo da cronística portuguesa seria a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, magistralmente estudada por Lindley Cintra<sup>185</sup>, se exceptuarmos as traduções para o idioma do ocidente peninsular, efectuadas ao longo do fim do século XIII e inícios do século XIV, da *Crónica do Mouro Rasis*<sup>186</sup> e da *Tradução Galega da Crónica Geral e da Crónica de Castela*<sup>187</sup>. No

---

<sup>184</sup> Como iremos ver, esta tradição difere profundamente da portuguesa, iniciada pela *Primeira Crónica Portuguesa*.

<sup>185</sup> CINTRA, Luís Filipe Lindley, *op. cit.*, Vols. I-III; Id. *Ibid.*, Vol. IV, 2ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2009.

<sup>186</sup> Cf. AMADO, Teresa, “Crónica do Mouro Rasis”, in *Dicionário da Literatura Medieval...*, pp. 188-189; CATALÁN, Diego, e ANDRES, María Soledad de, *Crónica del Moro Rasis*, Madrid, Gredos, 1975.

entanto, Diego Catalán<sup>188</sup>, através do testemunho indirecto das crónicas quinhentistas de Cristóvão Rodrigues Acenheiro, conseguiu identificar uma *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal*, redigida em 1341-42, da qual a *IV<sup>a</sup> Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra*<sup>189</sup> seria um fragmento. Por conseguinte, graças às investigações de Catalán, recuou-se em alguns anos a data de nascimento da cronística portuguesa.

Por outro lado, com o recente trabalho de Filipe Moreira<sup>190</sup>, baseado por sua vez no labor prévio de Catalán, aquela data volta a recuar mais de meio século, ao ser descoberto que a *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal* não passaria da

---

<sup>187</sup> Sobre esta compilação, ver LORENZO, Ramón (ed.), *La Traducción Gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, Vol. I, Orense, Instituto de Estudios Orensanos “Padre Feijoo”, 1975. Nesta dissertação, usamos a denominação de Ramón Lorenzo, na sua edição crítica desta crónica, que será doravante designada *Trad. Gall*, referenciando-se, sempre que necessário, o capítulo e página, de acordo com a edição supra-citada. Representada integralmente pelo ms. 8817 (antigo X-61) da Biblioteca Nacional de Madrid, esta compilação é constituída por duas partes: a primeira (de Ramiro I até Bermudo III) é uma tradução da *Estoria de España*, mais concretamente, da *Versão Amplificada de 1289*; a segunda (desde Fernando I até Fernando III) consiste numa tradução da *Crónica de Castela*. Entre estas duas secções, foi acoplada a tradução de uma versão interpolada do *Liber Regum*, bem como, no fim do códice, uma tradução da *Crónica Particular de São Fernando*. Este trabalho cronístico, datado de finais do século XIII ou inícios do século XIV, será uma tradução especificamente galega, segundo a opinião de Ramón Lorenzo, embora comprovadamente utilizada no território português. Daí usarmos acima, como precaução, a expressão “idioma do ocidente peninsular” e não “galaico-português”, como tem vindo a ser assumido. Desta forma, evitamos incorrer numa inverdade, ao atribuir a composição da *Trad. Gall*. a um escriba português, mantendo, todavia, válido o postulado de que ela foi parte importante do nascimento da cronística em português, mesmo que inicialmente tenha sido traduzida para o galego. Além do trabalho de Ramón Lorenzo, ver CINTRA, Luís Filipe Lindley, *op. cit.*, Vol. I (Introdução), pp. CCCLXI-CCCLXII e “Uma tradução galego-portuguesa desconhecida do Liber Regum”, in *Bulletin Hispanique*, Tome 52, N<sup>o</sup> 1-2, 1950, pp. 27-40; CATALÁN, Diego, *De Alfonso...*, pp. 313-356; LORENZO, Ramón, “Crónica Geral e Crónica de Castela”, in *Dicionário da Literatura Medieval...*, pp. 190-192; KRUS Luís, “Crónica Geral de Espanha de 1344”, in *Ibid.*, pp. 189-190; MIRANDA, José Carlos, “A introdução à versão galego-portuguesa da Crónica de Castela (A2a): Fontes e Estratégias”, in *Seminário Medieval 2007-2008*, Porto, Estratégias Criativas, 2009, p. 61-97; CATALÁN, Diego, e ANDRES, Maria Soledad de (ed.), *Crónica...*, pp. XLV-XLIX. Sobre a historiografia portuguesa anterior a 1344, ver MOREIRA, Filipe Alves, “A Historiografia Régia Portuguesa Anterior ao Conde de Barcelos”, in *O Contexto Hispânico...*, pp. 33-51. Em adição a isto, note-se que, antes dos estudos de Catalán, Lindley Cintra havia já postulado a precedência da *IV<sup>a</sup> Crónica Breve*, a qual abordaremos abaixo, relativamente à CGE1344, atribuindo às duas uma autoria comum. O ilustre filólogo, no entanto, identificou a crónica crúzia como um excerto da composição castelhana conhecida como *Crónica de Veinte Reyes*, hipótese que, como iremos ver, não foi confirmada pelas investigações posteriores, cf. CINTRA, Luís Filipe Lindley, *op. cit.*, Vol. I (Introdução), pp. CCCLVI-CCCLVII, CCCLXXII-CCCLXXVII; MOREIRA, Filipe Alves, “A Historiografia Régia...”, pp. 34-36.

<sup>188</sup> CATALÁN, Diego, *De Alfonso...*, pp. 214-288.

<sup>189</sup> Usamos a edição de FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da (ed.), *Crónicas Breves e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, Lisboa, 2000, pp. 110-119. A *IV<sup>a</sup> Crónica Breve* será doravante nomeada através da sigla IVCB, referenciada com a paginação da edição de Peixoto da Fonseca. Além da publicação de Diego Catalán, veja-se o estudo anterior de CINTRA, Luís Filipe Lindley, *op. cit.*, Vol. I (Introdução), pp. CCCLVI e CCCLXXII-CCCLXXVI; CRUZ, António, “O “Scriptorium” conventual e a Historiografia Portuguesa”, in *Santa Cruz de Coimbra na Cultura Portuguesa da Idade Média*, Vol. I: *Observações sobre o “scriptorium” e os estudos claustrais*, Porto, 1964. Disponível online em [http://www.arqnet.pt/portal/historiografia/godos\\_centro.html](http://www.arqnet.pt/portal/historiografia/godos_centro.html) [consultado em 17/08/2011].

<sup>190</sup> MOREIRA, Filipe Alves, *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa*, Porto, Estratégias Criativas, 2008.

continuação de uma *Primeira Crónica Portuguesa*<sup>191</sup>, presumivelmente redigida na corte de Afonso III de Portugal, ainda antes de 1282<sup>192</sup>, sendo completamente independente do trabalho compilatório realizado concomitantemente na corte de Afonso X<sup>193</sup>. A imagem mítica do rei *Fundador*, transmitida nesta fase embrionária da cronística portuguesa, muitas vezes denominada como *lenda*, *estória* ou *gesta de Afonso Henriques*<sup>194</sup>, será examinada através do fragmento textual mais próximo que temos

---

<sup>191</sup> Sobre esta crónica, ver também MATTOSO, José, “A Primeira Crónica Portuguesa”, in *Medievalista* [Em Linha], Nº6, Julho de 2009. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/> [consultado em 05/11/2010]; MIRANDA, José Carlos, “Na génese...”; CATALÁN, Diego, *De Alfonso...*, p. 269; MOREIRA, Filipe, “A Historiografia Régia...”, pp. 33-51; Id., “Um novo fragmento da *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal de 1341-1342* e suas relações com a historiografia alfonsina”, in *Guarecer on-line*, Porto: Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade, Junho de 2009. Disponível online em <http://www.seminariomedieval.com/guarecer/fam2009.pdf> [consultado em 03/09/2011]. Filipe Moreira prefere empregar o designativo *Primeira Crónica Portuguesa* tanto para o texto do século XIII como para a sua continuação de 1341-42, ao ter em conta que hoje se assume que este texto, representado fragmentariamente pela IVCB, não passaria de uma actualização tardia da *Primeira Crónica Portuguesa*. Segundo o seu raciocínio, não se justifica, portanto, a manutenção de duas designações distintas para uma mesma obra. No entanto, ao partir do princípio que existiram, pelo menos, duas fases na redacção da crónica representada pela IVCB, preferimos manter as duas denominações, apenas por uma questão de clareza. Assim, quando falamos na *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal*, referimo-nos à actualização de 1341-42 da *Primeira Crónica Portuguesa*. Sobre este assunto, cf. MOREIRA, Filipe Alves, “A Historiografia Régia...”, p. 44.

<sup>192</sup> MOREIRA, Filipe Alves, *Afonso Henriques...*, pp. 21-22. Na opinião de José Carlos MIRANDA, teria sido compilada durante a década de 70 do século XIII, ou ainda nos finais da década de 60. Segundo este autor, o facto de a *Crónica do Mouro Rasis* ter sido traduzida, nos inícios do século XIV, por um capelão de Pero Anes de Portel, a mando do rei D. Dinis, pode significar que o *scriptorium* desta família talvez fosse já de uma dimensão apreciável em vida do pai de Pero Anes, João Peres de Aboim, mordomo-mor de Afonso III. Assim, não é de descartar a hipótese de a *Primeira Crónica Portuguesa* ter sido redigida com o apoio do dito prócere. Cf. “Na génese...”, pp. 11, 26.

<sup>193</sup> Sobre os promotores da *Primeira Crónica Portuguesa*, ver MOREIRA, Filipe Alves, *Afonso Henriques...*, pp. 81-92. Este texto cronístico foi redigido seguramente antes de 1282-1284, já que serviu de fonte para a história dos reis de Portugal na chamada *Crónica de Veinte Reyes*, versão crítica da *Estoria de España* de Afonso X de Leão e Castela, redigida na data supra referida. Cf. Id. *Ibid.*, pp. 20-21 e 67-80 do trabalho de Moreira. Ver também a edição de CINTRA da *Crónica de Veinte Reyes*, in *op. cit.*, Vol. I (Introdução), pp. CDLXXVI-CDLXXXIII. Sobre a questão de a *Primeira Crónica Portuguesa* e a sua continuação de 1341-42 não terem sido influenciadas pelo trabalho cronístico de Afonso X, cf. MOREIRA, Filipe Alves, *Afonso Henriques...*, p. 93; Id., “A Historiografia Régia...”, pp. 38-39; CATALÁN, Diego, *De Alfonso...*, p. 223 e 281; Id., e ANDRES, Maria Soledad de (ed.), *Crónica general de España de 1344*, Madrid, Gredos, 1971, p. XLI.

<sup>194</sup> CINTRA, Luís Filipe Lindley, *op. cit.*, Vol. I (Introdução), pp. CCCLXIV-CCCLXX; Id., “A lenda de Afonso I, rei de Portugal (Origens e evolução)”, in *Revista ICALP*, nº 16 e 17, Junho-Setembro 1989. Disponível online em <http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/revistas/revistaicalp/lendaafonso.pdf> [consultado em 03/09/2011]; SARAIVA, António José, *A Épica Medieval Portuguesa*, Lisboa, Biblioteca Breve, Vol. 29, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa - Ministério da Educação, 1991; MATTOSO, José, “As três faces...”, pp. 34-36; Id., “Gesta de Afonso Henriques”, in *Dicionário da Literatura Medieval...*, pp. 293-294; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, “D. Afonso Henriques nas primeiras crónicas portuguesas”, in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. 3, pp. 23-31; FINO, Francisco Saraiva, “Na fábrika do mito. Algumas notas sobre a estória de D. Afonso I”, in *Revista da Faculdade de Letras: “Linguas e Literaturas”*, XVI, Porto, 1999, pp. 231-245; LOPES, Graça Videira, “O retrato de Afonso Henriques nos textos medievais”, in *Actas do 5º Congresso da Secção Portuguesa da AHLM*, Porto 2005. Disponível online em [http://www.fcsh.unl.pt/docentes/gvideiralopes/index\\_ficheiros/modelo.pdf](http://www.fcsh.unl.pt/docentes/gvideiralopes/index_ficheiros/modelo.pdf) [consultado em 15/10/2010]; DIAS, Isabel de Barros, “In hoc signo...”, in *Des(a)fiando Discursos. Homenagem à Professora Maria Emília Ricardo Marques*, CARVALHO, Dulce, VILA-MAIOR, Dionísio e

dela, o texto crúzio normalmente designado por *IV<sup>a</sup> Crónica Breve*<sup>195</sup>, excerto da *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal*, no qual se integra a narrativa dos reis portugueses, beneficiando aí especial relevo a *estória* de Afonso Henriques. Esta narrativa lendária dos feitos do primeiro rei português foi já abundantemente examinada em vários estudos, pelo que, da nossa parte, cingimos o nosso campo de análise às representações de Afonso I quando particularmente relacionadas com a sua actividade guerreira, tendo sempre em conta os trabalhos anteriormente referenciados<sup>196</sup>.

Esta fase embrionária do género cronístico português desenvolve-se de forma praticamente independente da contemporânea cronística castelhana<sup>197</sup>, como já advertimos. Como tal, as narrativas, exposições retóricas e o próprio enquadramento

---

TEIXEIRA, Rui de Azevedo (eds.), Lisboa, Universidade Aberta, 2005, pp. 315-324; MOREIRA, Filipe Alves, *Afonso Henriques...*, pp. 25-49.

<sup>195</sup> Ao longo do nosso estudo, abstemo-nos de elaborar uma tese própria acerca da origem primitiva da *estória de Afonso Henriques*, tanto pela necessidade de não alongar demasiado o nosso texto, como pelo imperativo de circunscrição temática à questão específica das representações guerreiras do primeiro rei. Ater-nos-emos às conclusões de Moreira, que identificou a sua primitiva forma textual, plasmada na *Primeira Crónica Portuguesa*, transferida daí para a *Crónica de Veinte Reyes* e para a *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal*. Sobre as diferentes propostas de fontes para a *estória* de Afonso I, cf. CINTRA, Luís Filipe Lindley, *op. cit.*, Vol. I (Introdução), pp. CCCLXV-CCCLXVIII; SARAIVA, António José, *A Épica...*; MIRANDA, José Carlos, “Na génese...”; Id. e OLIVEIRA, António Resende de, “Da *História...*”, pp. 309-324; MATTOSO, José, “As três faces...”, pp. 34-36; Id., “A Primeira Crónica...”, pp. 5-11; Id., *D. Afonso Henriques*, p. 75. Da nossa parte, parece-nos que tanto as propostas de José Carlos Miranda (que desvendou possíveis influências do *Chronicon Mundi* na *Primeira Crónica Portuguesa*) como as de José Mattoso (que avançou o grupo de cavaleiros de Coimbra como potenciais autores da narrativa do bispo negro), são bastante mais firmes do que a anterior tese do cantar jogralesco, defendida por António José Saraiva e Lindley Cintra. Aliás, o próprio José Carlos MIRANDA, ao vincular o *Chronicon Mundi* ao texto da *Primeira Crónica Portuguesa*, assume que o episódio do bispo negro possui uma origem isolada e revela características próprias do género épico, não querendo isto dizer que toda a *estória* derivasse um ancestral cantar jogralesco. Nas palavras do investigador: “*Significa isto que não é por nela se detectar o uso de fontes latinas, clericais e mesmo monásticas, que ocorrem tanto sob a forma de precisas informações, como sob o processo de apropriação de motivos narrativos mais ou menos extensos, que a “estória” contida na PCP, em particular a que se refere a Afonso Henriques, perde o seu carácter épico, afastando-se da tradição da gesta hispânica conhecida no séc. XIII ou de outras tradições afins desta. Apenas a coloca fora da concepção “tradicionalista” sob a qual maioritariamente a épica tende a ser considerada, mesmo quando a evidência dos textos aponta num outro sentido*”, cf. “Na génese...”, pp. 21-22. Ainda assim, expressamos dúvidas quanto a uma outra proposta de José Carlos Miranda, ao afirmar que a *Primeira Crónica Portuguesa* poderia ter conhecido a *Chronica Gothorum*. Como o autor notou, as suas narrativas apresentam três episódios em comum: a batalha de S. Mamede, o recontro de Valdevez e o desastre de Badajoz, embora, neste último caso, tenha sido o tudense a fonte principal da crónica áulica. Ainda assim, como explicar o desprezo que o cronista votou às numerosas conquistas de Afonso Henriques na *Chronica Gothorum*? Por outro lado, quando o compilador da *Primeira Crónica Portuguesa* manifesta a clara intenção de denegrir os Travaux, como explicar a omissão da derrota de Bermudo Peres de Trava por Afonso Henriques, na revolta de Seia? Embora seja plausível que o cronista tenha manejado material analístico crúzio, não nos parece que o mesmo se verifique relativamente à *Chronica Gothorum*. Cf. Id., “Na génese...”, pp. 16-21.

<sup>196</sup> Vide nota 194.

<sup>197</sup> Vide nota 193. Relembramos que a *Primeira Crónica Portuguesa* não é devedora do trabalho de Rodrigo de Toledo nem de Afonso X, ainda que possa ter utilizado o *Chronicon Mundi*, de Lucas de Tui, como José Carlos MIRANDA defendeu, cf. “Na génese...”; Id. e OLIVEIRA, António Resende de, “Da *História...*”, pp. 309-324.

ideológico que as rodeia, diferem grandemente da *Versão Amplificada*, inclusive no que toca às representações do primeiro rei português e respectiva actividade militar.

O texto inicia-se com uma curta apresentação de D. Henrique, que havia vindo à Península Ibérica em romaria ao túmulo de S. Tiago e a quem o imperador Afonso VI havia entregado a sua filha em casamento, omitindo, no entanto, a *IVª Crónica Breve*, qualquer relação feudo-vassálica que se tenha estabelecido entre os dois, explicitando apenas que o conde se tornou “*senhor de Portugal e da Galiza, fora de Trestâmera que nom pôde haver, e foi senhor de ãa grande parte da terra de Leom*”. De início, relativamente ao governo de D. Henrique e contrariamente à cronística castelhana, que reconhece uma activa participação do conde portugalense na Reconquista, a *IVª Crónica Breve* apenas refere laconicamente que o mesmo teve “*muitas fazendas com mouros e com leoneses*”.<sup>198</sup>

Após um curto resumo dos confrontos que o conde protagonizou contra o imperador hispânico, segue-se o simbólico discurso<sup>199</sup> dirigido ao seu jovem filho, Afonso Henriques, no qual se estabelece o padrão medieval de um bom soberano. Relativamente à temática por nós abordada, neste discurso existem apenas duas referências à actividade conquistadora. Primeiro, quando o conde aconselha o seu filho do seguinte modo: “*Filho, toda esta terra que te eu lheixo, de Estorga até além de Coimbra, non percas ende ãu palmo, ca eu a gaanhei*”. Ora, este conselho refere-se à actividade bélica expansionista levada a cabo por D. Henrique, ou seja, o fruto das suas “fazendas”. A segunda referência é a seguinte: “[...] e nom na perderás [a vila de Astorga], ca daqui conquistarás o al adiante”. Tendo em conta a posição geográfica de Astorga, presumimos que o “al adiante” é o reino de Leão, transmitindo o conde ao seu filho como prioridade político-militar a expansão territorial à custa dos territórios leoneses. Sendo assim, a actividade expansionista para os territórios leoneses e a guerra contra este reino são temas privilegiados na imagem transmitida de D. Henrique, ficando isso claro no discurso que ele dirige ao seu filho, no qual a conquista de terras aos mouros nem sequer é mencionada. Existe, no entanto, uma acção de D. Henrique, referida no discurso, que pode ser relacionada com a actividade *reconquistadora*: o

---

<sup>198</sup> IVCB, p. 110. O enquadramento inicial das guerras e conquistas de D. Henrique em Leão parece ter origem no trabalho de Lucas de Tui, cf. MIRANDA, José Carlos, “Na génese...”, pp. 13-15; Id. e OLIVEIRA, António Resende, “Da História...”, pp. 309-324.

<sup>199</sup> Segundo José Carlos MIRANDA, o cronista baseia-se num modelo bíblico, concretamente, o discurso do rei David a Salomão, cf. “Na génese...”, p. 25, nota 51.

povoamento de Braga, assumindo-se implicitamente que esta estaria erma depois da conquista aos mouros.<sup>200</sup>

Após este episódio inicial, a narrativa centra-se nos confrontos iniciados entre Afonso Henriques, a sua mãe, que era já casada com Fernão Peres de Trava, e o seu primo, o imperador Afonso VII. O processo de assunção do poder por Afonso Henriques inicia-se com a sua revolta, a partir dos castelos de Neiva e da Feira, seguida da batalha de Guimarães<sup>201</sup>, que termina com a sobejamente conhecida maldição lançada por D. Teresa sobre o seu próprio filho. Nesta batalha, Afonso Henriques é derrotado num primeiro embate, necessitando do auxílio de Soeiro Mendes<sup>202</sup> para vencer a contenda. Esta passagem reflecte, portanto, uma imagem do infante portugalense como um imaturo líder militar, que necessitava o apoio da nobreza, aqui representada por Soeiro Mendes, para firmar o seu domínio no condado<sup>203</sup>. Segue-se a lide de Valdevez, esta última contra Afonso VII e um poderoso exército supra-nacional, acabando o imperador por ser derrotado e posto em fuga. Ora, estes segmentos narrativos consistem numa autêntica legitimação retórica do poder de Afonso

---

<sup>200</sup> IVCB, p. 111. Na verdade, a actividade povoadora de D. Henrique na cidade de Braga é também referida no texto do toledano e na PCG, embora não directamente através do seu “povoamento”, mas sim por via da restauração da sé da dita cidade e da sua elevação à dignidade arquiépiscopal, com a devida sagração pelo arcebispo de Toledo.

<sup>201</sup> Trata-se da batalha de S. Mamede.

<sup>202</sup> A IVCB atribui-lhe a alcunha “*Mãos d’Água*”. No entanto, o facto de Soeiro Mendes “Mãos de Água” ter vivido na segunda metade do século XII torna bastante plausível a hipótese de o epíteto do manuscrito crúzio ser um acrescento tardio, o qual, aliás, é exclusivo da IVCB. A *Crónica de Vinte Reyes*, por seu lado, designa-o de aio do infante, enquanto certa versão da *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal*, à qual Acenheiro teve acesso, chama-o “*o bom*”, identificando o nobre, por conseguinte, com Soeiro Mendes da Maia, *o Bom*. De acordo com José Mattoso, a personagem da estória de Afonso Henriques corresponderia a Soeiro Mendes de Sousa, a quem o infante fez uma doação em 1129, em recompensa pelo auxílio no cerco que Afonso VII lhe pôs em Guimarães. Cf. MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, pp. 66-67; Id., “O mosteiro...”, nota 56, pp. 468-469; MOREIRA, Filipe Alves, *Afonso Henriques...*, pp. 109, 146-147; ACENHEIRO, Cristóvão Rodrigues, *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*, Collecção de Ineditos de Historia Portugueza publicados de ordem da Academia Real das Sciências de Lisboa, 2ª edição, Tomo V, Lisboa, Imprensa Nacional, 1926, p. 18; GAMEIRO, Odília Filomena Alves, *A construção das memórias nobiliárquicas medievais. O passado da linhagem dos senhores de Sousa*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência Nacional, 2000, p. 137-139. Fazemos notar, mesmo assim, que António José SARAIVA partia de uma opinião diferente, ao identificar o auxiliar do infante como Soeiro Mendes da Maia, que, repare-se, estaria morto em 1128, data da batalha de S. Mamede. Cf. *A Épica...*, pp. 20-21. Aliás, esta opinião foi defendida, mais recentemente, por José Carlos MIRANDA, “Na génese...”, p. 18. Da nossa parte, pensamos que, caso o relato possuía alguma base histórica, o Soeiro Mendes da batalha de Guimarães apenas poderá ser o de Sousa. No entanto, nada nos garante que a intervenção de Soeiro Mendes da Maia, numa data posterior à sua morte, não seja apenas mais uma das muitas referências anacrónicas que encontramos na cronística medieval.

<sup>203</sup> Cf. Id., *Ibid.*, p. 137; MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, pp. 66-67. Por outro lado, também reflecte a oposição da aristocracia senhorial portugalense face ao crescente poder dos Travas. Cf. PICOITO, Pedro, *As Musas e a Memória. História, Conflito e Legitimação Política nos Livros de Linhagens*, Lisboa, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997, policopiado, p. 42.

Henriques, não só sobre os adversários endógenos (através da vitória de Guimarães), mas, também, frente aos outros reinos peninsulares (através da vitória sobre o exército pan-ibérico de Afonso VII), sendo a actividade guerreira o principal vector argumentativo de legitimação do poder<sup>204</sup>. Além disso, o processo de consolidação interna da ordem política saída da batalha de Guimarães, ou seja, a submissão dos castelos ainda fiéis a D. Teresa e ao conde galego, é comparado à guerra contra os mouros, porquanto Afonso Henriques “*gaanhou todo Portugal, per sas armas, como se fosse de mouros*”<sup>205</sup>. Assim, estamos perante a primeira manifestação dos muçulmanos como uma referência de alteridade omnipresente, contra a qual a guerra se encontra inerentemente justificada. Ao mesmo tempo, equipara-se os inimigos políticos portugalenses de Afonso Henriques aos inimigos irreconciliáveis de todos os cristãos, os muçulmanos, encarnando estes o já mencionado referente de alteridade<sup>206</sup>.

De seguida, a *IVª Crónica Breve* alude à batalha de Ourique, sendo esta menção manifestamente lacónica, ficando apenas registado que, após a dita batalha, Afonso Henriques tomou o título de rei de Portugal<sup>207</sup>. Ou seja, a tradição historiográfica desde os textos dos finais do século XII, onde se verificava já algum empolamento da importância real da batalha<sup>208</sup>, teria evoluído entretanto, reflectindo este trecho a primeira fase da lenda de Ourique na cronística portuguesa, onde se efectua já a ligação entre este prélio e a assunção do título régio, ausente dos textos contemporâneos ao reinado de Afonso I, como vimos no capítulo precedente. Lindley Cintra acreditava que a narrativa deve a sua origem a um “*relato de tipo tradicional*”, o qual aflora de forma lacónica na *IVª Crónica Breve*, mas será concretizado na *Crónica Geral de Espanha de 1344*, como veremos no próximo subcapítulo. Cintra propunha que este relato se transmitira oralmente e circulara amplamente nos meios cortesãos, sendo devidamente

---

<sup>204</sup> A legitimidade dinástica é, de facto, reivindicada tanto por Afonso Henriques como por sua mãe, antes da batalha de Guimarães, mas a discussão em torno dela torna-se inconclusiva e escolhe-se a guerra como meio de determinar a justeza das reivindicações de cada um.

<sup>205</sup> IVCB, pp. 111-113; MOREIRA, Filipe Alves, *Afonso Henriques...*, p. 38.

<sup>206</sup> Sobre as imagens dos muçulmanos na cronística medieval ibérica, ver BARKAI, Ron, *Cristianos y musulmanes en la España medieval: el enemigo en el espejo*, Madrid, Rialp, 1984.

<sup>207</sup> O texto da IVCB, p. 113, menciona que Afonso Henriques “*t[om]ou por armas as cinco quinas*”, sendo, no entanto, um acrescento apócrifo ao texto da *Primeira Crónica Portuguesa*, reconstruído por Filipe MOREIRA, cf. *Afonso Henriques...*, p. 149; CINTRA, Luís Filipe Lindley, “Sobre a formação...”, pp. 190-191.

<sup>208</sup> Para um enquadramento histórico da batalha de Ourique e a forma como é descrito nas fontes do século XII, ver MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, pp. 159-166.



explicitado na crónica de D. Pedro de Barcelos<sup>209</sup>. É verificável que, a partir desta altura, se consuma a vinculação de Ourique ao título régio de Afonso Henriques, podendo-se argumentar que a escolha de Ourique como elemento outorgador da dignidade régia resulta do facto de esta batalha consistir num acto de guerra contra o infiel, isto é, como parte de um conflito religioso, que legitimaria retoricamente a realeza portuguesa de forma mais eficiente e propiciaria interpretações providencialistas, marcadas pela intervenção do sobrenatural, como irá acontecer nos textos cronísticos a partir do século XV<sup>210</sup>. No entanto, quando aplicado à *IVª Crónica Breve*, este argumento resulta enfraquecido, pois a presença muçulmana nem sequer é referida no texto<sup>211</sup>. Ainda assim, poder-se-ia supor que o relato tradicional seria já geralmente conhecido, pelo que o cronista pensava ser desnecessário identificar os adversários do rei, muito menos narrar detalhadamente os pormenores da batalha. É discutível esta proposta de explicação para o carácter lacónico do texto, mas é sabido que os textos historiográficos medievais muitas vezes não possuíam apenas a função de redutos ou substitutos da memória, mas eram também considerados como estimulantes desta<sup>212</sup>. No entanto, ainda que tal não se verifique na *IVª Crónica Breve*, o facto de a batalha de Ourique ser travada contra os inimigos da cristandade facilitará a introdução da dimensão sobrenatural na lenda em construção, o que permitirá estabelecer uma fundamentação retórica mais firme, no sentido de sustentar a origem divina do poder régio português. Isto determinará a crescente importância do relato de Ourique no discurso propagandístico régio.

<sup>209</sup> Sobre as diferentes fases da evolução da lenda da batalha de Ourique, ver CINTRA Luís Filipe Lindley, “Sobre a formação...”.

<sup>210</sup> Sobre a transferência progressiva de importância da batalha de S. Mamede para a de Ourique, ver MATTOSO, José, “A Primeira Tarde Portuguesa”, in *Portugal Medieval...*, pp. 11-36; Id., José, *D. Afonso Henriques*, pp. 63-65.

<sup>211</sup> Ressalvamos, no entanto, que no relato da batalha de Ourique do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (o qual acolhe a *Primeira Crónica Portuguesa/Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal* como fonte) a presença moura é, de facto, invocada. Ainda assim, o trecho dedicado a Ourique (7B10) neste trabalho genealógico difere bastante da versão da IVCB, na medida em que refere que várias batalhas tiveram lugar nos campos de Ourique, sendo o título régio assumido na última delas. Por outro lado, o genealogista especifica que as lides foram travadas pelos homens do rei, realçando, desta forma, o protagonismo da nobreza portuguesa, característica narrativa certamente intencional por parte do genealogista. No entanto, Filipe Moreira, na sua reconstrução da *Primeira Crónica Portuguesa*, considerou que a presença muçulmana na batalha estaria omissa, ou melhor, implícita, tal como foi transferida para a *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal* e, por sua vez, para a IVCB. Cf. MATTOSO, José (ed. e org.), *Narrativas dos Livros de Linhagens*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983, pp. 38-40; MOREIRA, Filipe Alves, *Afonso Henriques...*, pp. 130, 149; PIEL, Joseph e MATTOSO, José, *Portvgaliae Monvmenta Historica*, Nova Série, Vol. II: *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Tomo 1, ed., Lisboa, Academia das Ciências, 1980, pp. 123-127.

<sup>212</sup> DIAS, Isabel de Barros, “Teoria e prática discursiva: estratégias de preservação da memória em textos historiográficos ibéricos (sécs. XIII-XIV)”, in *Limite*, nº 3, 2009, pp. 113-128.

Depois de Ourique, o cronista prossegue com o relato do conhecido episódio do bispo negro. Este episódio lendário<sup>213</sup>, demoradamente examinado nas obras votadas à *estória* de Afonso Henriques por nós referenciadas<sup>214</sup>, será aqui analisado apenas nos pontos convergentes com a temática da nossa dissertação. Como é sabido, o relato centra-se na oposição entre Afonso Henriques e o papado, despoletada quando o rei luso declina a ordem papal de libertar a sua mãe da prisão, onde ela estava desde a batalha de Guimarães. Na sequência do desentendimento do rei com o bispo de Coimbra, este excomunga aquele e foge para Roma, de onde o apostólico envia um cardeal para que “*demonstrasse a fé*” ao rei português. É precisamente no diálogo entre Afonso Henriques e o cardeal que a guerra contra os mouros é mencionada, ainda que brevemente. Segundo o relato, o rei interpela o núncio apostólico da seguinte forma: “*E qual a riqueza me envio[u] de Roma pera estas hostes que faço sempre, que nunca quedo de dia nem de noute de guerrear com mouros?*”. Avançada a trama, o rei volta a relembrar o cardeal da sua incessante actividade militar, quando o ameaça de lhe cortar a cabeça e lhe exige “*que nunca Portugal seja excomungado [...] que eu o gaanhei com esta minha espada*”. Ou seja, trata-se de uma legitimação retórica do poder de Afonso Henriques e da autonomia do seu reino, baseada numa argumentação cimentada no direito de conquista territorial, ainda que não seja explícito se o reino foi tomado aos mouros ou aos leoneses, pois, é de notar que, até este ponto da narrativa, a batalha de Ourique foi a única empresa militar levada a cabo contra os muçulmanos, não se materializando, no entanto, em nenhuma conquista de território.<sup>215</sup>

Assim, no episódio do bispo negro, a guerra contra os mouros é apenas brevemente aludida. A estratégia argumentativa do rei, quando tenta defender a independência do seu poder face às pretensões de Roma, baseia-se na sua actividade bélica geral, não adquirindo a guerra contra o infiel um espaço de relevo, ainda que seja referida no diálogo com o cardeal. Ou seja, o conceito de legitimidade decorrente do direito de conquista perpassa todo o relato do episódio do bispo negro, não assumindo a

---

<sup>213</sup> Sobre uma eventual base histórica deste relato lendário, ver CINTRA, Luís Filipe Lindley, *op. cit.*, Vol. I (Introdução), pp. CCCLXVI-CCCLXVII; SARAIVA, António José, *A Épica...*, pp. 57-63; MATTOSO, José, “As três faces...”, p. 36; Id., *D. Afonso Henriques*, pp. 16-17 e 273-277. Aproveitamos para acrescentar uma curiosa coincidência entre o nome do bispo negro da lenda, Martim Soleima, e um *Martinus Zoleimaz*, que testemunha um documento lavrado em Coimbra, preservado no *Livro de D. João Teotónio* (ANTT), fl. 91-91v. Agradecemos à Professora Leontina Ventura, quem fez notar a existência deste documento.

<sup>214</sup> Ver nota 194.

<sup>215</sup> IVCB, pp. 113-115.

guerra contra os muçulmanos, no entanto, uma funcionalidade privilegiada no discurso de legitimação dos direitos de autonomia do reino português em relação a Roma.

Consolidada a autonomia do reino face ao papado, o cronista segue com uma exposição genealógica e biográfica do rei, baseada em informações analísticas<sup>216</sup>. No tocante à temática desta dissertação, este trecho informa-nos das conquistas de Lisboa, Évora e Santarém<sup>217</sup>, além da fundação da sé episcopal na segunda cidade, dos mosteiros de Santa Cruz e Alcobaça, tal como da Ordem de Santiago<sup>218</sup>. Ou seja, imediatamente após a perspectivação “profana” dos episódios anteriores, este segmento narrativo oferece-nos a imagem “piedosa” do rei, contraditória, diga-se, com as representações precedentes, facto que motiva o cronista a justificar a contradição com uma suposta transfiguração no carácter do rei português, que de “*esquivo*” passou “*a seer muito a serviço de Deus*”. É importante que, excluindo o episódio de Badajoz, que será examinado de seguida, estas são as únicas conquistas de Afonso Henriques referidas na *IVª Crónica Breve*, em número bastante reduzido, especialmente se compararmos com os textos contemporâneos castelhanos, analisados anteriormente. A actividade povoadora de Afonso Henriques resume-se à fundação de mosteiros e da sé de Évora, divergindo aqui também da cronística castelhana, na qual são referidos tanto o povoamento como a construção de muralhas nos sítios conquistados. Apesar de ser

---

<sup>216</sup> IVCB, pp. 115-116; CATALÁN, Diego, *De Alfonso...*, pp. 253-259; MOREIRA, Filipe Alves, *Afonso Henriques...*, pp. 67-70. Nesta nossa análise, tivemos em conta o estudo de Filipe MOREIRA que, ao reconstruir a *Primeira Crónica Portuguesa*, conclui que a chamada “*lenda da fundação de Alcobaça*” não constaria no texto original, mas reflectiria, por seu lado, influências do mosteiro de Alcobaça no processo de transmissão textual da narrativa da *Primeira Crónica Portuguesa/Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal*, cf. *Afonso Henriques...*, pp. 85-88 e “A Historiografia Régia...”, p. 37. Desconhecemos qual o conjunto analístico manejado pelo cronista da *Primeira Crónica Portuguesa*. Isabel Rosa Dias parte do pressuposto que se trataria de um perdido registo analístico, provavelmente originário de Santa Cruz, divergente dos *Annales Portugaleses Veteres*. A investigadora atribui uma origem cruzia a esse registo devido ao facto de que também o autor da chamada *Iª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra*, compilação analística quatrocentista, o terá, provavelmente, usado. No entanto, tendo em conta a cronologia tardia da *Iª Crónica Breve*, não é de excluir que o seu autor se tenha servido da própria *Primeira Crónica Portuguesa* ou de outra compilação cronística. Desta forma, na nossa perspectiva, justifica-se que se postule a existência a de uma fonte analística, hoje perdida, utilizada pela *Primeira Crónica Portuguesa*, mas é impossível, com os dados que possuímos, declarar qual a sua origem. Cf. DIAS, Isabel Rosa, *op. cit.*, p. 131. Ver a edição da *Iª Crónica Breve* em FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da (ed.), *Crónicas Breves...*, pp. 91-95.

<sup>217</sup> No entanto, chamamos a atenção do leitor para o facto de Filipe Moreira não incluir a referência à conquista de Santarém, tal como a *lenda da fundação do mosteiro de Alcobaça*, na sua reconstrução da *Primeira Crónica Portuguesa*, cf. MOREIRA, Filipe Alves, *Afonso Henriques...*, p. 135.

<sup>218</sup> A IVCB atribui ao rei português a responsabilidade da fundação da Ordem de Santiago e não do estabelecimento do seu ramo português, como se verifica na *Iª Crónica Breve*, cf. FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da (ed.), *Crónicas Breves...*, p. 93; MOREIRA, Filipe Alves, *Afonso Henriques...*, p. 68. Sobre a fundação da Ordem de Santiago e respectivo acolhimento no reino português, cf. MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, pp. 341-344.

relevante o facto de as conquistas do rei luso serem incluídas nesta secção, na qual o cronista manifesta o claro propósito de expor as obras piedosas de Afonso I (sendo, portanto, as próprias conquistas consideradas como “obras piedosas”), elas de nenhum modo são descritas como serviços “*a pro de la tierra et de cristianismo*”, como na *Versão Amplificada*, cuja cronologia de redacção pensa-se ser relativamente próxima da *Primeira Crónica Portuguesa*. Concluindo, o cronista investe uma importância limitada às acções de Reconquista do rei, sendo estas vistas como matéria “piedosa” e digna de registo, mas não de exaltação.

O fim da trama narrativa da *IV<sup>a</sup> Crónica Breve* dá-se com o conhecido episódio do desastre de Badajoz, que, como pudemos ver no capítulo anterior, encontra a sua origem em textos do século XII, nomeadamente, na *Vida de São Rosendo*<sup>219</sup>, percorrendo depois todas as compilações cronísticas castelhano-leonesas do século XIII, analisadas anteriormente. Trata-se da última conquista de Afonso Henriques enunciada no texto, ainda que não seja abordada numa perspectiva de Reconquista, mas sim articulada com o enredo geral da narrativa, ao desvelar-se, neste episódio, a concretização da maldição de D. Teresa, lançada após a batalha de Guimarães.

Aqui, o episódio de Badajoz assume uma forma diferente da veiculada na cronística leonesa e castelhana. Além do “acrescento” da maldição de D. Teresa à narrativa, tópico inaugurado pela *Primeira Crónica Portuguesa* e que se irá manter ao longo de toda a cronística medieval lusa, os eventos são manipulados pelo cronista, de modo a serem mais “amigáveis” para com a figura do rei português<sup>220</sup>. Primeiro, na *IV<sup>a</sup> Crónica Breve*, Afonso Henriques toma imediatamente toda a cidade, enquanto, na tradição castelhana, ele conquista apenas a maior parte, encerrando os mouros no castelo. Segundo, o rei luso é ferido na perna ao cavalgar corajosamente contra a hoste leonesa, ferimento que assume a significação de uma autêntica marca de martírio<sup>221</sup>, ao passo que na tradição castelhana ele fere a perna ao fugir de Fernando II, depois de derrotado. Portanto, segundo o cronista português, o exército de Afonso Henriques nunca é desbaratado, nem as aptidões militares do rei postas em causa, já que o único facto que o conseguiu dobrar foi a intervenção sobrenatural, isto é, a maldição de D. Teresa. Além do mais, a imagem da captura do rei não é particularmente honrosa para

---

<sup>219</sup> Cf. VMR, pp. 190-193.

<sup>220</sup> Cf. CATALÁN, Diego, *De Alfonso...*, pp. 270-271.

<sup>221</sup> MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, p. 38.

os leoneses<sup>222</sup>, porquanto Afonso Henriques se encontra numa situação bastante precária, aquando da sua captura: caído num centeal, com uma perna partida e acompanhado de “*pouca gente*”. Ou seja, frente a este cenário, dificilmente será a captura do rei português fonte de honra para Fernando II. Este, por seu lado, não é retratado como nas crónicas castelhano-leonesas do século XIII, onde a sua piedade e desinteresse pelo alheio são louvados. Na *IVª Crónica Breve*, na sequência da prisão de Afonso Henriques, é somente enunciado que este “*deu-lhe logo quantos castelos tiinha filhados em Galiza. E fez-lhe preito e menagem que, como cavalgasse em cavalo, fosse a el-rei Dom Fernando*”. Desta forma, nem Fernando II de Leão é magnânimo, como nos textos castelhanos, nem Afonso Henriques se humilha perante ele, na medida em que, na *IVª Crónica Breve*, o monarca luso escolhe devolver apenas o que lhe era alheio, isto é, os castelos que lhe havia tomado na Galiza. Por fim, conquanto lhe preste homenagem, o rei consegue desviar-se dela através de um estratagema<sup>223</sup>, ao recusar voluntariamente cavalgar até ao fim dos seus dias, levando a melhor sobre o rei leonês e mantendo a independência do seu reino. Assim, a derrota de Badajoz é transformada numa vitória e num sacrifício do herói, martirizado pelo futuro do seu reino<sup>224</sup>.

Para concluir, na *IVª Crónica Breve*, vestígio textual das primeiras manifestações historiográficas que assumem a forma do género cronístico em língua portuguesa, o principal factor de legitimação do poder de Afonso Henriques e do reino de Portugal, como potentado independente, é o direito de conquista militar. A guerra contra os mouros é incluída nesta concepção geral de legitimidade guerreira, sem assumir nenhum papel preponderante. Logo no discurso inicial do conde D. Henrique, os objectivos militares que ele transmite ao seu sucessor prendem-se com a expansão do território portugalense à custa das terras do reino leonês. Na batalha de Ourique, evento outorgante do título régio de Afonso Henriques, a identidade dos seus adversários nem sequer é clarificada, muito menos o seu carácter de inimigos da fé cristã. Na referência textual a Ourique, encontra-se implícita uma vinculação entre a actividade guerreira e a

---

<sup>222</sup> E castelhanos, representados por Fernando Rodrigues, “*o castelão*”, que denuncia a presença de Afonso Henriques ao rei leonês. Parece-nos que a inclusão de Fernando Rodrigues na intriga não estará desprovida de um significado ideológico, manifestando a intenção de imiscuir os castelhanos, a par dos leoneses, na prisão do rei português. Cf. MIRANDA, José Carlos, “Na génese...”, p. 21.

<sup>223</sup> Sobre esta temática, ver o artigo de DIAS, Isabel de Barros, “A equivocatio na narrativa historiográfica ibérica dos sécs. XIII e XIV”, in *e-Spania* [En ligne], 8 | décembre 2009, mis en ligne le 17 avril 2010. Disponível em <http://e-spania.revues.org/18640> [consultado em 15/10/2010].

<sup>224</sup> Cf. MOREIRA, Filipe Alves, *Afonso Henriques...*, pp. 43-44. Sobre a heroicidade e a tragédia na *lenda de Afonso Henriques* e as sucessivas interpretações providencialistas dos acontecimentos de Badajoz, ver MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, pp. 314-316.

assunção do título régio<sup>225</sup>. No entanto, contribuirá para tal vínculo o facto de a batalha de Ourique ser travada contra os mouros, isto é, inserta no fenómeno histórico da Reconquista? Como já explicámos, tal parece não se comprovar na *Primeira Crónica Portuguesa* e respectiva continuação, ainda que se venha a verificar nas fontes cronísticas posteriores.

No episódio do bispo negro, as lutas contra os mouros são incluídas no argumentário do rei para obviar a imposição da autoridade de Roma, sempre enquadradas no conceito de direito de conquista. Na secção das informações provenientes de fontes analísticas, as conquistas do Afonso I são mencionadas, ainda que em número reduzido e de forma passageira, sob a forma de “obras piedosas” do rei, mas não constituem objecto de exaltação. Por fim, no episódio do desastre de Badajoz, apesar de este se tratar de um evento integrado na designada Reconquista cristã, esse factor não é privilegiado neste texto em particular, sendo-o, pelo contrário, a interacção estabelecida entre o rei português e o seu congénere leonês, além da forma como o primeiro conseguiu ultrapassar as adversidades e manter a independência política do seu reino. A conquista de Badajoz por Afonso Henriques não é exaltada, nem o auxílio prestado por Fernando II de Leão aos mouros é reprovado pelo cronista, pelo menos de forma explícita.

Enfim, a guerra contra os mouros não adquire um relevo especial na *IV<sup>a</sup> Crónica Breve*, surgindo meramente integrada na actividade militar geral do primeiro rei português<sup>226</sup>. Tendo em conta que, nos textos undecentistas apologéticos da realeza, a Reconquista é o eixo discursivo/ideológico central para a legitimação e exaltação do poder régio, porque razão essa imagem é abandonada pela cronística régia portuguesa dos finais do século XIII? Parece que o cronista desconhecia por completo o trabalho produzido no cenóbio de Santa Cruz, encetado nos finais do século anterior, e, assim, nota-se completamente a disparidade do texto cronístico português, produzido num meio laico, em relação às modalidades discursivas patentes no primeiro grupo de textos, de origem clerical, nos quais a qualidade primordial do rei luso é a sua defesa intransigente da fé católica e a sua luta incessante contra os muçulmanos. Por seu lado, através do exame atento da *IV<sup>a</sup> Crónica Breve*, parece-nos que a corte régia portuguesa dos finais do século XIII preferia fundamentar a legitimidade da autonomia do reino nos

---

<sup>225</sup> Id., “A realeza...”, pp. 228-229.

<sup>226</sup> MIRANDA, José Carlos, “Na génese...”, p. 25.

feitos de guerra praticados contra os inimigos internos do infante portugalense e contra a monarquia de Leão e Castela<sup>227</sup>.

No entanto, levanta-se a questão: porque razão está a imagem do primeiro rei português intimamente ligada à Reconquista nos textos produzidos a mando da corte rival de Castela e Leão, também um meio laico, e o mesmo não acontece na cronística portuguesa? A única fonte escrita, até agora identificada, que parece ter sido usada pelo autor da *Primeira Crónica Portuguesa* é o *Chronicon Mundi*, onde a acção de Reconquista do *Fundador* é referida de forma generalizada, mas, ainda assim, assumindo um papel mais marcante que no texto português. Assim, é difícil perceber porque é que a imagem parcialmente positiva do tudense, que elege a guerra contra os muçulmanos como tópico narrativo principal, no início do reinado de Afonso I, é descartada pela cronística régia portuguesa.

Na biografia de Afonso Henriques, José Mattoso justifica a permanência da imagem “humana” e laica do primeiro rei, sobre a imagem idílica de origem clerical dos *Annales D. Alfonsi*, com a preferência da *estória* por parte da “*mentalidade popular*”<sup>228</sup>. Ainda assim, admite que a corte régia portuguesa decerto conhecia a imagem do rei piedoso e *Conquistador*<sup>229</sup>, tendo esta sido transmitida inclusive à cronística castelhana, como já notámos. Assim, se a corte portuguesa a conhecia, porque a preteria em detrimento da representação do “*esquivo*” caudilho da *IVª Crónica Breve*? Um indício poderia ser dado pelo facto de que, apesar de apresentar uma imagem de um rei bondoso e piedoso, passível de apropriações propagandísticas, os *Annales* também veiculavam

---

<sup>227</sup> Devemos, além do mais, realçar a relevância que o episódio do bispo negro reveste na *IVª Crónica Breve*: já foi proposto mais do que uma vez que este episódio ecoa os conflitos entre os partidários do rito moçárabe e os da reforma eclesiástica gregoriana em Coimbra, nos finais do século XI e inícios do século XII, devendo-se a sua apropriação pela cronística dos finais do século XIII, possivelmente, às lutas entre o poder régio português e os bispos do reino, durante praticamente a totalidade deste século, mas especialmente durante o reinado de Afonso III, espaço de tempo durante o qual um longo interdito foi lançado sobre o reino. Assim, pela importância que aquele episódio assume nos primeiros textos cronísticos portugueses, fica claro que a fundamentação da independência do reino face às ingerências do poder papal, levadas a efeito ao longo do século XIII, constituía um eixo central do discurso legitimador do poder régio neste período. De qualquer forma, neste discurso, a Reconquista cumpre um papel secundário, servindo apenas para demonstrar que o rei não era um herege. Para tudo isto, veja-se SARAIVA, António José, *A Épica...*, pp. 57-63; MATTOSO, José, “Dois séculos...”, p. 42; Id., *D. Afonso Henriques*, p. 277; PRADALIÉ, Gérard, “Les faux de la Cathédrale et la crise à Coïmbre au début du XIIe siècle”, in *Mélanges de la Casa de Velázquez*, Tome 10, 1974, pp. 77-98. Sobre os graves confrontos levantados entre Afonso III, o clero português e o papado, que levaram ao lançamento de um interdito sobre o país, o qual se manteve durante praticamente duas décadas, ver VENTURA, Leontina, *D. Afonso III*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2006, pp. 149-154; MATTOSO, José, “Dois séculos...”, pp. 123-127.

<sup>228</sup> Id. *D. Afonso Henriques*, pp. 316-317.

<sup>229</sup> Id., *Ibid.*, p. 317.

uma representação do rei como um monarca submisso à Igreja, logo, contrário aos interesses da corte de Afonso III<sup>230</sup>, cujo reinado foi marcado por agudos confrontos com as camadas superiores da hierarquia eclesiástica, que levaram inclusivamente a que um longo interdito pairasse sobre o reino<sup>231</sup>. A imagem do *Conquistador* apenas será concertada com a do rei insubmisso aos interesses do apostólico a partir da cronística de D. Pedro de Barcelos, como iremos verificar.

Por seu lado, Maria do Rosário Ferreira argumenta que a escolha, por parte do cronista, da imagem de Afonso Henriques como um “transgressor” relaciona-se com o próprio contexto político do reino, na segunda metade do século XIII. Afinal, Afonso III havia-se apossado da coroa através de processos questionáveis, pelo menos na mente de boa parte da nobreza, e, assim, havia-se exposto ao estigma da traição. Porém, tê-lo-á feito, de acordo com a lógica implícita na narrativa da deposição de Sancho II na *Primeira Crónica Portuguesa*, em prol da manutenção da justiça no reino. Da mesma forma que Afonso I teria transgredido uma série de preceitos ético-morais, com o propósito de defender a autonomia do mesmo, incorporando o episódio de Badajoz, como vimos, uma forte vertente “*expiatória e sacrificial*”. A acção de Afonso Henriques como um “*trickster*” seria, deste modo, a forma de representação mítica, escolhida pela corte de Afonso III, para o acto fundacional da monarquia lusa.<sup>232</sup>

De facto, já Pedro Picoito havia notado, ao estudar os mecanismos retóricos de legitimação política nos *Livros de Linhagens*, que, muitas vezes, se elegia uma modalidade de “*legitimação carismática*”, através da violência, para as origens de determinada linhagem, aplicando-se, na nossa perspectiva, o mesmo princípio, à linhagem régia portuguesa. Nas palavras do autor, trata-se de um tópico discursivo que “*apela [...] para a quebra da ordem, para a glória da anormalidade, por vezes mesmo para um certo desvio sociológico ou, pelo menos, para a exaltação do valor individual: a violência*”.<sup>233</sup>

Ainda assim, embora seja claro que o texto incorpora uma funcionalidade legitimatória, parece-nos que a corte de Afonso III não investiu tanta importância como

---

<sup>230</sup> Relembramos que a *Primeira Crónica Portuguesa* foi, muito provavelmente, redigida no meio cortesão durante o reinado de Afonso III (vide nota 192).

<sup>231</sup> Vide nota 227.

<sup>232</sup> FERREIRA, Maria do Rosário, “Afonso Henriques: Do Valor Fundacional da Desobediência”, in *Cahiers de Civilisation Médiévale*, Poitiers, Centre d’Études Supérieures de Civilisation Médiévale, no prelo. Este artigo foi-nos amavelmente cedido pela Professora Doutora Maria do Rosário Ferreira, a quem agradecemos a gentileza.

<sup>233</sup> PICOITO, Pedro, *op. cit.*, pp. 68-70.



a de Afonso X, ou de Sancho IV, na produção cronística, como meio de legitimação política. Apesar de, pela mesma altura, a influente nobreza do Entre-Douro-e-Minho potenciar a produção literária para suportar ideologicamente o seu *status quo* e legitimidade política<sup>234</sup>, os métodos de legitimação e centralização do poder, empregados por Afonso III, baseavam-se em processos administrativos, burocráticos e fiscais, não culturais. Afonso III firmou o seu poder através de uma intensa actividade legisladora, de um reforço da autoridade do poder régio, de uma clarificação dos direitos patrimoniais efectivos pertencentes à coroa (através das inquirições gerais e do cadastro da propriedade régia), de um eminente sentido de justiça e do primado da lei, da reforma da máquina administrativa e da imposição definitiva da supremacia da escrita nos actos burocráticos. Não obstante a crescente importância da escrita administrativa na corte de Afonso III, o género cronístico não se desenvolve com a mesma intensidade, consistindo a *Primeira Crónica Portuguesa* num rudimentar esboço das formas ulteriores que a cronística régia lusa irá assumir. Nesta etapa histórica do reino português, o registo sistemático dos documentos emanados da chancelaria régia seria ainda a metodologia preferida de perpetuar a memória da acção governativa do rei.<sup>235</sup>

Assim, não só os feitos de Reconquista estão praticamente ausentes da cronística régia portuguesa dos finais do século XIII e inícios do século XIV, como o eixo discursivo legitimador elegido, as lutas contra D. Teresa e os seus aliados galegos, contra Leão e Castela e contra as ingerências da sé apostólica, se materializa no que José Mattoso define como um “*relato descarnado*”<sup>236</sup>, minimizando, portanto, a importância e eficiência da sua funcionalidade como discurso político e ideológico.

### **2.3 – A contraditória imagem da obra do Conde D. Pedro**

Chegou a altura de abordarmos a obra de uma figura incontornável da cultura medieval portuguesa: falamos de D. Pedro, conde de Barcelos, filho bastardo de D. Dinis e bisneto de Afonso X de Leão e Castela<sup>237</sup>. Responsável pela feitura de um *Livro das*

---

<sup>234</sup> Algo que abordaremos no seguinte subcapítulo.

<sup>235</sup> Cf. VENTURA, Leontina, *D. Afonso III*, pp. 95-137; MATTOSO, José, “A Primeira Crónica...”, pp. 15-17; Id., “Dois séculos...”, pp. 116-124; Id., “O triunfo da monarquia portuguesa: 1258-1264. Ensaio de história política.”, in *Análise Social*, vol. XXXV (157), 2001, pp. 899-935.

<sup>236</sup> Id., “A Primeira Crónica...”, p. 16.

<sup>237</sup> Cf. CINTRA, Luís Filipe Lindley, *op. cit.*, Vol. I (Introdução), pp. CXXIX-CXC; OLIVEIRA, António Resende de, “O genealogista e as suas linhagens: D. Pedro, Conde de Barcelos”, in *e-spania* [En ligne], 11 | juin 2011, mis en ligne le 06 juin 2011. Disponível em <http://e-spania.revues.org/20374>

*Cantigas*, um *Livro de Linhagens* e da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, a obra do conde assume-se como um marco na cultura literária medievá, nas suas diferentes expressões formais, desde o canto trovadoresco até à cronística, passando pela genealogia.

Antes de nos debruçarmos sobre a cronística, pensamos ser adequado fazer uma pequena incursão sobre o trabalho genealógico de D. Pedro, que, entre 1340 e 1344, retomou um género historiográfico em voga nos meios nobiliárquicos desde a segunda metade do século XIII. Como dissemos, na mesma época em que a *Primeira Crónica Portuguesa* era compilada, a alta aristocracia do Entre-Douro-e-Minho também impulsionava a produção cultural como expressão do combate político que se desenrolava entre o poder régio, o qual manifestava uma atitude centralizadora cada vez mais decidida, e os estratos superiores da nobreza, receosos de perder os seus privilégios seculares. Deste modo, este grupo social elegeu as compilações genealógicas como forma de apoiar, no campo cultural, os seus ancestrais direitos, de acordo com estratégias de legitimação política já identificadas por Pedro Picoito<sup>238</sup>.

Conquanto estes testemunhos não se enquadrem no género cronístico, tipologia de fontes privilegiada na nossa análise, a verdade é que muitas das narrativas que se encontram no interior destas obras, as quais foram reaproveitadas por D. Pedro no seu *Livro de Linhagens*, provêm de textos não genealógicos. Decidimos que não poderíamos ignorar estas compilações, embora transmitam uma imagem de Afonso I que será totalmente descartada pela historiografia medieval posterior, após o triunfo da centralização monárquica e da cronística régia, como género historiográfico por excelência. Não será difícil perceber a razão de os cronistas áulicos ignorarem esta representação do primeiro rei, depois de analisadas as pequenas narrativas onde este figura.

Até pouco depois de meados do século XIII, a cultura nobiliárquica era dominada pelo canto trovadoresco, manifestação cultural predominante, à época, no ocidente da Península. Na década de 1270<sup>239</sup>, a literatura genealógica entrava nos meios

---

[consultado em 20/07/2011]; SIMÕES, M., “Pedro de Portugal, conde de Barcelos”, in *Dicionário da Literatura Medieval...*, pp. 521-523.

<sup>238</sup> PICOITO, Pedro, *op. cit.*; Id., “O sonho de Jacob: Sacralidade e Legitimação Política nos Livros de Linhagens”, in *Lusitania Sacra*, 2ª S., nº 10, 1998, pp. 123-148.

<sup>239</sup> Para esta cronologia, ver MIRANDA, José Carlos, “Do Liber Regum ao Livro Velho de Linhagens”, em curso de publicação nas *Actas do II Congreso Internacional de la Sociedad de Estudios Medievales y Renascentistas (SEMYR)*, San Millán de la Cogolla, 10-13 de Setembro de 2008. Disponível online em

culturais nobiliárquicos, ao ser composto o *Livro Velho de Linhagens*, no mosteiro de Santo Tirso, cujo patrono era Martim Gil de Riba de Vizela, representante, por linha feminina, da linhagem da Maia. Relativamente a este género literário, são três as composições a ter em conta: primeiro, o *Livro Velho de Linhagens*, compilado em cerca de 1270, como já dissemos; segundo, o *Livro do Deão*, redigido por Martim Anes para um anónimo deão<sup>240</sup>, em 1343; por fim, o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, redigido entre 1340 e 1344. Este, no entanto, foi objecto de duas sucessivas refundições, ao longo da segunda metade do século XIV (a primeira em 1360-1365 e a outra em 1380-1383), o que lhe confere um carácter relativamente compósito.<sup>241</sup>

O primeiro rei de Portugal aparece em algumas pequenas narrativas, de origem incerta, que são integradas na compilação do conde de Barcelos e catalogadas por José Mattoso<sup>242</sup> como tradições familiares, que assumem o papel funcional de histórias exemplares para os membros de uma dada linhagem, através da exposição da maneira como os seus antepassados defenderam a sua honra. A primeira estória onde figura o rei português consta tanto no *Livro Velho*, de forma resumida, como no *Livro do Conde*, numa versão ampliada. O episódio ocorre no solar de Gonçalo de Sousa, onde o rei pousava como hóspede do nobre. Ao surpreender Afonso Henriques a tentar seduzir a sua esposa, Gonçalo de Sousa inflige um humilhante castigo a esta, o que motiva uma troca ríspida de palavras entre o magnate e o rei, relativas a um confronto passado entre um adiantado do rei Afonso VI, Mem Soares de Novelas, e um antepassado de Gonçalo de Sousa, Échega Guiçoi. De acordo com José Mattoso<sup>243</sup>, a narrativa de Afonso

---

[http://www.seminariomedieval.com/MIRANDA\\_DO\\_LR\\_aoLVL%5B1%5D.pdf](http://www.seminariomedieval.com/MIRANDA_DO_LR_aoLVL%5B1%5D.pdf) [consultado em 15/10/2010]; VEIGA, A. Botelho da Costa, “Os nossos nobiliários medievais (Alguns elementos para a cronologia da sua elaboração)”, Separata dos *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, Lisboa, 1943, pp. 165-193.

<sup>240</sup> Poder-se-á tratar de Martim Martins Zote, deão da sé de Braga em 1342, na época do arcebispo D. Gonçalo Pereira. Cf. MATTOSO, José, “Livros de Linhagens”, in *Dicionário da Literatura Medieval...*, p. 420.

<sup>241</sup> Para um enquadramento da literatura senhorial deste período, cf. MIRANDA, José Carlos, “A dimensão literária da cultura da nobreza em Portugal no século XIII”, in *Revista da Faculdade de Letras - História*, II Série, Vol. XV, t. 2, Porto, 1998, pp. 1551-1566; Id., “Historiografia e Genealogia...”, pp. 58-62; Id., “Do Liber Regum...”; MATTOSO, José, “Livros de Linhagens”, in *Dicionário da Literatura Medieval...*, pp. 419-421; Id. e PIEL, Joseph (ed.), *Portvgaliae...*, Vol. I: *Livros Velhos de Linhagens*, pp. 12-18; Id., *Ibid.*, Vol. II: *Livro de Linhagens...*, Tomo 1, pp. 7-50; MATTOSO, José, “A literatura genealógica e a cultura da nobreza em Portugal (s. XIII-XIV)” in *Portugal Medieval...*, pp. 309-328; Id., “O mosteiro...”, p. 462; OLIVEIRA, António Resende de, “Cortes senhoriais” in *Dicionário da Literatura Medieval...*, pp. 170-173; Id., “A Cultura das Cortes”, in *Nova História de Portugal*, Vol. III: *Portugal em Definição de Fronteiras (1096-1325)*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 2004, pp. 668, 673-674, 685.

<sup>242</sup> MATTOSO, José (ed. e org.), *Narrativas...*, pp. 75-88; Id., “A literatura...”, p. 317.

<sup>243</sup> Id., *Narrativas...*, p. 76.

Henriques, Gonçalo de Sousa e sua mulher, teria sido criada numa época em que a rivalidade entre a linhagem régia e os Sousas era mais aguda, ou seja, no fim do reinado de Sancho I e inícios do de Afonso II.<sup>244</sup>

A segunda narrativa familiar, desta vez da linhagem de Bragança, encontra-se no *Livro do Deão* e no *Livro do Conde D. Pedro*. A estória tem como cenário uma refeição partilhada, em Coimbra, por Afonso Henriques, Sancho Nunes de Barbosa, Gonçalo de Sousa e Fernão Mendes de Bragança. Tendo-lhe escorrido um pouco de nata pela barba, o *Braganção* vê-se ridicularizado pelos restantes comensais, algo que motiva a sua ira, a qual só é aplacada quando o rei lhe outorga a mão de sua filha, Teresa Afonso (que era já casada com Sancho Nunes de Barbosa), além de lhe conceder as terras de Gonçalo de Sousa. Esta narrativa, por sua vez, pode ter origem no seio dos Braganções, motivada tanto pela rivalidade com o rei como pelas lutas contra os Barbosas, contexto que pode estar relacionado, conforme nos diz José Mattoso<sup>245</sup>, com os realinhamentos políticos decorrentes da derrota de Badajoz, em 1169, ou com os favores que Sancho I concedeu aos Braganções.<sup>246</sup>

Acrescente-se, além do mais, que o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* também incorpora no seu texto a *estória de Afonso Henriques*, que surge numa forma bastante semelhante à da *IVª Crónica Breve*, embora omita o episódio do bispo negro. No entanto, refira-se que o conde enumera uma série de conquistas aos mouros, dando maior peso à Reconquista na narrativa. Por outro lado, fazemos notar, de novo<sup>247</sup>, o diferente testemunho da batalha de Ourique apresentado no nobiliário do conde D. Pedro: como já dissemos, nesta obra têm lugar várias batalhas nos campos de Ourique, travadas pelos homens do infante portugalense contra os mouros, sendo no último destes recontros que Afonso Henriques toma o título régio. Segundo pensamos, trata-se de uma maneira de D. Pedro reforçar o papel da nobreza portugalense na assunção do título régio.<sup>248</sup>

---

<sup>244</sup> Id., e PIEL, Joseph (ed.), *Portvgaliae...*, Vol I: *Livros Velhos...*, p. 28; Id., *Ibid.*, Vol II: *Livro de Linhagens...*, Tomo 1, pp. 268-269; Id. (ed. e org.), *Narrativas...*, pp. 76, 79-82.

<sup>245</sup> Id., *Ibid.*, p. 76.

<sup>246</sup> Id., *Ibid.*, pp. 82; Id., e PIEL, Joseph (ed.), *Portvgaliae...*, Vol. I: *Livros Velhos...*, pp. 161-162; Id., *Ibid.*, Vol. II: *Livro de Linhagens...*, Tomo 1, p. 436.

<sup>247</sup> Veja-se a nota 211.

<sup>248</sup> Para tudo isto, cf. MATTOSO, José, “As três faces...”, pp. 37-38; Id. (ed. e org.), *Narrativas...*, pp. 38-40; Id. e Joseph PIEL, *Portvgaliae...*, Vol. II: *Livro de Linhagens...*, Tomo 1, pp. 123-127; GAMEIRO, Odília Filomena Alves, *op. cit.*, pp. 170-174, 183; MOREIRA, Filipe Alves, *Afonso Henriques...*, p. 149.

Devemos também mencionar que a linhagem régia portuguesa apenas se inclui no trabalho genealógico do conde D. Pedro, por via da ascendência da mulher de D. Afonso Henriques, a rainha D. Mafalda, que o conde de Barcelos pensava pertencer à linhagem prestigiada dos Lara<sup>249</sup>. Na verdade, os únicos ascendentes familiares de Afonso I, no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, são o seu pai, D. Henrique, a sua mãe, D. Teresa, e o seu avô, Afonso VI. Desta forma, do lado paterno, não se atribui nenhum privilégio de antiguidade à linhagem régia portuguesa. Ao depararmos com isto, devemos ter em conta que a ancestralidade de uma dada família era uma das várias estratégias de legitimação política patentes nos nobiliários, menorizando-se, assim, a notoriedade da linhagem régia e, conseqüentemente, a sua legitimidade política no exercício do poder.<sup>250</sup> De facto, a cronística régia sucedânea irá sentir a falta de uma ascendência paterna suficientemente prestigiante para o primeiro monarca, daí a “invenção” de uma pretensa filiação do conde D. Henrique na família real húngara, algo que notaremos no capítulo seguinte.

No entanto, nas memórias nobiliárquicas, também se verifica uma certa tendência para idealizar o passado da realeza, personificada no *Fundador*, algo visível no discurso que Afonso IV dirige às suas tropas nos momentos que antecedem a batalha do Salado, numa secção que terá sido redigida em 1380-83, já não pelo conde D. Pedro, mas por um letrado próximo do Prior Hospitalário D. Álvaro Gonçalves Pereira. Aqui, Afonso IV relembra aos nobres que o acompanhavam que “*el rei dom Afonso Anrequiz [...] lhes deu honras e coutos e liberdades e contias por que vivessem honrados*”. Imagem idealizada, portanto, mas em consonância com os interesses da nobreza, que preferia um monarca que lhe concedesse mercês e respeitasse as “liberdades” e privilégios próprios da sua condição de classe. Afonso IV afirma, também, que a nobreza portuguesa ganhou o reino de Portugal aos mouros, juntamente com o rei,

---

<sup>249</sup> Esta filiação errónea de D. Mafalda deriva da deturpação, ao longo do processo de transmissão textual, do designativo “Moriania” (Maurienne) para “Molina”, sendo a partir dos trabalhos de D. Pedro que se identifica o senhor de Molina, à época de Afonso Henriques, com Manrique de Lara, que o conde indicava como pai de D. Mafalda. Na verdade, esta falsa ascendência de Mafalda de Sabóia e Maurienne iria prevalecer durante muito tempo na historiografia portuguesa, visto que, já em finais de Quinhentos, Duarte NUNES DE LEÃO tinha ainda de corrigir este “*erro dos chronistas Portugueses & Castelhanos*”, cf. *Crónicas dos Reis de Portugal*, Porto, Lello & Irmãos, 1975, pp. 62-63; MOREIRA, Filipe Alves, *Afonso Henriques...*, pp. 149-151; CINTRA, Luís Filipe Lindley, *op. cit.*, Vol. I (Introdução), p. CCCLIII.

<sup>250</sup> Cf. PICOITO, Pedro, *op. cit.*, pp. 41.

partilhando, assim, a realeza e a aristocracia a função histórica de devolver a Península à fé de Cristo.<sup>251</sup>

Em suma, nos *Livros de Linhagens*, além daquela imagem provinda de um texto cronístico e este reflexo de um passado idealizado, deparamo-nos com uma outra representação de Afonso Henriques, contrastante tanto com a imagem encomiástica criada pelos cónegos de Santa Cruz, como pela *estória* da *IV<sup>a</sup> Crónica Breve*, ou seja, estamos perante a mais desprestigiante das chamadas “*três faces de Afonso Henriques*”, estudadas por José Mattoso. O rei surge num contexto “doméstico”, quotidiano, logo, encontram-se ausentes as temáticas guerreiras. Aparece como um monarca diminuído, com um poder extremamente limitado e, inclusive, politicamente impotente. É também um rei desrespeitador, que se não abstém de tentar seduzir a mulher de um nobre, na própria casa deste. Consciente que “*as manifestações de hostilidade para com os detentores do trono constituíam uma categoria de legitimação [...] importante nos livros de linhagens*”<sup>252</sup>, a alta nobreza nortenha, rival do poder régio, construiu uma imagem marcadamente negativa do monarca luso. Não é por acaso que ela será totalmente silenciada pela cronística régia posterior.

Após este excursus pela genealogia, retornemos aos registos cronísticos. Se a tradição iniciada pela *Primeira Crónica Portuguesa*, transmitida pela *IV<sup>a</sup> Crónica Breve*, consiste numa etapa embrionária dos primórdios da cronística portuguesa, a *Crónica Geral de Espanha de 1344*<sup>253</sup>, escrita cerca de sete décadas depois<sup>254</sup> e já marcada pelo trabalho historiográfico iniciado por Afonso X<sup>255</sup>, será o culminar desta fase inicial do género cronístico em Portugal. Usando como modelo a cronística de

---

<sup>251</sup> Id., *Ibid.*, pp. 63-64. SARAIVA, António José, “O autor da narrativa da batalha do Salado e a refundição do Livro do Conde D. Pedro”, in *Boletim de Filologia*, XXII, 1971, pp. 1-16; PIEL, Joseph, e MATTOSO, José (ed.), *Portvgaliae...*, Vol. II: *Livro de Linhagens...*, Tomo 1, p. 243; MATTOSO, José (ed. e org.), *Narrativas...*, p. 130.

<sup>252</sup> PICOITO, Pedro, *op. cit.*, pp. 92-93.

<sup>253</sup> CINTRA, Luís Filipe Lindley (ed.), *op. cit.*, Vols. I-III; Id., *Ibid.*, Vol. IV, 2<sup>a</sup> edição, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2009. Esta crónica será, a partir de agora, designada CGE1344, seguida do número do capítulo e página, de acordo com a edição de Lindley Cintra. A secção dedicada à história dos reis portugueses encontra-se no Volume IV.

<sup>254</sup> Caso aceitemos a datação de José Carlos Miranda para a *Primeira Crónica Portuguesa*, vide nota 192, mais acima.

<sup>255</sup> Chamamos a atenção para o facto de o texto da CGE1344 editado por Cintra corresponder ao da refundição realizada já no final do século XIV, ressaltando que, ainda que possam ter ocorrido uma série de retoques e aperfeiçoamentos da expressão, a versão de 1344 não teria diferenças essenciais de conteúdo no tocante à história dos reis portugueses, cf. CINTRA, Luís Filipe Lindley, *op. cit.*, Vol. I (Introdução), pp. XXIX-XL; KRUS Luís, “Crónica Geral de Espanha de 1344”, in *Dicionário da Literatura Medieval...*, pp. 189-190; CATALÁN, Diego, e ANDRES, Maria Soledad de (ed.), *Crónica...*, pp. XVI-XVII.

matriz afonsina<sup>256</sup>, D. Pedro de Barcelos encetou o monumental trabalho de redigir a história da Península Ibérica até aos seus dias, integrando nela, como é natural, a história dos reis portugueses. O conde usa como fonte principal para a secção consagrada ao reino português a *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal*, que havia já manuseado na feitura do seu *Livro de Linhagens*, como vimos anteriormente, complementando-a com uma série de outras fontes, já estudadas por Lindley Cintra<sup>257</sup>.

O trabalho do seu bisavô exerce, de facto, forte influência na compilação de D. Pedro, conquanto indirectamente, na medida em que a narrativa da *Crónica de 1344*, a partir do reinado de Ramiro I de Leão, segue como fonte a chamada *Tradução Galega da Crónica Geral e da Crónica de Castela*<sup>258</sup>, composta por duas partes principais: a primeira, desde Ramiro I até Fernando I, consiste numa tradução para o galego<sup>259</sup> da *Versão Amplificada da Estoria de España* e a segunda, desde Fernando I até Fernando III, numa tradução da *Crónica de Castela*, outro texto derivado da escola cronística afonsina<sup>260</sup>. Ainda assim, na 2ª redacção da obra de D. Pedro, efectuada por volta dos anos 80 do século XIV e editada por Lindley Cintra, o texto será completamente adequado ao paradigma afonsino, nomeadamente nas partes iniciais, onde a 1ª redacção

---

<sup>256</sup> Não abdicando de aplicar modificações retóricas, com contornos ideológicos, cf. DIAS, Isabel de Barros, *Metamorfoses de Babel: a historiografia ibérica (sécs. XIII-XIV), construções e estratégias textuais*, Lisboa, F. C. G., 2003, pp. 93-118; Id., “Cronística afonsina modelada em português: um caso de recepção activa”, in *Hispania. Revista Española de Historia*, vol. LXVII, núm. 227, septiembre-diciembre, 2007, pp. 899-928; KRUS Luís, “Crónica Geral de Espanha de 1344”, in *Dicionário da Literatura Medieval...*, pp. 189-190; CATALÁN, Diego, e ANDRES, Maria Soledad de (ed.), *Crónica...*, pp. XXVII-XXX.

<sup>257</sup> CINTRA, Luís Filipe Lindley, *op. cit.*, Vol. I (Introdução), pp. CCCLXXX-CDII; KRUS Luís, “Crónica Geral de Espanha de 1344”, in *Dicionário da Literatura Medieval...*, pp. 189-190. As fontes secundárias de D. Pedro serão, sempre que possível, devidamente identificadas ao longo da nossa análise.

<sup>258</sup> Vide nota 187. Note-se que Diego Catalán chamava a esta crónica *Versão Galaico-Portuguesa da Crónica Geral de Espanha*, cf. CATALÁN, Diego, *De Alfonso...*, pp. 305-356; Lindley CINTRA, por seu lado, intitulava-a *Tradução da Variante Ampliada da Crónica Geral de Espanha*, cf. *op. cit.*, Vol. I (Introdução), pp. CCXLV-CCLXII, CCCXVII-CCCXXX, CCCLXI-CCCLXII; DIAS, Isabel de Barros, *op. cit.*, pp. 95-96.

<sup>259</sup> Cf. nota 187.

<sup>260</sup> Idem. É geralmente considerado que a *Trad. Gall.* é a fonte de D. Pedro para o segmento narrativo que vai desde Ramiro I das Astúrias até Bermudo III de Leão (secção A1 do ms. 8817 da Biblioteca Nacional de Madrid), ainda que o conde não tivesse usado o ms. 8817, mas sim um arquétipo comum a este códice e àquele manuseado pelo conde de Barcelos. No entanto, depois de se comprovar o carácter factício do ms. 8817, verificou-se que a secção A1 foi incorporada *à posteriori* no conjunto codicológico, sendo a secção A2 (a tradução da *Crónica de Castela*) mais antiga, datada de cerca 1295-1312. Face a estas evidências, Maria do Rosário FERREIRA apercebeu-se que o texto de D. Pedro, no segmento narrativo correspondente a A1, revela-se mais próximo do texto da *Versão Amplificada* do que do ms. 8817. Assim, a investigadora levanta a possibilidade de que talvez D. Pedro tivesse traduzido directamente um manuscrito castelhano da composição de Afonso X, cf. *A Lenda dos Sete Infantes: Arqueologia de um destino épico medieval*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005, pp. 38-61.

expunha uma forte componente genealógica<sup>261</sup>. No entanto, como já dissemos, no que respeita à história dos reis portugueses, que se alarga até D. Afonso IV, o conde interpola uma outra fonte, a *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal*, isto é, o texto do qual a *IVª Crónica Breve* é um fragmento<sup>262</sup>.

Na *Crónica de 1344*, a história dos reis portugueses é inserta de permeio na narrativa do reinado de Afonso VII de Leão e Castela, à semelhança do que acontecia na cronística castelhana. No entanto, a história da origem da primeira dinastia inicia-se, ainda antes, no capítulo DXL da edição de Lindley Cintra. Aqui, o redactor alude à vinda do conde D. Henrique para a Península Ibérica<sup>263</sup>, ao acompanhar o seu parente, Raimundo de Tolosa, que se casou com Urraca Afonso, filha do rei castelhano-leonês. Informa-nos o mesmo capítulo que D. Henrique se casou com uma outra filha de Afonso VI, D. Teresa. O conde é então descrito como “*o melhor cavalleiro d’armas e mais guerreiro que homem sabya*”, recebendo, entretanto, além da mão de D. Teresa, uma doação de terra, constituída por “*Coymbra cõ toda a terra que elle avya ã Portugal ataa o castello de Lobeira, que he aalẽ de Ponte Vedra hũa legoa*”. O dito território foi concedido como condado, numa doação cujo condicionamento legal, de género tipicamente feudal, é exposto pelo cronista<sup>264</sup>. Além do mais, foi delimitado um espaço de conquista para D. Henrique, sendo explicitado que, caso o conde portugalense não cumprisse as obrigações do contrato enfiteútico, toda a terra lhe podia ser confiscada, incluindo aquela que conquistasse aos mouros.

Por fim, ainda no mesmo capítulo, a *Crónica de 1344* explica que D. Teresa sempre foi chamada de “rainha”, assim como era costume denominar as filhas de um rei. O cronista clarifica que nunca D. Henrique recebeu o título de rei, nem o seu filho, até que combateu os cinco reis mouros na batalha de Ourique. Previamente a isto,

---

<sup>261</sup> Vide nota 255. Sobre a datação proposta para 2ª redacção da CGE1344, cf. DIAS, Isabel de Barros, *op. cit.*, pp. 99-103.

<sup>262</sup> CINTRA, Luís Filipe Lindley, *op. cit.*, Vol. I (Introdução), pp. CCCLXXX-CCCLXXXI.

<sup>263</sup> Na verdade, é a primeira de duas explicações para a vinda de D. Henrique à Península, pois, mais à frente, como iremos ver, na secção da história dos reis portugueses baseada na *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal*, outras motivações para a vinda do conde são explanadas, nomeadamente, a romaria a Santiago de Compostela.

<sup>264</sup> De acordo com a concessão, D. Henrique teria de acorrer à hoste régia com 300 cavaleiros, além de atender às cortes de Afonso VI, presencialmente ou através do envio de um representante seu. Ficavam vinculados a este pacto não só o conde, mas todos os seus descendentes, que deviam os mesmos serviços aos reis de Castela que viessem depois de Afonso VI.



Afonso Henriques intitulava-se “duque” ou “príncipe”, sendo “alçado” como rei, na dita batalha, pelos “*Portugueses e os Gallegos daquela parte que era sua*”.<sup>265</sup>

No capítulo seguinte, após uma descrição lendária da origem do topónimo Portugal, assim como uma rápida notícia sobre o matrimónio e doação do condado portugalense ao conde D. Henrique, o autor insere uma nova prolepse narrativa, ao antecipar alguns dos acontecimentos da vida de Afonso Henriques, nomeadamente, a assunção do título régio e a escolha das armas reais<sup>266</sup>, na sequência da batalha no Campo de Ourique, onde o novo rei enfrentou cinco reis mouros e os venceu. O cronista também nos informa que, após esta importante vitória, o rei português entrou em negociações com o papa Honório<sup>267</sup>, informando-o da retumbante vitória que arrancara dos mouros e da alteração do seu pendão. O texto estabelece uma relação de causalidade entre as mortes que a hoste do rei português provocou aos seus inimigos, assim como as que o próprio exército cristão sofrera, e o pedido que agora dirige ao papa, rogando-lhe o reconhecimento do título de rei de Portugal. Por fim, o apostólico acedeu ao seu pedido em troca de um tributo anual em ouro.<sup>268</sup>

Portanto, vemos que esta passagem resume o processo de assunção do título régio e a mudança do escudo de armas reais, ou seja, o que Lindley Cintra definiu como a primeira fase da lenda de Ourique na cronística portuguesa. Ao contrário do que acontece na *IVª Crónica Breve*, não somente é mencionada a proclamação de Afonso Henriques como rei de Portugal em Ourique, onde o anteriormente designado infante “*foy feito rey*” pelos seus guerreiros, como é revelado algum conhecimento das negociações estabelecidas entre o monarca português e o papado, no sentido de

---

<sup>265</sup> CGE1344, Vol. IV, Cap. DXL, pp. 3-4.

<sup>266</sup> Referiremos o escudo real e respectiva significância mais adiante, ao examinarmos o relato da batalha de Ourique.

<sup>267</sup> Não é claro o motivo da referência ao papa Honório, como outorgador do título régio a Afonso I. Os papas com esse nome, cronologicamente próximos do reinado de Afonso Henriques, são Honório II (1124-1130) e Honório III (1216-1227). De facto, no tocante ao reino de Portugal, este último papa confirmou a Afonso II os privilégios concedidos aos seus antecessores, através da reemissão da bula *Manifestis Probatum*, de 11 de Janeiro de 1218, na sequência da conquista definitiva de Alcácer do Sal. Talvez daí advenha a referência ao papa Honório. Cf. VILAR, Hermínia Vasconcelos, *D. Afonso II: um rei sem tempo*, Lisboa, Temas & Debates, 2008, pp. 143-151; HERCULANO, Alexandre, *op. cit.*, Tomo IV, p. 103; MARQUES, Maria Alegria Fernandes, “A Bula *Manifestis Probatum*. Ecos, Textos e Contextos”, in *Poder Espiritual/Poder Temporal. As relações Igreja-Estado no tempo da monarquia (1179-1909). Actas do Colóquio*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 2009, pp. 104, 108-109; ANTUNES, José, “O iberismo político medieval e a bula *Manifestis Probatum* como marco jurídico de divisão”, in *Revista de História das Ideias*, Vol. 31, 2010, pp. 43-45 e 48; OLIVEIRA, Miguel de, *op. cit.*, p. 288. Consultar a edição da *Manifestis Probatum* de 1218 no artigo supra citado de Maria Alegria Fernandes MARQUES, pp. 122-123.

<sup>268</sup> CGE1344, Vol. IV, Cap. DXLI, pp. 5-6.

institucionalizar o seu recém-adquirido título, aos olhos da sé apostólica. Neste relato, o facto de o rei matar muitos muçulmanos, à custa da vida dos seus próprios homens, é o principal argumento constante no requerimento apresentado pelo rei ao papa. Assim, a guerra contra os mouros assume aqui o principal papel para sustentar retoricamente a dignidade de Afonso I como legítimo rei de Portugal, de acordo com a vontade da aristocracia portugalense, que o “alçou” como tal.

A *Crónica de 1344* retorna à história de Portugal no capítulo DCCV, inserta na narrativa do reinado de Afonso VII, como já indicámos, seguindo o cronista como fonte principal para esta secção a *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal*. Primeiramente, a *Crónica de 1344* volta a indicar o casamento de D. Henrique com D. Teresa, permitindo ao cronista acrescentar alguma informação ausente da sua fonte<sup>269</sup>. Relativamente aos motivos da vinda de D. Henrique para a Hispânia, o cronista indica que ele teria acompanhado o seu primo “*por ho honrrar em seu casamêto e por fazer romaria a Santiago*”, repetindo, neste último caso, o móbil já antes avançado pela *IV<sup>a</sup> Crónica Breve*. Além do mais, segundo o conde de Barcelos, D. Henrique era “*o melhor homẽ d’armas per seu corpo que se podia saber*”, pelo qual recebeu de Afonso de Leão e Castela “*parte da Galiza com o que era guanhado de Portugal*”. Desta forma, estamos perante um triplo louvor ao iniciador da linhagem real portuguesa: elogia-se a sua devoção cristã, porquanto vem a Santiago como romeiro; a sua linhagem, a partir da ligação genealógica a Raimundo de Tolosa; por fim, a sua força e valentia, visto que era o melhor homem de armas que se podia conhecer. É relevante referir, no entanto, que, além de descrever o casamento de D. Teresa com o conde, a concessão do governo de Portugal e as motivações que impeliram Afonso VI a proceder desta forma, o cronista volta a afirmar que o monarca “*deulhe certa terra por sua conquista com certas condições*”. Parece-nos que isto consiste, de facto, simultaneamente numa previsão e respectivo enquadramento jurídico/vassálico da futura actividade *reconquistadora* do conde portugalense.<sup>270</sup>

Aliás, na cronística castelhana, a actividade expansionista do conde é reprovada, na medida em que é feita à revelia de Afonso VI, ou seja, estando ausente um enquadramento legal para a actividade de expansão do condado portugalense. Por certo,

---

<sup>269</sup> Nomeadamente, a proveniência familiar de D. Henrique, que era, segundo D. Pedro, primo de Raimundo de Tolosa. Para um enquadramento genealógico de Henrique da Borgonha, cf. MATTOSO, José, “Dois séculos...”, p. 26.

<sup>270</sup> CGE1344, Vol. IV, Cap. DCCV, pp. 214-215.

o conde D. Pedro conhecia a tradição castelhana e assim torna inócuas as acusações elaboradas pela historiografia afonsina.

A *Crónica de 1344* informa-nos, depois, que o conde protagonizou muitas batalhas com mouros e leoneses, no seguimento da *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal*, mas acrescenta que “*sempre os vëceo e tomoulhes muyta terra*”, concretizando o elogio à actividade conquistadora de D. Henrique. Nesta secção, a crónica do conde D. Pedro segue de perto a sua fonte, nomeadamente ao longo do discurso que o conde D. Henrique dirige ao seu filho, assim como nos eventos posteriores, como o engano dos vassallos de Astorga, a privação do usufruto da sua herança paterna e a revolta do infante nos castelos de Neiva e da Feira. No entanto, insere novos elementos na narrativa, tal como a relação incestuosa estabelecida entre Fernão Peres de Trava, seu irmão Bermudo, D. Teresa e sua filha, Teresa Henriques, lenda provavelmente originária do mosteiro do Sobrado, segundo a proposta de Lindley Cintra, cujos contornos gerais podem ter um fundamento histórico.<sup>271</sup>

No entanto, alguns pormenores discursivos, neste ponto da narrativa, já permitem entrever a crescente importância que a Reconquista assume na *Crónica de 1344*, quando comparada com a sua fonte imediata: um deles verifica-se no diálogo mantido entre Afonso Henriques e o seu padraсто, Fernão Peres, antes da batalha que decide a fortuna do infante. Aqui, o jovem Afonso Henriques censura o conde galego por o querer expulsar da terra de seu pai, tal como se podia ler na *IVª Crónica Breve*. No entanto, na *Crónica de 1344*, é acrescentada uma importante precisão: o infante portugalense não só reivindica a terra outrora governada pelo seu pai, como indica que ele a “*gaanhou aos mouros*”. Ora, este pequeno trecho, completamente ausente da fonte de D. Pedro, consiste numa remissão explícita para a actividade *reconquistadora* de D. Henrique.<sup>272</sup>

Seguindo a lógica de organização interna patente na sua fonte, a *Crónica de 1344* continua com o relato do processo de afirmação do poder de Afonso Henriques

---

<sup>271</sup> CGE1344, Vol. IV, Cap. DCCV, p. 216; CINTRA, Luís Filipe Lindley, *op. cit.*, Vol. I (Introdução), p. CCCLXXXII. José MATTOSO, por seu lado, pensa que a lenda da fundação do mosteiro do Sobrado seria corrente nos meios nobiliárquicos, rivais do poder do rei, cf. “As três faces...”, p. 38. Sobre a fundamentação histórica deste relato lendário, cf. Id., “Dois séculos...”, p. 47; Id., *D. Afonso Henriques*, p. 45.

<sup>272</sup> CGE1344, Vol. I, Cap. DCCV, p. 217.

sobre o condado portugalense, através da batalha de “*Sã Redanhas*”<sup>273</sup>, depois através do recontro de Valdevez e, finalmente, através da inclusão de um novo relato, o da famosa *gesta de Egas Moniz*, já estudada por José Mattoso.<sup>274</sup> Após esta narrativa, o cronista segue com o relato da batalha de Ourique. Segundo a *Crónica de 1344*, depois de guarnecer todos os castelos do seu senhorio, Afonso Henriques lidera um fossado, cujo percurso é descrito com algum pormenor pelo cronista, que fornece várias referências geográficas, contrastando fortemente, neste ponto em particular, com a *IVª Crónica Breve*. Afonso Henriques “corre” a terra dos mouros desde Coimbra até Santarém, atravessando o Tejo e penetrando fundo nos domínios muçulmanos, até ao Campo de Ourique. Neste preciso local, a hoste lusa encontra-se com um exército muçulmano, liderado por Ismar e outros cinco reis mouros. As tropas inimigas defrontam-se numa batalha em Castro Verde, onde os muçulmanos são vencidos e, a maioria deles, presos ou mortos.<sup>275</sup>

Como podemos ver, ainda que a relação da batalha não seja tão concisa como na *IVª Crónica Breve*, visto que apresenta um cuidadoso enquadramento geográfico e explicita claramente quem são os inimigos do rei e respectiva filiação religiosa, note-se que o relato de Ourique na crónica de Pedro de Barcelos não chega ao nível de pormenorização patente nas fontes de finais do século XII, como os *Annales D. Alfonsi*. Já a assunção da dignidade régia é descrita com algum detalhe, pois D. Pedro tem o cuidado de informar que, antes do início da batalha, Afonso Henriques foi “alçado” como rei pelos seus cavaleiros. Em adição a isto, depois da vitória dos portugueses, e como já tinha sido indicado no capítulo DXLI, o recém-nomeado rei elege o seu pendão

---

<sup>273</sup> Designação dada pelo conde à batalha de S. Mamede. No entanto, a integração na CGE1344 da *gesta de Egas Moniz* levou a que Soeiro Mendes fosse substituído por o nobre da linhagem de Ribadouro, como adjuvante do infante neste prélio, cf. MATTOSO, José, “João Soares Coelho e a gesta de Egas Moniz”, in *Portugal Medieval...*, p. 412; CATALÁN, Diego, e ANDRES, Maria Soledad de (ed.), *Crónica...*, p. XXXVIII.

<sup>274</sup> CGE1344, Vol. IV, Caps. DCCV, DDCCVI e DCCVII, pp. 219-223; MATTOSO, José, “João Soares...”, pp. 409-435. Como é sobejamente conhecido, neste relato, o imperador Afonso VII monta um cerco ao infante portugalense no castelo de Guimarães, o qual só levanta depois da prestação de um juramento enganoso de Egas Moniz, aqui identificado como aio do infante. Para pagar o engano perpetrado sobre o imperador, Egas Moniz põe a sua vida e as de sua família ao dispor do monarca castelhano-leonês, sendo apenas poupados devido à comiseração motivada pela exemplar lealdade do velho aio para com o seu criado. Devemos relevar um pormenor, presente na versão cronística da *gesta de Egas Moniz*: ao tentar convencer o imperador a levantar o cerco sobre Guimarães, Egas relembra-o do dano que podia receber dos mouros no seu reino, enquanto tenta inutilmente conquistar o castelo português. Ora, a par daqueloutra referência que nos diz que Afonso Henriques toma os castelos ainda fiéis à sua mãe “*assy como se fossem de mouros*”, este trecho demonstra que a CGE1344 concebe os muçulmanos como um ubíquo e ameaçador sujeito de alteridade.

<sup>275</sup> CGE1344, Vol. IV, Cap. DCCVIII, p. 224. Sobre a identidade de Ismar, ver nota 77.

real, no qual insere cinco escudos azuis, um por cada rei derrotado, assumindo os mesmos a forma de uma cruz, em memória de Jesus Cristo. Da mesma forma, no interior de cada escudo estariam representados 20 dinheiros, a quantia pela qual Judas vendeu Jesus. Por fim, o cronista aponta que o rei voltou para a sua terra “*muy honrradamente e com grande vitoria*”, precisão também ausente da *IVª Crónica Breve*.<sup>276</sup>

Assim, vemos que na *Crónica de 1344* está exposta a chamada primeira fase da lenda de Ourique, segundo a qual a batalha é já o elemento determinante para a assunção da dignidade régia por parte de Afonso Henriques, sem adquirir ainda um teor sobrenatural. Nesta fase da lenda, enquadrada, aqui, numa historiografia de cunho nobiliárquico, a eleição da nobreza é o factor decisivo para a investidura do título régio sobre Afonso I.

Por outro lado, neste texto, ao contrário do que acontece na *IVª Crónica Breve*, é claro que Ourique consiste numa acção de guerra contra os mouros, além de parecer certo que o facto de o inimigo ser constituído por cinco poderosos reis infiéis é um elemento determinante para a proclamação de Afonso Henriques como rei de Portugal, assim como para a inclusão da iconografia cristã no seu escudo. Como José Mattoso demonstrou nos seus estudos, o “alçamento” de Afonso Henriques como rei sobre o seu escudo, à maneira germânica, é um cenário verosímil, tendo em conta o teor da lenda e o estatuto de relíquia que o escudo do monarca assumiu no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Com efeito, a veneração do escudo levou inclusive a que a estilização do objecto (isto é, do escudo que estava exposto em Santa Cruz e se supunha ter pertencido ao próprio rei) se tornasse o símbolo oficial da casa régia portuguesa, tal como é descrito na *Crónica de 1344*<sup>277</sup>. Afonso Henriques, o rei protegido pelos cinco escudos postos em forma de cruz, era ele próprio um defensor da cruz. Só um acto guerreiro contra o infiel poderia dar azo à construção deste mito, além de o potenciar como arma ideológica de legitimação da monarquia portuguesa. Só um acto de guerra contra os sarracenos poderia impulsionar a construção da segunda fase da lenda, o denominado milagre de Ourique, recurso ideológico que, futuramente, estará ao serviço do poder monárquico, algo que será analisado no capítulo seguinte.

---

<sup>276</sup> CGE1344, Vol. IV, Cap. DCCVIII, pp. 224-225.

<sup>277</sup> Sobre Ourique, o escudo do rei e a assunção da dignidade régia por parte de Afonso I, ver MATTOSO, José, “A realeza...”; Id. *D. Afonso Henriques*, pp. 167-170; Id., “Dois séculos...”, p. 58, 63.

Seguidamente à narrativa de Ourique, a *Crónica de 1344* prossegue com o emblemático episódio do bispo negro. O conteúdo do relato coincide, nos seus traços gerais, com o da *IVª Crónica Breve*, apenas com algumas modificações pontuais, como é hábito na obra de D. Pedro<sup>278</sup>. No entanto, verificam-se algumas alterações na cena em que Afonso Henriques persegue o cardeal em fuga e o ameaça de morte. Aqui, quando o violento rei intimida o amedrontado cardeal, vocifera que o seu reino não deve nunca ser excomungado, pois “*eu o gaanhey com esta minha espada*”, arrogando-se o direito de autonomia na legitimidade da conquista militar, sem especificar a guerra contra os muçulmanos. No entanto, a importância desta será posta em evidência na cena seguinte, quando o rei português se despe perante o cardeal e lhe expõe as suas cicatrizes, que servem como testemunhos de batalhas, combates e “*entradas das villas que tomara aos mouros*”.<sup>279</sup>

Portanto, vemos que aqui é reforçada a componente *conquistadora* da figura de Afonso Henriques, usando-se o tópico da guerra contra os mouros. Não só a imagem laudatória do rei é enfatizada, como o discurso é muito mais claro, de forma a compensar a ambiguidade do relato patente na *IVª Crónica Breve*, a qual facilmente poderia induzir o leitor a assimilar uma imagem do primeiro rei português como um mero “*caudilho irrequieto e colérico*”<sup>280</sup>. Na *Crónica de 1344*, Afonso Henriques é violento na defesa da autonomia do reino, é certo, mas demonstra um conhecimento mais profundo dos preceitos dogmáticos católicos, assim como fundamenta o seu direito num facto central: a guerra e conquista territorial infligida sobre o inimigo muçulmano. Além disto, e para reforçar este discurso ideológico, se Afonso Henriques confisca os haveres do cardeal, tal como acontecia na fonte da *Crónica de 1344*, aqui isso acontece simplesmente porque tanto ele como os seus fidalgos são “pobres” e necessitam de manter a guerra contra os agarenos. Então, não é a ganância que leva o rei a expropriar o cardeal, como se poderia depreender na *IVª Crónica Breve*, mas sim o imperativo da continuação da guerra contra o Islão. Assim, no episódio do bispo negro, tal como

---

<sup>278</sup> Por exemplo, na IVCB, a interacção entre o rei, os cónegos da sé de Coimbra e Martim Soleima assumia a forma de um diálogo directo entre eles, enquanto na CGE1344 o intercâmbio entre as personagens é estabelecido através da 3ª pessoa do singular. Por outro lado, neste último trabalho, verifica-se uma preocupação constante por parte do cronista de “racionalizar” o texto, melhorar a expressão e certos aspectos retóricos, como preencher textualmente secções transmitidas da IVCB, as quais o cronista certamente consideraria demasiado lacónicas.

<sup>279</sup> CGE1344, Vol. IV, Caps. DCCIX e DCCX, pp. 225-229; CINTRA, Luís Filipe Lindley, *op. cit.*, Vol. I (Introdução), pp. CCCLXXXVIII-CCCLXXXIX.

<sup>280</sup> A expressão é de MATTOSO, José, “A Primeira Crónica...”, p. 14.

relatado na *Crónica de 1344*, vemos que a guerra contra os muçulmanos assume um papel central e de notória funcionalidade ideológica na defesa da legitimidade da autonomia do reino português, através de uma representação cavaleiresca e idealizada da realeza.

No capítulo seguinte, o cronista informa-nos do início da expansão militar portuguesa, com as tomadas de Leiria e Torres Novas, baseando-se o autor, possivelmente, numa fonte pertencente ao género analístico<sup>281</sup>, visto que fornece uma contextualização cronológica absoluta, além da idade do rei português à época das conquistas supra referidas. Além disso, a *Crónica de 1344* indica que os castelos tomados pertenciam a Ismar, “*rey da Estremadura*”. Ainda no mesmo capítulo, o cronista inicia o relato da conquista de Santarém, para o qual utilizou uma fonte, hoje perdida, mas que sabemos ser distinta do conhecido *De Expugnatione Scallabis*<sup>282</sup>. Segundo esta versão dos eventos, Afonso Henriques reúne os seus cavaleiros no Arnado, perto de Coimbra, onde comunica em privado a Lourenço Viegas (de Ribadouro), Gonçalo de Sousa e Pêro Pais (da Maia), o alferes<sup>283</sup>, os seus planos para conquistar Santarém, os quais, supostamente, se deveriam manter sob sigilo, o que não se verifica, pois, ao voltar para o paço régio, Afonso I apercebe-se que eles eram já amplamente conhecidos na cidade.<sup>284</sup>

No capítulo DCCXII, a *Crónica de 1344* relata a forma como Afonso Henriques e os seus cavaleiros “furtaram” Santarém. Segundo este texto, o bando liderado pelo rei parte “*êcubertamente*” de Coimbra e chega a Santarém em 8 de Maio<sup>285</sup>. Ao chegarem aos muros da vila, os homens do rei escalam as muralhas por umas escadas, durante a

---

<sup>281</sup> Lindley Cintra pensava que D. Pedro de Barcelos teria usado uma versão da continuação de 1168 dos *Annales Portugalenses Veteres* (ou *Anais de Santa Cruz I*, se usarmos a denominação escolhida por Luís Krus) para grande parte das conquistas enumeradas na CGE1344. No entanto, no caso de Leiria e Torres Novas, as conquistas destes castelos não se encontram registadas no texto conhecido daqueles anais, pelo que não sabemos exactamente onde o conde colheu estas informações. É possível, no entanto, que pudessem constar como notas marginais no manuscrito dos *Anais de Santa Cruz I* que D. Pedro manuseou, segundo a proposta avançada pelo próprio Lindley Cintra, ou constassem de outro texto analístico por nós desconhecido, cf. CINTRA, Luís Filipe Lindley, *op. cit.*, Vol. I (Introdução), p. CCCLXXXI, CCCXCV; KRUS, Luís, *op. cit.*, pp. 4, 12-15.

<sup>282</sup> CINTRA, Luís Filipe Lindley, *op. cit.*, Vol. I (Introdução), pp. CCCXCI-CCCXCV; PEREIRA, Armando de Sousa, “A conquista...” p. 302.

<sup>283</sup> Cf. Id., “A conquista...”, p. 309, nota 59.

<sup>284</sup> CGE1344, Vol. IV, Cap. DCCXI, pp. 230 – 231; PEREIRA, Armando de Sousa, “A conquista...”, p. 309.

<sup>285</sup> Como é sabido, a conquista deu-se em 1147, mas as datas na CGE1344 são, por regra, imprecisas, tal como acontece na *IIIª Crónica Breve de Santa Cruz*, fragmento crúzio da crónica de D. Pedro de Barcelos. Ver a edição deste texto em FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da (ed.), *Crónicas Breves...*, pp. 98-110. Ver também CINTRA, Luís Filipe Lindley, *op. cit.*, Vol. I (Introdução), pp. CCCLV-CCCLVI.

noite. A *Crónica de 1344* enumera quais foram os primeiros cavaleiros a escalar os muros: primeiro, Mem Moniz, irmão de Egas Moniz (de cuja morte, antes da lide de Ourique, somos informados); depois, Pêro Afonso, aqui apresentado como filho ilegítimo do rei<sup>286</sup>; por fim, Pêro Pais, o alferes do rei. Depois de estes três cavaleiros entrarem na vila, Mem Moniz corta a cabeça ao esculca que vigiava aquele segmento de muralha. De seguida, uma segunda escada foi posta sobre o muro, subindo as tropas portuguesas por ambas as escadas, o que lhes permite apoderarem-se do muro e quebrar os ferrolhos da porta, de forma a permitir a entrada ao rei e aos cavaleiros que com ele haviam ficado. Terminada a conquista da cidade, o cronista finaliza o relato com a lenda da fuga do alcaide mouro de Santarém para Sevilha. Ao acercar-se desta cidade, o respectivo rei, que estava na Torre de Ouro, avista o alcaide de Santarém e rapidamente se apercebe que a vila havia sido conquistada.<sup>287</sup>

Como se pode depreender, o relato da tomada de Santarém na *Crónica de 1344* baseia-se numa fonte dispar do *De Expugnatione Scallabis*, ainda que tenham alguns pontos em comum, nomeadamente, no tocante à entrada furtiva na vila. No entanto, no texto presentemente analisado, a representação de Afonso Henriques não é tão encomiástica como na fonte latina. Da mesma forma, ainda que estejamos perante um acontecimento marcante da Reconquista cristã em território português, a tomada de Santarém na narrativa do conde D. Pedro não assume contornos de guerra santa ou, se preferirmos, religiosa, como no *De Expugnatione Scallabis*. Não existe um incentivo ao extermínio da população, não há milagres a prenunciar o triunfo cristão, orações em Santa Cruz de Coimbra e nem o rei é tão devoto e piedoso como no texto do século XII. Estamos, portanto, perante modalidades discursivas próprias de um texto proveniente de um meio laico, neste caso particular, nobiliárquico.

Poucos meses após a tomada da praça escalabitana, Afonso Henriques parte para Lisboa, cuja cidade consegue conquistar, após confrontos com os muçulmanos, que saíram dos muros da cidade para enfrentar o rei português, mas sendo, por fim, derrotados. Nesta luta, o cronista menciona o auxílio prestado ao rei português por flamengos, alemães e naturais de outras nações. Quatro dos seus líderes são

---

<sup>286</sup> De facto, Afonso Henriques teve um bastardo chamado Pedro Afonso, alferes-mor da cúria régia entre 1179 e 1189. Pedro Afonso manteve-se na corte régia até ao final do reinado de seu meio-irmão, D. Sancho I, cf. BRANCO, Maria João Violante, *op. cit.*, p. 110, 128, 189, 211, 272; MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, p. 229.

<sup>287</sup> CGE1344, Vol. IV, Cap. DCCXII, pp. 231-232; PEREIRA, Armando de Sousa, “A conquista...”, pp. 317-319.



inclusivamente nomeados: “*Guillê de Licorny, e dom Roolim, e dom Juzbercez, e dom Ligel*”. O rei recusa-lhes a concessão do governo de parte de Lisboa, mas outorga-lhes outras terras para ocuparem com os seus dependentes: Azambuja, Vila Verde, Lourinhã e Atouguia<sup>288</sup>.

Uma vez relatada a conquista de Lisboa, o cronista enumera, de uma maneira deveras “seca”, as outras conquistas de Afonso Henriques: Alenquer, Sintra, Almada, Palmela, Alcácer, Beja, Évora, Elvas, Moura e Serpa, provavelmente baseado, maioritariamente, em fontes analísticas<sup>289</sup>, daí a “secura” do relato, que consiste, mais apropriadamente, numa enumeração. De facto, após isto, o cronista insere um grupo de informações de teor analístico, baseado na *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal* mas adicionando novas informações. Na verdade, ao registar a fundação dos mosteiros de Alcobaça e de Santa Cruz de Coimbra, o texto informa-nos que a primeira instituição monástica foi consagrada a Bernardo de Claraval e que foi graças às orações deste que Afonso Henriques obteve tantas vitórias contra os mouros, trecho que parece consistir numa etapa embrionária da *lenda da fundação de Alcobaça*, transmitida pela *IVª Crónica Breve* e pela cronística quatrocentista portuguesa, como teremos oportunidade de ver. A *Crónica de 1344* expõe depois as informações analísticas já presentes na sua fonte, terminando com uma frase expressiva, um verdadeiro encómio à actividade guerreira do rei luso, ao afirmar que este “*era o mais esforçado cavalleiro assi em*

---

<sup>288</sup> Além de se confirmar que as povoações indicadas por D. Pedro foram, efectivamente, doadas a cruzados, conhecemos, através de outras fontes, estas personagens mencionadas na CGE1344, exceptuando-se *D. Juzbercez*. Primeiro, Ligel da Flandres, que casou com a filha do primeiro alcaide de Lisboa e cujos descendentes se estabeleceram na cidade, cf. MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, p. 256; Id., e PIEL, Joseph (ed.), *Portvgaliae...*, Vol. II: *Livro de Linhagens...*, Tomo 2, p. 160; BRANCO, Maria João Violante, “A conquista de Lisboa revisitada: estratégias de ocupação do espaço político, físico e simbólico”, in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. 2, p. 132. Conhecemos, também, Guilherme de la Corni e o seu irmão, Roberto, a quem Afonso Henriques doou a Atouguia, cf. MATTOSO, José, e PIEL, Joseph (ed.), *Portvgaliae...*, Vol. II: *Livro de Linhagens...*, Tomo 2, pp. 160-161. Por seu lado, *Roolim* recebeu a Azambuja, cf. Id., *Ibid.*, Vol. II: *Livro de Linhagens...*, Tomo 2, p. 162. Além destas povoações, a Lourinhã foi doada a Jourdan e Vila Verde (Alenquer) a um *Alcaide Alardo*. Sobre este assunto, cf. MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, p. 256, e SILVA, Manuela Santos, “Alguns passos da acção do Conquistador na Estremadura Litoral: O caso específico da região envolvente de Óbidos”, in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. 2, pp. 109-116. De resto, devemos referir que existe outro texto, redigido no século XIV, no mosteiro de S. Vicente de Fora, que refere a doação destas mesmas localidades: trata-se da *Crónica da Tomada de Lisboa*, uma tradução ampliada do *Indiculum*, cf. FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da (ed.), *Crónica da Tomada de Lisboa*, Lisboa, 1995; DIAS, Isabel Rosa, “De como o mosteiro de S. Vicente foi refundado”, in *O Género do Texto Medieval*, *Actas do 1º Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, coordenação de Cristina Almeida Ribeiro e Margarida Madureira, Lisboa, Cosmos, 1997, pp. 139-144; MENDES, J. “Crónica da Tomada de Lisboa aos Mouros e da Fundação do Mosteiro de S. Vicente”, in *Dicionário da Literatura Medieval...*, pp. 177-179.

<sup>289</sup> Vide nota 281. No caso de Alenquer, a informação deve ter origem na *Trad. Gall.*, Vol. I, Cap. 473, p. 691.

*armas como en força que avya em Espanha nẽ de que os mouros mayor medo avyam*". Como vemos, a faceta de Afonso Henriques como *Conquistador* e inimigo do Islão começa a tomar posse da sua imagem cronística, embora, aqui, seja ainda um "*esforçado cavalleiro*", sobressaindo, neste preciso trecho, a perspectiva aristocrática do conde de Barcelos.<sup>290</sup>

Posteriormente, a *Crónica de 1344* passa a relatar o célebre desastre de Badajoz, seguindo fielmente a sua fonte, conquanto ampliando e melhorando retoricamente o texto<sup>291</sup>. Desde logo, começa por introduzir a narrativa dos fatídicos sucessos de Badajoz com elementos textuais provenientes da *Tradução Galega da Crónica de Castela*<sup>292</sup>. Desta forma, conta-nos que Afonso Henriques resolveu atacar a vila muçulmana, a qual pertencia à "conquista" de Fernando II de Leão, na sequência do repúdio deste para com a sua mulher, Urraca Afonso, filha de Afonso Henriques, com quem o rei leonês se havia unido matrimonialmente. Ao saber do ataque do rei português, Fernando II dirige-se a Badajoz, acompanhado por Fernando Rodrigues de Castro, nobre castelhano já referido na *IVª Crónica Breve*, e por D. Diego, senhor de Biscaya<sup>293</sup>.

Segundo o que nos diz a *Crónica de 1344*, assim que Afonso Henriques toma conhecimento da vinda de Fernando II a Badajoz, ordena aos seus homens que saiam da vila para combater os leoneses. Ao saber que a dianteira das suas tropas havia já iniciado o combate, o rei português apressa-se a sair da vila, em socorro dos seus, "*como aquella que era o mais valente e esforçado cavalleiro que se podia saber*". É precisamente no decorrer desta saída apressada que Afonso Henriques fere a perna no ferrolho da porta, embate do qual também a sua montada sai ferida. Ainda assim, enquanto na *IVª Crónica Breve* o rei cai imediatamente num centeal e é, de seguida, aprisionado, na *Crónica de 1344* ele ainda chega à frente de batalha, mas o seu cavalo não aguenta o ferimento que sofreu e cai sobre a perna do rei, fracturando-a ainda mais. Os guerreiros portugueses ainda o tentam levantar e içá-lo sobre o cavalo, mas tal foi

---

<sup>290</sup> CGE1344, Vol. IV, Cap. DCCXIII, pp. 233-234.

<sup>291</sup> Ainda que o essencial da narrativa do desastre de Badajoz na CGE1344 coincida com o da IVCB, ela apresenta-se numa forma muito mais trabalhada e pormenorizada na obra de D. Pedro.

<sup>292</sup> Cf. *Trad. Gall.*, Vol. I, Cap. 494, pp. 720-721.

<sup>293</sup> Este último nobre encontra-se ausente da IVCB, pelo que não sabemos o que motivou a sua inclusão na narrativa. Já na secção anterior, quando analisámos o desastre de Badajoz na IVCB, dissemos que a intervenção de Fernando Rodrigues poderia ser uma tentativa, por parte do cronista, de denunciar a presença castelhana, a par da leonesa, na batalha contra Afonso Henriques. Assim, a integração de D. Diego de Biscaya podia servir para reforçar esse intento, na medida em que também ele é um nobre castelhano desavindo com o seu rei, segundo a informação fornecida pela CGE1344.

impossível, face à fractura do fémur de Afonso Henriques. Nesse momento, chega o rei leonês e prende o seu fragilizado congénere português.<sup>294</sup>

Entretanto, Afonso Henriques é levado para dentro da vila, onde o rei leonês “*fezelhe muy bem pensar da perna e fezlhe muyta honrra*”, numa demonstração de magnanimidade similar à verificada nas fontes castelhanas<sup>295</sup>. No entanto, Afonso Henriques teve de lhe entregar as terras que detinha sob a sua alçada “*dês o Minho ataa o castello de Lobeira*”, assim como prometer que, caso o rei de Leão o soltasse, ele retornaria para a sua prisão logo que conseguisse cavalgar<sup>296</sup>. Após a sua libertação, Afonso Henriques regressa à sua terra, recusando cavalgar até ao fim da sua vida, na sequência do juramento prestado a Fernando II. O texto informa-nos também que, de ali em diante, o rei português se “*fez trager ã andas e collos d’homês*”, especificação proveniente da *Tradução Galega da Crónica de Castela*<sup>297</sup>, a qual parece reduzir Afonso Henriques a uma condição deveras humilhante. Ainda que assim seja, o autor da *Crónica de 1344* não abdicou de a incorporar na sua compilação.<sup>298</sup>

No entanto, esta não é a única versão dos eventos de Badajoz exposta na crónica de D. Pedro de Barcelos. Já durante o reinado de Fernando II, no capítulo DCCXLII da *Crónica de 1344*, seguindo o conde a organização de matérias veiculada pela *Tradução Galega da Crónica de Castela*, indicam-se os factores que irão motivar os diferendos entre os dois monarcas: o casamento com Urraca Afonso que, ao invés de incentivar relações pacíficas entre os dois reinos, despoletou a discórdia entre os seus respectivos reis, e o povoamento de Cidade Rodrigo, a qual “*fazia muito mal a Portugal*”.<sup>299</sup> Previamente expostos os motivos da desavença, a segunda versão do desastre de Badajoz inicia-se no capítulo DCCXLIV, no qual o conde incorpora elementos textuais provindos da *Tradução Galega*, como o já referido povoamento de Cidade Rodrigo<sup>300</sup>.

---

<sup>294</sup> CGE1344, Vol. IV, Cap. DCCXIV, pp. 235-236.

<sup>295</sup> De facto, este trecho foi retirado por D. Pedro da *Trad. Gall.*, daí advém a relativa simpatia demonstrada no texto para com Fernando II de Leão. Cf. *Trad. Gall.*, Vol I, pp. 721-722.

<sup>296</sup> A referência à “prisão” deriva, do mesmo modo, da *Trad. Gall.* Relembramos que a IVCB não menciona a obrigatoriedade de retorno a uma prisão, mas apenas diz que Afonso Henriques deveria ir “*a el-rei Dom Fernando, u quer que ele fosse*”. Cf *Trad. Gall.*, Vol. I, Cap. 494, p. 722; IVCB, p. 117.

<sup>297</sup> Cf. *Trad. Gall.*, Vol. I, Cap. 494, p. 722.

<sup>298</sup> CGE1344, Vol. IV, Cap. DCCXIV, p. 236.

<sup>299</sup> CGE1344, Vol. IV, Cap. DCCXLII, pp. 283-284.

<sup>300</sup> Cf. *Trad. Gall.*, Vol. I. Cap. 492, p. 718, e cap. 494, pp. 720-721. Repare-se que, na tradição cronística castelhana, Cidade Rodrigo é povoada pelo rei leonês a conselho de um rico-homem português, chamado Rodrigo, que se havia rebelado contra o seu próprio rei, segundo a *Trad. Gall.* No entanto, o toledano chama o rebelde português *Vernal*, ao passo que a *Versão Amplificada* não avança nenhum nome, dizendo apenas que havia sido um “*sirviente*” do rei português. Cf. BASTO, A. Magalhães de, *Crónica...*, p. 371; PCG, Cap. 992, p. 672.

A *Crónica de 1344* repete os acontecimentos já vistos quando analisámos a cronística castelhana, os quais foram transmitidos para a compilação de D. Pedro através da *Tradução Galega*. Desta forma, também na obra de D. Pedro se relata a ida de D. Sancho para Cidade Rodrigo, sendo o infante português pesadamente derrotado na batalha de Arganal. Neste capítulo, as tradições castelhanas e portuguesas do episódio de Badajoz são eficazmente concatenadas pelo conde. Primeiro, o rei português toma toda a terra de Límia e Toroño e só depois avança sobre Badajoz, tomando a maior parte da vila e cercando os mouros no castelo<sup>301</sup>. Logo de seguida, após saber da chegada de Fernando II, Afonso Henriques é ferido na porta ao ir em socorro da dianteira do seu exército, ainda consegue entrar na refrega com os leoneses, mas é preso em virtude dos seus ferimentos<sup>302</sup>. O rei é capturado com uma “*peça dos seus que o queriam defender*”, enquanto o resto da hoste portuguesa se refugia na vila, sendo esta, no entanto, cobrada pelo rei leonês. O resto do episódio coincide no essencial com a primeira versão dos eventos, relativamente à recepção de Fernando II, a entrega dos castelos e o juramento de Afonso Henriques, embora, nesta segunda versão, os termos das terras a entregar não são tão explícitos, mencionando-se apenas que Afonso Henriques devolveu “*a terra que lhe tomara*”, isto é, a Fernando II.<sup>303</sup>

Seguindo a *Tradução Galega da Crónica de Castela*<sup>304</sup>, a *Crónica de 1344* prossegue a sua narrativa com o relato do cerco que os mouros puseram sobre Afonso Henriques em Santarém. O conteúdo é semelhante ao da *Versão Amplificada da Estoria de España*, embora aqui o rei português não se rebaixe ao ponto de rogar a Fernando II que fique em Santarém. No entanto, a intencionalidade de exaltar o poder do soberano leonês, em contraste com a inaptidão militar de Afonso Henriques, mantém-se. Como já vimos, esta particularidade assume contornos ideológicos, os quais D. Pedro escolheu não omitir ou modificar, ao incorporar o texto da *Tradução Galega* na sua compilação.<sup>305</sup>

---

<sup>301</sup> Fazendo eco da tradição castelhana, pois, como já vimos, na tradição portuguesa, Afonso I toma imediatamente toda a cidade.

<sup>302</sup> Como se pode depreender, nesta secção, o conde prefere a versão mais favorável ao rei luso, em detrimento da tradição castelhana veiculada na *Trad. Gall.*, Vol. I, Cap. 494, pp. 720-721, onde o rei é derrotado e ferido ao fugir da refrega para o interior da vila.

<sup>303</sup> CGE1344, Vol. IV, Cap. DCCXLIV, pp. 287-289.

<sup>304</sup> Cf. *Trad. Gall.*, Cap. 495, pp. 722-723.

<sup>305</sup> CGE1344, Vol. IV, Cap. DCCXLV, p. 289. No entanto, o conde procedeu a alterações, tendo em vista a coerência interna do relato: sabemos que, na *Versão Amplificada*, a circunstância que motivou os muçulmanos a cercar Afonso Henriques em Santarém foi a sua incapacidade física de combater, devido aos ferimentos de Badajoz. Ora, na CGE1344, para não entrar em contradição com a narrativa global, é

Concluindo, na *Crónica Geral de Espanha de 1344*, a Reconquista aparece já vinculada à imagem do primeiro rei português de forma indelével. Nesta compilação, redigida poucos anos depois da simbólica batalha do Salado<sup>306</sup>, que, certamente, contribuiu para o reavivamento das memórias da Reconquista, o enfoque principal começa a transferir-se das lutas de Afonso Henriques contra a sua mãe e o seu padraсто para a guerra contra os mouros. Ainda assim, os confrontos com o imperador, seu primo, ganham um novo alento com a inclusão da *gesta de Egas Moniz*, e as quezílias com o clero mantêm a sua importância absoluta, através do episódio do bispo negro, o qual acolhe um novo elemento narrativo: a exposição das cicatrizes do rei perante o cardeal romano. Esta última cena evidencia a forma como a Reconquista assume o patamar cimeiro nas estratégias discursivas de legitimação da autonomia do reino, face às ingerências de Roma nos assuntos internos do mesmo.

No entanto, a crescente relevância da Reconquista na *Crónica de 1344* é particularmente evidenciada no relato da batalha de Ourique, o qual estabelece definitivamente um vínculo entre a dignidade régia de Afonso Henriques, a sua devoção na luta contra os mouros e a defesa da fé cristã. A guerra de expansão assume o papel central do seu reinado, através dos relatos das tomadas de Santarém, Lisboa e a enumeração das suas posteriores conquistas, que são bastante numerosas. A tomada de Badajoz, tal como nas restantes fontes cronísticas já analisadas, adquire importância não por se tratar de um confronto contra os muçulmanos, mas por se verificar, neste episódio, a cena final do enredo da maldição de D. Teresa, além de surgir, em grande

---

somente dito que os mouros cercaram Santarém porque sabiam que “*el rey de Portugal non cavalgava em besta*”, não se verificando, assim, qualquer menção a uma pretensa invalidez física do rei português. Na realidade, o compilador da CGE1344 demonstra uma maior preocupação com a coesão interna do relato do que o da *Trad. Gall.*, na medida em que, neste trecho preciso, esta informa-nos que “*el rrey de Portugal nõ caualgaua en besta, por rrazõ da perna*”, deixando espaço para a interpretação que o rei teria ficado, de facto, definitivamente inválido após a derrota de Badajoz. Ora, no capítulo precedente desta mesma crónica, ao relatar o desastre de Badajoz, o rei escolhe não cavalgar, voluntariamente, de forma a não cumprir o jurado perante o rei leonês, ou seja, trata-se de um estratagema e não de uma incapacidade física efectiva que o impede de montar a cavalo, verificando-se, por conseguinte, uma certa incoerência com o que é afirmado depois, no extracto de texto supra-citado. Cf. *Trad. Gall.*, Vol. I, Caps. 493-494, pp. 718-723.

<sup>306</sup> KRUS, Luís, “Crónica Geral de Espanha de 1344”, in *Dicionário da Literatura Medieval...*, p. 188; FERREIRA, Maria do Rosário, “D. Pedro de Barcelos e a representação do passado ibérico”, in *O Contexto Hispânico da Historiografia...*, pp. 91-93; Id., “Entre linhagens e imagens: a escrita do conde de Barcelos”, Junho de 2009. Disponível online em [www.seminariomedieval.com](http://www.seminariomedieval.com) [consultado em 06/10/2011], pp. 11-12. Sobre a batalha do Salado, cf. HUICI MIRANDA, Ambrosio, *Las Grandes Batallas de la Reconquista durante las Invasiones Africanas (Almoravides, Almohades y Benimerines)*, Madrid, Instituto de Estudios Africanos, 1956, pp. 331-387.

medida, como um acto de vingança do rei português contra Fernando II, motivado pelo repúdio da infanta Urraca e pelo povoamento de Cidade Rodrigo.

Ainda assim, apesar de a Reconquista ser investida com maior importância na narrativa do reinado de Afonso Henriques na *Crónica de 1344*, o discurso nela veiculado não assume ainda a forma que virá a encarnar na cronística quatrocentista. Embora o relato de Ourique acolha já elementos retóricos típicos da ideologia de guerra santa, a Reconquista na crónica do conde de Barcelos é, essencialmente, uma guerra “laica” ou, se preferirmos, meramente político-territorial, não religiosa. Estamos perante actos de guerra que prestigiam o infante português, ao ponto de lhe garantir o reconhecimento do título régio, permitem-lhe expandir o território do seu reino, mas não estamos ainda perante uma guerra caracterizada como santificada ou religiosa. A dilatação da fé cristã não é uma componente discursiva marcante, nem os mouros assumem uma forma demoníaca. Tal como na *IVª Crónica Breve*, estes surgem como uma alteridade permanente, um objecto de conquistas por parte do rei luso, mas nunca são descritos como “inimigos da fé” ou “servidores de Satanás”. A *Crónica Geral de Espanha de 1344*, conquanto dê suma importância à Reconquista, patenteia modalidades discursivas próprias do meio nobiliárquico onde foi produzida.

No enquadramento ideológico e discursivo da *Crónica de 1344*, Afonso Henriques é largamente elogiado como guerreiro e chefe militar. Assim acontece na batalha de Ourique, reflecte-se através da indicação das suas conquistas e na tomada de Badajoz. Na *Crónica de 1344*, Afonso Henriques é “o mais vallente e esforçado cavaleiro que se podia saber”<sup>307</sup>, o qual, mesmo com a sua montada ferida e a perna fracturada, não hesita em lançar-se na frente de batalha contra leoneses e castelhanos. Deparamo-nos com um destemido cavaleiro, glorioso rei e conquistador de terra aos sarracenos, é certo. Mas não estamos perante o semi-santo paladino de Cristo dos *Annales D. Alfonsi* ou da cronística régia do século XV, produzida no seio da corte da dinastia de Avis.

Face a isto, temos de relevar que a *Crónica Geral de Espanha de 1344* foi produzida num contexto nobiliárquico, na corte do conde de Barcelos, marcando a entrada do género cronístico nos meios culturais aristocráticos<sup>308</sup>. Com efeito, D. Pedro,

---

<sup>307</sup> CGE1344, Vol. IV, Cap. DCCXIV, p. 235.

<sup>308</sup> Sobre este assunto, veja-se MATTOSO, José, *O Essencial sobre a Cultura Medieval Portuguesa (Séculos XI a XIV)*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1993, pp. 42-45; MIRANDA, José Carlos, “A dimensão literária...”; Id. “Historiografia e Genealogia...”, pp. 58-62. Veja-se também a

ele próprio um genealogista, autor de um *Livro de Linhagens*, tinha interesses próximos da classe nobiliárquica<sup>309</sup>, cuja rivalidade com o poder central atingiu o auge durante o reinado de D. Dinis, degenerando, inclusive, em guerra civil<sup>310</sup>. Como é sabido, o conde casara-se com Branca Peres de Portel, filha de Pero Anes de Portel e de Constança Mendes de Sousa, pelo que, após a morte da sua esposa, D. Pedro herdou grande parte do património de duas das mais poderosas linhagens portuguesas, a acrescentar a outras possessões, obtidas por outros meios. Tal enquadramento tornava o conde num dos homens mais poderosos de Portugal, dando-lhe, ao mesmo tempo, uma maior sensibilidade quanto aos anseios da alta nobreza do período dionisino.

Portanto, ao estarmos perante uma cronística nobiliárquica, seria de espantar que esta veiculasse uma retórica exageradamente pro-monárquica, na medida em que facilmente legitimaria todos e quaisquer atropelos aos direitos da aristocracia senhorial, algo que, por certo, não interessaria a D. Pedro. Assim, repare-se que, no relato de Ourique, a realeza de Afonso Henriques deriva do facto de os seus nobres o terem “alçado” como tal, e não de uma qualquer sanção sobrenatural, como se verificará na

---

bibliografia providenciada em OLIVEIRA, António Resende de, “A Cultura da Nobreza (sécs. XII-XIV). Balanço sem perspectivas”, in *Medievalista on-line*, 3, 2007. Disponível em <http://www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/medievalista-nobreza.htm> [consultado em 17/09/2010]. A actividade cronística em meios culturais nobiliárquicos, antes do labor compilatório de D. Pedro, resumia-se à tradução da *Crónica do Mouro Rasis*, que partiu da iniciativa da corte de D. Dinis, mas foi materializada por Gil Peres, capelão de Pero Anes de Portel, a par da já referida *Trad. Gall.*, que provavelmente terá sido realizada sob os auspícios de sectores aristocráticos do ocidente da Península. De facto, a preferência de D. Pedro por esta fonte não foi certamente inocente, pois ela veicula uma perspectiva historiográfica não só “castelhanizante” mas também muito próxima dos meios aristocráticos do centro da Península, os quais eram parte integrante da estratégia discursiva legitimatória da nobreza galego-portuguesa nos finais do século XIII e inícios do século XIV. Citando José Carlos Miranda: “*A aclimação da Crónica de Castela em ambiente galego-português só se compreende se tiver existido um núcleo aristocrático no Ocidente peninsular que perfilhava ideias legitimatórias semelhantes às que haviam já sido expressas anos atrás no Livro Velho de Linhagens, e ainda que esse grupo tenha tido uma convergência com os meios aristocráticos castelhanos situados próximo da corte régia, responsáveis pela produção daquela crónica.*”, cf. MIRANDA, José Carlos, “Historiografia e Genealogia...”, pp. 68-70; CATALÁN, Diego, e ANDRES, Maria Soledad de (ed.), *Crónica...*, p. XLIV.

<sup>309</sup> As especificidades do posicionamento ideológico do conde D. Pedro de Barcelos, assim como a sua ligação aos interesses nobiliárquicos do seu tempo, encontram-se desenvolvidas em FERREIRA, Maria do Rosário, “D. Pedro de Barcelos...”; Id., “Entre Linhagens...”; Id., “O Liber regum e a representação aristocrática da Espanha na obra do Conde D. Pedro de Barcelos”, in *e-Spania* [En ligne], 9 | juin 2010, mis en ligne le 30 juin 2010. Disponível em <http://e-spania.revues.org/19675> [consultado em 15/10/2010]; Id., “A estratégia genealógica de D. Pedro, Conde de Barcelos, e as refundições do *Livro de Linhagens*”, in *e-spania* [En ligne], 11 | juin 2011, mis en ligne le 06 juin 2011. Disponível em <http://e-spania.revues.org/20374> [consultado em 06/10/2011]; OLIVEIRA, António Resende de, “A Cultura das Cortes”, pp. 680-681; PICOITO, Pedro, *op. cit.*, p. 28. Para uma exposição biográfica dedicada ao conde D. Pedro, ver CINTRA, Luís Filipe Lindley, *op. cit.*, Vol. I (Introdução), pp. CXXX-CLXXIX; SIMÕES, M., “Pedro de Portugal, conde de Barcelos”, in *Dicionário da Literatura Medieval...*, pp. 521-523, e o recente artigo de OLIVEIRA, António Resende de, “O Genealogista...”.

<sup>310</sup> Cf. MATTOSO, José, “Dois séculos...”, pp. 139-140; Id., “A guerra civil de 1319-1324”, in *Portugal Medieval...*, pp. 293-308.

cronística régia quatrocentista. Por conseguinte, o poder do rei surge subordinado ao assentimento da aristocracia portuguesa<sup>311</sup> e, se D. Pedro dedica largos elogios ao monarca, é porque ele surge como o *primus inter pares*, sendo as suas principais virtudes os seus feitos de cavalaria.

A obra de D. Pedro de Barcelos surge num contexto cultural ainda dominado pelos centros aristocráticos, situação que só se viria a alterar no século seguinte. De facto, não parece ter existido uma produção historiográfica digna de realce nos meios próximos à corte régia durante a primeira metade do século XIV, tendo sido um círculo senhorial, já anteriormente empenhado na produção literária genealógica, a dar o arranque definitivo à cronística portuguesa. Perante isto, não se deve esquecer que, depois dos reinados de Afonso II<sup>312</sup>, do seu filho Afonso III<sup>313</sup> e, também, da governação de D. Dinis e Afonso IV<sup>314</sup>, as bases do poder régio encontravam-se enraizadas de forma suficientemente firme no tecido social, ao nível político, administrativo, fiscal e jurídico, embora não sem antes terem ocorrido muitos conflitos e agitações sociais. Conquanto a aristocracia tivesse vingado no campo historiográfico, a realeza impôs-se no campo estritamente político. Mas faltava a esta uma produção cronística própria, capaz de estabelecer o poder monárquico, de forma consistente, sobre bases historiográficas. Os acontecimentos de finais do século XIV e o aparecimento de uma nova dinastia propiciariam as condições necessárias para o efeito.

---

<sup>311</sup> Foram identificadas características discursivas análogas, aplicadas à realidade castelhana, na *Versão Amplificada* e na *Crónica de Castela*, textos que se presumem ligados aos sectores aristocráticos castelhanos, como já foi dito. Cf. FERREIRA, Maria do Rosário, “D. Pedro de Barcelos...” p. 96.

<sup>312</sup> Cf. VILAR, Hermínia Vasconcelos, *op. cit.*

<sup>313</sup> Cf. VENTURA, Leontina, *op. cit.*

<sup>314</sup> Para uma síntese da acção política de D. Dinis e de seu filho, D. Afonso IV, ver MATTOSO, José, “Dois séculos...”, pp. 128-140; SOUSA, Armindo de, “Realizações”, in *História de Portugal*, Vol. 2: *A Monarquia Feudal*, pp. 405-409.



### 3 - A cronística de Avis e o crepúsculo da cronística medieval portuguesa

#### 3.1 - O destruidor dos “*imigos da fee*” da *Crónica de Portugal de 1419*

O próximo grande passo, em termos do desenvolvimento da cronística medieval portuguesa, é dado no século XV, com a *Crónica de Portugal de 1419*<sup>315</sup>. Trata-se de uma crónica áulica, iniciada no sobredito ano, cuja narrativa abrange o período que vai desde o governo do conde D. Henrique até D. Afonso IV, redigida ou mandada redigir por um infante, presumivelmente D. Duarte, filho de D. João I. Pela primeira vez num texto cronístico do Portugal medievo, assistimos a um fenómeno de particularização geográfica, na medida em que, enquanto na cronística anterior o campo narrativo se alargava geralmente a acontecimentos ocorridos nos diferentes reinos hispânicos<sup>316</sup>, na *Crónica de 1419*, a narrativa circunscreve-se ao reino português, estendendo-se o relato para lá desta fronteira apenas quando os eventos ocorridos no estrangeiro estão, de alguma forma, conectados à história do reino luso e respectivos monarcas.<sup>317</sup>

O texto da *Crónica de 1419* sobrevive em dois manuscritos: no códice 886 da Biblioteca Pública Municipal do Porto, designado de *P*, descoberto e editado por Artur Magalhães Basto em 1942, cuja versão da *Crónica de 1419* abrange os cinco primeiros reinados; depois, no códice 965, proveniente da Biblioteca da Casa Cadaval (Muge), designado de *C*, versão que abarca os sete primeiros reinados. Este manuscrito, por sua vez, foi achado e editado, em 1945, por Carlos da Silva Tarouca, servindo, mais recentemente, como texto base da edição de Adelino Almeida Calado. Notemos, no entanto, que ambos os manuscritos veiculam versões truncadas do texto original da crónica.<sup>318</sup>

---

<sup>315</sup> CALADO, Adelino Almeida (ed.), *Crónica de Portugal de 1419*, Aveiro, Universidade de Aveiro, 1998. Esta crónica será doravante designada pela sigla C1419, seguida da indicação do capítulo e respectivas páginas, segundo a supra referida edição.

<sup>316</sup> No caso da *Primeira Crónica Portuguesa*, esta afirmação pode ser posta em causa. De qualquer forma, tanto Filipe Moreira como José Carlos Miranda enunciam que o dito texto deveria englobar matéria hispânica, não exclusivamente portuguesa, cf. MIRANDA, José Carlos, “Na génese...”, p. 7; Id., “Historiografia e Genealogia...”, pp. 65-66; MOREIRA, Filipe Alves, *Afonso Henriques...*, pp. 92-97; Id., “A Historiografia Régia...”, pp. 42-44; Id., “Os Reis...”, p. 1433.

<sup>317</sup> CINTRA, Luís Filipe Lindley, *op. cit.*, Vol. I (Introdução), p. CDXVIII.

<sup>318</sup> Sobre todos estes elementos, expostos nestes dois parágrafos, relativos à C1419, ver BASTO, Artur de Magalhães (ed.), *Crónica...*; Id., *Estudos. Cronistas e crónicas antigas. Fernão Lopes e a “Crónica de 1419”*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1960; TAROUCA, Carlos da Silva, (ed.), *Crónicas dos sete*

Durante muito tempo, a discussão em torno da *Crónica de 1419* foi dominada pela questão da sua responsabilidade autoral, dividindo-se os investigadores em dois campos antagónicos, em torno de uma acesa discussão, relativa a uma pretensa autoria de Fernão Lopes. Num estudo recente, Filipe Moreira pesou os argumentos até então aduzidos pelos dois lados, concluindo que é bastante provável que tenha sido, de facto, o insigne cronista quatrocentista o autor individual da crónica, muito embora o conceito medieval de “autoria” englobasse, igualmente, a personalidade que ordena, dirige e/ou patrocina o texto em questão, estando bem explícito, na crónica em análise, que um infante ordenou a sua compilação. Sendo praticamente unânimes os críticos ao afirmar que aquele se trataria de D. Duarte, não há razão nenhuma para que lhe não possamos atribuir a autoria da *Crónica de 1419*.<sup>319</sup>

Assim, o que nos interessa nesta dissertação é a identificação do meio social que promoveu e dirigiu a redacção da *Crónica de 1419*, não a especificação da mão que levou a cabo a sua feitura. Desta forma, é inquestionável que o texto foi compilado no seio da corte régia, em 1419, materializando uma projecção retrospectiva que a recentemente entronizada dinastia de Avis construiu do passado da monarquia, de acordo com os objectivos políticos e concepções ideológicas vigentes na época.

Clarificadas estas questões, passemos à análise do texto e tentemos vislumbrar como a personagem militar de Afonso Henriques é representada. Sempre que possível, indicaremos as fontes nas quais o cronista se baseia, sendo a principal, entre elas, a *Crónica de 1344*<sup>320</sup>, a maior parte das vezes designada de “*Cronica d-Espanha*”, tal como acontece logo no primeiro capítulo, onde o cronista relata a reunificação dos domínios de Fernando Magno sob o ceptro de Afonso VI de Leão e Castela. É neste

---

*primeiros reis de Portugal*, Lisboa, Academia de Historia, 3 voll, 1952-1953; CINTRA, Luís Filipe Lindley, *op. cit.*, Vol I, pp. CDV-CDX; KRUS, Luís, “Crónica de Portugal de 1419”, in *Dicionário da Literatura Medieval...*, pp. 185-186; MOREIRA, Filipe Alves, *A Crónica de Portugal de 1419: Fontes, Estratégias e Posteridade*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 2010.

<sup>319</sup> Cf. MOREIRA, Filipe Alves, *A Crónica de Portugal...*, pp. 28-65. De resto, ressaltamos que, de acordo com este autor, as motivações que põem em causa a atribuição da responsabilidade autoral ao infante se baseiam em premissas completamente acientíficas, isto é, numa caracterização idílica da obra de Fernão Lopes, cf. *Ibid*, p. 30. Sobre este assunto, tomamos a liberdade de citar uma clarificadora passagem do trabalho deste investigador: “*Se nos lembrarmos, com efeito, de que a própria C1419 se diz feita por um Infante que não poderá ser outro que não D. Duarte, talvez isso seja mais importante do que a identificação do individuo que concreta e materialmente a redigiu. Afinal, se a Estoria de España e a General Estoria se atribuem a Afonso X de Castela e Leão, porque não há-de vir a atribuir-se a C1419 a D. Duarte de Portugal?*”, cf. *Id.*, *Ibid.*, pp. 426-427.

<sup>320</sup> Nomeadamente, a sua 1ª redacção. Cf. MOREIRA, Filipe Alves, *A Crónica de Portugal...*, pp. 99-143; *Id.*, “A primeira redacção da Crónica Geral de Espanha de 1344, fonte da Crónica de 1419?”, in *Seminário Medieval 2007-2008* (org. de M. R. Ferreira, A. S. Laranjinha e J. C. Miranda), Porto, Estratégias Criativas e SMELPS, 2009.

contexto que afluem à Península Ibérica nobres de proveniência extra-peninsular, os quais se deslocam à Hispânia para “*servir a Deus*” na guerra contra os mouros<sup>321</sup>, assim como receber “*merçes*” do rei castelhano-leonês.<sup>322</sup>

Entre estes nobres vem D. Henrique, filho da irmã de um dos seus acompanhantes, Raimundo de Tolosa<sup>323</sup>, e de um rei da Hungria<sup>324</sup>. Após um elogio às capacidades bélicas de D. Henrique, o cronista indica os matrimónios das filhas de Afonso VI<sup>325</sup>, passando depois ao relato da doação do condado portugalense, segundo as informações retiradas da *Crónica de 1344*, a qual é seguida, de forma geral, relativamente às obrigações feudo-vassálicas de D. Henrique para com o seu sogro. Tal como a *Crónica de 1344*, o texto quatrocentista informa que Afonso VI delimitou um conjunto de terra a ser conquistada aos mouros pelo seu genro. A diferença emerge, no entanto, com uma remissão do cronista, que afirma que narrará as conquistas de D. Henrique mais adiante, algo que não se verifica no único manuscrito onde constam os capítulos iniciais da *Crónica de 1419*, o ms. *P*. Ora, tal passagem torna-se enigmática, neste contexto. Tal como já foi apontado, os manuscritos conhecidos da *Crónica de 1419* apresentam lacunas, sendo plausível que no texto original fosse dedicado algum espaço à actividade de D. Henrique como conquistador de territórios muçulmanos<sup>326</sup>. Seja como for, é impossível confirmar esta hipótese, sem um manuscrito completo.<sup>327</sup>

---

<sup>321</sup> Expressão que prenuncia o carácter sagrado que a Reconquista assume na C1419.

<sup>322</sup> C1419, Cap. 1, p. 3.

<sup>323</sup> Lembre-se que, na CGE1344, D. Henrique era primo de Raimundo de Tolosa.

<sup>324</sup> A filiação de D. Henrique na linhagem real húngara tem origem na perda da “*crónica del rei dom Affonso*”, presumivelmente de origem crúzia, cf. MOREIRA, Filipe, *A Crónica de Portugal...*, pp. 82-83; MAURÍCIO, Carlos Coelho, “Na manhã fértil...”; DIAS, Isabel Rosa, “A *crónica del rei dom affonso*, fonte perdida da Crónica de 1419”, in *Anais, VII EIEEM - Encontro Internacional de Estudos Medievais (2-6 de Julho, 2007), Idade Média: permanência, atualização, residualidade*, org. Roberto Pontes e Elizabeth Martins, Fortaleza/Rio de Janeiro, 2008, pp. 552-562. Seguramente, esta versão da genealogia de D. Henrique reflecte o propósito de vincular Afonso I a uma casa real também por via da ascendência paterna, visto que, do lado materno, já se sabia que ele era neto de Afonso VI de Leão e Castela. Aliás, desta forma, o cronista entroncava Afonso Henriques numa linhagem régia fundada por um santo, o rei Estêvão da Hungria, algo que, mais de um século depois, Cristóvão Rodrigues Acenheiro iria vincar nas suas *Chronicas*, cf. ACENHEIRO, Cristóvão Rodrigues, *op. cit.*; MAURÍCIO, Carlos Coelho, “Na manhã fértil...”.

<sup>325</sup> Note-se que, relativamente a D. Henrique, o cronista incorre numa incongruência, porquanto se no início da crónica indicava que o conde era o segundo filho legítimo do rei húngaro, aqui ele torna-se o primogénito.

<sup>326</sup> De facto, Luís Filipe Lindley Cintra defendia que os capítulos iniciais podiam faltar em virtude de o texto conhecido da C1419 consistir num rascunho preparatório, não numa redacção final. Por outro lado, Magalhães Basto argumentava que o manuscrito de onde *P* foi copiado, sendo este o único que preserva estes capítulos iniciais, estaria já incompleto nesta secção. Cf. MOREIRA, Filipe, *A Crónica de Portugal...*, pp. 114-115; CINTRA, Luís Filipe Lindley, *op. cit.*, Vol. I (Introdução), p. CDV, CDVIII; BASTO, Artur de Magalhães, *Estudos...*, pp. 425-428, 549-562. Aliás, devemos acrescentar que, caso se verificasse, no texto original da C1419, a existência dos relatos das conquistas aos mouros efectuadas por

Depois de reafirmar a filiação régia de D. Henrique<sup>328</sup>, o cronista repete a motivação primordial da vinda do conde, divergindo do explicitado na *Crónica de 1344* e na *IVª Crónica Breve*, segundo as quais D. Henrique teria rumado à Hispânia para fazer romaria a Santiago. Ora, na *Crónica de 1419*, os nobres francos vêm à Península para ganhar glória pelos seus feitos cavaleirescos, bem como possessões materiais e poder político. No entanto, a chegada de D. Henrique à Península Ibérica é, também, motivada por razões religiosas relacionadas com a ideologia de guerra santa, repetindo o cronista algumas das informações já expostas no capítulo anterior da crónica.<sup>329</sup>

É importante notar que, na *Crónica de 1419*, a origem da Casa Real portuguesa se encontra intimamente ligada à Reconquista, na medida em que o fundador da dinastia, pai do primeiro rei, terá vindo a Portugal expressamente para combater os mouros, o que permite ao cronista firmar a caracterização de Afonso Henriques como o *Conquistador* de territórios muçulmanos numa espécie de “filiação genética”, passe a expressão. Assim, o carácter de Afonso I como inimigo irreduzível dos muçulmanos teria sido herdado da sua linhagem, isto é, do seu “sangue”. Seria, desta forma, uma característica inata, não definida somente pelos condicionalismos políticos, económicos e territoriais do condado portugalense. Por outro lado, parece líquido que a guerra travada por D. Henrique contra os mouros assume contornos de um conflito religioso, uma guerra santa, se preferirmos. Também aqui, a crónica quatrocentista difere grandemente da crónica de D. Pedro de Barcelos, onde a Reconquista consiste, como vimos, num conflito de natureza estritamente político-territorial.

Na verdade, a penetração do campo religioso na esfera político-militar será aprofundada pelo relato do chamado Milagre de Cárquere. Segundo esta lenda, ao tomar conhecimento que D. Teresa esperava um(a) filho(a), Egas Moniz<sup>330</sup> pede ao conde que lhe deixasse educar a criança, pedido ao qual D. Henrique acede. Acreditando na *Crónica de 1419*, Afonso Henriques teria nascido na era de 1132 (AD 1094), “*grande e*

---

D. Henrique, fortalecia-se a “tese Fernão Lopes” para autoria efectiva da crónica, posto que este autor, na sua *Crónica de D. João I* remete o leitor, em dada altura, para o que ele havia dito no começo da sua obra, acerca dos fidalgos que “*ao Dom Henrique ajudarom gaanhar a terra aos mouros*”, cf. MOREIRA, Filipe Alves, *A Crónica de Portugal...*, p. 34.

<sup>327</sup> C1419, Cap. 1, pp. 3-4.

<sup>328</sup> Veja-se as notas 324-325 supra.

<sup>329</sup> C1419, Cap. 2, pp. 4-5.

<sup>330</sup> Aqui apresentado como um cavaleiro que teria vindo com D. Henrique da sua terra natal.

*fermoso*”, exceptuando o facto que tinha as “*pernas emcolheitas*”, enfermidade da qual não se poderia curar, de acordo com o diagnóstico dos “*mestres*”.<sup>331</sup>

Seja como for, Egas Moniz cavalga até Guimarães, exigindo ao conde que cumpra o prometido e lhe entregue o seu filho. D. Henrique acaba por aquiescer ao pedido de Egas Moniz, embora a contragosto. É então que tem lugar o famigerado milagre: segundo a crónica, quando a criança tinha cinco anos de idade, a Virgem Maria apareceu nos sonhos de Egas Moniz, a quem ordena que cave em determinado local, por ela indicado, onde encontrará uma igreja começada em seu nome, provida de uma estátua sua, no interior do templo. O nobre terá então de fazer aí vigília e colocar a criança sobre o altar da igreja, próximo da estátua da Virgem, o que permitirá curar a doença das pernas do jovem Afonso. Num trecho revelador, a Virgem expõe a razão que a leva a curar a criança: segundo as suas próprias palavras, “*o meu filho [Cristo] quer por elle [Afonso Henriques] destruir os imigos da fee*”. Por fim, Egas cumpre o previamente ordenado, culminando o episódio com a cura milagrosa do jovem Afonso Henriques e a fundação do mosteiro de Cárquere, no local onde se situava a antiga igreja, como forma de agradecimento pela intervenção da Virgem.<sup>332</sup>

Como se pode ver, a destruição dos inimigos da fé católica é o móbil principal que leva a Virgem Maria a curar Afonso Henriques, estabelecendo, *à priori*, a guerra santa contra o Islão como o eixo principal da acção governativa do futuro rei<sup>333</sup>. Desta

---

<sup>331</sup> C1419, Cap. 3, pp. 5-6. Obviamente, a precisão com que o cronista nos informa que o pequeno Afonso nunca poderia ser são das pernas consiste num artifício retórico, com o objectivo de exaltar o milagre que irá relatar posteriormente.

<sup>332</sup> C1419, Cap. 3, pp. 6-7. Ignoramos a origem deste episódio lendário, mas outros investigadores já avançaram algumas propostas. Por um lado, José Mattoso aventou que a lenda poderia ter sido criada no próprio mosteiro de Cárquere, que esteve, de facto, sob a protecção de Egas Moniz e da linhagem de Ribadouro. A lenda permitiria, assim, a perpetuação do vínculo estabelecido entre a família de Ribadouro e a Casa Real, tendo, possivelmente, a sua origem numa data próxima da criação da *gesta de Egas Moniz*, ou seja, depois de meados do século XIII. Através destas duas narrativas lendárias, a 1ª dinastia deveria um enorme quinhão do seu poder à linhagem de Ribadouro. Em primeiro lugar, devia-lhe um inequívoco apoio político e serviço vassálico; segundo, a libertação do juramento de vassalagem devido ao rei de Castela e Leão, por outras palavras, a própria autonomia do reino; por último, a cura de um defeito físico do primeiro rei, que, caso contrário, ver-se-ia impedido de exercer quaisquer funções governativas ou militares, designadamente, a guerra contra os mouros, que, a partir do século XV, se torna, praticamente, a *raison d'être* da monarquia lusa. Ainda assim, continuamos a ignorar qual a fonte escrita de onde o cronista de 1419 absorveu este episódio, sendo, no entanto, possível que constasse na já mencionada “*crónica del-rei dom Affonso*”, cf. MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, pp. 36-38; MOREIRA, Filipe Alves, *A Crónica de Portugal...*, p. 83, 117. Na nossa interpretação, o facto de a lenda de Cárquere não constar no texto da *Crónica de 1344* pode indicar que a textualização do episódio ocorreu algures entre 1344 e 1419, numa época em que a Reconquista assume um papel de maior relevo nas representações retrospectivas do fundador da monarquia.

<sup>333</sup> Algo que não se verifica, devemos dizer, na *gesta de Egas Moniz*, onde a fidelidade vassálica é o tema mais caro.

forma, parece clara a motivação do cronista, ao incluir a lenda de Cárquere no seu texto: deste modo, ele estabelecia a predestinação divina de Afonso Henriques para a guerra de Reconquista, caracterizava antecipadamente o futuro rei como um guerreiro divinamente inspirado, cuja missão, outorgada sobrenaturalmente, é a de “*destruir os inimigos da fee*”.

Retornando aos feitos de D. Henrique, o cronista indica que ele fez as sés de Coimbra, Porto, Braga, Viseu e Lamego, designando os respectivos bispos<sup>334</sup>, e embarcou numa peregrinação à Terra Santa. De seguida, é-nos dado a conhecer que o conde se envolveu em conflitos com os leoneses<sup>335</sup>, seguindo o cronista, a partir deste ponto, a *Crónica de 1344*. No entanto, ele procede a algumas alterações substanciais, ao descrever com maior detalhe a tomada do território de Astorga, de onde o conde combatia os leoneses, até ao “*aprazamento*” da cidade de Leão, sempre baseado no texto da *Crónica de 1344*, o qual é seguido com fidelidade a partir deste ponto, nomeadamente, no discurso de D. Henrique a seu filho.<sup>336</sup>

Depois de relatar os conflitos entre Afonso Henriques, D. Teresa, Fernão Peres de Trava e Afonso VII<sup>337</sup>, a *Crónica de 1419* apresenta um episódio totalmente ausente da cronística portuguesa anterior: o cerco de Coimbra liderado pelo rei “*Acheym*”, que comandava cerca de 300.000 homens, entre peões e cavaleiros. A cidade esteve sitiada durante 21 dias, desistindo o exército invasor, no entanto, do objectivo de a submeter,

---

<sup>334</sup> Estas informações encontram-se ausentes da CGE1344, sendo, no entanto, presumível que o cronista de 1419 as retirasse de algum texto originário da escola afonsina, resumindo-o e omitindo a referência à primazia da sé de Toledo, que é substituída pela autoridade do “*padre santo*”, isto é, o papa. Não é difícil perceber que esta substituição apresenta um fundo ideológico. Cf. C1419, Cap. 4, p. 7; PCG, Cap. 969, p. 651; *Trad. Gall.*, Vol. I, Cap. 472, p. 689; MOREIRA, *A Crónica de Portugal...*, pp. 197-198.

<sup>335</sup> “*Baioneses*” no ms. P, “*bayoneses*” no ms. C. Cf. C1419, Cap. 4, p. 7; BASTO, Artur de Magalhães (ed.), *Crónica...*, p. 51. Relembremos que, na CGE1344, no trecho correspondente, se mencionava as guerras com mouros e leoneses, sendo os primeiros omitidos no texto da C1419. Tal poder-se-á dever à hipótese de que, no texto original, as guerras contra os muçulmanos já haviam sido descritas com algum pormenor.

<sup>336</sup> C1419, Cap. 4, pp. 7-9.

<sup>337</sup> Relembremos que a CGE1344 dizia que, após a batalha de Valdevez, Afonso Henriques havia tomado todos os castelos fiéis à sua mãe “*como se fossem de mouros*”, passagem que nós interpretamos como uma referência a uma alteridade encarnada nos muçulmanos. Ora, este trecho era notoriamente incoerente quando relacionado com uma informação anterior, fornecida na crónica trecentista, segundo a qual “*todos os portugueses*” se uniram em torno de Afonso Henriques para combater o exército de Afonso VII em Valdevez. Deste modo, se “*todos os portugueses*” estavam com o príncipe, porque necessitaria ele ainda de conquistar castelos fiéis a D. Teresa? O ms. C da C1419 parece ter corrigido essa incongruência, pois a tomada dos castelos fiéis a D. Teresa não consta no seu texto, muito menos a referência aos mouros. No entanto, o ms. P, que difere consideravelmente do ms. C nesta secção, mantém a referência, provinda da CGE1344, tanto à retomada dos castelos como aos mouros, cf. MOREIRA, Filipe Alves, *A Crónica de Portugal...*, pp. 119-120; CALADO, Adelino Almeida, “Apêndice 1”, in *Crónica de Portugal...*, pp. 271-273.

devido à “*fome e peste*” que grassara no seu arraial. Ainda assim, o exército muçulmano não se coibiu de destruir os arredores de Coimbra.<sup>338</sup>

Depois de narrar a *gesta de Egas Moniz*, o cronista assinala que Afonso Henriques ordenou que se fizesse “*hũa cavalgada nas terras dos mouros*”, a qual leva à conquista de Leiria e ao extermínio dos muçulmanos “*que hy achou*”. O castelo é então doado a Santa Cruz de Coimbra, no temporal e no espiritual, sendo nomeado como alcaide Paio Guterres. Prosseguindo o fossado, Afonso Henriques submete ainda Torres Novas, retornando depois para Coimbra. O capítulo encerra, de seguida, com a especificação da data da tomada de Leiria, a 10 de Novembro da era de 1155 (AD 1117), quando o rei tinha 23 anos de idade.<sup>339</sup>

Assim, para além de alterar a ordem do episódio na trama narrativa global<sup>340</sup>, a *Crónica de 1419* amplia significativamente a notícia da conquista de Leiria e Torres Novas, quando comparada à sua fonte, a *Crónica de 1344*. Para além das variações já referidas, existe outra discrepância entre os dois textos: o facto de, na crónica de D.

---

<sup>338</sup> C1419, Cap. 7, pp. 11-12. Face a este episódio, devemos realçar, antes de mais, que é a primeira ocasião em que a era cristã é usada na C1419, podendo indiciar esta datação absoluta que o cronista manuseou uma fonte analística. Na verdade, o cerco de Coimbra de 1117 encontra-se registado nos *Annales Portugalenses Veteres*, concretamente, na sua continuação até 1168, também designada de *Anais de Santa Cruz I* (vide nota 281). Estes anais conservam-se em duas versões, uma resumida e outra extensa. Esta última encontra-se plasmada na *Chronica Gothorum*, a qual regista o ataque liderado por Ali Ibn Yuçuf, emir almorávida, cuja hoste veio de Marrocos, sendo naturalmente auxiliada pelos muçulmanos residentes na Península Ibérica. A dimensão do seu exército é hiperbólica e estereotipadamente descrita pelo analista, segundo os moldes habituais neste género de narrativa. De acordo com esta fonte, o cerco durou 20 dias, falhando, no entanto, o seu objectivo, cf. edição e tradução da *Chronica Gothorum*, em BRANDÃO, Frei António, *op. cit.*, Parte Terceira, fl. 272v, p. [132], Era de 1155. A recensão abreviada, preservada no *Livro da Noa I* e nos *Annales de Lamego*, diz-nos apenas que o rei Ali (ou Haly, segundo o testemunho lamecense) cercou Coimbra por três semanas, cf. DAVID, Pierre, *op. cit.*, p. 308 (o *Livro da Noa*, proveniente de Santa Cruz de Coimbra, também foi editado, na sua integralidade, sob a designação de “Livro das Eras”, por CRUZ, António (ed.), *Anais, Crónicas Breves e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1968, pp. 69-88). Assim, notamos várias discrepâncias entre o relato do cerco de 1117 constante na C1419, comparativamente aos anais do século XII: a) o nome do rei mouro naquela é, como vimos, “*Acheym*”, enquanto a *Chronica Gothorum* menciona “*Hali iben Lucif*” e a recensão breve dos *Anais de Santa Cruz I*, por seu lado, chama o emir almorávida simplesmente de “*Ali*”; b) apenas a recensão breve dos *Anais de Santa Cruz I* especifica o dia e mês em que teve lugar o cerco; c) a C1419 particulariza o número exacto das forças muçulmanas, enquanto nenhum dos textos analísticos supra mencionados o faz; d) por último, ao passo que na C1419, o exército mouro cerca Coimbra durante 21 dias, na *Chronica Gothorum* são referidos 20 dias, enquanto nas versões breves dos *Anais de Santa Cruz I* são especificadas três semanas. Assim, parece-nos que o cronista quatrocentista utilizou uma fonte analística próxima dos *Anais de Santa Cruz I*, porventura na sua recensão longa, não correspondendo, no entanto, ao texto veiculado pela *Chronica Gothorum*. Outra possibilidade é de o episódio constar já numa fonte intermédia, possivelmente a perdida “*crónica del-rei dom Affonso*”, cf. CINTRA, Luís Filipe Lindley, “Sobre a formação...”, pp. 205-207.

<sup>339</sup> C1419, Cap. 11, p. 16-17. A datação absoluta não se preservou na CGE1344, como vimos. A idade do príncipe português nesta crónica era, por seu lado, de 24 anos, discrepância de pormenor explicável pelas dinâmicas inerentes ao processo de transmissão textual, cf. CGE1344, Cap. DCCXI, p. 230.

<sup>340</sup> Com efeito, na CGE1344, a batalha de Ourique precedia as conquistas de Leiria e Torres Novas.

Pedro, a conquista de Leiria ser posterior à batalha de Ourique, leva o cronista a identificar Ismar como o detentor do castelo<sup>341</sup>. Ora, na crónica quatrocentista, o nome do rei mouro não é proferido.<sup>342</sup>

Após estas conquistas, inicia-se o episódio de Ourique, baseando-se o cronista na perdida “*cronica del-rei dom Affonssso*”, cuja narrativa da mítica batalha se inspira, por sua vez, em motivos providenciados pela lenda do conde castelhano Fernando Gonçalves, particularmente no relato das batalhas de Lara e Hacinas<sup>343</sup>. Segundo a *Crónica de 1419*, depois de conquistar Leiria e Torres Novas, Afonso Henriques e o seu conselho deliberaram encetar a guerra contra os mouros na “*terra de Lusytania*”. O cronista aponta, como principal incentivo do infante portugalense, a “*vontade de fazer serviço a Deos em guera de mouros*”, vincando, desde logo, o carácter de guerra santa do conflito, caracterização, aliás, subjacente à totalidade da narrativa do reinado de Afonso I na crónica quatrocentista.<sup>344</sup>

De qualquer forma, o redactor da *Crónica de 1419* enumera as razões materiais que impulsionaram a empresa de Ourique: a) a terra meridional era muito “*povorada*” mas precariamente defendida, ocupada por fortalezas de pouca envergadura, as quais, no entanto, acolhiam no seu interior mantimentos e “*bõas gamças*”; b) o argumento principal, segundo a *Crónica de 1419*, era que o rei Ismar, que dominava a maior parte dos territórios muçulmanos, estava, à altura, no ocidente, pelo que o príncipe portugalense deseja aproveitar a sua presença para o combater e, desse modo, enfraquecer o poderio muçulmano na fronteira, caso derrotasse o rei mouro. Ora, esta informação revela-se bastante pertinente, na medida em que, enquanto na *Crónica de 1344* a batalha de Ourique é, praticamente, um fruto do acaso, na crónica quatrocentista é o próprio Afonso Henriques que procura um confronto aberto com Ismar. Assim, o

---

<sup>341</sup> CGE1344, Cap. DCCXI, p. 230.

<sup>342</sup> Na verdade, além da datação absoluta comprovadamente errónea, o castelo de Leiria não foi “conquistado”, mas sim construído sob as ordens de Afonso Henriques. Os ADA datam o início da sua edificação para 10 de Dezembro da era de 1173 (AD 1135). Assim, foi provavelmente a consciência, por parte do cronista de 1419, de que a construção de Leiria e a incorporação do território circundante no condado portugalense teria ocorrido previamente ao fossado de Ourique, que o levou a alterar a ordem dos eventos, relativamente à sua fonte. De facto, isto coaduna-se com um dos principais critérios organizativos do cronista quatrocentista para a ordenação das matérias: o critério cronológico. Sobre a construção do castelo de Leiria, cf. MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, pp. 147-153. Sobre os critérios do cronista da corte de Avis para a ordenação das matérias na sua crónica, ver o estudo de MOREIRA, Filipe Alves, *A Crónica de Portugal...*, pp. 82-92.

<sup>343</sup> Cf. CINTRA, Luís Filipe Lindley, “Sobre a formação...”; MOREIRA, Filipe Alves, *A Crónica de Portugal...*, p. 124.

<sup>344</sup> C1419, Cap. 12, p. 17.



príncipe portugalense surge não só como um apologista da guerra santa contra o infiel, mas também demonstra uma conduta marcada pela coragem e valentia, na prossecução desse seu ideal.<sup>345</sup>

A *Crónica de 1419* antecipa, ainda no mesmo capítulo, as dificuldades que o exército cristão iria enfrentar na batalha de Ourique. Na verdade, apesar de Afonso Henriques estar convencido que as tropas reunidas são suficientes para o embate que se aproxima, o cronista adverte-nos, num trecho proléptico, que Ismar, auxiliado por outras “*gemtes*”, reúne um exército imenso, verificando-se uma desproporção entre as duas hostes na ordem dos cem muçulmanos para um cristão<sup>346</sup>. Seja como for, Afonso Henriques prepara a sua hoste e parte de Coimbra.<sup>347</sup>

No capítulo seguinte<sup>348</sup>, a crónica continua com o relato do fossado liderado por Afonso Henriques, que, uma vez passado o Tejo, começa a efectuar razias no território muçulmano. Ciente desta invasão, o rei Ismar busca o auxilio de “*toda mourama das partes do Algarve*”<sup>349</sup>, pedido ao qual acorre uma multidão de muçulmanos “*dalem*

---

<sup>345</sup> C1419, Cap. 12, p. 17.

<sup>346</sup> Vide nota 89.

<sup>347</sup> C1419, Cap. 12, pp. 17-18. Nesta altura, tomamos conhecimento da morte de Egas Moniz, no seguimento da qual o príncipe ordena que alguns dos seus homens levassem o corpo do nobre para ser sepultado no mosteiro do Paço de Sousa. Também a CGE1344 regista, ainda que muito laconicamente, a morte do velho aio. Na crónica trecentista, essa informação integra o relato da tomada de Santarém, quando o conde de Barcelos nos “apresenta” o irmão de Egas, Mem Moniz. Como Filipe Moreira justamente notou, a notícia do falecimento de Egas Moniz é, usando a expressão do investigador portuense, “*rigorosamente anti-histórica*”, porquanto é sabido que o senhor de Ribadouro vivia ainda alguns anos depois de Ourique. A inserção do relato pode justificar-se pelo uso, por parte do cronista quatrocentista, de uma lista de participantes na batalha de Ourique, daí a necessidade de fundamentar a ausência do preceptor do primeiro rei luso. Além de tudo isto, Filipe Moreira relaciona o relato da morte de Egas com a própria construção da imagem de Afonso Henriques, na medida em que a morte do nobre consubstancia uma crescente independência de Afonso Henriques face aos seus adjuvantes, ou seja, o fortalecimento da personagem de Afonso I, como príncipe destinado a ser rei. De facto, era a Egas Moniz que o príncipe portugalense devia a cura da sua enfermidade, a vitória de S. Mamede (“*Santidanhas*”, na C1419) e a saída do imbróglia desenvolvido aquando do conflito com o seu primo. Filipe Moreira estabelece igualmente uma relação entre o episódio do enterro de D. Henrique com a morte de Egas Moniz: se o jovem príncipe falhou o que o pai lhe havia encarregado de cumprir, agora era já um líder suficientemente maduro para não cair no mesmo erro, cf. MOREIRA, Filipe Alves, *A Crónica de Portugal...*, p. 121.

<sup>348</sup> Na epígrafe deste capítulo (13), consta uma remissão à “*convença que fez [Afonso Henriques] com o mestre dom Gualdim*”. Filipe Alves Moreira demonstrara que as referências a Gualdim Pais e aos Templários (nesta epígrafe e mais adiante, no relato da conquista de Santarém) são interpolações exclusivas do ms. C, texto base da edição de Adelino Almeida Calado, ou do seu arquétipo. Com efeito, Moreira inclusive propôs que o ms. C seja “*um códice oriundo da Ordem de Cristo, ou copiou um modelo que teve essa origem*”. Além do mais, realce-se que, no caso da epígrafe presentemente em análise, a remissão a Gualdim Pais é totalmente incongruente com o conteúdo do capítulo, cf. MOREIRA, Filipe Alves, *A Crónica de Portugal...*, pp. 285-289.

<sup>349</sup> A C1419 refere que Ismar “*mandou a seus almites, que eles am aver-se por homens de boa e santa vida, que lhe pregasem e requeresem da parte de Mafamede que acoresem à terra*”. Como se pode ver, esta passagem contribui enormemente para a construção de uma imagem do confronto como uma guerra santa, um conflito universalizado entre duas religiões irremediavelmente antagónicas.

mar” e “*daquem mar*”, entre os quais vêm quatro reis mouros, cujos nomes não constavam na fonte do cronista, segundo o que ele próprio afirma. Em adição a isto, somos também informados que o rei Ismar trazia consigo “*mulheres asoldadadas*”, à maneira das amazonas, cuja presença se confirmou pelas que se encontraram depois mortas no campo de batalha.<sup>350</sup>

Segundo a *Crónica de 1419*, assim que Afonso Henriques toma conhecimento da aproximação da hoste muçulmana, apressa-se para ir ao seu encontro, com um desejo ardente de “*servir a Deos*”, num reforço adicional do discurso ideológico de guerra santa. Na verdade, como se pode facilmente depreender, esta reacção de Afonso Henriques demarca a imagem do guerreiro valente, devoto e profundamente cristão. Assim, Afonso Henriques cavalga até um lugar que, à época da redacção da crónica, se denominava “*Cabeças del-Rey, que he a par de Crasto Verde*”, sendo esta segunda localização também especificada pela *Crónica de 1344*<sup>351</sup>. A crónica quatrocentista informa, depois, que, cerca do lugar onde se encontrava o grupo liderado por Afonso Henriques, havia uma ermida, a qual, como se sabe, terá a maior importância para o presente relato. Ao avistarem a hoste inimiga, os guerreiros portugueses dirigem-se ao seu líder, desaconselhando-o a encetar um combate com uma multidão de homens de armas tão imensa e desproporcional às suas próprias forças.<sup>352</sup>

Descontente com a falta de confiança dos seus homens, Afonso Henriques dirige-lhes uma alocução galvanizadora, habitual nos relatos comemorativos de batalhas contra os infiéis, categorização onde Filipe Moreira enquadra a lenda da batalha de Ourique na *Crónica de 1419*<sup>353</sup>. Neste discurso, Afonso Henriques relembra aos seus

---

<sup>350</sup> C1419, Cap. 13, pp. 18-19. Estas passagens apresentam algumas semelhanças com o relato de Ourique patente nos ADA. No entanto, tal como Lindley Cintra afirmara, é bastante provável que a C1419 não tivesse usado directamente aquela compilação analística, caso contrário as informações nela constantes teriam sido “*muito incompletamente*” aproveitadas pela crónica quatrocentista. Assim, deve ter sido a “*crónica del-rei dom Affonso*” que incorporou os dados dos ADA. Na verdade, se acreditarmos que a perdida crónica é oriunda do *scriptorium* crúzio, como Filipe Moreira e Carlos Coelho Maurício propuseram, não devemos ficar surpreendidos se ela recolheu alguns elementos provenientes da ancestral tradição analística crúzia. De qualquer forma, parece certo que a C1419 utilizou, directa ou indirectamente, fontes analísticas, nomeadamente, no tocante ao cerco de Coimbra em 1117, que já analisámos, ou à destruição de Leiria, como analisaremos adiante. Cf. CINTRA, Luís Filipe Lindley, “Sobre a formação...”, pp. 205-207; MOREIRA, Filipe, *A Crónica de Portugal...*, pp. 83; MAURÍCIO, Carlos Coelho, “Na manhã fértil...”.

<sup>351</sup> Na verdade, na C1419, o cronista especifica ainda mais detalhadamente a localização da batalha de Ourique, indicando, inclusivamente, que o príncipe estava a “*hũa leguoa acima da ribeyra*”.

<sup>352</sup> C1419, Cap. 13, p. 19.

<sup>353</sup> MOREIRA, Filipe Alves, *A Crónica de Portugal...*, p. 124-125. O modelo da batalha de Ourique é, como já dissemos, o relato das batalhas de Lara e Hacinas, protagonizadas por Fernando Gonçalves, que

companheiros a vontade de servir a Deus que os levou a abandonar as suas terras para combater os mouros. O príncipe portugalense reafirma, também, a sua confiança em Deus, recordando-lhes que é em seu serviço que ali acorreram, permanecendo seguro que arrancará a vitória aos infiéis, pois “*mayor he o poder de Deos que o del-rey Ismar*”. Ele invoca também a memória dos antepassados, que travaram batalhas similares àquela e, inclusivamente, menciona o exemplo das lutas de Fernando Gonçalves contra Almançor. O arrazoado prossegue com a evocação do que poderia advir de benéfico, caso os cristãos conseguissem triunfar: primeiro, serviriam a Deus, tópico transversal à guerra contra os muçulmanos na *Crónica de 1419*; segundo, ganhariam “*honra e riquezas*” terrenas; por fim, ganhariam o direito de ir para o Paraíso, atingindo a alocução, neste ponto, um demarcado tom cruzadístico. Os cristãos, esforçados pela oratória de Afonso Henriques e unidos em uma só vontade de “*servirem a Deos*”, garantem ao seu senhor que lhe prestarão o devido serviço no fragor da batalha, tal como os seus antepassados haviam feito.<sup>354</sup>

Depois deste simbólico discurso, segue-se uma não menos emblemática cena, quando o clérigo que habitava a ermida, anteriormente referida, encontra-se com Afonso Henriques. Aquele surge como um intermediário de Deus, que manda comunicar ao príncipe luso que, graças à sua devoção cristã e esforço guerreiro, irá triunfar sobre o exército do rei Ismar. Anuncia também que, assim que o sino do eremitério tanger, Cristo surgirá no céu, como prenúncio da sua vitória. Afonso Henriques ajoelha-se e interpela a divindade<sup>355</sup>, agradecendo os “*bens e merçes*” por ela concedidos. Estamos, portanto, perante uma representação algo similar à imagem undecentista de um guerreiro cristianíssimo, extremosamente devoto e piedoso, submetido à onnipotente divindade, a quem deve todas as suas virtudes e honra. Como se pode entrever, esta caracterização reforça a possibilidade de a fonte do cronista para o relato de Ourique, a “*cronica del-rei dom Affonsso*”, provir, de facto, de um meio

---

dirige discursos semelhantes aos seus homens. Esta dependência é até denunciada pela própria arenga que Afonso Henriques endereça aos seus homens, como veremos.

<sup>354</sup> C1419, Cap. 13, pp. 19-20. Fazemos notar que a resposta dos homens de Afonso Henriques ao seu discurso consiste na primeira expressão de algo que será constante ao longo do reinado de Afonso Henriques na C1419: a representação de uma nobreza anacronicamente dócil, cortesã e subserviente ao poder régio. Cf. MOREIRA, Filipe Alves, *A Crónica de Portugal...*, pp. 122-123; GAMEIRO, Odília Filomena Alves, *op. cit.*, pp. 178-183.

<sup>355</sup> Note-se que a genuflexão emerge como imagem de um rei cristianíssimo e devoto. Sobre este assunto, ver SILVÉRIO, Carla Serapicos, *Representações da Realeza na Cronística Medieval Portuguesa: A Dinastia de Borgonha*, Lisboa, Edições Colibri, 2004, pp. 60-61.

monástico, possivelmente crúzio<sup>356</sup>, ou, quiçá, alcobacense, outro cenóbio com fortes ligações ao poder régio.

No entanto, a cena seguinte irá enfatizar ainda mais aquela representação de Afonso Henriques quando, ao ressoar o sino do eremitério, o príncipe sai da tenda e lhe aparece, no firmamento, Cristo na cruz, tal qual o eremita havia predito. Face a esta cristofania, que se tornará, a partir de 1419<sup>357</sup>, a imagem central da mística lenda de Ourique, o rei chora “*com lagrymas de prazer de seu coração*”<sup>358</sup>. De seguida, o cronista passa à descrição pormenorizada dos preparativos da batalha. Concretamente, narra a divisão do exército em quatro azes, especifica o número de homens que compunham cada uma, além de indicar o nome dos seus líderes. Assim, acompanhava-o na primeira az Pêro Pais, o alferes, e Diogo Gonçalves<sup>359</sup>, enquanto na segunda estavam Lourenço Viegas e Gonçalo de Sousa. A ala esquerda era comandada por Mem Moniz, a par da ala direita, liderada por Martim Moniz.<sup>360</sup>

Perante o temível confronto que se avizinhava, os “*senhores e grandes*” interpelam Afonso Henriques, rogando-lhe que consinta que o levanten como rei, ali mesmo no campo de batalha. Numa demonstração de humildade, Afonso Henriques renega a pretensão de ser rei e presta-se somente a ajudar os seus companheiros na luta contra “*estas gemtes inimigas da fee*”. Por outro lado, Afonso Henriques realça que o lugar não é o adequado para o acto. Invoca, em vez disso, o auxílio prestado pelo “*preçoso Santiago, cujo dia oje he*”, no que parece ser a única alusão ao santo patrono da Hispânia, ao longo da narrativa dos feitos de Afonso Henriques na *Crónica de 1419*. Novamente os nobres portugueses demandam o alçamento do seu líder como rei,

---

<sup>356</sup> MOREIRA, Filipe, *A Crónica de Portugal...*, nota 265, pp. 83; MAURÍCIO, Carlos Coelho, “Na manã fértil...”.

<sup>357</sup> Ou ainda três anos antes, cf. NASCIMENTO, Aires A., “O milagre de Ourique...”.

<sup>358</sup> Na C1419, é escrito que Cristo apareceu a Afonso Henriques “*asy como ele dise e deu testemunho em sua estoria*”, levando-nos a supor que a já mencionada fonte perdida para o relato de Ourique seria na primeira pessoa do singular, como se fosse o próprio rei a relatar os sucessos, à semelhança do DES, cf. CINTRA, Luís Filipe Lindley, “Sobre a formação...”, p. 203.

<sup>359</sup> Trata-se de Diogo Gonçalves de Urrô, filho de Gonçalo Ouvequez, fundador do mosteiro de Cête. Segundo o *Livro do Deão* (6G5 e 18J4, na edição de José MATTOSO e Joseph PIEL, *Portvgaliae...*, Vol I: *Livros Velhos...*) e o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (42W5, 44A1, 44A2, 58I5 e 58U4), este cavaleiro faleceu em Ourique, combatendo ao lado de Afonso Henriques, cf. VENTURA, Leontina, “Os Cavaleiros...”; NUNES DE LEÃO, Duarte, *op. cit.*, pp. 59-60.

<sup>360</sup> C1419, Cap. 14, pp. 20-22. Segundo a C1419, cada az acolhia 300 cavaleiros e 3000 peões, enquanto cada uma das alas laterais era composta por 200 cavaleiros e 2000 peões. Como se poderá perceber, os números do exército cristão são bastante empolados. Aliás, nesta altura, o cronista brinda-nos com uma visualização da hoste cristã, a qual, embora sendo muito menor do que a muçulmana, não deixava de ser temível, especialmente quando o sol batia, resplandecente, nas armas dos guerreiros portugueses. Por outro lado, a C1419 descreve também, de forma passageira, a hoste moura, a qual, incomensuravelmente maior do que a cristã, estava dividida em doze azes.

acedendo Afonso Henriques, por fim, ao pedido, reflectindo uma mudança algo brusca de disposição face ao requerido.<sup>361</sup>

Após esta emblemática cena, inicia-se a refrega, que é minuciosamente descrita pelo cronista, que relata o ímpeto da entrada da cavalaria cristã no seio da imensa multidão moura, exaltando a valentia da nobreza portuguesa, representada por Lourenço Viegas, Gonçalo de Sousa, Mem e Martim Moniz. Todavia, o principal alvo dos encômios do cronista é, sobretudo, o recém-proclamado rei português, sendo descrito como “*muy grande de corpo e d'estremada valemia*”. Segundo a *Crónica de 1419*, a contenda durou até ao meio-dia, concedendo a Providência a vitória ao exército de Afonso Henriques, agora rei, que nesse dia derrota Ismar e os quatro reis sarracenos que o seguiam.<sup>362</sup>

Na sequência da batalha, o cronista afirma que caíram “*muytos mouros sem comto*”, assim como grande parte das “*molheres asoldadadas*”. Do lado cristão, uma “*peça*” também pereceu na lide, nomeando-se os casos específicos de Martim Moniz e Diogo Gonçalves. O cronista procede, então, à descrição da escolha das armas reais, adaptando-a às novas circunstâncias: enquanto na *Crónica de 1344* Afonso Henriques escolheu os cinco escudos dispostos em forma de cruz, em memória da paixão de Cristo e dos cinco reis mouros derrotados, na *Crónica de 1419* ele insere uma cruz azul no seu pendão e reparte-a, depois, em cinco escudos, mantendo-se a explicação da divisão derivada do número dos reis mouros<sup>363</sup>, sendo, no entanto, explanada a escolha da disposição em cruz com a própria aparição de Cristo. Mantém-se, do mesmo modo, a inclusão dos 30 dinheiros em cada escudo, conquanto o cronista quatrocentista esclareça que, aquando da redacção da sua crónica, a dificuldade prática de inserir 30 moedas em escudos de armas mais pequenos levou a que os reis portugueses decidissem pôr cinco moedas em cada um dos escudos, nos quais se totalizam 30 dinheiros, caso contemos duas vezes as moedas do escudo central.<sup>364</sup>

---

<sup>361</sup> C1419, Cap. 14, p. 22. De novo, vislumbramos a representação de uma nobreza subserviente ao poder régio.

<sup>362</sup> C1419, Cap. 14, p. 23.

<sup>363</sup> Embora, aqui, se mencionem os “*cimquoo reys que lhe Deos fizera vencer*” (negrito nosso), especificação retórica que serve como mais uma amostra da incorporação de uma ideologia de guerra santa na C1419, contrariamente à CGE1344. Afirimo isto, embora tenha consciência que, em última análise, a CGE1344 não é totalmente “*insensível ao auxílio divino em Ourique*”, como constatou Filipe MOREIRA, *A Crónica de Portugal...*, nota 439, p. 127.

<sup>364</sup> C1419, Cap. 14, pp. 23-24; MOREIRA, Filipe, *A Crónica de Portugal...*, p. 127. Sobre este assunto, ver MAURÍCIO, Carlos Coelho, “Na manhã fértil...”; NASCIMENTO, Aires A., “O milagre de Ourique...”; ROSA, Maria de Lurdes, “O corpo do chefe...”; MOREIRA, Filipe Alves, “As cores e as

Quando o rei retorna a Coimbra, com todo o espólio de guerra, o cronista insere o episódio do aprisionamento dos moçárabes, procedente do texto da *Vita Theotonii*, já analisado no primeiro capítulo do nosso trabalho. A cena é importada de forma fiel, na sua generalidade, para a *Crónica de 1419*<sup>365</sup>, concatenando o cronista, de forma engenhosa, o relato da fonte crúzia com um outro texto, sobre o qual também nos debruçámos mais acima: os *Miracula S. Vicentii*. Segundo a crónica quatrocentista, dois dos moçárabes libertos por ordem do prior de Santa Cruz seriam aqueles que, mais tarde, indicariam onde estava sepultado o corpo de S. Vicente.<sup>366</sup>

Finalizada a análise do relato de Ourique na *Crónica de 1419*, podemos concluir que, ao basear-se numa nova fonte, a narrativa da batalha diverge bastante da correspondente na crónica de D. Pedro de Barcelos: primeiro, o relato da crónica quatrocentista é muito mais pormenorizado, desde a preparação e antecedentes da refrega até à sua concretização; segundo, a guerra santa é um tópico permanente, reabilitando-se a imagem idílica de Afonso Henriques, como um guerreiro devoto, piedoso e divinamente inspirado. Desta forma, se nos textos anteriores a legitimidade guerreira do poder de Afonso I se fundamentava tão-somente no direito de conquista e numa aclamação laica no campo de batalha, na *Crónica de 1419* ela vê-se reforçada pela intervenção divina. Ou seja, a aclamação guerreira é sancionada pela intercessão de Cristo, de modo que a própria fundação da monarquia é ratificada pela autoridade celeste. Ora, sendo o serviço a Deus e ao rei um princípio ideológico estruturante da crónica áulica<sup>367</sup>, percebe-se a razão para o cronista incluir este relato no seu texto, posto que o sancionamento divino do poder régio era um mecanismo retórico de legitimação política inequivocamente eficaz, quando devidamente enquadrado na mentalidade da época.

É em Ourique que o destino de Afonso Henriques, prenunciado na aparição da Virgem Maria a Egas Moniz, se começa a concretizar, porquanto, na lenda de Ourique,

---

origens de Portugal entre o Conde de Barcelos e Fernão de Oliveira”, in *Cores. Actas do VII Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, org. Isabel Barros Dias e Carlos F. Clamote Carredo, Lisboa, Universidade Aberta, 2010, pp. 147-156.

<sup>365</sup> Mesmo que a imagem exposta de Afonso I, que não se inibe de aprisionar cristãos, seja bastante contraditória relativamente à representação do rei em Ourique, como piedoso e devoto rei.

<sup>366</sup> C1419, Cap. 14, pp. 24-25. Para um estudo global das fontes usadas pelo cronista da corte de Avis, assim como da forma como as encadeou entre si, providenciando ao texto uma coesão global, cf. MOREIRA, Filipe Alves, *A Crónica de Portugal...*, pp. 68-228.

<sup>367</sup> Sigo as conclusões de Filipe MOREIRA, que identificou os três valores axiológicos centrais da C1419: o serviço ao Rei, ao Reino e a Deus, cf. *A Crónica de Portugal...*, pp. 226-228.

Afonso I assume-se como o abnegado destruidor dos povos infiéis<sup>368</sup>. Além do mais, como Filipe Moreira notou, pode-se relacionar a cristofania de Afonso Henriques com a aparição da Virgem Maria, de uma outra maneira. Segundo aquele autor, as duas aparições reflectem uma relação hierárquica: ao passo que Egas Moniz é merecedor de receber a visita da mãe de Cristo, o primeiro rei de Portugal será digno de contactar com a mais alta autoridade da hierarquia católica, o próprio Cristo, encarnação de Deus<sup>369</sup>. Acrescentamos, ainda, que também poderá existir uma hierarquização relativamente ao relato da batalha de Hacinas, na lenda de Fernando Gonçalves, inspiradora deste episódio na fonte da *Crónica de 1419*: enquanto ao conde castelhano lhe aparecem, miraculosamente, S. Palaio, S. Milham e, durante a batalha, S. Tiago<sup>370</sup>, ao rei português é o próprio Cristo que surge nos céus. Na verdade, S. Tiago é mencionado na lenda de Ourique, como já vimos, não se concretizando, no entanto, o seu auxílio numa aparição sobrenatural.

Seguidamente à batalha de Ourique, a crónica quatrocentista prossegue com a narração do martírio e trasladação das relíquias de S. Vicente para o Algarve<sup>371</sup>, após a qual começa o célebre episódio do bispo negro, o qual é transferido da *Crónica de 1344* de forma bastante fiel. No que toca à temática por nós abordada, realçamos apenas as divergências textuais que, na nossa perspectiva, não são de somenos importância: primeiro, quando o rei inquire o cardeal, ironicamente, no sentido de saber a razão da sua vinda a Coimbra, relembra-o das “*ostes que atam ameude faço de dia e de noyte contra os immiguos da santa fe catoliqua*”<sup>372</sup>. Ou seja, em vez de identificar os seus inimigos pela designação, mais neutra, de “mouros”, como acontece na *Crónica de 1344*, no texto quatrocentista o monarca declara-os como inimigos da Fé, enfatizando, deste modo, o carácter religioso da guerra contra eles empreendida<sup>373</sup>. Esta fala serve,

---

<sup>368</sup> Como já foi afirmado, Filipe Moreira insere o relato da batalha de Ourique na categoria dos *relatos comemorativos de batalhas contra os infiéis*, os quais partilham uma série de componentes narrativas comuns, entre elas, a desproporção numérica entre cristãos e infiéis; o discurso galvanizador do líder militar; o milagre que antecipa a vitória cristã e certifica o sancionamento divino da empresa bélica; a esmagadora derrota do exército infiel. Cf. MOREIRA, Filipe Alves, *A Crónica de Portugal...*, pp. 124-125.

<sup>369</sup> Id. *Ibid.*, pp. 125-126.

<sup>370</sup> Cf. CINTRA, Luís Filipe Lindley, “Sobre a formação...”, p. 212.

<sup>371</sup> Sobre este assunto, que escapa à temática da presente dissertação, ver o trabalho de DIAS, Isabel Rosa, *op. cit.*

<sup>372</sup> O negrito é da nossa responsabilidade.

<sup>373</sup> Ressalvamos, porém, que o ms. P da C1419 apresenta a designação genérica de “mouros”, mantendo a funcionalidade argumentativa da fala, mas retirando-lhe o “radicalismo religioso” veiculado no ms. C. Cf. BASTO, Artur de Magalhães (ed.), *Crónica...*, p. 75.

portanto, como um recurso retórico de legitimação da autonomia do poder régio português, face à ingerência papal. Trata-se de algo que se subentende na crónica de D. Pedro, mas se torna mais explícito na *Crónica de 1419*. Este processo de valorização e reavaliação do carácter da guerra contra os mouros, a qual, de um confronto político-territorial, passa a assumir contornos de uma guerra religiosa, é particularmente verificável na cena da exposição das cicatrizes: enquanto na *Crónica de 1344*, o rei se contentava em mostrar as cicatrizes ao cardeal, indicando quais as ocasiões onde ele havia sofrido as feridas, na *Crónica de 1419*, Afonso Henriques aduz que estes combates foram “*serviço de Deos contra os imiguos da fee*”.<sup>374</sup> Assim, se na crónica trecentista se deduzia que a Reconquista era um empreendimento militar sancionado pela Igreja, na crónica quatrocentista torna-se claro que é uma guerra religiosa, apoiada pela própria divindade, servindo, desse modo, como vector retórico/discursivo de legitimação política da monarquia lusa, perante a intromissão de entidades exógenas nos assuntos internos do reino.

Na sequência do episódio do bispo negro, o cronista regista que o rei Esmar, movido pela vontade de guerrear os cristãos, vem a Santarém, onde se reúne com “*Abezerey*”<sup>375</sup>, alcaide da vila. As forças muçulmanas encetam, então, uma razia que atinge Leiria, cujo castelo é combatido e subjugado, acabando por morrer a maioria dos cristãos aí presentes. O alcaide do castelo, Paio Guterres, foi, por sua vez, levado como cativo, deixando Esmar uma guarnição de homens para defender o castelo e retornando depois aos seus domínios. A *Crónica de 1419* explica, depois, que Afonso Henriques não pôde acorrer em socorro do castelo, pois o ataque muçulmano fora realizado com a maior celeridade.<sup>376</sup>

---

<sup>374</sup> C1419, Cap. 18, pp. 29-32.

<sup>375</sup> Esta personagem, denominada *Abzechri* no DES, ou *Auzecri*, nos ADA, corresponde a Abu Zakaryia, governador de Santarém nesta época (1140). Cf. MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, p. 200; PEREIRA, Armando de Sousa, “A conquista...”, p. 319.

<sup>376</sup> C1419, Cap. 19, pp. 32-33. A narrativa da conquista de Leiria pelos mouros poderá ter origem numa fonte analística, porventura próxima dos ADA. No entanto, constatam-se algumas divergências marcantes entre os dois textos. Primeiro, o facto de, na crónica quatrocentista, o castelo ser ocupado pelos muçulmanos, ao invés de ser destruído, como acontece nos anais crúzios. Na nossa perspectiva, esta discordância radica na intenção, manifestada pelo cronista, de firmar a coerência interna da narrativa: como veremos de seguida, ele passa a relatar a reconquista do castelo pelos cristãos, de forma que este teria forçosamente de ser ocupado pelos muçulmanos, caso contrário, verificar-se-ia uma declarada incongruência. Em adição a isto, devemos lembrar que, nos ADA, o ano referente à destruição de Leiria coincidia com o do bufúrdio de Valdevez. A omissão deste relato na C1419 pode ser explicada pelo facto de que os sucessos de Valdevez haviam sido anteriormente narrados, conquanto que na sua versão cronística, a qual difere bastante da analística. Por outro lado, nos anais crúzios, no mesmo ano de 1140, registava-se a primeira tentativa de tomada de Lisboa, por parte de Afonso Henriques, adjuvado por uma



Na *Crónica de 1419*, o relato da tomada de Leiria pelos muçulmanos encontra-se vinculado a outras componentes narrativas, as quais o cronista passa a narrar. Primeiro, ele conta um episódio totalmente ausente da tradição cronística anterior conhecida por nós: a tomada de Arronches pelo prior D. Teotónio, em retaliação à destruição de Leiria, que pertencia ao cenóbio de Santa Cruz. Pela mesma altura, Afonso Henriques investe sobre Leiria, conseguindo retomar o seu castelo. Cômico que Santa Cruz não havia providenciado uma defesa apropriada do povoado, o monarca trata de deixar uma guarnição no castelo, de modo a que os muçulmanos não o tomem de novo.<sup>377</sup>

---

frota de cruzados, informação ausente da crónica áulica. Tudo isto nos leva a concluir que, apesar de transmitir informações constantes na compilação analística cruzia de finais do século XII, no que concerne ao episódio da destruição de Leiria, o cronista quatrocentista não manuseou directamente os ADA, como já tivemos a oportunidade de constatar acima, quando analisámos o cerco de Coimbra em 1117, cf. nota 338 supra. Uma das possibilidades, como já enunciámos, é a de a C1419 ter assimilado estes elementos narrativos, originários de fontes analísticas, através de uma fonte intermédia, possivelmente a “*cronica del-rei dom Affonso*”, onde as informações estariam já concatenadas, cf. CINTRA, Luís Filipe Lindley, “Sobre a formação...”, pp. 205-207.

<sup>377</sup> C1419, Cap. 19, pp. 33-34. Acrescentamos que, em Coimbra, o prior interpela o rei, explicando-lhe que não foi por negligência sua que os muçulmanos lograram submeter Leiria. Ao invés, defende que o ataque consistiu num castigo divino derivado dos seus próprios pecados. Assim, os cônegos cruzios decidem entregar os domínios de Leiria e de Arronches ao monarca português. Este, por seu lado, resolve doar o poder espiritual das vilas a Santa Cruz, retendo o temporal para a coroa, porquanto “*os negócios temporaes não convinhão a tal auto a religiosos, mormente em feyto de guerra*”. É curioso que este juízo de Afonso Henriques desautoriza, de certa forma, a anterior conquista de Arronches por D. Teotónio. Ora, isto não é irrelevante, na medida em que é desprestigiada uma acção bélica do único protagonista, até então, na guerra de Reconquista, não pertencente à linhagem régia, fortalecendo retoricamente o papel de primazia da coroa na liderança da guerra contra os mouros. Filipe Moreira havia já notado o carácter contraditório da conquista de Arronches pelo prior Teotónio. De facto, da mesma forma que o vemos, quase que naturalmente, a pegar em armas, o prior cruzio admite depois, ao dirigir-se ao monarca, o carácter excepcional da sua acção bélica. Como o mesmo investigador propôs no seu estudo global da C1419, o relato da conquista de Arronches teria como objectivo fundamentar o estado da propriedade sobre esta vila, porventura num contexto de conflito sobre ela. Na verdade, não se sabe, ao certo, quando e como os cruzios estabeleceram, originalmente, o seu domínio em Arronches. Confiando no que nos diz D. Nicolau de Santa Maria, cronista da ordem, a povoação terá sido conquistada em 1235, durante o reinado de Sancho II, sendo doada aos cruzios, no ano seguinte, tanto no temporal como no espiritual. D. Nicolau de Santa Maria inclusivamente cita uma carta de doação de 7 de Janeiro de 1236, embora não conheçamos directamente o dito diploma. Sabemos, no entanto, que Arronches foi posteriormente doada por Santa Cruz a Afonso III, em 1264, argumentando-se no documento de doação que a imperiosidade de uma defesa eficaz da vila e do reino ditava a transferência da propriedade, cujo poder espiritual manter-se-ia nas mãos de Santa Cruz, além de receber depois o dito cenóbio uma série de propriedades na zona de Leiria e Santarém. Cf. MARTINS, Armando Alberto, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003, pp. 428-429; VENTURA, Leontina, e OLIVEIRA, António Resende de (ed.), *Chancelaria de D. Afonso III*, Livro I, Vol. I, docs. 312, 313, 314 e 315, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006, pp. 359-363. Refira-se, ainda, que também a *Iª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra* expõe um resumo desta narrativa, trocando, no entanto, o nome do prior Teotónio pelo de “*Dom Joham*”, presumivelmente João Teotónio, o sucessor de S. Teotónio no priorado cruzio. Filipe Moreira argumenta que tanto a C1419 como a *Iª Crónica Breve* utilizaram uma fonte comum, substituindo o cronista da corte de Avis o nome de D. João por D. Teotónio, de acordo com critérios de verosimilhança cronológica, visto que a destruição de Leiria teve lugar em cerca de 1140 e a sua retomada pelo rei luso em 1145, segundo a datação da C1419. Ainda assim, relevamos que esta datação torna completamente inverosímil a tradição da conquista de Arronches pelo prior cruzio, tendo

Posteriormente, inicia-se a narrativa da conquista de Santarém, servindo como base do relato o *De Expugnatione Scallabis*, complementado com elementos provenientes da *Crónica de 1344*.<sup>378</sup> Primeiro, o cronista enquadra cronologicamente a conquista, na era de 1185 (AD 1147), tendo Afonso Henriques, à época, 37 anos de idade e reinando há 19<sup>379</sup>. De seguida, a *Crónica de 1419* enumera as razões que ditaram a decisão de avançar para a conquista de Santarém, nomeadamente, o facto de a vila ser um foco de ataques ao reino português, além de possuir um termo desmesuradamente rico e estando assentada numa localização naturalmente favorável.<sup>380</sup>

Depois de mencionar a “*dor*” de Afonso Henriques por nunca ter conseguido tomar a dita vila, o cronista releva então a sua inexpugnabilidade, devido às estruturas defensivas existentes<sup>381</sup>. Menciona, de modo similar à sua fonte latina, que já Afonso VI<sup>382</sup>, “*Cirre*”<sup>383</sup> e “*Abzera*”<sup>384</sup> apenas haviam conseguido tomar a cidade pela fome, exaltando, de forma indirecta, o feito de Afonso I. De seguida, incorpora uma

---

em conta que, por esta altura, a fronteira meridional do reino ainda estava bem acima do Tejo. Por seu lado, a confirmar-se que a pretensa conquista tivesse lugar no priorado de D. João Teotónio (1152-1181), o enquadramento cronológico poderia concorrer em favor da verosimilhança do relato, conquanto tivesse apenas em seu suporte a narrativa tardia da *I<sup>a</sup> Crónica Breve*. Cf. MARTINS, Armando Alberto, *op. cit.*, p. 303; MOREIRA, Filipe Alves, *A Crónica de Portugal...*, nota 452, p. 130; FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da (ed.), *Crónicas Breves...*, p. 92.

<sup>378</sup> Para uma análise detalhada da forma como a C1419 assimilou estas duas fontes, cf. MOREIRA, Filipe Alves, *A Crónica de Portugal...*, pp. 131-132, 143-151. Tenha-se presente, no entanto, que o hábil cronista da corte de Avis procede a um rearranjo geral do texto, ao nível da organização das diferentes componentes narrativas, além de fundir eficazmente informações provenientes das duas fontes.

<sup>379</sup> A escolha do cronista de seguir literalmente o DES leva-o a cometer duas incongruências. Primeiro, relativamente à idade de Afonso I, que, segundo a C1419, teria nascido na era de 1132 (AD 1094). Ora, se na era de 1185 (AD 1147), aquando da conquista de Santarém, o monarca tem 37 anos, teria nascido na era de 1148 (AD 1110). Segundo, enquanto o DES conta os anos de reinado a partir de S. Mamede, o que perfaz dezanove anos, na C1419, o título régio é assumido em Ourique, que havia sido oito anos antes do ataque a Santarém. Logicamente, o cronista deveria contabilizar os anos de reinado a partir da batalha de Ourique e não de S. Mamede.

<sup>380</sup> C1419, Cap. 20, p. 34-35.

<sup>381</sup> C1419, Cap. 20, p. 35. É curioso que tanto o DES como a C1419 indicam que algumas das estruturas defensivas do lugar foram feitas à custa de trabalhos realizados por cativos, designadamente, o lado ocidental da fortaleza, que era um desfiladeiro conhecido como “*Alpran*”. No entanto, enquanto no texto latino os trabalhadores eram designados tão-somente como cativos, na crónica quatrocentista é especificado que se tratavam de “*christãos qe tinhom catyvos*”, pormenor que contribui para a imagem negativa do inimigo muçulmano, como escravizador dos crentes e acentua o discurso de guerra religiosa.

<sup>382</sup> Repare-se que Afonso VI não conquistou Santarém, antes esta lhe foi entregue, a par de Lisboa e Sintra, pelo rei de Badajoz, Al-Mutawakkil, de forma a estabelecer uma aliança com o monarca castelhano-leonês, cf. MATTOSO, José, “Dois séculos...”, p. 31; NASCIMENTO, Aires A., “O júbilo...”, nota 50, p. 1228.

<sup>383</sup> “*rex Cyrus*” no DES, p. 1225, e na *Chronica Gothorum*. Trata-se de Sir b. Abi Bakr, caudilho almorávida que conquistou Santarém em 1111, cf. edição da *Chronica Gothorum*, em BRANDÃO, Frei António, *op. cit.*, Parte Terceira, fl. 272v, [132]; NASCIMENTO, Aires A., “O júbilo...”, nota 51, p. 1229; PEREIRA, Armando de Sousa, *Representações...*, p. 27.

<sup>384</sup> Acima nomeado como “*Abezerey*”. Veja-se a nota 375.

informação já presente no *De Expugnatione Scallabis*, segundo a qual a povoação nunca teria sido anteriormente atacada pelos portugueses devido aos avisos temerosos dos conselheiros de Afonso Henriques, reforçando, consequentemente, a imagem deste como um destemido guerreiro.<sup>385</sup>

No capítulo imediatamente a seguir, relata-se o estabelecimento de tréguas que Afonso Henriques firmou com os mouros de Santarém, além do envio de Mem Moniz<sup>386</sup> à vila. A *Crónica de 1419* enfatiza, então, o sigilo que encobria a campanha e insere, neste momento, outro elemento proveniente da *Crónica de 1344*: o conselho do Arnado e o diálogo entre as duas mulheres que Afonso Henriques ouve no retorno a Coimbra.<sup>387</sup>

Novamente baseado no *De Expugnatione Scallabis*, o cronista descreve as preparações para a campanha militar, mas insere um novo trecho: segundo a crónica, o monarca, antes de partir de Coimbra, encontra-se com o prior de Santa Cruz, D. Teotónio, a quem encomenda a “*sua alma e seu estado*”, além de lhe confidenciar o seu plano de conquista de Santarém, rogando-lhe que ele e os seus cónegos orassem pelo auxílio divino para o feito ao qual ele se propunha concretizar.<sup>388</sup> Como se pode perceber, estamos perante uma passagem da *Vita Theotonii*<sup>389</sup>.

De seguida, deparamo-nos com a descrição do itinerário desde Coimbra até Santarém e a ida de “*Martim Mohado*”<sup>390</sup> à vila, inserindo, depois, o cronista a *lenda da fundação do mosteiro de Alcobaça*, baseada numa fonte que designa de “*lenda de Sam Bernardo*”<sup>391</sup>. Por sua vez, o discurso do rei às suas tropas, retirado do *De*

---

<sup>385</sup> C1419, Cap. 20, p. 36.

<sup>386</sup> Ao mencionar Mem Moniz, ao invés de Mem Ramires, a C1419 prefere a informação da CGE1344, em detrimento do DES.

<sup>387</sup> C1419, Cap. 21, pp. 36-37.

<sup>388</sup> C1419, Cap. 21, pp.37-38.

<sup>389</sup> Sobre a forma como a C1419 se apropriou de componentes narrativas originárias da VTh, cf. MOREIRA, Filipe Alves, *A Crónica de Portugal...*, pp. 173-177.

<sup>390</sup> “*Martim Moab*”, no DES, p. 1230. De facto, segundo uma informação providenciada pela Doutora Leontina Ventura, pela qual lhe agradecemos, sabemos que Martim Mohabe é testemunha, em Setembro de 1164, na carta de venda de uma almuinha na Ribela (Coimbra), feita ao prior de Santa Cruz, D. João Teotónio, por Domingos Soleima e suas filhas Justa e Maria, com seus maridos. Cf. ANTT - *Livro de D. João Teotónio*, fl. 90-90v.

<sup>391</sup> C1419, Cap. 22, pp. 38-39. Segundo esta narrativa lendária, na Serra de Alvarados, o rei dialoga com o seu “irmão”, D. Pedro, que relata ao monarca os milagres operados por Deus através de S. Bernardo. Impressionado pela estória, Afonso Henriques faz o voto de doar toda a terra, desde a Serra de Alvarados até ao mar, à ordem monástica de S. Bernardo, isto é, a Ordem de Cister. O voto do rei é imediatamente revelado a Bernardo de Claraval, que relata o sucedido ao seu cabido e ordenando-se então a fundação do mosteiro de Alcobaça. Cf. CINTRA, Luís Filipe Lindley (ed.), *op. cit.*, Vol I, nota 241, p. CDVI; MOREIRA, Filipe Alves, *A Crónica de Portugal...*, p. 110. Esta lenda também integra o manuscrito da

*Expugnacione Scallabis*, é traduzido de forma sensivelmente fiel<sup>392</sup> pelo cronista da corte de Avis. Nesse sentido, é lógico que a imagem fornecida no texto latino se transfira para a crónica quatrocentista, como, de facto, acontece. Assim, a representação do virtuoso guerreiro e camarada de armas passa, incólume, do *De Expugnacione Scallabis* para a *Crónica de 1419*.<sup>393</sup>

A campanha continua com a chegada aos olivais próximos de Santarém, em consonância com o texto latino<sup>394</sup>. A crónica quatrocentista incorpora também o milagre avistado pelos cristãos, que esforça os seus corações, ao prenunciar uma vitória inevitável. Da mesma forma, também um “*synal muy espantoso*” surge, nos céus, aos habitantes de Santarém. Este presságio da sua derrota é, no entanto, modificado pelo cronista de 1419: enquanto no texto latino o animal em chamas que aparecia nos céus de Santarém era uma serpente, na *Crónica de 1419* surge um touro flamejante, sem que possamos explicar convenientemente a discordância<sup>395</sup>. Seja qual for o animal que arde no firmamento, a interpretação dos “*sabedores*” de Santarém não varia: em breve a vila terá um novo rei.<sup>396</sup> Por outro lado, a funcionalidade do conjunto dos acontecimentos milagrosos no relato mantém-se: legitimar a campanha militar então empreendida com uma sanção da própria divindade.

O rei e os seus homens aguardam então a altura adequada para atacar “*em hum vale encuberto*”. O cronista insere, neste ponto, um trecho, importado da *Vita Theotonii* e enquadrado no momento cronologicamente pertinente, relativo às orações que o prior

---

IVCB, tratando-se, no entanto, de uma interpolação tardia à *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal*, cf. Id., *Afonso Henriques...*, pp. 87-88.

<sup>392</sup> Verifica-se, no entanto, o que se assemelha, na nossa opinião, a um erro interpretativo da parte do cronista. Em dada altura, são postas na boca do rei as seguintes palavras “[...] *com todo o povo e de mais alguns dos que ala velom nos atendem e nos regebom. E perdoe-me Deos esta mentira que lhe dise, que açimte lhe menty, por tal que lh-esforçase os corações.*” Ora, no DES, o trecho por nós marcado a negrito era um aparte do narrador, que se desculpava por mentir aos seus interlocutores, os cavaleiros do rei, quando lhes garantia que os esculcas de Santarém os receberiam pacificamente. Na C1419, por seu lado, o cronista interpreta que a mentira teria sido dirigida a D. Teotónio, no contexto da sua conversa antes da partida de Coimbra.

<sup>393</sup> C1419, Cap. 23, pp. 39-41.

<sup>394</sup> Especificando, no entanto, a *Crónica de 1419*, que era “*bespora de Sam Miguel de mayo*”, sétimo dia do dito mês, na era de 1185 (AD 1147). Assim, a C1419 segue a CGE1344 nesta datação específica, divergindo do DES, que avança o 15 de Março como data da tomada de Santarém.

<sup>395</sup> MOREIRA, Filipe Alves, *A Crónica de Portugal...*, p. 149.

<sup>396</sup> C1419, Cap. 24, pp. 41-42. Existe, ademais, uma pequena, mas significativa diferença entre o texto latino e a crónica quatrocentista: nesta, os sábios muçulmanos pressagiam que Santarém terá um novo rei, deduzindo que seria o filho do monarca de Sevilha, presságio que, como sabemos, não se confirma. No DES, esta “falha” premonitória encontra-se ausente da narrativa. Possivelmente, o cronista desejava evidenciar a falibilidade das previsões dos muçulmanos, decorrente da falsidade da sua fé religiosa, menorizando, consequentemente, o culto islâmico, cf. MOREIRA, Filipe Alves, *A Crónica de Portugal...*, p. 149.

e os cónegos crúzios então fizeram, orando a Deus que auxiliasse os guerreiros cristãos. Deste modo, D. Teotónio pede à Providência a vitória para Afonso Henriques e que lhe conceda a vila de Santarém, cuja conquista equivaleria a um serviço ao cristianismo, porquanto seria livrada dos “*inmiguos da fee*”, ao ser expulsa do seu seio a “*çeyta do cujo Mafamede*”, instaurando-se, por conseguinte, o louvor ao verdadeiro Deus.<sup>397</sup> Estamos, portanto, perante uma acentuação do carácter religioso que a guerra contra os muçulmanos assume em todo o reinado de Afonso Henriques na *Crónica de 1419*, caracterização, desta vez, importada da *Vita Theotonii*.

A entrada em Santarém é também baseada no *De Expugnatione Scallabis*<sup>398</sup>, além da cena de Afonso Henriques ajoelhado, agradecendo a Deus a graça outorgada. O relato do *De Expugnatione Scallabis* terminava neste ponto, mas o cronista de 1419 resolve incluir no seu texto outros elementos, contando como, ao entrar na vila, foram massacrados todos os mouros que permaneciam no caminho dos atacantes, inclusive mulheres e crianças, correndo o sangue pelas ruas “*que parecia que forom aly mortos grande multidão de gados*”.<sup>399</sup> Além de ser uma concretização do extermínio ao qual o rei luso havia exortado antes, no discurso aos seus homens, esta imagem também consiste num recurso visual que apresenta uma imagem da Reconquista como um conflito radicalizado, muito embora a cena de um bando de guerreiros cristãos a chacinar impiedosamente mulheres e crianças muçulmanas possa parecer desonrosa aos nossos olhos.

Posto isto, a *Crónica de 1419* identifica os protagonistas da tomada de Santarém: Mem Moniz, que era “*guarda mor del-rey*”; Pedro Afonso, “*filho del-rey, bastardo*”<sup>400</sup>; Lourenço Viegas; Pêro Pais, “*seu alferes*”, assim como Gonçalo de Sousa e outros

---

<sup>397</sup> C1419, Cap. 24, p. 42.

<sup>398</sup> Exceptua-se, no entanto, a substituição do Mem Ramires do texto latino pelo Mem Moniz da CGE1344. Além do mais, a crónica áulica integra um outro pormenor derivado da crónica trecentista, quando uma das sentinelas escalabitanas desperta e pergunta por quem andava ali, Mem Moniz responde em árabe, atrai o esculca, corta-lhe a cabeça e atira-a para os que estavam fora da cintura muralhada. O relato volta depois ao texto undecentista, com a luta entre os mouros e os atacantes cristãos, os brados de Mem Moniz e Afonso Henriques, que exorta ao extermínio dos muçulmanos. Por outro lado, é neste ponto que o manuscrito *C* introduz uma referência à presença do mestre Gualdim Pais e dos cavaleiros templários, algo que, como já foi dito acima, consiste numa interpolação tardia, exclusiva da tradição textual veiculada no ms. *C*, cf. MOREIRA, Filipe Alves, *A Crónica de Portugal...*, pp. 285-289. Cf. C1419, Cap. 25, pp. 42-43.

<sup>399</sup> C1419, Cap. 25, pp. 44-45.

<sup>400</sup> Repare-se como o cronista contradiz o que havia sido estabelecido antes, quando enuncia que Pedro Afonso era irmão de Afonso Henriques. Na verdade, a identificação de Pedro Afonso neste capítulo revela maior verosimilhança do que na *lenda da fundação de Alcobaça*, na medida em que conhecemos, de facto, a existência de um bastardo do primeiro rei português com o mesmo nome, como vimos acima (cf. nota 286).

“*nobres homens*”. O episódio da tomada de Santarém termina, de seguida, com a cena da fuga do alcaide muçulmano e com a inserção, por parte do cronista, da exposição inicial que o rei faz no texto latino, transformada, aqui, numa fala de Afonso Henriques dirigida à sua mulher, a rainha D. Mafalda, mantendo, deste modo, o discurso na primeira pessoa do singular. O cronista integra ainda, no ponto onde termina a fala do rei, a oração final do texto latino, onde o rei conta como se ajoelhou perante as portas abertas da vila, mencionando-se as rezas que então fez e escusando-se a relatar as lutas que então travou.<sup>401</sup>

Como pudemos ver, o *De Expugnatione Scallabis* é seguido com relativa fidelidade, ao longo dos capítulos dedicados à conquista de Santarém pelo rei português. Adaptou-se, porém, o texto aos requisitos do género cronístico, motivando um rearranjo geral da narrativa. Releve-se que, como testemunho de um episódio central da expansão meridional portuguesa, a representação laudatória de Afonso Henriques como guerreiro divinamente inspirado é transposta, de forma incólume, para a *Crónica de 1419*. Imagem que, diga-se, se enquadra no padrão geral de representações do primeiro rei português na crónica quatrocentista, a qual assimila uma série de outras fontes glorificadoras do papel de Afonso I como devoto guerreiro cristão e inimigo dos muçulmanos.

Seguidamente, começa a narração de outro episódio central da Reconquista portuguesa. Trata-se da conquista de Lisboa, baseada numa fonte (ou fontes) por nós desconhecida(s), servindo-se, porém, o cronista, em determinados pontos, da *Crónica da Tomada de Lisboa*, isto é, a tradução ampliada tardo-medieval do *Indiculum Foundationis*<sup>402</sup>, além de alguns elementos retirados da crónica do conde D. Pedro<sup>403</sup>. Assim, pouco tempo depois da tomada de Santarém, Afonso Henriques decide tomar os castelos que rodeavam Lisboa, com o intuito de a vulnerabilizar, para facilitar o futuro cerco. Então, o primeiro castelo a ser submetido é o de Mafra, que é doado a Fernão Monteiro, que o cronista identifica como o primeiro mestre da Ordem de Avis<sup>404</sup>. Depois, o rei prossegue com a subjugação do castelo de Sintra, informando-nos então o

---

<sup>401</sup> C1419, Cap. 25, pp. 45-46.

<sup>402</sup> Filipe MOREIRA chama-lhe *Relato da Fundação do Mosteiro de S. Vicente*. Sobre a forma como este texto foi aproveitado pela C1419, cf. *A Crónica de Portugal...*, pp. 151-162.

<sup>403</sup> Escusado será dizer que, como habitual, o cronista da corte de Avis adaptou as fontes aos requisitos da sua obra, além de as organizar segundo os seus critérios, cf. MOREIRA, Filipe Alves, *A Crónica de Portugal...*, p. 155.

<sup>404</sup> Na verdade, pensa-se que o primeiro mestre da Ordem dos Cavaleiros de Évora foi Gonçalo Viegas de Lanhoso, cf. MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, p. 345.

cronista, seguindo a mesma desconhecida fonte<sup>405</sup>, da chegada de “oytenta velas” de barcos vindos da Inglaterra, Alemanha e França<sup>406</sup>. Impressionado pela dimensão do exército estrangeiro, Afonso Henriques envia quatro cavaleiros a Cascais, com a missão de averiguar quem eram, de facto, aquelas “*gentes*”. Quando questionados pelos emissários do rei português, os estrangeiros respondem que “*erom christãos que partirom de suas terras e vinhom às Espanhas pera guerear com os mouros por fazer serviço a Deos*”.<sup>407</sup>

Na sequência disto, a *Crónica de 1419* incorpora informações provenientes da compilação de Pedro de Barcelos, ao nomear os “*condes e [...] senhores grãodes*” que vinham na frota, além de formular uma perspectiva providencialista sobre a chegada da mesma, através da representação de Afonso Henriques, que, uma vez que toma conhecimento das intenções dos recém-chegados, interpreta que fora a divindade que movera “*aquela jente*” até ali, de modo que a cidade de Lisboa fosse conquistada. Desta forma, o cronista acentua o carácter devoto do rei português, assim como enquadra a tomada de Lisboa num plano providencial.<sup>408</sup>

A *Crónica de 1419* afirma que Lisboa era um pólo de onde saíam, regularmente, ataques ao território cristão, legitimando-se, deste modo, a empresa bélica no plano político-territorial, o que complementa a justificação ideológica construída acima. Posto isto, Afonso Henriques convence os estrangeiros a ficar para a tomada da cidade, acordando um pacto com eles, nos termos do qual, no caso de vitória cristã, Lisboa deveria ser dividida de forma equitativa entre o rei e os estrangeiros. Firmado este acordo, ambas as hostes iniciam o cerco a Lisboa, seguindo a crónica, nesta secção

---

<sup>405</sup> Filipe MOREIRA admite que poderia ser a “*crónica del-rey dom Affonso*”, cf. *A Crónica de Portugal...*, p. 157.

<sup>406</sup> Não deixa de ser curioso o facto de o cronista de 1419 preferir seguir esta fonte desconhecida, em detrimento da *Crónica da Tomada de Lisboa*, que ostentava uma linguagem muito mais adequada à ideologia de guerra santa que perpassa a narrativa do reinado de Afonso Henriques na C1419. Ver a edição daquela fonte em FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da, *Crónica da Tomada de Lisboa...*. Ver também o artigo de DIAS, Isabel Rosa, “De como o mosteiro...”.

<sup>407</sup> C1419, Cap. 26, p. 47. Na *Crónica da Tomada de Lisboa*, além do móbil do “serviço a Deus”, também se mencionava a “*enveja*” que os cruzados sentiam, relativamente aos feitos heróicos de Afonso Henriques, o que os motivaria a vir à Península Ibérica. Deste modo, visto que esta fonte apresenta, como vectores ideológicos, tanto o discurso de guerra santa como o da exaltação do valor, fama e devoção do primeiro rei português, ignoramos o que terá levado o cronista de 1419 a preterir a *Crónica da Tomada de Lisboa* neste segmento narrativo. Isto é particularmente incompreensível se considerarmos duas das características ideológicas constantes ao longo da C1419: o serviço a Deus e o serviço ao Rei. Posto que a *Crónica da Tomada de Lisboa* cumpria exemplarmente estes dois requisitos, é, de facto, estranho que o cronista se tivesse socorrido dela noutros trechos e não nestes. Cf. FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da (ed.), *Crónica da Tomada de Lisboa...*, Cap. 1, pp. 78-79.

<sup>408</sup> C1419, Cap. 26, pp. 47-48.

específica e de forma genérica, a narrativa da *Crónica da Tomada de Lisboa*. Assim, o arraial dos portugueses assenta cerca do local onde foi depois edificado o mosteiro de S. Vicente, ao passo que os estrangeiros se estabelecem do lado da igreja de Santa Maria dos Mártires.<sup>409</sup>

Segundo a nossa crónica, o cerco durou cerca de cinco meses, preenchidos de “*escaramuças e combates*”<sup>410</sup>. Finalmente, a 25 de Outubro de 1147<sup>411</sup>, os cristãos conseguem entrar na cidade, graças à valentia dos guerreiros que a sitiavam, os quais “*pareçiom que nom temyam feridas nem morte nem cousas que lhes aviesem, tanto erom desejosos de servyrem a Noso Senhor Deos e ganharem homra*”, num reforço adicional do carácter religioso da batalha em questão.<sup>412</sup>

Após a tomada de Lisboa, o rei e todos os outros dirigem-se à mesquita, onde é efectuado um cerimonial de limpeza do culto maometano, para que possam aí ter lugar os ofícios divinos, após a devida consagração do espaço. Trata-se, na verdade, num processo comum em todas as conquistas de cidades muçulmanas, no contexto da Reconquista, um acto ritualizado que, além disso, permite entrever a dimensão religiosa que essa guerra assume<sup>413</sup>, especialmente na *Crónica de 1419*. Pela mesma altura, o rei reúne-se com os líderes da frota estrangeira, dirigindo-lhes uma alocução, onde lhes comunica que, agora que a cidade foi submetida, ele está disposto a cumprir o que havia prometido. Demonstrando um sentido de desapego às possessões mundanas, os estrangeiros recusam a partilha da cidade, alegando que haviam aportado a esta terra somente para servir a Deus, contentando-se as suas consciências com o facto de que Lisboa estava em mãos cristãs. Afonso Henriques determina então que alguns deles poderiam instalar-se no seu reino, enumerando o cronista os locais povoados pelos membros da frota, baseado, neste ponto, na *Crónica de 1344*.<sup>414</sup>

---

<sup>409</sup> C1419, Cap. 26, p. 48.

<sup>410</sup> Além do mais, cada um dos arraiais fundou uma igreja para sepultar os caídos em combate: Afonso I instituiu a igreja que daria origem ao mosteiro de S. Vicente, enquanto os estrangeiros erigiram a já mencionada igreja de Santa Maria dos Mártires, cuja localização geográfica motiva uma glosa por parte do cronista, relativa à cerca urbana da cidade, ao tempo de D. Fernando.

<sup>411</sup> Datação proveniente da *Crónica da Tomada de Lisboa*, cf. FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da (ed.), *Crónica da Tomada de Lisboa...*, Cap. 9, p. 86.

<sup>412</sup> C1419, Cap. 26, pp. 48-49.

<sup>413</sup> GARCIA FITZ, Francisco, “La Reconquista...”, p. 191.

<sup>414</sup> C1419, Cap. 27, pp. 49-50. As mesmas povoações são mencionadas na *Crónica da Tomada de Lisboa*, cf. FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da (ed.), *Crónica da Tomada de Lisboa...*, p. 87; CGE1344, Cap. DCCXIII, p. 233. Ainda assim, a C1419 acrescenta mais três povoações ocupadas pelos cruzados, não mencionadas na crónica trecentista: Arruda, Vila Franca e Almada. Esta cena diverge consideravelmente tanto da CGE1344, onde é o rei que recusa aos cruzados a divisão da cidade, como da *Crónica da Tomada de Lisboa*, onde são identificadas as terras distribuídas, sem que haja uma grande



A narrativa prossegue com o relato do cavaleiro Henrique de Bona e dos seus milagres, baseado na *Crónica da Tomada de Lisboa*, o qual contribui para a caracterização da conquista de Lisboa como parte de uma guerra religiosa, sancionada por Deus, que opera milagres através de um dos mártires cruzados. Segundo Filipe Moreira, estes milagres ajudam à construção de uma “*atmosfera cruzadística*” em torno da empresa bélica. Para tal, tem-se em conta até a selecção dos milagres a relatar, visto que o cronista não compilou todos os acontecimentos milagrosos constantes na sua fonte, pois, enquanto a *Crónica da Tomada de Lisboa* narrava quatro milagres, somente três deles se relacionavam com o “cavaleiro-mártir” Henrique, sendo apenas estes os seleccionados pelo cronista de 1419.<sup>415</sup> Assim, a *Crónica de 1419* apenas escolhe aqueles que são protagonizados pelo mártir, vinculando o ofício bélico ao serviço divino e configurando a acção sob uma atmosfera religiosa de guerra santa. A escolha dos milagres revela que a incorporação de uma retórica cruzadística não deriva apenas do carácter das fontes seleccionadas, mas também de uma intencionalidade consciente, por parte do cronista áulico.

A crónica expõe também a cena da eleição do bispo de Lisboa, por iniciativa do rei, preocupado com a ordenação do poder espiritual, depois de resolvidos os assuntos temporais<sup>416</sup>. Afonso Henriques informa também o bispo da sua intenção de reter os direitos sobre o mosteiro de S. Vicente de Fora, o qual é dotado a expensas do rei<sup>417</sup>. Deste modo, este capítulo fornece uma outra faceta de Afonso Henriques como monarca justo e cristão, preocupado não apenas com a ordenação do poder político e das propriedades temporais, posteriormente às conquistas militares, mas também com a reorganização do poder espiritual. Poder-se-ia afirmar, embora incorrendo num óbvio

---

intervenção por parte dos estrangeiros. Como se pode constatar, a imagem da C1419 de Afonso Henriques é bastante mais positiva do que a da CGE1344, na medida em que o rei prontamente se dispõe a cumprir o seu voto, demonstrando honradez e honestidade. Desta forma, o pacto previamente estabelecido não se concretiza apenas devido à falta de apego às riquezas materiais por parte dos estrangeiros. Além de tudo isto, sublinhe-se que o cronista indica que Vila Franca se chamava antes “*Cornagua*”, porque os seus moradores eram naturais da Cornualha, enquanto Almada teria sido entregue a um senhor chamado “*Rolim*”, presumivelmente o mesmo “*Chill de Roolim*” anteriormente nomeado. Na verdade, sabemos que Vila Franca de Xira foi povoada por um cruzado, chamado *Sira*, cf. MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, p. 256.

<sup>415</sup> C1419, Caps. 27-29, pp. 50-52. Cf. MOREIRA, Filipe Alves, *A Crónica de Portugal...*, pp. 161-162.

<sup>416</sup> Como se sabe, a eleição caiu sobre Gilberto de Hastings, cf. MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, pp. 255-257, 264; OLIVEIRA, Miguel de, *op. cit.*, p. 307.

<sup>417</sup> No texto, transparece a ideia de que Afonso Henriques tencionava reter os direitos sobre as duas igrejas edificadas durante o cerco de Lisboa, divergindo da *Crónica da Tomada de Lisboa*, onde o rei decide manter sob a sua alçada o mosteiro de S. Vicente e entregar a igreja de Santa Maria dos Mártires ao bispado lisboeta, cf. FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da (ed.), *Crónica da Tomada de Lisboa...*, Cap. 11, pp. 89-90.

anacronismo, que o rei era um verdadeiro “estadista”, revelando-se como um exímio chefe guerreiro, não apenas dedicado aos feitos militares, mas também à governação racional das terras e cidades incorporadas no seu reino. Aliás, esta faceta é reforçada depois, quando são expostos os cuidados do rei em prover o mosteiro de S. Vicente de um prior, baseando-se igualmente o cronista na *Crónica da Tomada de Lisboa*.<sup>418</sup>

Seguidamente, o cronista prossegue com o relato da conquista do resto dos castelos muçulmanos na Estremadura, nomeadamente, Alenquer, Óbidos e Torres Vedras, entre outros.<sup>419</sup> Também esclarece que Afonso Henriques levou seis anos a subjugar os castelos estremenhos supra-referidos<sup>420</sup> e que, depois de assegurar o domínio da região, reuniu a sua hoste e liderou uma cavalgada pelo Alentejo, talando os campos até chegar a Beja, acabando por sitiar esta vila. Concomitantemente, um exército muçulmano entra pela Beira, tomando o castelo de Trancoso, matando e cativando muitos cristãos, além de arrasarem completamente o local<sup>421</sup>. O rei luso, conquanto estivesse informado do saque em Trancoso, não levantou o cerco sobre Beja, bem pelo contrário, redobrou esforços para tomar a povoação, acabando, de facto, por a subjugar. Em retaliação pela destruição de Trancoso, Afonso Henriques ordena o extermínio dos habitantes muçulmanos de Beja, indicando o cronista a era de 1188 (AD 1150) como data para estes eventos.<sup>422</sup>

Depois de uma breve prolepse consagrada ao futuro reinado e às virtudes do infante D. Sancho, o cronista enumera e identifica as filhas do rei, fazendo depois uma minuciosa descrição do casamento de uma delas, D. Mafalda. Após este interregno, a

---

<sup>418</sup> C1419, Caps. 30-31, pp. 53-54.

<sup>419</sup> Ignoramos a fonte do cronista para estas informações, designadamente, no que toca às conquistas na Estremadura, no Alentejo e ao cerco muçulmano a Trancoso, como veremos. Na CGE1344, os castelos conquistados imediatamente a seguir à tomada de Lisboa, são Alenquer, Sintra, Almada e Palmela. A crónica trecentista menciona laconicamente a expansão no Alentejo, através de uma enumeração das praças conquistadas, sendo inexistente qualquer referência a um cerco muçulmano a Trancoso.

<sup>420</sup> Manuela Santos SILVA pensa que esta contabilização deriva do facto de a doação de territórios estremenhos a Bernardo de Claraval, onde viria a fundar o mosteiro de Alcobaça, ter sido efectuada em 1153, exactamente seis anos depois da conquista de Lisboa, cf. “Alguns passos...”, p. 114.

<sup>421</sup> De facto, conhecemos uma incursão almóada, liderada pelo governador de Sevilha Abu Muhammad, que saqueou Trancoso em 1155, cf. SIDARUS, Adel, “Novas perspectivas sobre o *Gharb Al-Ândalus* no tempo de D. Afonso Henriques”, in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. 2, p. 263; MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, pp. 278-279.

<sup>422</sup> C1419, Cap. 32, pp. 55-57. Na verdade, a C1419 apresenta aqui uma incongruência, no tocante à cronologia das conquistas relatadas: assim, na parte inicial do capítulo, é afirmado que o rei parte para as conquistas de Alenquer, Óbidos e Torres Vedras no ano de 1186 da era hispânica (AD 1148), demorando a ofensiva seis anos e passando apenas depois à incursão no Alentejo, que teria lugar, segundo esta lógica, em 1192 da era hispânica (AD 1154). No entanto, aqui, o cronista data a tomada de Beja em 1188 (AD 1150), fazendo dois anos “*des que el-rey foy partido de Santarem pera ir fazer guerra aos mouros d’Antre Tejo e Odiana e teve o çerquo sobre Beja*”. É bastante plausível que o cronista tivesse manuseado duas fontes díspares para este relato e efectuado uma acoplagem algo deficiente.

atenção do cronista volta-se de novo para a guerra contra os mouros.<sup>423</sup> Assim, segundo a *Crónica de 1419*, o rei decide, a dada altura, investir sobre Sesimbra, porquanto lhe haviam informado que a vila estaria “*muy mynguada*”, consistindo, portanto, numa presa fácil para os cristãos. Sujeitada esta vila, Afonso I deixa no castelo uma guarnição de homens e parte para a conquista de Palmela, acompanhado de 60 cavaleiros, a par de uma “*peça de homens de pee e besteyros*”. Em Palmela, os cristãos apercebem-se que o rei de Badajoz se aproximava, seguido por 4000 cavaleiros e 56000 peões<sup>424</sup>. Portanto, o episódio apresenta, desde o início, todos os contornos de mais um relato comemorativo de batalhas contra os infiéis: a desproporção numérica entre os dois exércitos; o temor dos homens de Afonso Henriques, a quem desaconselham resistir a tal multidão, o que motiva mais um discurso inflamatório do rei português. Como é habitual neste género de relatos, os cavaleiros, “*animados de hum coração*”, reagem positivamente ao arrazoado do rei e garantem-lhe que estarão do seu lado em tal “*descumunal*” empresa. O diminuto exército cristão move-se de encontro à imensa multidão muçulmana, matando e ferindo muitos deles até que estes, ao reconhecer o rei português, batem em retirada, acabando muitos por serem mortos, enquanto fugiam, pelo ínclito monarca. Terminada a refrega, este manda chamar reforços de Sesimbra, os quais, no entanto, acabariam por não ser necessários, visto que os de Palmela, ao tomar conhecimento do retumbante triunfo de Afonso Henriques, decidem entregar-lhe o castelo, em troca das suas vidas.<sup>425</sup>

Na nossa opinião, com o episódio da batalha de Palmela, atinge-se outro pico do discurso encomiástico consagrado ao primeiro rei de Portugal, apenas ultrapassado por Ourique. Ora, ao encararmos com um relato de um combate entre um grupo de seis dezenas de cavaleiros contra uma hoste que acolhe mil vezes esse número, mesmo assim sendo estes derrotados e postos em fuga, assim que identificam o seu inimigo como o famoso rei português, estamos perante um imenso elogio não só ao valor

---

<sup>423</sup> Devemos relevar que, neste momento, a C1419 apresenta uma contextualização cronológica algo enigmática, porquanto, de forma a situar no tempo a acção seguinte, somos informados que ela ocorre cinco anos depois da conquista de Alcácer, estando esta povoação, até agora, completamente ausente da narrativa do reinado de Afonso Henriques. Por outro lado, o cronista situa a acção em 1165, verificando-se, consequentemente, mais uma incoerência. De facto, somos obrigados a perguntarmo-nos: seria lógico avançar até o extremo sul alentejano, em 1150, e apenas depois voltar ao norte para conquistar Alcácer, em 1160?

<sup>424</sup> A hiperbolização da dimensão do exército do rei de Badajoz é notória. Além do mais, o objectivo por trás deste recurso estilístico também parece ser bastante óbvio: exaltar o valor de Afonso Henriques e dos seus cavaleiros.

<sup>425</sup> C1419, Cap. 33, pp. 58-59.

guerreiro de Afonso I, mas também à fama e temor que ele inculcia no coração do inimigo. De facto, atinge-se a “maturidade” de Afonso Henriques como um guerreiro divinamente inspirado, protegido de Deus, cujo valor militar é comprovado pelas numerosas conquistas que empreendeu e cuja presença é suficiente para atemorizar dezenas de milhar de muçulmanos.<sup>426</sup>

No capítulo seguinte, passamos ao famigerado desastre de Badajoz, baseando-se o redactor na *Crónica de 1344*. O episódio assemelha-se, na sua generalidade, ao correspondente na crónica de Pedro de Barcelos, com os habituais arranjos, acrescentos pontuais e enriquecimento do texto, sem alterar, no entanto, os contornos narrativos gerais do episódio<sup>427</sup>. Este decorre sem alterações de maior, adicionando somente o cronista que, na era seguinte de 1208 (AD 1170), Afonso Henriques exige aos concelhos que jurem homenagem ao seu herdeiro, Sancho, dando-se o primeiro passo do infante para a associação ao poder régio.<sup>428</sup>

Também o cerco de Santarém se baseia na compilação do conde de Barcelos, verificando-se, no entanto, algumas inovações neste episódio, comparativamente à sua fonte. Em primeiro lugar, enquanto na *Crónica de 1344* não se descrevia concretamente os actos de guerra praticados cerca de Santarém, na crónica quatrocentista mencionam-se as escaramuças, a destruição do termo da vila e a mortandade entre os dois lados do conflito. Além disso, a versão quatrocentista dos eventos de Santarém fornece uma imagem bastante mais lisonjeira para com Afonso Henriques, que “*era anojado*” por não poder cavalgar e combater, em virtude do juramento que havia feito ao rei leonês em Badajoz. Mesmo assim, o monarca ordena a saída da vila para confrontar os sitiados, atitude que motiva a oposição de alguns dos seus cavaleiros, ao passo que outros aceitam sair para combater o inimigo, contanto que o rei ficasse seguro no interior das muralhas. Ora, a situação justifica perfeitamente mais uma alocução

---

<sup>426</sup> Desconhecemos a fonte para este relato, mas a similitude com o relato da batalha de Ourique torna plausível que tenha sido importada da perdida “*crónica del-rei dom Affonso*”.

<sup>427</sup> A título de exemplo, apresenta inovações quando refere as terras dadas por Afonso Henriques a Fernando II: na C1419, o rei luso entrega ao leonês a “*terra de Colonho [...] e per syma pelos chãos de Castela*”, sendo adicionada uma explicação, de acordo com a qual, “*esta terra dera el-rey dom Afonso de Castela ao conde dom Anrique*”.

<sup>428</sup> C1419, Cap. 34, pp. 60-62. A C1419 insere a usual referência à maldição de D. Teresa, elemento que perde, no entanto, todo o seu protagonismo, atribuindo-lhe o cronista a forma de uma opinião alheia (“*segundo dizem [...]*”), menorizando, assim, a sua importância na globalidade da narrativa, cf. MOREIRA, Filipe Alves, *A Crónica de Portugal...*, p. 134.

encorajadora de Afonso Henriques, tópico recorrente na *Crónica de 1419*<sup>429</sup>, na qual ele declara que o momento não é de “*conselho*” e deliberações, mas sim de combate. O monarca assume-se como o primeiro entre eles, exaltando-se, através deste elemento retórico, a coragem e virtude militar de Afonso Henriques, de forma similar à do relato da tomada de Santarém. Conquanto este discurso não seja tão extenso e mobilizador como o de Ourique ou de Palmela, os guerreiros portugueses são convencidos pelos argumentos do rei e preparam-se para a lide.<sup>430</sup>

Nesta altura, entra em cena o rei leonês, Fernando II, que, não obstante o historial de inimizade relativamente ao seu congénere português, decide socorrer os cristãos sitiados no castelo de Santarém, indicando o cronista que o ataque muçulmano ocorreu na era de 1209 (AD 1171)<sup>431</sup>. De resto, o episódio patenteia as linhas gerais apresentadas pela cronística anterior. No entanto, o cronista termina o relato com uma inovação: segundo a nossa crónica, Afonso Henriques nunca mais “*ouve prazer como ante avia*”, depois do juramento de Badajoz, na medida em que sempre que o recordavam dos feitos militares que outrora protagonizara, ele demonstrava um estado melancólico.<sup>432</sup>

Como pudemos perceber, o episódio do cerco de Santarém apresenta algumas divergências, quando comparado à tradição cronística precedente, de origem castelhana ou portuguesa. As maiores disparidades narrativas relacionam-se precisamente com a representação de Afonso Henriques: na *Crónica de 1419*, o rei português não se conforma com a sua condição de vítima, tencionando encetar o combate com os mouros, mesmo estando consciente que quebraria o juramento de Badajoz<sup>433</sup>. O rei luso acabaria por não confrontar os sitiados em batalha campal porque Fernando II de Leão chegara a tempo de o socorrer. Note-se que a imagem positiva do rei leonês se mantém

---

<sup>429</sup> Ou na sua desconhecida fonte, possivelmente a “*cronica del-rei dom Affonso*”? Mais uma vez, o cronista da C1419 afasta-se do texto da CGE1344, sendo-nos, no entanto, impossível identificar assertivamente qual a fonte de onde ele retirou estes elementos.

<sup>430</sup> C1419, Cap. 35, pp. 62-63.

<sup>431</sup> Não se registou, nas fontes coevas, qualquer invasão muçulmana neste ano. A reacção almóada só seria despoletada nos finais da década de 70 do século XII, com os cercos de Évora, Abrantes e a destruição do castelo de Coruche, seguidos da ofensiva do califa Abu Ya'qub em 1184. Cf. ADA, Era 1217 e 1218; MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, pp. 366-372. Na verdade, o episódio do cerco de Santarém, transmitido pela cronística castelhana e portuguesa, parece consistir num eco mitificado da incursão de 1184, a qual, na C1419, surge duplicada, na medida em que uma versão é exposta no capítulo presentemente analisado, acompanhada de outra versão dos eventos, exposta no capítulo 43, descrita mais adiante.

<sup>432</sup> C1419, Cap. 35, pp. 63-64.

<sup>433</sup> Aliás, é especificamente o seu propósito de quebrar o juramento que lhe faz temer a chegada de Fernando II.

na crónica áulica quatrocentista, concatenando, assim, o cronista, dois pólos ideológico-retóricos que, à primeira vista, pareciam ser antagónicos, isto é, as representações de Afonso Henriques e de Fernando II. Na *Crónica de 1419*, o cronista consegue não só neutralizar a imagem negativa do rei português, provinda da cronística castelhana e incorporada no texto do conde D. Pedro, mas inverte o discurso, expondo uma imagem francamente positiva do monarca, conjugando-a, no entanto, com uma representação similarmemente positiva do rei leonês, que, da mesma forma, também havia sido importada da cronística de raiz castelhana, através da *Crónica de 1344*.

Depois de dois capítulos dedicados à trasladação das relíquias de S. Vicente para Lisboa<sup>434</sup>, a crónica retorna à guerra contra os mouros no capítulo 38. Desta forma, o rei, assegurado que não havia conflitos no reino, “*senom tam somente em Lusytania*”, dirige uma fala ao infante Sancho, na qual explica que é bastante provável que os muçulmanos planeiem reiniciar a guerra nas terras conquistadas pelo rei luso. Por este motivo, o monarca decide enviar o seu filho para a fronteira meridional, onde exercerá o poder em nome do pai e liderará um fossado em território muçulmano. Afonso Henriques fundamenta a sua decisão em duas premissas: primeiro, porque não lhe é permitido cavalgar, em virtude do juramento de Badajoz, cuja falta de cumprimento seria, necessariamente, nociva para o interesse do reino<sup>435</sup>; o segundo motivo prende-se com o facto de que Sancho é o herdeiro do trono, possuindo já “*corpo e manhas*” para a actividade governativa<sup>436</sup>.

No momento em que o exército parte de Coimbra, tem lugar mais um diálogo entre o rei e seu filho, na ponte sobre o Mondego. O infante pede ao pai que lhe conceda a sua bênção, para que beneficie da protecção divina da qual o rei sempre foi objecto. Afonso Henriques manifesta o seu pesar por não os poder acompanhar naquela guerra, rogando, no entanto, pela ajuda de Deus, para que “*seja sempre acreçentada a sua fee*,

---

<sup>434</sup> C1419, Caps. 36-37, pp. 64-66.

<sup>435</sup> Reforça-se aqui a ideia que o juramento de Badajoz é um sacrificio genuíno da parte de Afonso Henriques em prol do seu reino.

<sup>436</sup> C1419, Cap. 38, pp. 66-67. De facto, o relato do fossado de Triana, que será analisado de seguida, marca o início simbólico da actividade governativa de Sancho, numa época em que o múnus régio estava intimamente vinculado à direcção da guerra contra os mouros, cf. BRANCO, Maria João Violante, *op. cit.*, pp. 16-19. Esta autora encontra uma relação de mimetização entre este discurso dirigido ao infante com aqueloutro de D. Henrique, em Astorga. Por outras palavras, ambos consistem em marcas simbólicas da transferência do poder político e militar.

*em tal guysa que os inimigos sejam fora da terra que vossos antecessores guanharam*”.<sup>437</sup>

É digno de realce que, também neste episódio, a guerra é fundamentada por móveis de duas ordens: primeiro, o político-militar, ou seja, a necessidade de defesa das terras recentemente conquistadas; segundo, o factor religioso, expresso na argumentação da necessidade do “acrescentamento” do cristianismo, tópico que perpassa todo o reinado de Afonso I nesta crónica áulica. Ora, o diálogo da ponte do Mondego mostra como estes dois vectores argumentativos de legitimação da expansão militar são eficazmente articulados. Além do mais, a par do tópico do “acrescentamento” do cristianismo, o cronista insere um outro argumento, cuja importância não é despreciada: ao pedir a seu filho que expulse os sarracenos para *“fora da terra que vossos antecessores guanharam”*, não é isento de ambiguidade o conceito de “antecessores”, ao qual Afonso I se refere. Queria o rei dizer a D. Sancho que expulsasse os mouros para fora dos territórios conquistados por ele e pelo seu predecessor, o conde D. Henrique? Por outro lado, no contexto da batalha de Ourique, Afonso Henriques também alude aos seus “antecessores”, indicando como exemplo o conde castelhano Fernão Gonçalves. Assim, poderá também caber neste conceito a generalidade dos nobres e reis cristãos peninsulares que combateram contra os muçulmanos, ao longo dos séculos? Caso esta hipótese se confirmasse, este simples elemento argumentativo poderia consistir na primeira referência ao conflito contra os muçulmanos não somente como uma guerra santa, mas também como uma guerra de Reconquista, isto é, um confronto bélico cujo objectivo final é o de recuperar as terras anteriormente dominadas pelos cristãos, que estavam, à época, sob o ilegítimo jugo maometano. A significação deste pequeno trecho é, no entanto, demasiado ambígua para que tenhamos qualquer tipo de conclusão assertiva.

Por outro lado, este discurso sinaliza o sancionamento de Afonso Henriques para com a assunção, por parte do seu herdeiro, das tarefas de condução do reino. É significativo, assim, que o primeiro acto oficial de D. Sancho seja, precisamente, o da guerra contra os mouros, assumindo-se assim uma perspectiva de continuidade entre os dois reis: se Afonso I era um paladino cristão, profundamente dedicado à guerra santa contra o Islão, o seu filho não defraudará as expectativas criadas sobre ele.

---

<sup>437</sup> C1419, Cap. 38, pp. 67-68.

Deste modo, a *Crónica de 1419* continua com o relato do fossado liderado pelo infante Sancho. Em Évora, ele convoca os homens das frontarias em redor, a maioria deles vindos de Beja, ficando assim esta povoação desprotegida<sup>438</sup>. De seguida, D. Sancho penetra fundo nos territórios almóadas, chegando perto de Sevilha, o que constitui um motivo de desonra para os muçulmanos<sup>439</sup>. Aqui, o infante rejubila com a informação de que um exército muçulmano o esperava, o que lhe permite caracterizar a batalha que se acerca como mais uma oportunidade de servir a Deus, herdando, assim, do seu progenitor, a representação de um guerreiro corajoso e devoto, sempre pronto para empreender a guerra santa contra “*aquela jente descrida*”. Ora, como de hábito, a véspera da batalha apresenta-se como uma boa ocasião para a inserção de um discurso às tropas, feita à medida das alocuções de seu pai. Em resposta aos apelos do infante, os cavaleiros demonstram-se, como habitual, aquiescentes com o que lhes é exigido, representando-se a nobreza como um grupo social subserviente, como é usual nesta crónica. O infante, aconselhado pelos “*que de mayor conta erom*” prepara, então, o plano a seguir na próxima batalha, o qual é explicitado pormenorizadamente pelo cronista. Entre os combatentes, além de D. Sancho, constam o arcebispo de Braga, D. João<sup>440</sup>, o “*conde dom Gonçalo*”, o alferes Pêro Pais, Mem Moniz, Gonçalo de Sousa<sup>441</sup>, Lourenço Viegas, D. Pedro, “*conde das Esturas*”, e, por fim, D. Ramiro.<sup>442</sup>

---

<sup>438</sup> Trata-se de uma explicação apriorística para os acontecimentos posteriores em Beja, os quais analisaremos mais abaixo.

<sup>439</sup> O cronista exalta o feito de D. Sancho, ao explicar que “*des que a Espanha fora tomada e Sevilha em poder de mouros, numqua christão fora que a guerease, de mais ainda chegar tam acerqua dela como ele ja era*”. Que melhor maneira teria o cronista de evidenciar que Sancho era um digno sucessor de seu pai?

<sup>440</sup> Supomos que se trata de João Peculiar. No entanto, ressalve-se que a inclusão do arcebispo no relato do fossado de Triana é anti-histórica, na medida em que o velho prelado morreu três anos antes, em 1175, cf. MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, pp. 352-353.

<sup>441</sup> A presença de Gonçalo Mendes de Sousa I no fossado de Triana também é totalmente anti-histórica, visto que o magnate havia morrido cerca de dez anos antes. No entanto, pese a falta de historicidade, o escopo do cronista mantém-se: a caracterização ideal da alta nobreza como um grupo social cortesão e submisso ao poder régio, algo que poderia incorporar uma funcionalidade modelar, destinado aos nobres contemporâneos do autor da C1419, numa época marcada pelos esforços de centralização política. Cf. GAMEIRO, Odília Filomena Alves, *op. cit.*, p. 180.

<sup>442</sup> C1419, Cap. 39, pp. 69-71. Além dos velhos adjuvantes de Afonso Henriques, que se encontram agora ao lado do seu filho, desconhecemos a identidade de algumas das personagens deste relato, nomeadamente, do conde D. Gonçalo, de D. Pedro, conde das Astúrias e do conde D. Ramiro. No entanto, ressaltamos que a Doutora Leontina Ventura nos chamou a atenção para um testamento de Março de 1162, de um conde Gonçalo que, na véspera de uma peregrinação à Terra Santa, deixa a Santa Cruz de Coimbra uma sua propriedade em Cadima, cf. ANTT - *Livro de D. João Teotónio*, fls. 62v-63. Notamos, ademais, que grande parte deste episódio é consagrado à descrição da organização militar. Além da disposição das tropas, o cronista refere que era função do alferes comunicar à hoste o que cada um devia fazer, especificação que motiva uma actualização/explanação da responsabilidade do cronista, que informa que essa função pertencia, na época em que a crónica era redigida, ao condestável.



Na manhã seguinte, inicia-se a luta, sendo o infante o primeiro a ir de encontro aos inimigos, pondo em risco a sua própria vida, numa mostra de coragem, digna da fama do seu pai<sup>443</sup>, mas também demonstrando alguma exagerada impetuosidade, talvez devida à sua inexperiência nestas lides. A *Crónica de 1419* fornece, então, uma visualização descritiva da batalha<sup>444</sup>, enquadrando-se aí um largo encómio consagrado a D. Sancho, “*que bẽe se mostrava cujo filho era, que ele feria bẽe de espada e de lança*”<sup>445</sup>, matando todos os mouros que se lhe atravessavam no caminho. Como se pode ver, a laudatória ao infante D. Sancho tem sempre como referência o seu pai. No entanto, o relato também expõe elogios à destreza militar de Pêro Pais e Mem Moniz, sendo este último responsável por derrubar o portador do estandarte de Sevilha, despoletando, assim, a debandada dos muçulmanos. Ao fugirem os mouros para Triana, trava-se uma batalha feroz cerca daquela povoação. O cronista refere, inclusivamente, segundo o que leu “*em muytos lugares esprito*”, que, graças aos cadáveres dos muçulmanos, “*era a aguoa do rio vermelha que parecia sangue*”.<sup>446</sup>

Enfim, o episódio do fossado de Triana marca o início da acção governativa do infante Sancho. Simboliza também o sancionamento prévio do que mais tarde virá a assumir de pleno direito: o ofício régio. Apresenta uma perspectiva de continuidade relativamente ao reinado de Afonso Henriques, marcado pela guerra santa contra os muçulmanos. De facto, pode-se argumentar que a presença de clérigos nesta batalha, como é o caso do arcebispo de Braga, acentua o carácter religioso da operação bélica<sup>447</sup>.

---

<sup>443</sup> Na verdade, verifica-se um processo mimetização da batalha de Ourique, na medida em que tanto Afonso Henriques, no prélio de Ourique, como Sancho, na batalha perto de Sevilha, são os primeiros a carregar impetuosamente sobre o exército sarraceno, tendo de ser socorridos por Gonçalo de Sousa e Lourenço Viegas.

<sup>444</sup> O cronista inclusive emprega o verbo “ver” mais que uma vez, isto é, “[...]como virades a batalha[...]”, “[...]virades os bons cavaleiros[...]”. Esta característica pode, porventura, indicar que o texto poderia se destinar a uma leitura em público, representando esta crónica, tal como a restante literatura da corte de Avis, “*uma fase intermédia entre a literatura oral e a literatura escrita*”. Cf. MONTEIRO, João Gouveia, *Orientações da cultura da corte na 1ª metade do século XV (a literatura dos príncipes de Avis)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1987, p. 33.

<sup>445</sup> Informação importada da desconhecida fonte da C1419 para esta secção, de acordo com o que o próprio cronista nos revela (“[...] segundo achamos em esprito[...]

<sup>446</sup> C1419, Cap. 39, pp. 71-72. Tal como acontece para a totalidade do relato do fossado de Triana, desconhecemos a fonte do cronista para este último trecho. No entanto, a *IIª Crónica Breve de Santa Cruz*, baseada nuns letrados que, a dada altura, estavam expostos nos túmulos de Afonso I e Sancho I, em Santa Cruz de Coimbra, menciona “*ũa crónica que fez Cáçome, capelam dos mouros de Sevilha*”, cf. FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da (ed.), *Crónicas Breves...*, p. 97. Sobre a *IIª Crónica Breve*, ver CINTRA, Luís Filipe Lindley, *op. cit.*, Vol. I (Introdução), pp. CCCLIII-CCCLV; BASTO, Artur de Magalhães, *Estudos...*, pp. 273-292. Realce-se, ainda assim, que é possível que a globalidade do relato provenha da “*crónica del-rei dom affonso*”, cf. MOREIRA, Filipe Alves, *A Crónica de Portugal...*, p. 123, nota 420; MAURÍCIO, Carlos Coelho, “Na manhã fértil...”.

<sup>447</sup> Cf. GARCIA FITZ, Francisco, “*En el Nombre...*”, p. 143; Id., “*La Reconquista...*”, pp. 196-198.

Por outro lado, pode-se verificar uma certa mimetização da batalha de Ourique. Tal como esta mítica contenda simbolizou o início do reinado de Afonso Henriques e a concretização do seu destino, Triana representa a maturidade de Sancho para lhe suceder, tendo-se consolidado essa madureza, à semelhança do que se verificou com o seu pai, na luta contra os mouros<sup>448</sup>. Além do mais, ainda que Sancho não tenha merecido uma intervenção sobrenatural para ratificar o seu poder, deve-se relevar que o seu fossado penetra bastante profundamente no território islâmico, atingindo o coração do poder almóada.

Baseado em “*esprituas antigas*”, por nós desconhecidas, o cronista prossegue com o relato do cerco de Beja, vila que, como havia sido antes indicado, estava “*minguoadade gentes*”. Posto isto, Beja é sitiada por dois “*riquos homens*” muçulmanos, que respondem pelos nomes de “*Abencamaryos*” e “*Albomzel*”. Após ser informado destes eventos, os conselheiros do infante português recomendam-lhe que não permita a perda de uma localidade tão importante esta, deliberando-se, de seguida, que 1400 cavaleiros deveriam acorrer imediatamente aos sitiados, enquanto o resto da hoste portuguesa seguiria no seu encalço. Sancho ordena a Pêro Pais que fique a guardar este último grupo, resignando-se o alferes de Afonso Henriques à vontade do infante, mesmo que contrariado. As funções de alferes ficam, portanto, relegadas para um seu sobrinho, Soeiro Pais.<sup>449</sup>

O grupo destacado para socorrer Beja parte imediatamente de Niebla, que estava nesse momento sob o cerco das tropas de D. Sancho, registando o cronista a passagem do exército português pelos “*chãos do campo d’Ourique*”, precisão geográfica que deverá comportar uma significação simbólica, na perspectiva de reafirmar a linha de continuidade entre o reinado de Afonso Henriques e o de seu filho. De facto, o cronista anota o “*pavor*” e “*temor*” que Sancho e os seus “*bons cavaleyros*” inspiravam nos corações dos muçulmanos.<sup>450</sup> Mesmo assim, os mouros decidem sair ao combate, travando-se a batalha cerca de Beja, a qual termina com a vitória dos cristãos. O episódio do cerco pacense termina, deste modo, com a manifestação de alegria dos

---

<sup>448</sup> Aliás, inclusivamente os nobres auxiliares do infante são precisamente os mesmos que assistiam o primeiro rei português.

<sup>449</sup> C1419, Cap. 40, pp. 73-74. Pela primeira vez na crónica quatrocentista, nota-se uma transição geracional entre os adjuvantes do poder régio.

<sup>450</sup> Como se pode entrever nesta última referência, também têm lugar, na C1419, os elogios às virtudes da nobreza, desde que subordinada ao poder régio, representado pela figura do rei ou, neste caso, do infante herdeiro.

habitantes da vila e do próprio infante luso. Na verdade, o cronista insere depois um elemento narrativo que revela um significado de suma importância: diz a crónica áulica que, ao entrar na vila, Sancho se apercebeu que, por cima da porta, se encontravam expostas as armas de Almançor. Perante isto, o infante ordena a retirada deste estandarte, para alçar, em seu lugar, as armas do rei de Portugal.<sup>451</sup>

Ora, esta cena encerra o máximo simbolismo e constitui um enorme encómio para o primeiro rei português. Muitas vezes, a personagem de Almançor tende a encarnar o terror e perigo islâmico, sendo retratado como o mais temível dos caudilhos muçulmanos, em virtude das devastadoras incursões por ele lideradas, as quais atingiram o coração dos potentados cristãos do norte da Península, em finais do século X<sup>452</sup>. Com este episódio, o cronista contrapõe Afonso Henriques ao seu antípoda muçulmano, caracterizando o monarca português, de forma implícita, como um autêntico paladino da cristandade, o que não é de admirar, se tivermos em conta a representação global do *Fundador* veiculada na *Crónica de 1419*.

Depois de consagrar dois capítulos aos feitos de Fuas Roupinho<sup>453</sup>, o cronista segue com o último episódio dedicado à guerra contra os muçulmanos onde figura D.

---

<sup>451</sup> C1419, Cap. 40, pp. 75-76.

<sup>452</sup> Assim se verifica nos *Anais de Santo Tirso*, composição analística redigida no mosteiro de Santo Tirso em cerca de 1079 e inserida nos chamados *Annales Portugaleses Veteres*. Nos *Anais de Santo Tirso*, Almançor e Fernando Magno são retratados como os campeões do islamismo e do cristianismo, respectivamente. Cf. KRUS, Luís, *op. cit.*, pp. 2-9; PEREIRA, Armando de Sousa, *Representações...*, pp. 19-22. Como já foi indicado, a recensão longa dos *Annales Portugaleses Veteres* é compilada, juntamente com os ADA, na *Chronica Gothorum*, pelo que se pode consultar os *Anais de Santo Tirso* em BRANDÃO, Frei António, *op. cit.*, Parte Terceira, fl. 271r-272r, pp. [129]-[131]. A recensão curta destes anais pode ser consultada em DAVID, Pierre, *op. cit.*, pp. 303-305.

<sup>453</sup> C1419, Caps. 41 e 42, pp. 76-79. Segundo a C1419, Fuas Roupinho era o senhor de Porto de Mós. Este cavaleiro desbaratou as forças do rei “Gani”, que cercava o seu castelo, e venceu uma frota muçulmana perto do cabo Espichel, além de liderar uma série de incursões marítimas no Algarve e em Ceuta, que culminaram com a morte do nobre, no estreito de Gibraltar. Deve-se notar que estes dois capítulos são os únicos que “roubam” o protagonismo a Afonso Henriques, ou a seu filho, na guerra contra os mouros, exceptuando-se a conquista de Arronches pelo prior crúzio. Talvez derive disso o facto de o discurso de guerra santa estar completamente ausente do relato dos feitos de Fuas Roupinho, assim como parece notório que o cavaleiro deve a sua primeira vitória, em Porto de Mós, à sua própria astúcia e não tanto à sua valentia ou devoção cristã. Além do mais, note-se que é a primeira vez, na cronística portuguesa, que a Reconquista se transfere para o mar, descrevendo-se actos de guerra marítima e de pirataria. Da mesma forma, as acções bélicas promovidas por portugueses chegam à costa norte-africana, ainda que não sob o comando régio. Ora, a inclusão destes episódios no texto da C1419 revela alguma importância, na medida em que esta é redigida poucos anos após a tomada de Ceuta pelos exércitos de D. João I, num contexto em que a guerra marítima, o início da expansão ultramarina e a guerra de conquista no norte de África faziam parte da actualidade política. Sobre o fundo histórico do qual as façanhas de Fuas Roupinho na C1419 são um eco, ver MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, p. 365-366; BRANCO, Maria João Violante, *op. cit.*, p. 89. Gostaríamos de acrescentar que José Mattoso, seguindo uma proposta de Luís KRUS, “Roupinho, D. Fuas”, in *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, Vol. II, Lisboa, Alfa, 1986, pp. 187-188, alegou que o D. Fuas da C1419 corresponderia a Fernando Gonçalves Churrichão, o *Farroupim*. No entanto, temos de questionar esta identificação, posto que, de acordo com a

Afonso Henriques. Baseado na “*cronica dos feitos del-rey dom Afonso que foy achada em Coimbra*”, o cronista relata que o “*emperador Almiramomolim*”<sup>454</sup> pretendia retaliar os agravos cometidos pelos cristãos, pelo que juntou “*muytas gentes de infieys de alem mar e daquem mar*”. De forma a exaltar a dimensão da hoste muçulmana<sup>455</sup>, o cronista menciona que não havia memória de um exército tão grande alguma vez ter entrado em Portugal, especificando, de seguida, que vinham 13 reis com *Almiramomolim*. A imensa multidão de homens de armas muçulmanos atravessa o Tejo a 7 de Julho da era de 1222 (AD 1184), procedendo depois à destruição do castelo de Torres Novas. Após a descrição do itinerário da hoste moura, a crónica informa que o infante Sancho, que estava em Santarém, não possuía homens suficientes para a enfrentar numa batalha. Face a isto, o infante preparou a vila para o cerco que se previa inevitável. De acordo com a crónica, Sancho “*coregeo os muros [...] sayo fora ao arravalde e tomou hũa parte dele e bareyrou-a de cubas e portas e escudos e fez palanques e lugares em que pudesem estar*”. Depois de preparadas as estruturas defensivas e resguardados os arrabaldes com paliçadas, os muçulmanos chegam a Santarém, atacando de imediato as defesas instaladas à volta do perímetro fortificado da vila, o que motiva a morte de muitos cristãos, além da destruição de toda a parte do arrabalde que não era protegida pelas estruturas construídas por ordem do infante. A luta desenrolou-se ao longo de cinco dias, particularizando o cronista os actos de D. Sancho.<sup>456</sup>

Segundo a *Crónica de 1419*, Afonso Henriques estava já em Porto de Mós quando o exército invasor chegou às proximidades de Santarém. Muito embora o *Myramomolym*<sup>457</sup> soubesse da vinda do rei português em socorro da vila, os muçulmanos não cessam de combater as forças escalabitanas, até que, no quinto dia do cerco, conseguem abrir uma brecha na paliçada, infligindo graves danos aos cristãos e, inclusivamente, ferindo o próprio infante. Quando a vila estava praticamente perdida, “*Deos [...] poos grande medo nos mouros pela vinda del-rey dom Afonso*”,

---

documentação existente, este último nobre teria vivido já na segunda metade do século XIII. Cf. DURO PEÑA, Emilio (ed.), *Documentos da Catedral de Ourense*, A Coruña, Consello da Cultura Galega, 1996, docs. 70, 419, 419bis e 420; GUEVARA Y VALDÉS, Eduardo Pardo de, “De las viejas stirpes a las nuevas hidalguías. El entramado nobiliario gallego al fin de la Edad Media”, in *Nalgures*, Tomo III, A Coruña, Asociación Cultural de Estudios Históricos de Galicia, 2006, p. 270, nota 20.

<sup>454</sup> Isto é, o califa almóada.

<sup>455</sup> E, por conseguinte, a resistência cristã.

<sup>456</sup> C1419, Cap. 43, pp. 79-81.

<sup>457</sup> A grafia do designativo do califa almóada altera-se praticamente cada vez que este é mencionado, algo que surge naturalmente nos textos medievais.

desmobilizando-se progressivamente as tropas agarenas. Face a esta desmoralização crescente, os cristãos contra-atacam os sitiados, obrigando-os a retirar para o “*Monte d’Abade*”. É nessa altura que surge o exército de Afonso Henriques, o qual arremete contra os sarracenos, tal como os cristãos de Santarém que eram comandados por D. Sancho. Neste embate, segundo a *Crónica de 1419*, pereceram dois reis e “*mor parte dos mais nobres mouros*”. Após este triunfo, os combatentes portugueses entram, vitoriosos, na vila, depois de saqueado o arraial mouro. Os muçulmanos em fuga, por seu lado, ainda cercam Alenquer, destroem Arruda e sítiam Torres Vedras, sucessivamente. No entanto, falharam ambos os cercos e, face às imensas perdas humanas e materiais, decidem retirar do território português, morrendo o próprio *Miramomolim* na travessia do Tejo.<sup>458</sup>

Como se nota, a última intervenção de Afonso Henriques na guerra contra os muçulmanos enquadra-se nos moldes da imagem preestabelecida do herói cristão, como um guerreiro apoiado por Deus. De facto, o rei intervém no cerco de Santarém protegido pela divindade, como é habitual, pois é Deus que “põe medo” no coração dos inimigos. O velho monarca surge na narrativa precisamente quando a esperança para os cristãos de Santarém era praticamente nula, livrando do perigo, deste modo, a vila e o seu próprio filho, o infante Sancho. Portanto, Afonso Henriques garante, uma derradeira vez, a integridade e a continuidade do reino, sempre com o auxílio da Providência. Este seria, de facto, o último do combate do *Conquistador* na *Crónica de 1419*, já que o último capítulo é dedicado ao casamento da sua filha, D. Teresa, e à notícia do falecimento do próprio rei.<sup>459</sup>

Concluindo esta análise das representações de Afonso Henriques na *Crónica de Portugal de 1419*, podemos afirmar que a Reconquista é o eixo central da acção guerreira e governativa do *Fundador*, assumindo-se, portanto, a guerra contra os mouros como o principal vector da estratégia retórica de legitimação do poder régio. O conflito contra o Islão, ainda que mantendo a sua significância político-territorial, incorpora simultaneamente um carácter eminentemente religioso. Por outras palavras, a expansão da monarquia portuguesa, à custa dos territórios muçulmanos, é uma guerra santa. Ao liderar o avanço militar do seu reino para o sul, Afonso Henriques expande também os limites da cristandade, encarnando, desta forma, a imagem de um autêntico

---

<sup>458</sup> C1419, Cap. 43, pp. 81-82.

<sup>459</sup> C1419, Cap. 44, pp. 82-84.

paladino predestinado a destruir o inimigo infiel. Já o seu progenitor, D. Henrique, havia vindo à Península Ibérica com o propósito de “servir a Deus” através da guerra contra os muçulmanos, apresentando-se, assim, uma “filiação genética” para o carácter devoto e belicoso de Afonso I. Além do mais, também o milagre de Cárquere enuncia uma predestinação sobrenatural do primeiro rei para a guerra santa contra o infiel.

O destino de Afonso Henriques confirma-se ao longo de todas as suas batalhas contra os muçulmanos, algumas delas já presentes na cronística portuguesa anterior, outras completamente inéditas. O auge da apologética da guerra santa dá-se com o relato do milagre de Ourique, que foi, como tivemos oportunidade de ver, importado da perdida “*cronica del-rei dom Affonso*”, de origem presumivelmente crúzia. A acreditar nesta proveniência, não é de surpreender que a imagem de Afonso Henriques veiculada na *Crónica de 1419* se assemelhe, em determinada maneira, àqueloutra dos textos crúzios do século XII, embora aclimatada aos interesses da realeza quatrocentista. Ou seja, retorna-se à representação de Afonso Henriques como o *Conquistador* divinamente inspirado. Esta imagem, como vimos, surge não só no relato de Ourique, mas também em outros episódios, cujas fontes, lamentavelmente, nos são desconhecidas ou impossíveis de identificar de forma assertiva.

A construção da imagem de Afonso I como guerreiro protegido por Deus poder-se-á dever a vários factores: primeiro, a inclusão de fontes, possivelmente de origem monástica, que incorporavam já essa imagem do primeiro rei português. De facto, além da “*cronica del-rei dom Affonso*”, é possível que o cronista quatrocentista tenha manuseado uma compilação analítica, plausivelmente proveniente do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Segundo, não se deve escamotear a própria motivação propagandística do cronista áulico, no contexto da corte de Avis. Com esta narrativa e a imagem nela veiculada do fundador da monarquia, a corte régia sancionava divinamente a fundação e a autonomia política do reino português, acomodando a imagem do primeiro monarca aos princípios axiológicos fundamentais da *Crónica de 1419*: o serviço a Deus, ao Rei e ao Reino.

Nesta crónica, a guerra contra os muçulmanos é sempre motivada pela “vontade de servir a Deus”, algo que não se verifica na cronística laica anterior, onde a Reconquista é um conflito essencialmente político-territorial. Na *Crónica de 1419*, esta guerra transforma-se numa guerra religiosa e num serviço à divindade. Desta forma, a cronística régia apropria-se de tópicos anteriormente expressos, exclusivamente, em

textos historiográficos de proveniência clerical. Ademais, ao contrário da anterior cronística laica, a *Crónica de 1419* incorpora, frequentemente, no seu texto, exemplos da intervenção celestial nos assuntos humanos, mormente nas operações militares integradas na Reconquista<sup>460</sup>.

A *Crónica de 1419* engloba textos latinos de origem clerical, como a *Vita Theotonii* ou o *De Expugnatione Scalabis*, onde a imagem do rei se encontra intimamente vinculada à guerra de Reconquista, fenómeno histórico-ideológico contemporâneo dos textos supra-referidos. Assim, a perspectiva transmitida nessas fontes não parte de uma retrospecção sobre um passado distante, mas incide sobre uma realidade coeva: a guerra contra o inimigo muçulmano. Além do mais, é útil relembrar que aquelas fontes foram redigidas em meios sociais próximos da corte de Afonso I, vinculados a ela por laços político-sociais e sendo protegidos e patrocinados pela nascente monarquia lusa. Logo, ao exaltar o rei, fortaleciam retoricamente a sua própria instituição e legitimavam a sua influência política, social e económica. Deste modo, estas concepções ideológicas foram trasladadas, de forma fiel, para a *Crónica de 1419*, uma vez adaptadas aos requisitos do género cronístico e acomodadas às concepções ideológicas da corte de Avis.

Por outro lado, esta crónica usou uma outra fonte, já do século XIV e escrita em português<sup>461</sup>, mas provavelmente redigida num meio clerical: a “*cronica del-rei dom Affonso*”. Aliás, foi talvez através desta fonte que a *Crónica de 1419* absorveu grande parte dos tópicos de guerra santa, assim como a imagem de Afonso Henriques como um guerreiro predestinado e protegido pela divindade, a qual sanciona, através do apoio sobrenatural ao primeiro rei, a fundação da monarquia. É plausível supor, como pudemos verificar, que esta crónica perdida incorporasse elementos provenientes dos *Annales D. Alfonsi*, além de os reforçar retoricamente: se, nas compilações analísticas crúzias do século XII, o rei era protegido e beneficiado pela divindade, na “*cronica del-rei dom Affonso*” e, consequentemente, na *Crónica de 1419*, Afonso Henriques estabelece contacto directo com Cristo, através da cristofania de Ourique.

Já o compilador dos *Annales D. Alfonsi* havia constatado que uma das melhores estratégias retóricas de legitimação ideológica do poder régio, segundo os esquemas mentais da sua época e condicionado pelas concepções axiológicas próprias do grupo

---

<sup>460</sup> É verdade que encontramos o tópico da “ajuda de Deus” na CGE1344, mas nunca nos deparamos com uma intervenção directa e explícita da divindade nos assuntos terrenos, tal como acontece na C1419.

<sup>461</sup> Cf. DIAS, Isabel Rosa, “A crónica...”.

social onde se inseria, era a construção da imagem do rei piedoso, devoto e conquistador de territórios aos infiéis. Um inimigo irreconciliável do Islão, protegido pela divindade. Ora, nos finais do século XIV e inícios do século XV, a monarquia portuguesa carecia de expedientes discursivos de legitimação política, tal como aconteceu com o primeiro rei. Visto que a nova dinastia se havia apoderado do trono de uma maneira politicamente contestável, a sua legitimidade poderia ainda ser impugnada pela monarquia castelhana e/ou por certos sectores da alta aristocracia portuguesa. Assim, o cronista de 1419, fiel ao intuito de fundamentar a legitimidade política e a autonomia da monarquia portuguesa em bases histórico-ideológicas, utiliza processos análogos aos dos analistas crúzios de finais do século XII. Além de apresentar uma imagem do fundador da monarquia como um valoroso guerreiro, que não se inibe de combater o imperador da Espanha e o próprio papa, com o objectivo de defender a autonomia do seu reino, Afonso Henriques volta a surgir como um devotíssimo cristão, um guerreiro protegido por Deus e defensor da Fé, desejoso de mover guerra contra os muçulmanos e de lhes conquistar terras, de forma a expandir o reino e as fronteiras da cristandade. Tudo isto descrito como um “serviço a Deus”, como verificámos.

Deste modo, pode-se afirmar que, com o florescimento de uma produção cultural centrada na corte régia, onde predominam tratados de carácter modelar, ético e moral, verifica-se, nos textos provindos da corte de Avis, a existência de uma “*orientação marcadamente religiosa*”, no dizer de João Gouveia Monteiro. A qual, por sua vez, marca um ponto de encontro entre a cultura clerical e a cultura laica, que haviam trilhado caminhos autónomos até aqui. Com a produção literária da primeira metade do século XV, revela-se um processo de relativa simbiose entre as noções culturais tipicamente laicas e as concepções mentais próprias dos círculos clericais<sup>462</sup>, um fenómeno possibilitado, ou, inclusivamente, encorajado pelo poder monárquico, após a tomada do poder por um mestre de uma ordem militar religiosa.<sup>463</sup>

Em adição a isto, podemos também dizer que, com a afirmação da cronística régia a partir do século XV, se enveredou por uma série de estratégias de legitimação política, identificadas por Pedro Picoito<sup>464</sup> ao analisar os nobiliários medievais, mas que

---

<sup>462</sup> Aliás, houve interferência de clérigos no processo de redacção das obras cuja autoria se atribui aos príncipes de Avis. Tal é o caso do *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, do infante D. Pedro. Cf. MONTEIRO, João Gouveia, *op. cit.*, pp. 20-22; CALADO, Adelino Almeida (ed.), *Livro da Vertuosa Benfeytoria*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1994.

<sup>463</sup> Cf. MONTEIRO, João Gouveia, *op. cit.*, pp. 26-27, 30-31.

<sup>464</sup> PICOITO, Pedro, *op. cit.*; Id., “O sonho...”.



se podem igualmente aplicar ao campo da cronística, incluindo a de matriz régia. Primeiro, a legitimação através da sacralização da conquista, da tomada de posse ou povoamento de um dado território, onde “o vasto movimento migratório a que chamamos [...] *Reconquista cristã*”<sup>465</sup> assume uma função primordial. Segundo, a vinculação da monarquia a um ente sobrenatural, no caso que nos ocupa, ao próprio Jesus Cristo, encarregado, assim, da defesa e protecção dos detentores do poder régio. Este mecanismo retórico “*constituía um óbvio e fortíssimo elemento de legitimação política, pois apropriava-se directamente do incontestável poder do sagrado sobre os homens. Atentar contra o grupo social assim defendido pelas forças divinas era atentar contra essas mesmas forças divinas*”<sup>466</sup>. Além do mais, como Pedro Picoito também notou, esta relação estabelecida com a Providência serve de marca identitária e como um garante de continuidade da estrutura política e, por conseguinte, da respectiva comunidade humana, sob a protecção divina.<sup>467</sup> Terceiro, a construção da imagem de “um herói glorioso” que “*leva a cabo feitos de armas superiores às forças humanas graças ao auxílio sobrenatural [...] todos eles relacionados com o combate por excelência que é a guerra ao infiel, inimigo atávico, adversário da fé cristã e usurpador do território hispânico. Nestes casos, a batalha travada reveste-se de um significado que ultrapassa o terreno estritamente militar ou político, para atingir [...] a dimensão religiosa decorrente da intervenção divina*”<sup>468</sup>. Ora, quem nos fará lembrar esta citação senão o D. Afonso Henriques da cronística régia quatrocentista?

Quiçá, o cronista de 1419 procuraria estabelecer uma analogia implícita entre o fundador da monarquia e o fundador da dinastia de Avis, D. João I, que reinava à época da redacção da crónica. Na verdade, não tinha este monarca enfrentado o poderio castelhano e reatado a Reconquista, com a tomada de Ceuta, em 1415<sup>469</sup>? Por outro lado, inclusive no plano da táctica militar, a *Crónica de 1419* apresenta inovações, comparativamente aos textos cronísticos precedentes: nela, surgem já representações da

<sup>465</sup> Id., “O sonho...”, p. 127; Id., *op. cit.*, pp. 44-46.

<sup>466</sup> Id., “O sonho...”, p. 136.

<sup>467</sup> Id., *op. cit.*, pp. 54-55.

<sup>468</sup> Id., “O sonho...”, pp. 139; Id., *op. cit.*, p. 57.

<sup>469</sup> De facto, a expansão quatrocentista portuguesa no norte de África foi já interpretada como uma continuação da Reconquista peninsular, cf. BRAGA, Paul Drumond, “A Expansão no Norte de África”, in *Nova História da Expansão Portuguesa*, Vol. II: *A Expansão Quatrocentista*, coord. A.H. de Oliveira Marques, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Editorial Estampa, 1998, pp. 255-256; SARAIVA, António José, *A Cultura em Portugal. Teoria e História*, Livro I: *Introdução Geral*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1981, p. 126; Id., *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*, 3ª edição, Lisboa, Gradiva, 1993, pp. 244-245.

guerra marítima, inserida no contexto da Reconquista, além de relatar ataques portugueses a Ceuta, nomeadamente, um liderado por Fuas Roupinho<sup>470</sup>. Bem vistas as coisas, pensamos que a inserção destes episódios estará certamente relacionada com o contexto histórico coetâneo à compilação da crónica, quando a realidade política era marcada pelos primeiros passos da expansão ultramarina e pela guerra de conquista no norte de África.

### **3.2 - O “*Primcipe muy magnanimo*” da *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques***

Nesta secção, debruçamo-nos sobre a etapa final da cronística medieval, segundo os critérios tipológicos e cronológicos que estabelecemos na introdução desta dissertação. Esta fase é representada pelos textos de Duarte Galvão, compilador da *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*<sup>471</sup>, as crónicas de Rui de Pina<sup>472</sup>, e, finalmente, as *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*, de Cristóvão Rodrigues de Acenheiro<sup>473</sup>. Atentando no facto que Rui de Pina se dedicou exclusivamente aos reinados posteriores a D. Afonso I e na escolha que fizemos ao excluir Cristóvão Rodrigues Acenheiro da nossa análise, pelas razões explicitadas mais acima<sup>474</sup>, incidimos o nosso olhar sobre a crónica de Duarte Galvão<sup>475</sup>.

Esta compilação foi começada em 1505, segundo nos diz a própria crónica<sup>476</sup>, a mando do rei D. Manuel I. Ela subsiste em duas versões: primeiro, na dita “versão primitiva”<sup>477</sup>, isto é, a versão original da crónica, preservada no manuscrito alcobacense

---

<sup>470</sup> Cf. nota 453.

<sup>471</sup> GALVÃO, Duarte, *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1995. Este texto será, de agora em diante, designado CAH, seguido da numeração dos capítulos e páginas de acordo com esta edição.

<sup>472</sup> PINA, Rui de, *Crónicas de Rui de Pina*, Porto, Lello e Irmão, 1977.

<sup>473</sup> ACENHEIRO, Cristóvão Rodrigues, *op. cit.*

<sup>474</sup> Veja-se a Introdução do nosso trabalho.

<sup>475</sup> Galvão foi secretário de Afonso V, de D. João II, de quem foi também conselheiro, e de D. Manuel I, às ordens de quem cumpriu também funções de cronista, como se depreende por este seu trabalho. Além disso, protagonizou uma série de missões diplomáticas, ao longo dos finais do século XV e inícios do século XVI. Era, portanto, um letrado muito próximo da corte régia, a quem D. Manuel incumbiu a tarefa de recompilar as crónicas dos reis portugueses, seus antecessores. Cf. MATTOSO, José, “Duarte Galvão”, in *Dicionário da Literatura Medieval...*, pp. 225-226; FIGUEIREDO, Albano, “Uma perspectiva tardo-medieval do tempo da fundação: a *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques* de D. Duarte de Galvão”, in *Sobre o Tempo. Secção Portuguesa da AHLM. Actas do Colóquio*, coordenação de Paulo Meneses, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2001, p. 190.

<sup>476</sup> CAH, Cap. I, p. 10.

<sup>477</sup> Sobre esta versão, ver CINTRA Luís Filipe Lindley, “Sobre o códice Alcobacense 290 (antigo 316) da Biblioteca Nacional de Lisboa (autógrafo de Duarte Galvão?)”, in *Lindley Cintra: homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão*, org. Isabel Hub Faria, Lisboa, Edições Cosmo, Faculdade de Letras da

290 da Biblioteca Nacional, que corresponde “ao manuscrito original (devido a Duarte Galvão ou a um copista às suas ordens) do trabalho que chegou a realizar para cumprir o mandado de D. Manuel”<sup>478</sup>; segundo, na “versão vulgata”, estágio definitivo da obra<sup>479</sup>, preservada em vários manuscritos iluminados, a qual serviu como fonte da presente análise.

Primeiro que tudo, relevamos que a *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques* aproveita a *Crónica de 1419* quase na sua integralidade. Mais concretamente, sabemos, inclusive, que Galvão manuseou um manuscrito próximo do *P*, segundo o que apurou Filipe Moreira<sup>480</sup>. Assim, a proximidade de conteúdos entre o texto de Galvão e a sua fonte quatrocentista liberta-nos da necessidade de descrever, nesta secção, a totalidade da narrativa, pelo que nos cingiremos às inovações próprias da *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*, quando relacionadas com as actividades militares do *Conquistador*.

Porém, Galvão introduziu novidades na sua crónica, nomeadamente através do uso de algumas fontes adicionais, de uma alteração na sequência da narrativa<sup>481</sup> e, por fim, através de uma “ressemantização”<sup>482</sup> do discurso ideológico da sua fonte, nomeadamente, através da inserção de um Prólogo, do uso de comentários/glosas à narrativa e, por fim, através de amplificações ou reescrita dos elementos constantes na sua fonte.<sup>483</sup>

Este aspecto revela-se da maior importância para a nossa dissertação, pelo que iremos averiguar qual o efeito desta ressemantização ideológica nos relatos dos

---

Universidade de Lisboa, 1999, pp. 269-288; MOREIRA, Filipe Alves, *A Crónica de Portugal...*, pp. 259-279.

<sup>478</sup> CINTRA, Luís Filipe Lindley, “Sobre o códice...”, p. 279. De facto, Galvão redigiu não só a crónica do primeiro rei, mas também uma série de sumários dos reis seguintes, até D. João II, que seriam aproveitados pelo cronista que prosseguiria o seu trabalho, Rui de Pina. Além do artigo de Lindley Cintra, ver MOREIRA, Filipe Alves, *Crónica de Portugal...*, pp. 261-263.

<sup>479</sup> Esta versão definitiva incorpora a “2ª mão” da versão primitiva da CAH, que efectuou uma série de alterações, correcções e aditamentos ao texto original de Galvão. Geralmente, estas modificações atribuem-se ao próprio Rui de Pina, ou a algum amanuense subordinado ao cronista. Cf. CINTRA, Luís Filipe Lindley, “Sobre o códice...”, p. 277-279; MOREIRA, Filipe Alves, *Crónica de Portugal...*, pp. 261-263. Este autor considera que tal constatação faz de Rui de Pina um “co-autor não nomeado daquilo a que vulgarmente se chama *“Crónica de D. Afonso Henriques de Duarte Galvão”*”, cf. Id. *Ibid.*, p. 263.

<sup>480</sup> Id., *Ibid.*, pp. 279-290.

<sup>481</sup> Nomeadamente, através da subdivisão dos capítulos da C1419 em unidades narrativas mais pequenas.

<sup>482</sup> A expressão é de Filipe Alves MOREIRA. Sobre todos estes aspectos, cf. *A Crónica de Portugal...*, pp. 296-313.

<sup>483</sup> Id. *Ibid.*, pp. 303-312. Citando Filipe Moreira: “Em termos gerais, a *Crónica de D. Afonso Henriques*, embora mantenha o carisma pessoal dispensado pelos céus ao primeiro rei português, transfere para o plano nacional a retórica cruzadista que, na sua fonte, se situava num nível mais genérico de cristandade, ao mesmo tempo que acentua os aspectos hagiográficos constantes já da obra quatrocentista; ao fazê-lo, transforma os Portugueses num novo povo eleito de Deus, por Ele destinado e amparado e pelos seus reis capitaneado”, cf. Id. *Ibid.*, pp. 303-304.

confrontos bélicos, a maior parte das vezes contra os muçulmanos, na *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*. Aliás, neste texto, a expansão liderada por Afonso I em direcção ao sul é relacionada, implicitamente, com os Descobrimentos, cumprindo a Reconquista uma função de legitimação do projecto político de D. Manuel, construindo-se a ideia, segundo a opinião de Albano Figueiredo, de uma *refundação* do reino<sup>484</sup>. Por outras palavras, enquanto Afonso Henriques iniciou a missão evangelizadora de Portugal, alargando para o sul as fronteiras do reino, numa luta incessante contra o seu inimigo muçulmano, D. Manuel continuaria esse trabalho missionário, ao alçar a bandeira portuguesa e a Cruz de Cristo nos mais variados recantos do globo.

No Prólogo da crónica, Galvão começa por enunciar a necessidade de trabalhar para deixar memória neste mundo, aplicando-se este princípio, especialmente, aos “*primçipes e rreis*”, cujos mandatos dependem directamente de Deus. O cronista afirma que a virtude não é inata, mas tem de ser estimulada “*per ajuda e graça diuinall*”. Segundo Galvão, louvores devem ser consagrados a Deus, por toda a “*graça*” concedida aos anteriores reis portugueses, assim como ao monarca reinante aquando da redacção da crónica, D. Manuel, porquanto todos foram seleccionados por Deus para o seu “*samcto seruiço e exallçamento de sua samta fee*”. Teria sido Deus que, através da “*graça e poder*” outorgada aos reis portugueses, permitira a estes realizar “*louuadas obras*”, que acrescentaram “*homrra, fama, e proveito pera sua rreal coroa, e de seus regnos*”, sendo tudo isto alcançado num curto espaço de tempo. De acordo com Duarte Galvão, foi Deus que incutiu nos monarcas lusos a vontade de “*pugnar polla fee*”, característica singular de todos os reis portugueses. Esta particularidade manifesta-se, de modo especial, em D. Manuel, que reinava à época. Na verdade, este monarca nunca chegaria ao trono, caso a sucessão dinástica decorresse normalmente<sup>485</sup>. Face a isto, o cronista conclui que foi a Providência quem determinou a consagração de D. Manuel I como rei de Portugal.<sup>486</sup>

Assim, Duarte Galvão enuncia as principais “virtudes” do monarca reinante, que é, simultaneamente, patrocinador do seu trabalho: a) a expulsão dos judeus e dos mouros do reino, estabelecendo, deste modo, a exclusividade do culto cristão em

---

<sup>484</sup> FIGUEIREDO, Albano, “Uma perspectiva...”, pp. 196-198.

<sup>485</sup> O seu antecessor, D. João II, faleceu sem herdeiros legítimos, facto que acabou por elevar D. Manuel ao trono, sendo ele primo direito do falecido monarca. Sobre este assunto, ver a biografia de D. Manuel I, escrita por COSTA, João Paulo Oliveira, *D. Manuel I: 1469-1521. Um Príncipe do Renascimento*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2005, pp. 68-72; FIGUEIREDO, Albano, “Uma perspectiva...”, p. 197.

<sup>486</sup> CAH, Prólogo, pp. 1-3.

Portugal; b) a manutenção e intensificação da guerra contra os mouros em África; c) o envio de uma armada para o oriente, com o objectivo de combater os Turcos, comandada por D. João de Meneses, mordomo-mor do rei e capitão de Tânger; d) o “*descobrimento de minas, terras outras, mares, climas, pollos e gemtes incognitas*”, feitos nunca antes igualados, os quais D. Manuel I havia alcançado em poucos anos, o que prova o favorecimento de Deus ao rei português; e) a difusão do cristianismo a várias partes do mundo, algo que o cronista designa de “*segunda preegaçam dos apostollos*”, ou seja, exalta o trabalho de evangelização universal, previsto por Jesus Cristo e concretizado pelo rei português. Além do mais, Galvão teoriza que o bem de tal evangelização não advém somente da conversão dos infiéis, mas também da destruição do Islão, que permanece na *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques* como o principal inimigo da monarquia portuguesa; f) por fim, depois de admitir que seria inexequível abarcar, no Prólogo, todas as numerosas virtudes de D. Manuel I, Duarte Galvão inclui, entre elas, o facto de o monarca ter determinado a ordenação e redacção das crónicas dos reis portugueses, seus antecessores.<sup>487</sup>

Terminado o Prólogo, Galvão inicia a narrativa, seguindo a *Crónica de 1419*, com os feitos de Afonso VI de Leão e Castela, cuja principal qualidade provém do combate contínuo que sustenta contra os muçulmanos. É nesta altura, como sabemos já, que D. Henrique e seus companheiros de armas vêm para a Península Ibérica.<sup>488</sup> Duarte Galvão continua a seguir a narrativa da *Crónica de 1419*, com o relato das atribulações com D. Teresa e D. Fernão Peres de Trava, bem como da batalha de Valdevez<sup>489</sup>. A primeira cena integrada no conflito permanente contra os muçulmanos é o cerco de Coimbra de 1117, que é fielmente importado da *Crónica de 1419*, apresentando, no entanto, algumas inovações textuais<sup>490</sup>. De seguida, prossegue a *Crónica de El-Rei D.*

---

<sup>487</sup> CAH, Prólogo, pp. 3-7.

<sup>488</sup> CAH, Cap. I, pp. 9-11. Note-se que, além de omitir a bastardia de D. Teresa, Galvão manteve a remissão à futura acção de D. Henrique como conquistador de terras aos mouros. Ora, esta acção encontra-se ausente da trama narrativa, tal como acontece na C1419. Possivelmente, a versão da C1419 que Galvão usou estaria já privada destes segmentos textuais, cf. nota 326 supra.

<sup>489</sup> Ressalve-se, no entanto, que Galvão, no seguimento da batalha de Valdevez, refere que Afonso Henriques tomou “*todollos lugares que sse aleuamtaram contra elle*” verificando-se aqui uma relativa incongruência, se tivermos em conta que antes havia sido afirmado que todos os portugueses estavam do lado do infante portugalense contra o seu primo. Como vimos, esta referência não se encontra no ms. C, ao contrário do que acontece no ms. P, que pertence a uma rama textual da C1419 próxima do manuscrito usado por Duarte Galvão. Este, ainda assim, omitiu a menção aos mouros, que constava na IVCB, na CGE1344 e no ms. P da C1419, cf. nota 337 supra.

<sup>490</sup> O cronista acrescenta os seguintes elementos: diz que “*os da cidade, com grande esforço e ajuda de Deus, sse deffemdiam muy bem, matamdo muytos dos mouros com seetas e pedras*”; afirma, também, que nunca houve carência de alimentos no interior da cidade, informação que, na C1419, era apenas

*Afonso Henriques* com os relatos do cerco de Afonso VII a Guimarães e da *gesta de Egas Moniz*, até que chega às conquistas de Leiria e de Torres Novas, que são transferidas integralmente da *Crónica de 1419*.<sup>491</sup>

Posteriormente, Duarte Galvão, sempre no encalço da sua fonte quatrocentista, inicia o relato de Ourique. A determinação do príncipe portugalense para ir guerrear os mouros é semelhante à da sua fonte, mas Galvão acrescenta a consideração que o serviço a Deus era a melhor maneira de Afonso Henriques empregar o que ele e seu pai haviam ganho. Nesse sentido, o maior serviço que se podia prestar à divindade, naquela época, era o da guerra e expulsão dos mouros de Espanha, denotando-se que, na crónica de Galvão, a ideologia de guerra santa articula-se, pela primeira vez na cronística portuguesa, com a ideologia de Reconquista, como adiante se verá. Verificamos também, ao comparar a crónica de Galvão com a sua fonte, que o cronista manuelino insere comentários moralistas, no contexto da morte e enterro de Egas Moniz, acerca das relações entre suseranos e vassallos.<sup>492</sup>

Relativamente ao episódio de Ourique, propriamente dito, o cronista efectua alterações no diálogo mantido entre Afonso Henriques e os seus guerreiros<sup>493</sup>. Na exortação do rei aos cavaleiros portugueses, Galvão insere numerosas interpolações de teor argumentativo/retórico: neste discurso, o príncipe advoga que renunciar ao combate seria cobardia, logo, uma derrota; enfatiza a ideia que é Deus que poderá outorgar a vitória aos cristãos; omite a referência a Fernando Gonçalves, mencionando apenas o exemplo de “*outros muitos príncipes e senhores christãos*”; reivindica a justeza da luta dos cristãos, ao afirmar que os fiéis católicos combatem “*por Deus, polla ffee, pella verdade*”, enquanto os sarracenos pelejam “*contra Deus, pella falsidade*”; acrescenta que os cristãos lutam pela sua terra, ao passo que os mouros pela terra que detêm ilegitimamente, argumento que revela uma enorme importância para a presente análise,

---

mencionada quando o cronista explicitava os preços dos géneros alimentícios; além da doença que grassava no arraial, os mouros decidem retirar ao aperceberem-se do quão bem guarnecida estava a cidade sitiada; menciona que muitos muçulmanos morreram durante a retirada; procede a algumas alterações menores nos preços dos géneros alimentícios, irrelevantes para os objectivos desta dissertação; por fim, omite a referência aos 21 dias de cerco. Cf CAH, Cap. 7, pp. 30-31.

<sup>491</sup> CAH, Caps. 8-11, pp. 33-44.

<sup>492</sup> CAH, Cap. 12, pp. 45-47. Basicamente, Galvão afirma que os bons vassallos devem ser honrados pelos reis, depois de mortos, escudando a sua afirmação no aforismo que a virtude deve ser rememorada. O cronista insere também uma notícia sobre os mosteiros fundados por D. Egas Moniz, personagem que serve de modelo, na CAH, à nobreza coetânea de Duarte Galvão, cf MOREIRA, Filipe Alves, *A Crónica de Portugal...*, pp. 307-308.

<sup>493</sup> Aliás, refira-se que esta tendência para aprimorar retoricamente as várias alocuções do primeiro rei português é constante, ao longo da CAH.

ao qual voltaremos abaixo; realça o bem, que todos os cavaleiros deviam desejar, que é combater por Deus, pela sua fé e por eles próprios, porquanto a peleja que se aproxima trará honra e glória terrena, no caso de sobreviverem, assim como abrirá as portas do Paraíso, caso pereçam na batalha; por fim, lembra os cavaleiros que devem a sua alma e sangue a Cristo, que se sacrificou por todos os homens. O príncipe pede, então, aos seus cavaleiros, que combatam por Deus, caso contrário não corresponderão ao amor que Ele deposita nos homens.<sup>494</sup>

Enfim, Duarte Galvão altera substancialmente o discurso que Afonso Henriques dirige aos seus homens de armas, antes do prélio de Ourique. Partindo dos elementos retóricos patentes na *Crónica de 1419*, o cronista aprimora a expressão, amplia a alocução e imprime uma demarcada eloquência no discurso do futuro rei, incomparavelmente mais trabalhado do que o correspondente da crónica quatrocentista. Uma interpolação de Galvão revela-se de suma importância: “*A terra que oje em dia tem e pessuem em Africa e em Espanha, nossa foy, e a christãos por nossos pecados a tomaram: e aguora que Deus quer que a cobremos com seu desfazimento e destroçam, nam desfalleçamos aa uoomtade de Deus e a tamanho bem nosso*”<sup>495</sup>. Como vemos, pela primeira vez, o discurso não se circunscreve à guerra santa, mas engloba também uma ideologia de Reconquista, propriamente dita. Por outras palavras, a guerra contra os muçulmanos consiste na retoma, por parte dos cristãos, da terra que lhes havia sido ilegítimamente tomada. Isso é também explicitado na frase que antecede imediatamente a citada, na qual o príncipe portugalense afirma que os cristãos lutam pela liberdade do seu povo, enquanto os muçulmanos o fazem pelo cativeiro do mesmo. Desta forma, segundo o que percebemos, na *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*, a ideologia de guerra santa, já veiculada na sua fonte, conjuga-se com a ideologia de Reconquista, algo inédito, relativamente à produção cronística anterior no território português.

No capítulo seguinte, Galvão relata a cristofania de Ourique, incorporando, de permeio na interpelação do eremita, a notícia da fundação de Santa Cruz de Coimbra, em função da qual o Filho de Deus terá aparecido ao primeiro rei português<sup>496</sup>. Em

---

<sup>494</sup> CAH, Caps. 13-14, pp. 51-55.

<sup>495</sup> CAH, Cap. 14, p. 53.

<sup>496</sup> A retórica pro-monárquica combina-se aqui com um discurso pro-crúzio, o que não é de espantar, visto que Duarte Galvão possuía ligações a esta instituição, mais que não seja, porque o seu irmão, João Galvão, arcebispo de Braga e escrivão da puridade de Afonso V, havia sido prior de Santa Cruz, cf. CAH, Cap. LX, pp. 207.

adição a isto, Galvão amplia também a fala que Afonso Henriques dirige a Deus, depois de dialogar com o eremita, porquanto, na crónica quinhentista, o príncipe afirma que é em louvor de Deus que não cessa de combater os muçulmanos, além dos elementos já constantes da *Crónica de 1419*. Mais tarde, quando Cristo lhe surge no céu, Galvão insere a conhecida fala de Afonso Henriques, quando roga a Cristo que apareça aos hereges, não a ele, que sempre acreditou em Deus<sup>497</sup>. Galvão comenta, em mais uma amplificação retórica, que, com esta aparição, Deus queria certificar que sempre Portugal haveria “*de seer conseruado em regno*”, derivado das virtudes e merecimentos de Afonso Henriques. Ainda segundo o cronista, a etapa histórica que o reino atravessava, em inícios de Quinhentos, confirmava o prognóstico de Ourique, quando Deus fez de Afonso Henriques um rei e do condado portugalense um reino destinado a difundir a fé católica.<sup>498</sup> Como dissemos acima, na crónica de Duarte Galvão, estabelece-se um paralelismo entre a expansão liderada por D. Afonso I para o sul peninsular e a expansão e evangelização de iniciativa portuguesa, em inícios do século XVI.

Portanto, vimos que, na *Crónica de 1419*, o sancionamento divino se limitava à fundação da monarquia e apenas implicitamente se subentendia que a sua continuidade era também assegurada pela autoridade divina. Agora, na crónica de Duarte Galvão, o sancionamento de Deus estende-se, de forma explícita, a todo o reino e respectivos monarcas, não visando exclusivamente o *Fundador*. Desta forma, Portugal surge como um reino protegido, à semelhança do bíblico “povo eleito”.<sup>499</sup>

De seguida, a narrativa prossegue com a ordenação da batalha e o alçamento de Afonso Henriques. A cena é fielmente importada da fonte quatrocentista, embora Galvão adicione um elemento narrativo, depois de descrever a ordenação do exército, onde se diz que Afonso I não cessava de ordenar as azes, informando cada um sobre o que devia fazer e encorajando os seus homens para a batalha que se avizinha. Ou seja, estamos perante mais uma amplificação de Galvão, que pretende reforçar a imagem de

---

<sup>497</sup> “*Senhor, aos hereges, aos hereges faz mester appareçeres, ca eu sem nenhũa duuyda creio e espero em ti firmemente.*”, cf. CAH, Cap. 25, p. 58. Esta fala não é uma invenção de Duarte Galvão, pois Vasco Fernandes de Lucena havia já, em 1485, inserido este elemento narrativo na sua *Oração de Obediência ao Papa Inocêncio VIII*, à semelhança do que acontece nas *Memórias* de Olivier de la Marche, nobre borgonhês próximo da corte régia portuguesa, que iniciou a redacção da sua obra em 1491, cf. MOREIRA, Filipe Alves, *A Crónica de Portugal...*, p. 299.

<sup>498</sup> CAH, Cap. XV, pp. 57-59.

<sup>499</sup> MOREIRA, Filipe Alves, *A Crónica de Portugal...*, pp. 303-304, 311-312.



Afonso Henriques como exímio líder militar.<sup>500</sup> No capítulo imediatamente posterior, começa a batalha de Ourique, propriamente dita, descrita tal como na *Crónica de 1419*, embora interpolando-se alguns pormenores<sup>501</sup>. Para concluir este capítulo, Galvão dá largas à sua erudição, discorrendo sobre a veracidade do relato milagroso, comparando-o a outros exemplos provindos da Antiguidade Clássica<sup>502</sup>. Segundo o cronista, os feitos heróicos dos antigos romanos foram ultrapassados pelos de Afonso Henriques, tanto devido à desproporcionalidade numérica como à inaudita fúria muçulmana. O primeiro rei assume-se, assim, como um autêntico herói, em tudo superior aos dos tempos antigos.<sup>503</sup>

Depois desta épica batalha, a crónica continua na senda da sua fonte, ao descrever a escolha do escudo real, a cena dos cativos moçárabes em Coimbra, o martírio de S. Vicente, a trasladação do seu corpo para o Algarve e a primeira tentativa de resgatar as relíquias do santo, iniciando-se, na sequência disto, o famigerado episódio do bispo negro.<sup>504</sup> De permeio, Galvão integra na sua crónica um longo excuro da sua responsabilidade<sup>505</sup>, onde justifica a atitude do monarca português, ao nomear um negro como bispo de Coimbra. Segundo o providencialismo típico do cronista, Deus desejava constituir Portugal como reino destinado ao seu serviço e ao exaltamento da fé cristã. Partindo desta premissa, Duarte Galvão conclui que Afonso I agia, de forma precoce, de acordo com esse destino, pois os seus sucessores iriam levar o cristianismo às “*gemtes timtas das Ethiopias e Imdias*”.<sup>506</sup> Assim, Afonso Henriques iniciava este percurso evangelizador da monarquia lusa, inspirado por Deus, por muito irreflectida que parecesse a sua conduta, aos olhos dos homens do seu tempo. Segundo esta interpretação de Galvão, já nos alvares da nacionalidade estava programada a

---

<sup>500</sup> CAH, Cap. XVI, pp. 61-63.

<sup>501</sup> Nomeadamente, a informação segundo a qual o dia era quente e havia pó, o que, enquanto motivo de cansaço, dificultava o combate. Segundo, onde na C1419 constava um pequeno trecho, no qual se afirmava que Deus ajudou os seus fiéis, dando a vitória a Afonso Henriques, na crónica de Galvão inseriu-se uma passagem mais extensa, onde é declarado que o Senhor estava com Afonso I, esforçando a hoste cristã, até esta conseguir obter a vitória sobre os exércitos de Ismar, acrescentando, ainda, o cronista, que não se encontra escrito o testemunho de um triunfo de tão poucos homens sobre uma hoste inimiga tão imensa, cf. CAH, Cap. 17, pp. 65-67.

<sup>502</sup> Concretamente, o cronista reporta a vitória de “*Luçio Lucullo, capitam de Roma*” contra o “*Rey Tigranes*”, episódio relatado, segundo especifica Galvão, por vários autores clássicos, como Plutarco ou Tito Lívio, cf. CAH, Cap. 17, pp. 66-67.

<sup>503</sup> CAH, Cap. XVII, pp. 65-67.

<sup>504</sup> CAH, Caps. XVIII-XXI, pp. 69-80.

<sup>505</sup> Na epigrafe do capítulo é mesmo exposto que “*Aqui falla Duarte Galvam, autor, ...*”, cf. CAH, Cap. XXII, p. 81.

<sup>506</sup> CAH, Cap. XXII, pp. 81-84.

continuidade de Portugal como reino independente, imbuído de uma missão evangelizadora. Portanto, o comportamento aparentemente despótico de Afonso Henriques enquadra-se nesta missão sobrenaturalmente predestinada. Deste modo, Galvão tentou explicar a atitude irascível do primeiro rei português, além de sanar a manifesta contradição entre o cristianíssimo líder militar de Ourique e o colérico caudilho do episódio do bispo negro. Glosa que, de resto, reflecte bem o contexto histórico no seio do qual o cronista redigiu o seu trabalho e expressa de forma clara os vectores ideológicos determinantes na *Crónica de El-Rei Afonso Henriques*.

Nos capítulos seguintes<sup>507</sup>, a crónica continua o episódio do bispo negro<sup>508</sup>. Devemos notar uma alteração, integrada na cena da exposição das cicatrizes ao cardeal: aqui, Galvão insere um comentário, onde assevera que houve muitos “*feitos e vallentias*” que não foram passados a escrito, na medida em que as crónicas não dão conta dos combates nos quais Afonso Henriques sofrera aquelas feridas.<sup>509</sup>

O cronista continua a seguir a sua fonte, ao longo do relato da perda de Leiria e sua reconquista, da tomada de Arronches pelo prior de Santa Cruz e da entrega do espiritual das duas vilas a este clérigo<sup>510</sup>. Inicia-se, depois, a narrativa da conquista de Santarém<sup>511</sup>, episódio adaptado da *Crónica de 1419*, embora se verifiquem algumas modificações menores, arranjos retóricos e glosas de Galvão. Primeiro, verifica-se que, enquanto no *De Expugnatione Scallabis* e na *Crónica de 1419*, o rei saía de Coimbra acompanhado de Fernão Peres (provavelmente, Fernão Peres, *o Cativo*<sup>512</sup>), na *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques* surge Gonçalo Gonçalves no seu lugar<sup>513</sup>. Mais à frente, Galvão conta que os guerreiros interpelam Afonso Henriques, aconselhando-o a não

---

<sup>507</sup> Concretamente, os capítulos XXIII e XXIV, pp. 85-92.

<sup>508</sup> Fazemos notar que, na cena do primeiro diálogo entabulado entre Afonso I e o cardeal, o rei menciona as “*ostes*” que liderava regularmente para guerrear os mouros, de acordo com a terminologia presente no ms. *P*. Relembramos que o ms. *C* da C1419 continha a expressão “*immiguos da santa fe catoliquoa*”, contribuindo para um aprofundamento do discurso de guerra santa. Cf. nota 373.

<sup>509</sup> CAH, Cap. XXIV, pp. 90-91.

<sup>510</sup> CAH, Caps. XXV-XXVI, pp. 93-96.

<sup>511</sup> Devo notar que, ao enquadrar cronologicamente a conquista de Santarém, Galvão corrige a incongruência do número de anos do reinado de Afonso I: nesta crónica, aqueles são contados a partir de Ourique, totalizando, assim, oito anos. Ademais, o autor omite a idade do rei, de forma a não cair na segunda incongruência que a C1419 revela, nesta parte. Cf. nota 379 supra.

<sup>512</sup> Alferes-mor de Afonso Henriques entre 1130-1136 e mordomo-mor do rei entre 1146-1155, cf. MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, pp. 100-104, 388.

<sup>513</sup> CAH, Cap. XXIX, p. 103. Gonçalo Gonçalves poderá corresponder ao cavaleiro de Coimbra com o mesmo nome, filho do alcaide da cidade, Gonçalo Dias, cf. VENTURA, Leontina, e MATOS, João Cunha, “Cavaleiros da Estremadura (Coimbra, Viseu e Seia) ao tempo de D. Afonso Henriques”, in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. 2, p. 101. Desconhecemos a razão da substituição de Fernão Peres por Gonçalo Gonçalves.

tomar parte nos combates em Santarém, porquanto a sua morte equivaleria à perda do reino, enquanto na fonte quatrocentista, seguindo o *De Expugnatione Scallabis*, era apenas afirmado que a morte do rei valeria por 10.000 homens.<sup>514</sup> Esta última modificação de Galvão serve o propósito ideológico de identificar o rei com seu reino, ou, por outras palavras, estabelecer uma analogia entre o corpo do monarca e a própria monarquia.<sup>515</sup> Nesse sentido, a queda do rei acarretaria a morte do reino.

Depois da conquista de Santarém e da fuga do alcaide para Sevilha, começa a narrativa da tomada de Lisboa, cujos contornos gerais são semelhantes aos da *Crónica de 1419*, salvo as interpolações de Galvão, constantes ao longo da totalidade da sua obra<sup>516</sup>. Depois de narrada a organização temporal e espiritual da cidade de Lisboa<sup>517</sup>, a crónica de Galvão prossegue com a expansão para sul, liderada pelo primeiro rei português. Neste segmento narrativo, a *Crónica de 1419* não particularizava quais os castelos que Afonso Henriques havia submetido antes de chegar a Beja, o que tornava a referência posterior à presença do rei em Alcácer, sem uma menção prévia da sua conquista, completamente incompreensível. Na crónica quinhentista, é-nos dito que o rei entrou pelo Alentejo, depois de demorar seis anos a subjugar a Estremadura, conquistando, à época, as fortalezas de Alcácer, Évora, Elvas, Moura, Serpa, além de outros lugares, até cercar Beja<sup>518</sup>. A conquista de Beja é datada em 1155, remediando, desta forma, a incongruência cronológica verificada na *Crónica de 1419*, onde o ano apontado para a conquista de Beja era 1150, o que entrava em contradição com a

---

<sup>514</sup> CAH, Cap. XXX, p. 109. O DES, por sua vez, baseava esta afirmação num relato bíblico, como vimos acima, cf. nota 52.

<sup>515</sup> Identificar, mesmo que implicitamente, o corpo do monarca com o “corpo” do reino era uma estratégia retórica comum, na cronística medieval, cf. SILVÉRIO, Carla Serapicos, *op. cit.*, pp. 28-29; KANTOROWICZ, Ernst Hartwig, *The King's two bodies: a study in medieval political theology*, Princeton, Princeton University Press, 1997.

<sup>516</sup> Por exemplo, Galvão amplia, aprimorando a expressão, a descrição do momento da tomada final da cidade e acrescenta a informação que o *Roolim* que “povoou” a Azambuja não era o *Childe Roolim*, que havia sido referido antes, mas sim, porventura, um seu parente. O autor justifica a sua asserção, dizendo que o segundo era um grande possuidor de terra no seu país, não fazendo sentido, portanto, que ficasse a residir em terra alheia. Além do mais, Galvão avança outras informações sobre Almada, como a origem do seu topónimo, que seria uma corrupção de um nome inglês. Digna de nota é também a contextualização geográfica que Galvão faz da cidade de Colónia, quando, relatando os milagres do cavaleiro Henrique, informa que esteve diversas vezes na cidade, cumprindo missões diplomáticas.

<sup>517</sup> Os capítulos relativos à conquista e ordenação do espaço lisboeta vão desde o Cap. XXXIV até ao XL, pp. 119-138.

<sup>518</sup> A CGE1344 refere que, depois da tomada de Santarém e Lisboa, Afonso Henriques conquistou Alcácer, Beja, Évora, Elvas, Moura e Serpa, constatando-se que a enumeração de Galvão se baseou, provavelmente, nesta crónica trecentista.

declaração anterior, segundo a qual o rei havia levado seis anos a conquistar a generalidade da Estremadura, tendo-se iniciado a empresa em 1148.<sup>519</sup>

Depois de descrever minuciosamente, tal como a sua fonte, o casamento da filha de Afonso Henriques<sup>520</sup>, Duarte Galvão segue com as conquistas de Sesimbra e Palmela. Aqui, o cronista acompanha a *Crónica de 1419* muito proximamente, introduzindo apenas alguns pormenores<sup>521</sup>. Neste episódio, como é habitual, Duarte Galvão altera o discurso do rei aos seus homens, amplificando-o retoricamente. Os vectores centrais de argumentação, no entanto, mantêm-se: o monarca insta os seus guerreiros a confiarem em Deus, a terem coragem e não temerem o próximo combate, não obstante a desproporção numérica. No entanto, o mais interessante deste capítulo é que o cronista insere uma nova versão dos eventos de Palmela, baseado numa outra fonte, por nós desconhecida<sup>522</sup>. Esta versão alternativa é bastante menos elogiosa para com Afonso Henriques, o que não impediu Galvão de a mencionar, ainda que de forma passageira e atribuída à opinião de terceiros (“*Alguës comtam...*”). Segundo estas informações, Afonso Henriques esperou pela madrugada para atacar o arraial mouro, quando os muçulmanos estariam menos aptos para o confronto armado. De qualquer forma, Galvão elogia o comportamento do rei, visto que, quer se comprove a exactidão de uma ou outra versão dos eventos, ele comprometia-se pelo serviço a Deus.<sup>523</sup>

Posteriormente a este episódio, segue-se o desastre de Badajoz, que se apresenta bastante semelhante à versão veiculada na fonte quatrocentista, motivando, no entanto, este incidente emblemático da *estória* do primeiro rei português, mais um excursus moralista da autoria de Duarte Galvão, desta vez sobre as maldições maternais.<sup>524</sup> Passa-se depois ao cerco de Santarém por “*Albojaque*”, aqui identificado como rei de Sevilha,

---

<sup>519</sup> CAH, Caps. XLI, pp. 139-140. De facto, o cuidado em reparar as imprecisões cronológicas parece ser outra das características do trabalho compilatório de Galvão, que não assimilou a sua fonte de modo acrítico. Por exemplo, no Cap. XLIII, p. 145, ao dizer que Afonso Henriques estava em Alcácer em 1165, Galvão omite a informação, patente na C1419, que haviam passado cinco anos desde a conquista deste castelo. Alcácer teria sido tomada antes de Beja, logo, previamente a 1150, segundo a datação da C1419. Assim, entre a conquista de Beja e a estadia do rei em Alcácer, há um intervalo de quinze anos, não cinco. Mesmo datando a conquista de Beja de 1155, como faz Galvão, existe um intervalo de dez anos, mantendo-se a incongruência. Daí a omissão de Galvão. Vide notas 422 e 423.

<sup>520</sup> CAH, Cap. XLII, pp. 141-143.

<sup>521</sup> Primeiro, quando o rei de Badajoz se encontra com o exército português que sitiava Palmela, Galvão especifica que o exército do rei muçulmano vinha desorganizado, pois o seu intuito inicial era retomar Sesimbra, não esperando encontrar um exército cristão antes. Afonso Henriques, por seu lado, esconde-se atrás de um cabeço, pormenor também ausente da crónica quatrocentista.

<sup>522</sup> Cf. MOREIRA, Filipe Alves, *A Crónica de Portugal...*, p. 300.

<sup>523</sup> CAH, Cap. XLIII, pp. 145-149.

<sup>524</sup> CAH, Caps. XLIV-XLV, pp. 151-157.

que é objecto de modificações narrativas por parte do cronista: primeiro, na crónica de Galvão, Afonso Henriques queria sair da vila para combater “*em carro*”, enquanto na *Crónica de 1419*, o meio de transporte do rei não era especificado. Talvez o cronista desejasse, com esta especificação, deixar assente que Afonso Henriques não tencionava de maneira nenhuma quebrar o juramento feito a Fernando II em Badajoz, evitando, desta forma, qualquer possibilidade de se caracterizar o monarca luso como desonesto. Segundo, na *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*, o rei luso e os seus guerreiros chegam a sair da vila para combater os mouros, precisamente quando estes levantam o cerco sobre Santarém, sendo os muçulmanos, por fim, derrotados e feita grande mortandade entre eles. Ora, na *Crónica de 1419*, os mouros levantam o cerco e abandonam as imediações de Santarém, mal sabem da vinda de Fernando II, não chegando a haver qualquer confronto campal entre os sitiados e os sitiantes. Esta modificação narrativa foi a forma que Galvão encontrou de aprofundar a representação encomiástica de Afonso Henriques, relativizando o papel do monarca leonês no levantamento do cerco sobre Santarém.<sup>525</sup>

Após a narrativa da trasladação das relíquias de S. Vicente para Lisboa<sup>526</sup>, prossegue a *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques* com os feitos do infante D. Sancho. Os episódios da delegação dos poderes militares em Sancho, assim como o fossado de Triana, o cerco de Beja ou os ousados feitos de Fuas Roupinho, são bastante similares aos correspondentes na crónica quatrocentista, salvo os recursos habituais do cronista, como o da amplificação do discurso de Sancho aos seus homens, antes da batalha de Triana, as pequenas modificações na datação absoluta dos eventos ou o comentário de Galvão, que regista a falta de razoabilidade e carácter precipitado da última campanha de Fuas Roupinho e seus homens.<sup>527</sup>

No capítulo dedicado ao derradeiro cerco de Santarém, o cronista serve-se de uma nova fonte, ausente da *Crónica de 1419*: trata-se de um letrado constante no Convento de Cristo em Tomar, estudado e transcrito por Mário Barroca<sup>528</sup>. Segundo

---

<sup>525</sup> CAH, Cap. XLVI, pp. 159-161.

<sup>526</sup> CAH, Cap. XLVII-XLVIII, pp. 163-167.

<sup>527</sup> CAH, Caps. XLIX-LVI, pp. 169-194. Note-se que, em determinados pontos destes capítulos, nomeadamente, no relato de Triana, Galvão designa a hoste de D. Sancho como “os nossos”, expressão ausente da C1419. Pode-se inferir que, com este artifício discursivo, o cronista procurava despertar sentimentos de identificação nos seus contemporâneos, relativamente aos seus antepassados.

<sup>528</sup> CF. BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Lisboa, Fundação para a Ciência e a Tecnologia/Fundação Calouste Gulbenkian, Vol. II, Tomo 1, pp. 483-491; MOREIRA, Filipe Alves, *A Crónica de Portugal...*, pp. 300-301.

esta fonte, *Almiramolim* cercou Tomar a 1 de Julho, durando o cerco seis dias. O califa almóada liderava um exército de 400.000 cavaleiros e 500.000 peões, tendo ocorrido esta operação, segundo Galvão, concomitantemente ao sítio de Santarém<sup>529</sup>, o qual ele relata, baseado na *Crónica de 1419*.<sup>530</sup>

Depois de descrever a ida da infanta D. Teresa para a Flandres, onde se casa com o conde D. Filipe<sup>531</sup>, os dois últimos capítulos consistem na conclusão do reinado de Afonso Henriques e, por conseguinte, da crónica de Duarte Galvão. Primeiro, o cronista manuelino procede a um “balanço final” do governo do primeiro rei português. Deste modo, Duarte Galvão amplia os encómios dedicados a Afonso I, como governante magnânimo, “*iguall a quallquer dos mais exçellentes amtjguos em vallemtia, de força e coraçam grande*”. Afonso I terá sido o guerreiro cristão “*mais temido dos mouros*”, cujos feitos de guerra não haviam sido passados a escrito na sua totalidade, seja “*por culpa dos tempos, ora por mingua de scriptores*”<sup>532</sup>. Galvão compara o primeiro rei a Júlio César e a Públio Cipião Africano, acrescido do facto que Afonso I era um monarca profundamente cristão e devoto, de acordo com o que se infere não só das suas guerras contra os infiéis, mas também das igrejas e mosteiros que mandou erigir ao longo da sua vida<sup>533</sup>. Finalmente, Galvão sumariza a actividade bélica de Afonso Henriques, que derrotou dois imperadores (um cristão, outro muçulmano) e 20 reis mouros, enumerando, depois, o cronista, as batalhas e conquistas mais importantes, protagonizadas pelo monarca luso. Nesta secção, em particular, fica bastante claro que o elemento principal da governação de Afonso I, tal como ela é narrada na *Crónica de El-*

---

<sup>529</sup> Ressalve-se, no entanto, que a inscrição epigráfica templária reporta a ofensiva almóada de 1190, não a de 1184. No entanto, a hiperbolização patente na descrição da epígrafe de Tomar permitia ao cronista acentuar ainda mais a heroicidade da resistência dos portugueses de antanho, cf. BARROCA, Mário Jorge, *op. cit.*, Vol. II, Tomo 1, p. 490. Sobre a incursão almóada de 1190, ver BRANCO, Maria João Violante, *op. cit.*, pp. 141-146; GONZÁLEZ-JIMÉNEZ, M., “Reconquista y Repoblacion del Occidente Peninsular”, in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Vol. II, Porto, 1987, p. 467.

<sup>530</sup> CAH, Cap. LVII, pp. 195-199. No entanto, Galvão sustenta que *Almiramolim* havia sido ferido logo aquando da refrega no “*Momte dAbade*”, ao passo que na sua fonte quatrocentista o ferimento do califa apenas era referido no fim do capítulo, integrado na notícia da sua morte.

<sup>531</sup> CAH, Cap. LVIII, pp. 201-202.

<sup>532</sup> Por outro lado, a “*estorea*” omite também os feitos de Gualdim Pais, segundo o que especifica Galvão.

<sup>533</sup> Galvão serve-se aqui da CGE1344, para mencionar as fundações dos mosteiros de Santa Cruz de Coimbra e de Alcobaça, assim como o estabelecimento da Ordem de Santiago e a doação à Ordem do Hospital, entre outras acções piedosas, cf. MOREIRA, Filipe Alves, *A Crónica de Portugal...*, pp. 297-298.

*Rei D. Afonso Henriques*, é a sua acção guerreira, mormente contra o inimigo muçulmano.<sup>534</sup>

No último capítulo da sua crónica, Galvão refuta a tese, veiculada na *Crónica de 1344*<sup>535</sup>, segundo a qual o rei, na sua juventude, era “*brauo e esquiuo*”. Bem pelo contrário, diz-nos o cronista, Afonso Henriques terá sido um bom monarca em todos os aspectos, tanto “*pera seruiço de Deus, como pera bem e muita homrra de seu rregno*”, sendo graças a ele que Portugal se tinha transformado na poderosa monarquia de inícios de Quinhentos. O cronista inclusivamente cita Aristóteles para reforçar a sua afirmação, além da opinião expressa pelo seu irmão, João Galvão, antigo arcebispo de Braga, prior de Santa Cruz e escrivão da puridade de D. Afonso V, que defendia que o primeiro rei deveria ser canonizado. Para concluir, Galvão contabiliza a idade e os anos de governo de Afonso Henriques, interpolando outros elementos.<sup>536</sup>

Para concluir esta análise global da *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*, devemos realçar, antes de mais, que a representação fornecida do primeiro rei português é a de um líder político-militar valente, devoto e divinamente inspirado, em conformidade com a principal fonte de Galvão. A guerra contra os muçulmanos revela-se o elemento central que permite a construção dessa imagem laudatória. Em verdade, essa caracterização de Afonso I é, inclusivamente, aprofundada por Duarte Galvão, que eleva o discurso encomiástico a um apogeu quase que próprio do género hagiográfico<sup>537</sup>. Galvão atinge os seus objectivos através da inclusão do Prólogo, das interpolações pontuais ao texto da *Crónica de Portugal de 1419*, que fornece a base da narrativa, e de arranjos retóricos, constantes ao longo de toda a crónica manuelina. Estas interpolações verificam-se em particular nas várias alocuções que Afonso Henriques dirige aos seus guerreiros, como acontece em Ourique, em Santarém e em Palmela. Nestes discursos, as amplificações retóricas de Galvão permitiram a representação de

---

<sup>534</sup> CAH, Cap. LIX, pp. 203-205.

<sup>535</sup> Cf. MOREIRA, Filipe Alves, *A Crónica de Portugal...*, p. 298.

<sup>536</sup> CAH, Cap. LX, pp. 207-208. A título de exemplo, Galvão menciona o facto de o rei ter nascido cinco anos antes da conquista de Jerusalém por Godofredo de Bulhão e falecido três anos antes da retomada desta cidade pelos muçulmanos, poupando a Afonso I o pesar de testemunhar tal desastre para a cristandade.

<sup>537</sup> O que não é desprovido de sentido, levando em conta o facto de que o cronista defende a santidade de Afonso Henriques.

um rei bastante mais eloquente e com um discurso mais complexo e “refinado”, passe a expressão<sup>538</sup>.

Por outro lado, devemos notar que a guerra contra os muçulmanos, na crónica de Duarte Galvão, é, da mesma forma que na sua fonte, uma guerra religiosa ou santa. Isso é verificável ao longo de todo o texto: logo no Prólogo, um dos elementos que evidencia a graça de Deus concedida aos monarcas portugueses é a expansão vitoriosa do seu reino; por outro lado, parte das virtudes de D. Manuel, destinatário dos elogios nesta porção textual, deriva da continuação da guerra contra os muçulmanos, tanto na África como no Levante. Depois, ao longo de toda a narrativa, a caracterização do conflito contra os mouros como uma guerra santa provém já da *Crónica de 1419*, o que motiva apenas uma série de arranjos retóricos menores, por parte do cronista quinhentista. Assim, a guerra de expansão para o sul incorpora, ao longo de toda a narrativa, o tópico da actividade bélica como um “serviço a Deus”.

No entanto, devemos sublinhar uma inovação de primeira importância para a temática da presente dissertação: pela primeira vez num relato cronístico do reinado de Afonso Henriques, verificamos, de forma inequívoca, a presença de um discurso próprio da ideologia de Reconquista<sup>539</sup>. Ou seja, até aqui, a guerra contra os mouros era retratada como um confronto religioso, santo, imbuído de um carácter cruzadístico. Com a *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*, surge já o discurso de Reconquista, no

---

<sup>538</sup> Na verdade, também as arengas que o infante Sancho protagoniza, na crónica de Galvão, sofrem estas alterações.

<sup>539</sup> A ideia não é nova, obviamente. Veja-se a produção cronística da corte do reino das Astúrias, cf. BONNAZ, Yves (ed. e trad.), *Chroniques Asturiennes (Fin du IX<sup>ème</sup> siècle)*, Paris, Centre National de la Recherche Scientifique, 1987; GARCIA FITZ, Francisco, “*En el Nombre...*”, pp. 139-140; Id., “*La Reconquista...*”, pp. 163-164. No caso específico português, sabemos que a ideologia de Reconquista fazia parte do discurso legitimador da expansão militar para o sul em meados do século XII, senão vejamos os discursos que Pedro Pitões e João Peculiar (respectivamente, bispo do Porto e arcebispo de Braga) dirigem aos membros da frota de cruzados no relato da conquista de Lisboa por um cruzado inglês, onde a ideologia *reconquistadora* é formulada de forma exemplar. Os prelados manuseiam os argumentos da justiça da guerra de recuperação do solar hispânico dos indignos infiéis, a vindicta que deve ser direccionada sobre estes, em consequência dos maus tratos que perpetraram sobre a Igreja hispânica, e, por fim, o carácter sagrado da guerra proposta aos guerreiros cruzados, cf. NASCIMENTO, Aires A. (ed. e trad.), *A conquista...*, pp. 60-73, 92-97; GARCIA FITZ, Francisco, “*La Reconquista...*”, pp. 169-170, 172-173. Por outro lado, no primeiro capítulo desta dissertação, apercebemo-nos que o analista dos ADA apropria-se da ideologia de Reconquista e aplica-a à narrativa do reinado de Afonso Henriques. Numa cronologia bastante mais avançada, refira-se que tanto o prólogo da refundição de finais do século XIV da CGE1344, por sua vez baseada no prólogo da PCG, como a narrativa da batalha do Salado, da pena do refundidor de 1380-83 do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, articulam os pressupostos teóricos da ideologia de Reconquista, portanto, numa época muito próxima da redacção da C1419. Por conseguinte, o tópico da ideologia de Reconquista não é algo inédito da cronística manuelina, mas, pela primeira vez desde a analística crúzia dos finais do século XII, vemos o primeiro rei português associado a essa corrente ideológica de forma explícita, cf. CGE1344, Vol. II, Cap. I, p. 7.



seu sentido mais estrito, como ideologia legitimadora do poder político cristão, assente no postulado de que a expansão da monarquia para o sul consistiria na recuperação de territórios ilegítimamente ocupados pelo poderio islâmico, outrora possuídos pelos cristãos. Desta forma, cumpria aos cristãos devolver esses territórios<sup>540</sup> à cristandade. Ademais, a referência de Galvão às possessões norte-africanas enquadra as campanhas quatrocentistas portuguesas no mesmo discurso legitimador da Reconquista cristã.

De facto, nos inícios do século XVI, o próprio contexto histórico e político potenciava uma projecção retrospectiva do passado bastante linear: com a conquista do último reduto muçulmano, em finais do século XV<sup>541</sup>, e a ordem de expulsão definitiva dos mouros e judeus da Península, política levada a cabo tanto pelos Reis Católicos como por D. Manuel<sup>542</sup>, seria tentador, para os ideólogos ligados ao poder régio, reduzir o passado a um cenário dicotómico e simplificado de um confronto permanente entre duas entidades político-religiosas irreconciliáveis entre si. Deste modo, uma historiografia que veiculasse o discurso ideológico da Reconquista sustentaria ideologicamente não só a expansão ultramarina e a continuação da guerra contra o Islão, que se torna assim, um pilar da existência do reino português, mas também a referida ordem de expulsão de mouros e judeus do reino, visto que seriam desígnios políticos cuja origem datava já da época de fundação da monarquia. Aliás, como foi notado por José Antonio Maravall, a conquista do reino de Granada pelos Reis Católicos motivou “*una verdadera explosión del sentimiento de que una obra habia sido acabada*”<sup>543</sup>, isto é, o projecto político de longo prazo da Reconquista, sustentado pelo mito neo-gótico, muito forte ao longo de toda a Idade Média, não só em Castela e Leão, mas em toda a Península Ibérica<sup>544</sup>.

Assim, com objectivos políticos concretos, difunde-se a perspectiva simplista, que sobrevive ainda nos nossos dias<sup>545</sup>, de que a expansão cristã, desde o nascimento do reino asturiano até à conquista de Granada, foi um plano constante, planeado e

---

<sup>540</sup> Galvão especifica que eles abarcam a totalidade da Península Ibérica e do Norte de África.

<sup>541</sup> Sobre a conquista do reino de Granada, o último potentado islâmico peninsular, cf. RUCQUOI, Adeline, *op. cit.*, pp. 200-205.

<sup>542</sup> Medida, aliás, exaltada por Duarte Galvão, que celebra a exclusividade do culto cristão no reino português. Sobre a expulsão dos mouros e judeus dos reinos ibéricos, ver COSTA, João Paulo Oliveira e, *op. cit.*, pp. 83-86; MARÍN GUZMÁN, Roberto, “Jihad Vs. Cruzada en Al-Andalus: La Reconquista Española como Ideología a Partir del Siglo XI y sus Proyecciones en la Colonización de América”, in *Revista de Historia de América*, Nº 131, Instituto Panamericano de Geografía e Historia, julio-diciembre 2002, pp. 49-50.

<sup>543</sup> MARAVALL, José Antonio, *op. cit.*, p. 304.

<sup>544</sup> Id., *Ibid.*, p. 318.

<sup>545</sup> Muitas vezes, subordinada a outros propósitos políticos.

intencional, um autêntico projecto político comum, cumprido à regra durante quase oito séculos, por dezenas de reis, condes e caudilhos militares. Consequentemente, pela primeira vez, Afonso Henriques surge não só como o *Conquistador*, mas, também, como um *Reconquistador*. Emerge, assim, como o iniciador de um plano providencial, sobrenaturalmente reservado à monarquia portuguesa: o da expansão territorial e da evangelização universal, princípios ideológicos subjacentes à totalidade do trabalho de Duarte Galvão, que sustentam, no plano historiográfico, o projecto político manuelino.

## Conclusões gerais

Antes de procurarmos traçar um percurso evolutivo respeitante às representações de Afonso Henriques como chefe militar na cronística medieval, pensamos que será necessário reforçar alguns pressupostos. Assim, devemos voltar a sublinhar que, ao longo desta dissertação, evitámos abordar os textos cronísticos como testemunhos isolados. Ao enveredar por uma análise centrada em testemunhos narrativos, tivemos presentes duas premissas: a primeira foi a necessidade de assumir uma metodologia comparatista no momento de inquirir as fontes, mantendo sempre um olhar atento sobre os processos de intertextualidade. Desta forma, foi possível distinguir um fenómeno de relativa continuidade entre as várias compilações cronísticas, visto que o conteúdo narrativo de cada uma foi assimilado por uma composição posterior, acrescentando-se sempre um certo número de elementos inovadores ao “esqueleto” da narrativa, processo verificável, no tocante às fontes examinadas nesta dissertação, desde a *Primeira Crónica Portuguesa* até à *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão.

A segunda premissa residiu no facto de, ao interrogarmos as fontes, termos tentado sempre identificar e reconstruir, na medida do possível, o meio social de onde elas provêm, bem como a ambiência política, intelectual e cultural que rodeou a sua composição. Apenas assim podemos descortinar os preconceitos ideológicos e políticos que balizaram a produção dos textos historiográficos. Tecidas estas considerações, passemos ao esboço do percurso evolutivo revelado pelas sucessivas metamorfoses de Afonso Henriques como guerreiro na cronística medieval, objectivo último deste trabalho. Como veremos, as variações da imagem bélica do primeiro monarca articulam-se com as diferentes caracterizações da própria guerra, às quais dedicaremos a nossa atenção, ao elaborar estas considerações finais.

O ponto de partida das representações do primeiro monarca luso foi estabelecido coetaneamente ao seu próprio reinado. As imagens então construídas variavam de acordo com os meios sociopolíticos que promoveram a redacção dos testemunhos escritos, fossem estes cronísticos ou hagiográficos. Portanto, temos, por um lado, a corte régia castelhano-leonesa, a cúria episcopal de Santiago de Compostela e os monges do mosteiro de Celanova - que descreviam Afonso Henriques como um astuto e sorrateiro inimigo, que repetidamente tentava apossar-se de territórios pertencentes à monarquia castelhano-leonesa -, e, por outro lado, temos os textos produzidos em centros

eclesiásticos próximos da corte de Afonso I, que o desenhavam como um virtuoso *Conquistador* e cristianíssimo monarca. Isto aplica-se, especialmente, aos textos crúzios, que transformaram o rei num autêntico “*instrumento de Deus*”, ao exaltar a sua luta incessante contra os inimigos da fé. Na verdade, os textos cronísticos castelhano-leoneses do século XIII, exceptuando-se a composição do bispo de Osma, viriam, inclusivamente, a retomar, em determinada medida, esta imagem de Afonso I como *Conquistador*, embora privando-a da aura laudatória que pontificava nos textos crúzios. Todavia, as virtudes do *Conquistador* desaparecem destes relatos, sobretudo a partir do momento em que ele se atreve a desafiar o rei leonês.

Depois, passamos à fase inicial da cronística portuguesa que, como vimos, é constituída por dois textos, os quais reflectem duas etapas no arranque deste género historiográfico em Portugal. Tendo em conta que dois meios sociais díspares procederam à composição das ditas crónicas e que diferentes propósitos regem as mesmas compilações, nota-se que as representações bélicas de Afonso Henriques não assumem um carácter homogéneo nos textos que marcam o início da cronística em português. Curiosamente, é um texto de origem senhorial, a *Crónica de 1344*, que concede a Afonso Henriques um maior papel na guerra expansionista e providencia uma imagem francamente positiva do monarca português.

No quadro geral dos primórdios da cronística em língua portuguesa, deparámos, primeiro, com uma etapa embrionária deste género literário, constituída pela *Primeira Crónica Portuguesa* e a sua continuação trecentista, a *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal*. A *Primeira Crónica Portuguesa* foi, presume-se, compilada num meio próximo da corte de Afonso III, numa época de tensão entre o poder régio, a hierarquia eclesiástica e a classe senhorial. Tendo este último grupo social organizado e potenciado a manutenção da sua memória colectiva através do *Livro Velho de Linhagens*, pressupõe-se que a *Primeira Crónica* tenha sido uma modesta tentativa de consolidação de uma memória “oficial” do reino, que respondesse tanto às pretensões do alto clero e da nobreza senhorial, como às da monarquia castelhano-leonesa.

Nesta compilação, a guerra de expansão para o sul é um fenómeno residual, embora integrado no conceito mais lato de legitimidade guerreira, subjacente a toda a narrativa. Desta forma, o direito de conquista militar é um componente discursivo patente nos textos desta fase, não sendo, no entanto, a guerra contra o Islão o vector argumentativo eleito para a construção do discurso legitimador. A atenção do cronista

incide, especialmente, sobre os conflitos internos do condado, além dos confrontos com as outras monarquias cristãs ibéricas e com o papado, que se afirmam como os tópicos principais na construção de um discurso apologético da autonomia da monarquia lusa. Merece particular atenção o processo de assunção do poder no condado portugalense por Afonso Henriques, após derrotar o seu padrasto e prender a sua mãe, D. Teresa, cuja representação incorpora, neste relato, os traços estereotípicos que a historiografia medieval, tendencialmente misógina, dedica às mulheres que, em dado momento, ocuparam posições de poder. Aliás, na *Primeira Crónica Portuguesa*, a prisão de D. Teresa é o fio condutor de toda a narrativa. Ao privilegiar a revolta de Afonso Henriques e as lutas que depois protagonizou em defesa da autonomia do reino, como principais estratégias discursivas de legitimação política, o cronista acabou por relegar as guerras contra os muçulmanos para um lugar secundário.

Por conseguinte, vemos que, na *Primeira Crónica Portuguesa*, o primeiro rei não assume a imagem de um inimigo irreconciliável dos mouros, como virá a assumir no futuro. A sua prioridade, além de retirar o poder sobre o condado das rédeas de D. Teresa e Fernão Peres de Trava, limita-se a combater o papado, no episódio do bispo negro, e os reis castelhano-leoneses, em Valdevez e em Badajoz. Na verdade, a tentativa de conquista de Badajoz é a única iniciativa régia de guerra contra os muçulmanos, além da lacónica menção de Ourique e das breves informações provenientes de fontes analísticas. Ainda assim, a relevância do episódio de Badajoz na globalidade do relato deriva da relação de causalidade que o cronista estabelece entre a derrota de Afonso Henriques e a maldição de D. Teresa, não por se tratar de um confronto contra o inimigo muçulmano. Por conseguinte, até meados do século XIV, Afonso Henriques é um guerreiro intrépido, um líder corajoso, audaz e, por vezes, irascível contra os que se lhe opõem. Não é, no entanto, o *Conquistador* de territórios aos infiéis ou o *Fundador* divinamente inspirado de uma monarquia, cujo nascimento deriva da expansão da fé cristã e da ruína do culto maometano.

Na emergente cronística régia portuguesa, deparamos com uma imagem do rei que, possivelmente, se adequaria, de certo modo, às necessidades legitimatórias de D. Afonso III, porquanto se entendia que a maneira como este monarca arrancou o poder das mãos do seu irmão consistia numa perturbação na ordem sucessória, sendo aquela acção, no entanto, imperativa, face às necessidades objectivas do reino. Assim, também o primeiro rei luso se torna um transgressor, que rompe com determinadas convenções

sociais, com o louvável propósito de manter a autonomia do reino, mesmo que isso implique um auto-sacrifício da sua parte.

Décadas mais tarde, ao passarmos à segunda etapa dos primórdios da cronística portuguesa, emergimos numa historiografia de cunho nobiliárquico, levada a cabo pelo conde de Barcelos, que eleva a Reconquista ao patamar cimeiro da acção de Afonso Henriques. A guerra contra os muçulmanos resume-se, nesta fase, a um conflito político e territorial, sem que sobressaia especialmente a vertente religiosa da contenda.

Por esta altura, à imagem previamente estabelecida na *Primeira Crónica Portuguesa*, a qual D. Pedro acolhe na sua obra, adita-se a do rei expansionista, ou, por outras palavras, surge o *Conquistador*. Monarca que, aliás, é alçado como tal num prélio que o opunha aos muçulmanos. No entanto, é um líder totalmente “profano”, passe a expressão, isto é, não vislumbramos qualquer ligação entre os desígnios divinos e a conduta do rei. Nota-se, assim, um discurso que não tem pruridos ao enaltecer a glória e a virtude bélica da guerra contra os mouros, apanágio não só da realeza, mas, especialmente, da nobreza senhorial peninsular, segundo a perspectiva do conde. Por conseguinte, embora apresente uma imagem deveras elogiosa para com o monarca português, este surge, na cronística nobiliárquica do século XIV, como um *primus inter pares*. A exaltação de um poder régio divinamente consagrado não cabe, definitivamente, nas aspirações dos sectores sociais aristocráticos. É evidente, ainda assim, que a imagem do monarca providenciada pela cronística nobiliárquica é bastante dissemelhante daqueloutra transmitida pelos *Livros de Linhagens*, onde, como vimos, a figura régia é marcadamente injuriada. Pelo contrário, o conde de Barcelos, ele próprio um descendente da linhagem régia, por via bastarda, desenha uma imagem verdadeiramente respeitável de Afonso Henriques, uma idealização do monarca como um valente cavaleiro, companheiro de armas dos fidalgos portugueses.

Com a ascensão da dinastia de Avis, pioneira na formulação de uma memória historiográfica régia consistente, a guerra contra o Islão volta a ser o tópico principal das narrativas cronísticas, assumindo um maior peso interno na *Crónica de 1419* e na *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques* do que nos relatos anteriormente abordados. Assistimos, com efeito, ao nascimento de uma cronística régia, paralela à afirmação de um poder monárquico centralizado, e influenciada por noções discursivas de teor religioso, onde a Reconquista assume um papel primacial na sustentação ideológica do poder régio. Em consequência, a partir deste momento, passamos a testemunhar um

conflito intrinsecamente religioso, não meramente político-territorial, e a fundação da monarquia transforma-se num desígnio providencial. Ultrapassa-se a argumentação da legitimidade guerreira e entra em cena a legitimidade divina. Ora, a guerra contra os mouros, que se converte, a partir da *Crónica de 1419*, num “serviço a Deus”, oferece o expediente necessário para a construção de uma retórica marcadamente pro-monárquica. Deste modo, este texto, internamente muito bem estruturado, apesar da variedade de fontes utilizadas, veicula a memória do passado da monarquia que a dinastia de Avis se viu obrigada a construir, de modo a firmar o seu poder sobre bases historiográficas. Esta perspectiva respondia, como vimos, ao programa político-militar de D. João I, virado para a expansão no norte de África e para a defesa da autonomia lusa, frente às pretensões hegemónicas do reino castelhano-leonês. Aliás, nunca é demais relembrar que a maturação de um discurso historiográfico régio coerente se deve à iniciativa do próprio herdeiro de D. João I, o infante D. Duarte.

Estes princípios aplicam-se tanto à crónica do infante como ao trabalho de Galvão, que aproveita e aprofunda os tópicos discursivos quatrocentistas. Ainda assim, Galvão adapta os elementos narrativos provenientes da *Crónica de 1419* à realidade contemporânea, isto é, ao contexto político-social dos inícios do século XVI. Numa época em que a expansão ultramarina corria a todo o vapor e em que se decretava a expulsão das minorias muçulmanas e judaicas da Península Ibérica, Duarte Galvão, baseado nos gloriosos feitos de guerra contra os muçulmanos na época da fundação da monarquia, eleva o discurso providencialista e cruzadístico ao seu apogeu. A graça divina não se circunscreve a Ourique, ao contrário do que acontece na *Crónica de 1419*, porquanto todas as obras dos monarcas portugueses até D. Manuel I foram agraciadas pela providência celeste. Graças à perseverante luta contra o Islão e à evangelização promovida pela monarquia lusa, os portugueses transformam-se numa espécie de “povo eleito”, à semelhança da mitologia bíblica.

Por outro lado, salientamos outro factor que não é de somenos importância: na cronística manuelina, apercebemo-nos da existência, ainda que incipiente, de uma genuína ideologia de Reconquista. Neste sentido, a expansão portuguesa não só é legítima por se tratar de uma guerra santa, isto é, do ponto de vista estritamente religioso, mas é uma guerra indubitavelmente justa porque consiste num esforço de recuperação do que havia sido ilegitimamente retirado ao povo cristão, incluindo-se os territórios norte-africanos nesse ideal. Assim, a produção cronística impulsionada por D.

Manuel I retoma um tópico historiográfico-ideológico que irá estar presente durante séculos nas projecções retrospectivas da época da fundação da monarquia: a ideia da Reconquista como a retomada de terras outrora cristãs, injustamente possuídas pelos muçulmanos, como se estivéssemos perante dois campos irremediavelmente antagónicos, tanto ao nível religioso, como, muitas vezes, étnico-cultural, concepção simplista que se mantém, em dados casos, até aos nossos dias, muitas vezes, sustentando programas políticos nacionalistas. A ideia não era nova, já que, no contexto ibérico, existia desde o século IX, mas ganha definitivamente um novo fôlego, no contexto português, com a obra de Duarte Galvão.

Portanto, com a cronística régia dos séculos XV e XVI, deparamos já com o rei divinamente inspirado e protegido, em conformidade com os textos contemporâneos, ou pouco posteriores, ao reinado de D. Afonso I, produzidos nos meios clericais contíguos à corte régia. Além do mais, como pudemos ver, alguns destes textos foram, inclusivamente, manuseados pelo cronista da corte de Avis, o que certamente produziu efeitos no seu discurso historiográfico, o qual, como vimos, incorpora concepções ideológicas advindas de meios eclesiásticos. De acordo com esta perspectiva, não só é o rei protegido e agraciado pela divindade, como também é um predestinado, imbuído, desde o seu nascimento, da missão de destruir os infiéis, de acordo com a vontade de Cristo. A principal acção de Afonso Henriques resume-se a combater os mouros, mas não somente para expandir o reino: o seu objectivo agora é, sobretudo, “servir a Deus”, através da aniquilação dos infiéis. Em parte, é um retorno à imagem clerical do rei, aclimatada no seio da corte régia, a qual, no contexto político dos inícios do século XV, se acomodaria melhor aos interesses ideológico-políticos e propagandísticos da recém-instaurada dinastia de Avis. A partir do século XV, Afonso Henriques passa de *Conquistador* e valoroso guerreiro para paladino cristão, apaniguado de Cristo.

Não se pode deixar de notar que Duarte Galvão iria amplificar esta imagem de Afonso I, reforçando-a, exaltando ainda mais a sua figura e estendendo a todos os seus descendentes a graça que Deus concedera ao primeiro rei. Além disso, com a cronística régia dos inícios do século XVI, encontramos, pela primeira vez, um Afonso Henriques *Reconquistador*. Na verdade, é o próprio monarca que articula verbalmente os pressupostos teóricos que constituem a ideologia de Reconquista, no discurso proferido antes da batalha de Ourique. Mais do que o *Reconquistador*, concretizador da destruição do culto islâmico e consequente expansão da fé cristã, Afonso Henriques emerge como



o pioneiro de um projecto de evangelização universal, que irá ser legado aos seus sucessores e apenas efectivado durante o reinado de D. Manuel I, a quem Galvão dedica, na sua obra, os mais rasgados elogios.

Enfim, de acordo com o que pudemos observar, a partir dos textos cronísticos de meados do século XIV, a figura do primeiro rei encontra-se intimamente vinculada à sua actividade guerreira contra o inimigo muçulmano. Ladeada, em menor grau, pela luta contra os partidários da sua mãe, contra os monarcas castelhano-leoneses e contra o próprio papado, a expansão do reino para as zonas meridionais e a destruição do Islão peninsular transformam-se nas principais preocupações do *Conquistador*, ao longo das crónicas posteriores a 1344. Com a cronística de Avis, o mito que se começou a forjar na época contemporânea do monarca volta a tomar conta da sua imagem, no contexto da obtenção do poder pelo mestre de uma ordem militar religiosa, com o triunfo definitivo da centralização monárquica e da afirmação, enfim, de uma cronística régia.

Além de tudo o já referido, a análise crítica das fontes supra-mencionadas permitiu-nos constatar o forte potencial legitimador propiciado pela apropriação das memórias da Reconquista. Apercebemo-nos que o tópico da guerra santa contra o Islão se converteu no eixo central do discurso historiográfico régio, ou seja, na principal fonte de legitimidade histórica do poder estabelecido, em três épocas de relativa fragilidade de implantação da autoridade monárquica: como pudemos comprovar no primeiro capítulo desta dissertação, tal acontece na época coetânea de D. Afonso Henriques, quando a monarquia era uma realidade recente, ainda em construção e, por isso mesmo, passível de se desmoronar; depois, nos anos imediatamente posteriores à revolução de 1383-85, que levou a dinastia de Avis ao trono, a qual, devido à forma anómala como D. João I chegou ao poder, carecia de uma forte legitimidade histórica, carência suprida especialmente pelas crónicas cuja autoria se atribui assumidamente a Fernão Lopes; terceiro, nos anos imediatamente subsequentes à coroação de D. Manuel I, rei que havia subido ao trono de modo igualmente excepcional, visto que não era o herdeiro directo de D. João II. Além disso, relativamente a esta última época, Duarte Galvão utilizou habilmente as memórias da época da fundação da monarquia, adequando-as ao programa político manuelino. Era algo que já havia sido ensaiado, relativamente aos propósitos políticos de D. João I, pelo cronista de 1419, embora de forma mais tímida e, literariamente, menos trabalhada.

Tudo isto nos leva a concluir que, na prática, a exaltação das memórias da Reconquista equivalia, de certo modo e em determinados contextos, a uma tentativa de sacralização da monarquia e do poder régio, de acordo com uma religiosidade peninsular que Teófilo Ruiz definiu, há uns anos, como comprovadamente “*pragmática*”<sup>546</sup>. Deste modo, tal como as características e funções do múnus régio foram moldadas pelo fenómeno da Reconquista, ao longo da Idade Média peninsular, a rememoração desses feitos bélicos condicionará as modalidades de manifestação pública do poder régio, tanto na época coetânea da Reconquista como nas épocas ulteriores. Pode-se dizer, portanto, que as ideologias de guerra santa e de Reconquista forneciam à monarquia lusa, e respectivo percurso político, uma coerência histórica, ao mesmo tempo que justificavam a conduta política dos monarcas que governavam o reino e, por fim, firmavam a legitimidade da monarquia em bases históricas e, inclusive, transcendentais.

No entanto, para terminar, somos obrigado a sublinhar que as nossas conclusões se baseiam num estudo parcial da produção cronística medieval portuguesa. Em primeiro lugar, foi-nos, naturalmente, impossível abordar os textos perdidos, dedicados a Afonso I, sendo o caso mais flagrante a “*cronica del-rei dom Affonsso*”, texto que, supomos, marcou um ponto de viragem no processo de transfiguração das representações do monarca, em direcção à imagem idílica da cronística régia tardo-medieval. Depois, centrámo-nos exclusivamente na figura do primeiro rei de Portugal, porventura a mais marcada pela guerra contra o Islão, e nos textos que lidam com a expansão da monarquia portuguesa em território peninsular. Assim, pensamos que não seria destituído de importância um estudo global das representações das conquistas portuguesas até ao Algarve, interrogando os textos cronísticos dedicados aos cinco primeiros reis portugueses. Por outro lado, seria igualmente interessante complementar esse estudo com um exame das crónicas quatrocentistas consagradas à expansão portuguesa no norte de África, onde se tentasse descortinar se o discurso cruzadístico relativamente à guerra contra os muçulmanos, presente na cronística régia, se alarga às representações da guerra no território norte-africano. Desta forma, poder-se-ia averiguar se os cronistas traçaram, ou não, uma linha de continuidade entre a expansão portuguesa até ao Algarve, nos séculos XII e XIII, e a política expansionista no norte de África, no

---

<sup>546</sup> Cf. RUIZ, Teófilo F. “Une royauté sans sacre: la monarchie castillane du bas Moyen Âge”, in *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations.*, 39e année, N. 3, 1984, pp. 429-453.

século XV. É um trabalho que esperamos vir a ter a oportunidade de realizar no futuro, já que o estudo da cronística medieva nos pode ajudar a expandir o nosso conhecimento não só no campo da história da historiografia e da cultura literária medieval, mas também propiciar uma melhor compreensão da forma como nós próprios olhamos o passado.

## Bibliografia

### Fontes

- ACENHEIRO, Cristóvão Rodrigues, *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*, Collecção de Ineditos de Historia Portugueza, Academia Real das Sciências de Lisboa, 2ª edição, Tomo V, Lisboa, Imprensa Nacional, 1926.
- BASTO, Artur de Magalhães (ed.), *Crónica de Cinco Reis de Portugal*, Porto, Livraria Civilização, 1945.
- BONNAZ, Yves (ed. e trad.), *Chroniques Asturiennes (Fin du IX<sup>ème</sup> siècle)*, Paris, Centre National de la Recherche Scientifique, 1987.
- BRANDÃO, Frei António, *Monarquia Lusitana*, Parte Terceira, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1973.
- BREA, Luis Charlo (ed.), “Chronica Latina Regvm Castellae”, in *Corpus Christianorum: Continuatio Mediaevalis*, LXXIII, Turnholt, Brepols, 1997, pp. 9-118.
- (trad.), *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*, Madrid, Akal: Clásicos Latino Medievales, 1999.
- CALADO, Adelino Almeida (ed.), *Livro da Vertuosa Benfeytoria*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1994.
- (ed.), *Crónica de Portugal de 1419*, Aveiro, Universidade de Aveiro, 1998.
- CATALÁN, Diego, e ANDRES, Maria Soledad de (ed.), *Crónica general de España de 1344*, Madrid, Gredos, 1971.
- (ed.), *Crónica del Moro Rasis*, Madrid, Gredos, 1975.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley (ed.), *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Vols. I-III, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1951.
- (ed.), *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Vol. IV, 2ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2009.
- COELHO, António Borges (trad. e org.), *Portugal na Espanha Árabe*, Vol. III, Lisboa, Seara Nova, 1973.
- CRUZ, António (ed.), *Anais, Crónicas Breves e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1968.
- DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C., GÓMEZ, Maria Virtudes Pardo, PINTOS, Daría Vilariño (ed.), *Ordoño de Celanova: Vida y Milagros de San Rosendo*, La Coruña, Fundación Pedro Barrie de la Maza, 1990.

- DURO PEÑÑA, Emilio (ed.), *Documentos da Catedral de Ourense*, A Coruña, Consello da Cultura Galega, 1996.
- FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da (ed.), *Crónica da Tomada de Lisboa*, Lisboa, 1995.
- (ed.), *Crónicas Breves e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, Lisboa, 2000.
- GALVÃO, Duarte, *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1995.
- LORENZO, Ramón (ed.), *La Traduccion Gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, Vol. I, Orense, Instituto de Estudios Orensanos “Padre Feijoo”, 1975.
- MATTOSO, José, (ed. e org.), *Narrativas dos Livros de Linhagens*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983.
- MAYA SÁNCHEZ, A. (ed.), “Chronica Adefonsi Imperatoris”, in *Corpus Christianorum. Continuatio Mediaevalis*, LXXI, Turnholt, Brepols, 1990.
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón (ed.), *Primera Crónica General*, tercera reimpresión, Tomo II, Madrid, Gredos, 1977.
- NASCIMENTO, Aires A., e GOMES, Saul António (ed. e trad.), *S. Vicente de Lisboa e seus milagres medievais*, Lisboa, Edições Didaskalia, 1988.
- NASCIMENTO, Aires A. (ed. e trad.), *Hagiografia de Santa Cruz: Vida de D. Telo, Vida de D. Teotónio, Vida de Martinho de Soure*, Lisboa, Edições Colibri, 1998.
- (ed. e trad.), *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*. (inclui edição e tradução do *Indiculum Foundationis Monasterii Beati Vincentii Vlixbone*), 2ª edição, Lisboa, Nova Vega, 2007.
- NUNES DE LEÃO, Duarte, *Crónicas dos Reis de Portugal*, Porto, Lello & Irmãos, 1975.
- PÉREZ GONZÁLEZ, Maurilio (trad.), *Crónica del Emperador Alfonso VII*, Universidad de León, 1997.
- PIEL, Joseph e MATTOSO, José (ed.), *Portvgaliae Monvmenta Historica*, Nova Série, 2 vols., Lisboa, Academia das Ciências, 1980.
- PINA, Rui de, *Crónicas de Rui de Pina*, Porto, Lello e Irmão, 1977.
- TAROUCA, Carlos da Silva, (ed.), *Crónicas dos sete primeiros reis de Portugal*, Lisboa, Academia de História, 3 vols., 1952-1953.

VENTURA, Leontina, e OLIVEIRA, António Resende de (ed.), *Chancelaria de D. Afonso III*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006.

WALTER, Monica Blöcker (ed.), “Annales D. Alfonsi Portugallensium Regis”, in *Alfons I von Portugal: Studien zu Geschichte und Sage des Begründers der Portugiesische Unbhägigkeit*, Zürich, Fretz und Wasmuth Verlag, 1966, pp. 151-161.

### **Estudos**

AMADO, Teresa, “Crónica do Mouro Rasis”, in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, pp. 188-189.

ANTUNES, José, “O Príncipe Ideal Cristão nos Annales Domni Alfonsi Portugallensium Regis (1185)”, in *Hvmanitas*, Vol. L, 1998, pp. 437-440.

———, “O iberismo político medieval e a bula *Manifestis Probatum* como marco jurídico de divisão”, in *Revista de História das Ideias*, Vol. 31, 2010, pp. 25-52.

BARKAI, Ron, *Cristianos y musulmanes en la España medieval: el enemigo en el espejo*, Madrid, Rialp, 1984.

BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, 3 vols., Lisboa, Fundação para a Ciência e a Tecnologia/Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

BASTO, Artur de Magalhães, *Estudos. Cronistas e crónicas antigas. Fernão Lopes e a “Crónica de 1419”*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1960.

BAUTISTA, Francisco, “Escritura cronística e ideología histórica”, in *e-Spania* [En ligne], 2 | décembre 2006, mis en ligne le 16 août 2010. Disponível em <http://e-spania.revues.org/429> [consultado em 13/12/2010].

BOISSELLIER, Stéphane, “Réflexions sur l'idéologie portugaise de la Reconquête: XII-XIV siècles”, in *Mélanges de la Casa de Velázquez*. Tome 30-1, 1994, pp. 139-165.

BRAGA, Paul Drumond, “A Expansão no Norte de África”, in *Nova História da Expansão Portuguesa*, Vol. II: *A Expansão Quatrocentista*, coord. A.H. de Oliveira Marques, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Editorial Estampa, 1998, pp. 237-337.

BRANCO, Maria João Violante, “A conquista de Lisboa revisitada: estratégias de ocupação do espaço político, físico e simbólico”, in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. 2, Guimarães, Universidade do Minho/Câmara Municipal, 1997, pp. 121-137.

———, *D. Sancho I: o Filho do Fundador*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2006.

- , “Introdução”, in *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado.*, 2ª edição, Lisboa, Nova Vega, 2007, pp. 9-51.
- BUESCU, Ana Isabel, “Um mito das origens da nacionalidade: o milagre de Ourique”, in *A Memória da Nação*, organizado por Francisco Bettencourt e D. Ramada Curto, Lisboa, Sá da Costa, 1989, pp. 49-69.
- , “A profecia que nos deu pátria: o milagre de Ourique na cultura portuguesa (séculos XV-XVIII), in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. 3, Guimarães, Universidade do Minho/Câmara Municipal, 1997, pp. 197-210.
- CATALÁN, Diego, *De Alfonso X al Conde de Barcelos. Cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla y Portugal*, Madrid, Gredos, 1962.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley, “Uma tradução galego-portuguesa desconhecida do Liber Regum”, in *Bulletin Hispanique*, Tome 52, N°1-2, 1950, pp. 27-40.
- , “Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique (até à Crónica de 1419)”, in *Miscelânea de estudos em honra do Prof. Hernâni Cidade*, Lisboa, Faculdade de Letras, 1957, pp. 168-215.
- , “A lenda de Afonso I, rei de Portugal (Origens e evolução)”, in *Revista ICALP*, nº 16 e 17, Junho-Setembro 1989. Disponível online em <http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/revistas/revistaicalp/lendaafonso.pdf> [consultado em 03/09/2011].
- , “Sobre o códice Alcobacense 290 (antigo 316) da Biblioteca Nacional de Lisboa (autógrafo de Duarte Galvão?)”, in *Lindley Cintra: homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão*, org. Isabel Hub Faria, Lisboa, Edições Cosmo, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999, pp. 269-288.
- COSTA, João Paulo Oliveira, *D. Manuel I: 1469-1521. Um Príncipe do Renascimento*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2005.
- CRUZ, António, *Santa Cruz de Coimbra na Cultura Portuguesa da Idade Média*, Vol. I: *Observações sobre o “scriptorium” e os estudos claustrais*, Porto, 1964.
- DAVID, Pierre, *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VI<sup>e</sup> au XII<sup>e</sup> siècle*, Lisboa, Livraria Portugália Editora, 1947.
- DIAS, Isabel de Barros, *Metamorfoses de Babel: a historiografia ibérica (sécs. XIII-XIV), construções e estratégias textuais*, Lisboa, F. C. G., 2003.
- , “In hoc signo...”, in *Des(a)fiando Discursos. Homenagem à Professora Maria Emília Ricardo Marques*, CARVALHO, Dulce, VILA-MAIOR, Dionísio e TEIXEIRA, Rui de Azevedo (eds.), Lisboa, Universidade Aberta, 2005, pp. 315-324.

- , “Cronística afonsina modelada em português: um caso de recepção activa”, in *Hispania. Revista Española de Historia*, vol. LXVII, núm. 227, septiembre-diciembre, 2007, pp. 899-928.
- , “Teoria e prática discursiva: estratégias de preservação da memória em textos historiográficos ibéricos (sécs. XIII-XIV)”, in *Limite*, nº 3, 2009, pp. 113-128.
- , “A equivocatio na narrativa historiográfica ibérica dos sécs. XIII e XIV”, in *e-Spania* [En ligne], 8 | décembre 2009, mis en ligne le 17 avril 2010. Disponível em <http://e-spania.revues.org/18640> [consultado em 15/10/2010].
- DIAS, Isabel Rosa, “De como o mosteiro de S. Vicente foi refundado”, in *O Género do Texto Medieval, Actas do Iº Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, coordenação de Cristina Almeida Ribeiro e Margarida Madureira, Lisboa, Cosmos, 1997, pp. 139-144.
- , “Uma tradição portuguesa sobre S. Vicente”, in *Figura: Actas do IIº Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, Universidade do Algarve, 2001, pp.233-246.
- , *Culto e Memória Textual de S. Vicente em Portugal*, Faro, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Algarve, 2003, texto policopiado.
- , “A cronica del rei dom affonso, fonte perdida da Crónica de 1419”, in *Anais, VII EIEM - Encontro Internacional de Estudos Medievais (2-6 de Julho, 2007), Idade Média: permanência, atualização, residualidade*, org. Roberto Pontes e Elizabeth Martins, Fortaleza/Rio de Janeiro, 2008, pp. 552-562.
- DÍAZ Y DÍAZ, M. C., “História Compostelana”, in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, pp. 310-311.
- FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés, “Variación en el modelo historiográfico alfonsí en el siglo XIII. Las versiones de la *Estoria de España*”, in Georges Martin (ed.), *La historia alfonsí: el modelo y sus destinos (siglos XIII-XV)*, Collection de la Casa de Velázquez (68), Madrid, 2000, pp. 41-74.
- , “De la historiografía fernandina a la alfonsí”, in *Alcanate*, III, 2002-3, pp. 93-133.
- , “La composición por etapas de la *Chronica latina regum Castellae* (1223-1237) de Juan de Soria”, in *e-Spania* [En ligne], 2 | décembre 2006, mis en ligne le 02 septembre 2010. Disponível em <http://espania.revues.org/283> [consultado em 13/12/2010].
- FERREIRA, Maria do Rosário, *A Lenda dos Sete Infantes: Arqueologia de um destino épico medieval*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005.



- , “La Mère d'Adam: femmes et pouvoir dans l'historiographie hispanique médiévale”, in *Guarecer on-line*, Porto, Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade, Março de 2008. Disponível em <http://www.seminariomedieval.com/ineditos.html> [consultado em 11/10/2011].
- , “Entre Linhagens e imagens: a escrita do conde de Barcelos”, Junho de 2009. Disponível online em [www.seminariomedieval.com](http://www.seminariomedieval.com) [consultado em 06/10/2011].
- , “O Liber regum e a representação aristocrática da Espanha na obra do Conde D. Pedro de Barcelos”, in *e-Spania* [En ligne], 9 | juin 2010, mis en ligne le 30 juin 2010. Disponível em <http://e-spania.revues.org/19675> [consultado em 15/10/2010].
- , “Urraca e Teresa: O Paradigma Perdido”, in *Guarecer on-line*, Porto, Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade, Agosto de 2010. Disponível em <http://www.seminariomedieval.com/ineditos.html> [consultado em 11/10/2011].
- , “D. Pedro de Barcelos e a representação do passado ibérico”, in *O Contexto Hispânico da Historiografia Portuguesa nos Séculos XIII e XIV (homenagem a Diego Catalán)*, Cadernos de Literatura Medieval, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2010, pp. 81-106.
- , “A estratégia genealógica de D. Pedro, Conde de Barcelos, e as refundições do *Livro de Linhagens*”, in *e-spania* [En ligne], 11 | juin 2011, mis en ligne le 06 juin 2011. Disponível em <http://e-spania.revues.org/20374> [consultado em 20/07/2011].
- , “Afonso Henriques: Do Valor Fundacional da Desobediência”, in *Cahiers de Civilisation Médiévale*, Poitiers, Centre d'Études Supérieures de Civilisation Médiévale, no prelo.
- FIGUEIREDO, Albano, “Uma perspectiva tardo-medieval do *tempo da fundação*: a *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques* de D. Duarte de Galvão”, in *Sobre o Tempo. Secção Portuguesa da AHLM. Actas do Colóquio*, coordenação de Paulo Meneses, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2001, pp. 189-200.
- FINO, Francisco Saraiva, “Na fábrica do mito. Algumas notas sobre a estória de D. Afonso I”, in *Revista da Faculdade de Letras: “Linguas e Literaturas”*, XVI, Porto, 1999, pp. 231-245.
- FLETCHER, R. A., *Saint James' Catapult: The Life and Times of Diego Gelmírez of Santiago de Compostela*, Gloucestershire, Clarendon Press, 1984. Disponível em <http://libro.uca.edu/sjc/sjc.htm> [consultado em 06/01/2011].

- GAMEIRO, Odília Filomena Alves, *A construção das memórias nobiliárquicas medievais. O passado da linhagem dos senhores de Sousa.*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência Nacional, 2000.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, J. A., PORTÉLA, E., CABRERA, E., GONZÁLEZ, M., e LOPÉZ DE COCA, J. E., *Organización Social del Espacio en la España Medieval: La Corona de Castilla en los siglos VIII a XV*, Barcelona, Editorial Ariel S. A., 1985.
- GARCIA FITZ, Francisco, “La Reconquista: un estado de la cuestión”, in *Clio & Crimen*, nº 6, 2009.
- , “En el Nombre de Dios. La Ideología de la Guerra en la Península Ibérica Medieval. Siglos XI-XIII”, in *Revista de História das Ideias*, Vol. 30, 2009.
- GONZÁLEZ-JIMÉNEZ, M., “Reconquista y Repoblacion del Occidente Peninsular”, in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Vol. II, Porto, 1987, pp. 455-489.
- , “Sobre la Ideologia de Reconquista: Realidades y Tópicos”, in *Memoria, Mito y Realidad en la Historia Medieval*, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos del Gobierno de la Rioja, 2003.
- GUENÉE, Bernard, *Histoire et Culture historique dans l'Occident médiéval*, Paris, Aubier-Montaigne, 1980.
- GUEVARA Y VALDÉS, Eduardo Pardo de, “De las viejas estirpes a las nuevas hidalguías. El entramado nobiliario gallego al fin de la Edad Media”, in *Nalgures*, Tomo III, A Coruña, Asociación Cultural de Estudios Históricos de Galicia, 2006, pp. 265-280.
- GUINCHO, Maria dos Anjos B. M. “A funcionalidade do relato da conquista de Santarém na construção da imagem de Afonso Henriques - versão portuguesa”, in *Actas do 6º congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, Rio de Janeiro, Cdrom, 2001.
- HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal*, Lisboa, Aillaud-Bertrand, 8ª edição, s/d.
- HUICI MIRANDA, Ambrosio, *Las Grandes Batallas de la Reconquista durante las Invasiones Africanas (Almoravides, Almohades y Benimerines)*, Madrid, Instituto de Estudios Africanos, 1956.
- KANTOROWICZ, Ernst Hartwig, *The King's two bodies: a study in medieval political theology*, Princeton, Princeton University Press, 1997.
- KRUS, Luís, “Roupinho, D. Fuas”, in *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, Vol. II, Lisboa, Alfa, 1986, pp. 187-188

- , “Crónica de Portugal de 1419”, “Crónica Geral de Espanha de 1344” e “Historiografia Medieval”, in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, pp. 185-186, 189-190 e 312-315.
- , *A produção do passado nas comunidades letradas do Entre Minho e Mondego nos séculos XI e XII - as origens da analística portuguesa*, Lisboa, Provas de Agregação, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, 1998, policopiado.
- LANCIANI, Giulia e TAVANI, Giuseppe (org. e coord.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993.
- LINEHAN, Peter, “Juan de Soria: the Chancellor as Chronicler”, in *e-Spania* [En ligne], 2 | décembre 2006, mis en ligne le 16 août 2010. Disponível em <http://e-spania.revues.org/276?&id=276> [consultado em 08/10/2011].
- LOPES, Graça Videira, “O retrato de Afonso Henriques nos textos medievais”, in *Modelo, Actas do 5º Congresso da Secção Portuguesa da AHLM*, Porto 2005.
- LORENZO, Ramón, “Crónica Geral e Crónica de Castela”, in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, pp. 190-192.
- MARAVALL, José Antonio, *El Concepto de España en la Edad Media*, 2ª edición, Madrid, Instituto de Estudios Políticos, 1964.
- MARÍN GUZMÁN, Roberto, “Jihad Vs. Cruzada en Al-Andalus: La Reconquista Española como Ideología a Partir del Siglo XI y sus Proyecciones en la Colonización de América”, in *Revista de Historia de América*, Nº 131, Instituto Panamericano de Geografía e Historia, julio-diciembre 2002, pp. 9-65.
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes, “A Bula *Manifestis Probatum*. Ecos, Textos e Contextos”, in *Poder Espiritual/Poder Temporal. As relações Igreja-Estado no tempo da monarquia (1179-1909). Actas do Colóquio*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 2009, pp. 89-123.
- MARTINS, Armando Alberto, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003.
- MATOS, Sérgio Campos, *História, mitologia, imaginário nacional: a história no curso dos liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- MATTOSO, José, “As três faces de Afonso Henriques”, in *Penélope - Fazer e desfazer a História*, nº 8, Lisboa, Edições Cosmos, 1992.
- , “A Primeira Tarde Portuguesa”, in *Portugal Medieval. Novas interpretações.*, 2ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992, pp. 11-36.

- , “Cluny, crúzios e cistercienses na formação de Portugal”, in *Portugal Medieval. Novas interpretações.*, 2ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992, pp. 101-121.
- , “A nobreza medieval galaico-portuguesa. A identidade e a diferença”, in *Portugal Medieval. Novas interpretações.*, 2ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992, pp. 171-196.
- , “A nobreza medieval portuguesa. As correntes monásticas dos séculos XI e XII”, in *Portugal Medieval. Novas interpretações.*, 2ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992, pp. 197-223.
- , “A guerra civil de 1319-1324”, in *Portugal Medieval. Novas interpretações.*, 2ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992, pp. 293-308.
- , “A literatura genealógica e a cultura da nobreza em Portugal (s. XIII-XIV)” in *Portugal Medieval. Novas interpretações.*, 2ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992, pp. 309-328.
- , “João Soares Coelho e a gesta de Egas Moniz”, in *Portugal Medieval. Novas interpretações.*, 2ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992, pp. 409-435.
- , “A realeza de Afonso Henriques” in *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 213-232.
- , *O Essencial sobre a Cultura Medieval Portuguesa (Séculos XI a XIV)*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1993.
- , “Anais”, “Duarte Galvão”, “Gesta de Afonso Henriques” e “Livros de Linhagens”, in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, pp. 50-51, 225-226, 293-294 e 419-421.
- , “Dois séculos de vicissitudes políticas”, in *História de Portugal*, Vol. 2: *A Monarquia Feudal*, Direcção de José Mattoso, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, pp. 25-140.
- , “O mosteiro de Santo Tirso e a cultura medieval portuguesa”, in *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, 2ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1997, pp. 443-471.
- , “O triunfo da monarquia portuguesa: 1258-1264. Ensaio de história política.”, in *Análise Social*, vol. XXXV (157), 2001, pp. 899-935.
- , *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Temas & Debates, 2007.
- , *O Essencial sobre a Formação da Nacionalidade*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 3ª edição, 2007.

- , “A Primeira Crónica Portuguesa”, in *Medievalista* [Em Linha], N°6, Julho de 2009. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/> [consultado em 05/11/2010].
- MAURÍCIO, Carlos Coelho, “Na manhã fértil. Sondando o Milagre de Ourique na Cultura Portuguesa”, in *Ler Historia*, nº 18, Lisboa, 1989, pp. 3-28.
- McGLYNN, Sean, *By Sword and Fire. Cruelty and Atrocity in Medieval Warfare*, London, Phoenix, 2009.
- MENDES, J. “Crónica da Tomada de Lisboa aos Mouros e da Fundação do Mosteiro de S. Vicente”, in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, pp. 177-179.
- MIRANDA, José Carlos, “A dimensão literária da cultura da nobreza em Portugal no século XIII”, in *Revista da Faculdade de Letras - História*, II Série, Vol. XV, t. 2, Porto, 1998, pp. 1551-1566.
- , “Do Liber Regum ao Livro Velho de Linhagens”, em curso de publicação nas *Actas do II Congreso Internacional de la Sociedad de Estudios Medievales y Renascentistas (SEMYR)*, San Millán de la Cogolla, 10-13 de Setembro de 2008.
- , “Na génese da Primeira Crónica Portuguesa”, in *Medievalista* [Em linha]. N°6, Julho de 2009. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>. [consultado em 05/11/2010].
- , “A introdução à versão galego-portuguesa da Crónica de Castela (A2a): Fontes e Estratégias”, in *Seminário Medieval 2007-2008* (org. de M. R. Ferreira, A. S. Laranjinha e J. C. Miranda), Porto, Estratégias Criativas e SMELPS, 2009, p. 61-97.
- , “Historiografia e Genealogia na Cultura Portuguesa anterior ao Conde D. Pedro de Barcelos”, in *O Contexto hispânico da Historiografia Portuguesa nos Séculos XIII e XIV (homenagem a Diego Catalán)*, Cadernos de Literatura Medieval, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2010, pp. 53-80.
- MONTEIRO, João Gouveia, *Orientações da cultura da corte na 1ª metade do século XV (a literatura dos príncipes de Avis)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1987.
- MOREIRA, Filipe Alves, *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa*, Porto, Estratégias Criativas, 2008.
- , “Um novo fragmento da *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal de 1341-1342* e suas relações com a historiografia alfonsina”, in *Guarecer on-line*, Porto, Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade, Junho de 2009. Disponível online em <http://www.seminariomedieval.com/ineditos.html> [consultado em 03/10/2011].

- , “A primeira redacção da Crónica Geral de Espanha de 1344, fonte da Crónica de 1419?”, in *Seminário Medieval 2007-2008* (org. de M. R. Ferreira, A. S. Laranjinha e J. C. Miranda), Porto, Estratégias Criativas e SMELPS, 2009.
- , “A Historiografia Régia Portuguesa Anterior ao Conde de Barcelos”, in *O Contexto Hispânico da Historiografia Portuguesa nos Séculos XIII e XIV (homenagem a Diego Catalán)*, Cadernos de Literatura Medieval, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2010, pp. 33-51.
- , “Os Reis de Portugal na *Versão Crítica da Estoria de España* e na *Crónica de Castela*”, in *Actas XIII Congreso AHLM*. Valladolid, 2010, págs. 1427-1437.
- , “As cores e as origens de Portugal entre o Conde de Barcelos e Fernão de Oliveira”, in *Cores. Actas do VII Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, org. Isabel Barros Dias e Carlos F. Clamote Carredo, Lisboa, Universidade Aberta, 2010, pp. 147-156.
- , *A Crónica de Portugal de 1419: Fontes, Estratégias e Posteridade*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 2010.
- NASCIMENTO, Aires A., “O milagre de Ourique num texto latino-medieval de 1416”, in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 4<sup>as.</sup>, nº 2, 1978, pp. 365-374.
- , “Vida de D. Telo” e “Vida de S. Teotónio”, in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, pp. 661-663 e 669-671.
- , “O júbilo da vitória: celebração da tomada de Santarém aos mouros (A.D. 1147)”, in *Actes del X Congrès Internacional de l'Associació Hispànica de Literatura Medieval*, edició a cura de Rafael Alemany, Josep Lluís Martos i Josep Miguel Manzanaro, Vol. III, Alacant, 2005, pp. 1217-1232.
- OLIVEIRA, António Resende de, “Cortes senhoriais” in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, pp. 170-173.
- , “A Cultura em Coimbra antes da Fundação da Universidade”, in *Universidade de Coimbra*, coord. de João Gouveia Monteiro, Coimbra, 2003, pp. 36-39.
- , “A Cultura das Cortes”, in *Nova História de Portugal*, Vol. III: *Portugal em Definição de Fronteiras (1096-1325)*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 2004, pp. 660-691.
- , “A Cultura da Nobreza (sécs. XII-XIV). Balanço sem perspectivas”, in *Medievalista* [Em Linha], Nº 3, 2007. Disponível em <http://www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/medievalista-nobreza.htm> [consultado em 17/09/2010].
- , e MIRANDA, José Carlos, “Da *História Compostelana* à *Primeira Crónica Portuguesa*: o discurso historiográfico sobre a formação do reino de Portugal”, in Esther Corral Díaz (ed.), *In Marsupiis Peregrinorum. Circulación de textos e*

*imágenes alrededor del camino de Santiago en la Edad Media*, Firenze, Edizioni del Galluzzo, 2010, pp. 295-324.

———, “O genealogista e as suas linhagens: D. Pedro, Conde de Barcelos”, in *e-spania* [En ligne], 11 | juin 2011, mis en ligne le 06 juin 2011. Disponible em <http://e-spania.revues.org/20374> [consultado em 20/07/2011].

OLIVEIRA, Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, ed. revista e actualizada por Artur Roque de Almeida e prefácio de António Costa Marques, Mem Martins, Europa-América, 1994.

PEREIRA, Armando de Sousa, “A conquista de Santarém na tradição historiográfica portuguesa”, in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. 5, Guimarães, Universidade do Minho/Câmara Municipal, 1997, pp. 298-320.

———, “Motivos bíblicos na historiografia de Santa Cruz de Coimbra dos finais do século XII”, in *Lusitania Sacra*, 2ª S., 13-14 (2001-2002), pp. 315-336.

———, *Representações da Guerra no Portugal da Reconquista (séculos XI-XIII)*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2003.

———, “Guerra e santidade: o cavaleiro-mártir Henrique de Bona e a conquista cristã de Lisboa”, in *A Nova Lisboa Medieval*, Lisboa, Edições Colibri, 2004, pp. 51-73.

———, *Geraldo Sem Pavor. Um guerreiro de fronteira entre cristãos e muçulmanos, c. 1162-1176*, Porto, Fronteira do Caos Editores, 2008.

PICOITO, Pedro, *As Musas e a Memória. História, Conflito e Legitimação Política nos Livros de Linhagens.*, Lisboa, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997, policopiado.

———, “O sonho de Jacob: Sacralidade e Legitimação Política nos Livros de Linhagens”, in *Lusitania Sacra*, 2ª S., nº 10, 1998, pp. 123-148.

———, “O Herói da Reconquista na Historiografia Medieval Portuguesa. Esboço de Tipologia”, in *XII Colóquio “Laços Históricos-Militares Luso-magrebinos. Perspectivas de Valorização”*. *Actas.*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2002, pp. 273-293.

PINA, Luís Maria da Câmara, “Da personalidade militar de D. Afonso Henriques”, Separata de *Alexandre Herculano à luz do nosso tempo*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1977, pp. 283-321.

POWERS, James F., *A society organized for war. The Iberian municipal militias in the central Middle Ages, 1100-1284.*, Berkeley/Los Angeles, University of California Press, 1987.

- PRADALIÉ, Gérard, “Les faux de la Cathédrale et la crise à Coïmbre au début du XIIe siècle”, in *Mélanges de la Casa de Velázquez*, Tome 10, 1974, pp. 77-98.
- RÍOS SALOMA, Martín F., “De la Restauración a la Reconquista: la construcción de un mito nacional (Una revisión historiográfica. Siglos XVI-XIX), in *En la España Medieval*, nº 28, 2005.
- , “La ‘Reconquista’: una aspiración peninsular ? Estudio comparativo entre dos tradiciones historiográficas », *Bulletin du centre d’études médiévales d’Auxerre | BUCEMA* [En ligne], Hors série nº 2 | 2008, mis en ligne le 24 janvier 2009. Disponible online em <http://cem.revues.org/index9702.html>. [consultado em 31/08/2011].
- RODRÍGUEZ, Ana, “Modelos de legitimidad política en la Chronica regum Castellae de Juan de Osma”, in *e-Spania* [En ligne], 2 | décembre 2006, mis en ligne le 25 juin 2007. Disponible em <http://e-spania.revues.org/433> [consultado em 15/10/2010].
- ROSA, Maria de Lurdes, “O corpo do chefe guerreiro, as chagas de Cristo e a quebra dos escudos: caminhos da mitificação de Afonso Henriques na Baixa Idade Média”, in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. 3, Guimarães, Universidade do Minho/Câmara Municipal, 1997, pp. 85-123.
- RUCQUOI, Adeline, *História Medieval da Península Ibérica*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995.
- RUIZ, Teofilo F. “Une royauté sans sacre: la monarchie castillane du bas Moyen Âge”, in *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 39e année, N. 3, 1984, pp. 429-453.
- SARAIVA, António José, “O autor da narrativa da batalha do Salado e a refundição do Livro do Conde D. Pedro”, in *Boletim de Filologia*, XXII, 1971, pp. 1-16.
- , *A Cultura em Portugal. Teoria e História*, Livro I: *Introdução Geral*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1981.
- , *A Épica Medieval Portuguesa*, Lisboa, Biblioteca Breve, Vol. 29, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa - Ministério da Educação, 1991.
- , *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*, 3ª edição, Lisboa, Gradiva, 1993.
- SIDARUS, Adel, “Novas perspectivas sobre o *Gharb Al-Ándalus* no tempo de D. Afonso Henriques”, in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. 2, Guimarães, Universidade do Minho/Câmara Municipal, 1997, pp. 249-268.
- SILVA, Manuela Santos, “Alguns passos da acção do Conquistador na Estremadura Litoral: O caso específico da região envolvente de Óbidos”, in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. 2, Guimarães, Universidade do Minho/Câmara Municipal, 1997, pp. 111-116.



- SILVÉRIO, Carla Serapicos, “A imagem da realeza na analística medieval portuguesa dos séculos XI e XII”, in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. 3, Guimarães, Universidade do Minho/Câmara Municipal, 1997, pp. 35-40.
- , *Representações da Realeza na Cronística Medieval Portuguesa: A Dinastia de Borgonha*, Lisboa, Edições Colibri, 2004.
- SIMÕES, M., “Pedro de Portugal, conde de Barcelos”, in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, pp. 521-523.
- SOUSA, Armindo de, “Realizações”, in *História de Portugal*, Vol. 2: *A Monarquia Feudal*, Direcção de José Mattoso, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, pp. 405-466.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, “D. Afonso Henriques nas primeiras crónicas portuguesas”, in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. 3, Guimarães, Universidade do Minho/Câmara Municipal, 1997, pp. 23-31.
- VEIGA, A. Botelho da Costa, “Os nossos nobiliários medievais (Alguns elementos para a cronologia da sua elaboração)”, Separata dos *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, Lisboa, 1943, pp. 165-193.
- VENTURA, Leontina, e MATOS, João Cunha, “Cavaleiros da Estremadura (Coimbra, Viseu e Seia) ao tempo de D. Afonso Henriques”, in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. 2, Guimarães, Universidade do Minho/Câmara Municipal, 1997, pp. 97-106.
- VENTURA, Leontina, *D. Afonso III*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2006.
- , “Os Cavaleiros de Coimbra”, comunicação inédita apresentada ao *Colóquio Internacional “Afonso Henriques: em torno da criação e consolidação das monarquias do Ocidente Europeu (sécs. XII-XIII). Identidades e Liminaridades”*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 14-16 de Dezembro de 2009.
- VENTURA, Margarida Garcez, *A Definição das Fronteiras: 1096-1297*, Lisboa, Quidnovi, 2007.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos, *D. Afonso II: um rei sem tempo*, Lisboa, Temas & Debates, 2008.